JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 4
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 8
Prefeitura Municipal de Apiacás 23
Prefeitura Municipal de Araguaiana 60
Prefeitura Municipal de Araguainha 61
Prefeitura Municipal de Arenápolis 62
Prefeitura Municipal de Aripuanã 62
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 64
Prefeitura Municipal de Cáceres 64
Prefeitura Municipal de Campinápolis 88
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 89
Prefeitura Municipal de Campo Verde 91
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 93
Prefeitura Municipal de Canarana 94
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 94
Prefeitura Municipal de Cláudia 96
Prefeitura Municipal de Cocalinho 96
Prefeitura Municipal de Colíder 102
Prefeitura Municipal de Colniza 102
Prefeitura Municipal de Comodoro 103
Prefeitura Municipal de Confresa 104
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 128
Prefeitura Municipal de Curvelândia 129
Prefeitura Municipal de Diamantino 129
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 129
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 130
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 132
Prefeitura Municipal de General Carneiro 145
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 145
Prefeitura Municipal de Indiavaí 148
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 148
Prefeitura Municipal de Itanhangá 151
Prefeitura Municipal de Itaúba 157
Prefeitura Municipal de Itiquira 158
Prefeitura Municipal de Jauru 158
Prefeitura Municipal de Juara 161
Prefeitura Municipal de Juruena 162
Prefeitura Municipal de Juscimeira 162
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 162
Prefeitura Municipal de Luciara 163
Prefeitura Municipal de Marcelândia 164
Prefeitura Municipal de Matupá 164
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 166
Prefeitura Municipal de Nobres 168
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 170
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 175
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 177

Prefeitura Municipal de Nova Guarita 177
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 177
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 178
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 178
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 235
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 235
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 236
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 236
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 237
Prefeitura Municipal de Paranatinga 237
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 238
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 239
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 240
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 241
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 244
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 245
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 245
Prefeitura Municipal de Poxoréu 246
Prefeitura Municipal de Querência 247
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 247
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 247
Prefeitura Municipal de Rondolândia 248
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 248
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 264
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 265
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 265
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 265
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 266
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 266
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 271
Prefeitura Municipal de São José do Povo 273
Prefeitura Municipal de Sapezal 274
Prefeitura Municipal de Sinop 274
Prefeitura Municipal de Tabaporã 278
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 279
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 285
Prefeitura Municipal de Torixoréu 289
Prefeitura Municipal de União do Sul 290
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 290
Prefeitura Municipal de Vera 298
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 298
Prefeitura Municipal de Vila Rica 299

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016/CISVAG (PROCESSO N. 007/2016/CISVAG

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO: REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ**Período de Recebimento de Documentos:** a partir do dia **29/04/2016 até o dia 13/05/2016,** no horário: 07h:00 às 13h:00.

Obs. Durante toda a vigência do credenciamento, as empresas que não solicitaram o credenciamento no prazo estipulado acima, poderão solicitar nos mesmos termos deste edital. Porém o credenciamento/contratação terá vigência somente até o prazo de 12 (doze) meses a contar dos credenciamentos realizados na primeira etapa, com possível prorrogação do contrato nos termos da lei.

Local do recebimento de Documentos: Setor de Licitações desta Prefeitura sito à Avenida Marechal Rondon, nº 522, Pontes e Lacerda –MT.

Data e local da Sessão de divulgação do Resultado do Credenciamento: dia 13/05/2016, das 7:00 às 13:00h, no Setor de Licitações desta Prefeitura localizado na Avenida Marechal Rondon, nº 522, Pontes e Lacerda -MT.

José Berion

Presidente da Comissão de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregoeiros do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, através de sua pregoeira Núbia S. S. Paixão Moraes, torna público o resultado da licitação na modalidade de Pregão Presencial sob nº 004/2016, cujo objeto é a Aquisição de Gás para Carga de cilindro de oxigênio medicinal com fornecimento de cilindros em comodato, a empresa vencedora:

EMPRESA/FAVORECIDA	CNPJ	VALOR
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA	34.597.955/ 0007-85	162. 000,00

E, convoca a empresa vencedora para assinatura do contrato.

Água Boa – MT, 28 de abril de 2016.

Núbia S. S. Paixão Moraes - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2016 - CONTRATO 077/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Aline Favaretto

Objeto: Acréscimo de valor ao contrato originário referente ao equilíbrio econômico financeiro e prorrogação da vigência do contrato por 12 (doze) meses.

Valor: 8.744,91

Data: 27.04.2016

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO 006/2016 - CONTRATO 114/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Construtora Açolamb Ltda

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra por 30 (trinta) dias e vigência do contrato por 185 (cento e oitenta e cinco) dias.

Data: 27.04.2016

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, Lei 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 017/2016.

OBJETO: Futura e Eventual aquisição de Máquinas e equipamentos (PATRULHA MECANIZADA) e Prancha Carrega Tudo, para as Secretarias de Desenvolvimento – Agricultura Pecuária e Meio Ambiente e Infraestrutura, conforme características e especificações no Anexo I Termo de referência. REALIZAÇÃO: 12/05/2016.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min.

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h31min.

O Edital contendo as instruções está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 28 de abril de 2016.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2016 - CONTRATO 078/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Claudinei de Oliveira Rosa

Objeto: Acréscimo de valor ao contrato originário referente ao equilíbrio econômico financeiro e prorrogação da vigência do contrato por 12 (doze) meses.

Valor: 8.744,91

Data: 27.04.2016

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2016

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 28 DE ABRIL de 2016

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2016, de 28 de Abril de 2016, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: GERSON CLARO DE SOUSA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de Prótese Dentária Total SUPERIOR OU INFERIOR produzida com dentes artificiais de resina acrílica de fabricação nacional, incluindo moldagem em plano de cera confeccionada em Resina Acrilica Ativada Quimicamente na cor Rosa ou Incolor e Cera N° 07, devendo também ser realizada a Prova de Dentes e a Prótese finalizada devidamente caracterizada e polida.

DO VALOR: R$ 66.000,00(sessenta e seis mil reais).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 09 (nove) meses, a contar da data da assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2016.

DOS RECURSOS: Dotações previstas para órgãos e secretarias para o ano de 2016.

DATA: 28 de Abril de 2016.

ASSINAM: LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES – Prefeito Municipal e GERSON CLARO DE SOUSA - ME – Contratado.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito MunicipaL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALTO GARÇAS – MT LEI MUNICIPAL Nº 892/2012 RESOLUÇÃO 003/2016

Resolução 003/2016

Dispõe sobre a **APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA O ANO EM EXERCÍCIO DE 2016**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO GARÇAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 892 de 03 de maio de 2012, em Reunião Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2016.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica **aprovado** por **unanimidade** a aprovação do Plano de Ação para o ano em exercício de 2016.

ARTIGO 2º - Esta resolução entrará em vigor nesta data, conforme disposição em contrário.

Alto Garças - MT, 27 de abril de 2016

Gutemberg Gomes de Abreu

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
DECRETO Nº 030/2016, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

"*Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada no exercício de 2013., porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições da República e do Estado de Mato Grosso, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de *2013.*, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT, a saber:

EXERCICIO DE 01/01/2013 a 31/12/2013

01 – Nota de Empenho nr. 370/2013, emitido em 04/02/2013, Em favor de CELIENE MARIA RODRIGUES-ME, no valor de R$ 142,00;

02 – Nota de Empenho nr. 667/2013, emitido em 28/02/2013, Em favor de MATEUS E COSTA MATEUS LDA-ME, no valor de R$ 60,00;

03 – Nota de Empenho nr. 799/2013 , emitido em 11/03/2013, Em favor de MARIA ANGELICA GOMES CARDOSO, no valor de R$ 120,00;

04 – Nota de Empenho nr. 907/2013, emitido em 21/03/2013, Em favor de NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO, no valor de R$ 660,00;

05 – Nota de Empenho nr. 985/2013, emitido em 25/03/2013, Em favor de NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO, no valor de R$ 330,00

06 – Nota de Empenho nr. 1009/2013, emitido em 27/03/2013. Em favor de BRITO JUNIOR E SANTOS BRITO LTDA, no valor de R$ 134,00;

07 – Nota de Empenho nr. 1012/2013, emitido em 27/03/2013, Em favor de AUTO ELETRICA E TRANSPORTES AVENIDA EIRELLI-ME , no valor de R$ 220,00;

08 – Nota de Empenho nr. 1013/2013, emitido em 27/03/2013, Em favor de AUTO ELETRICA E TRANSPORTES AVENIDA EIRELLI-ME , no valor de R$ 60,00;

09 – Nota de Empenho nr. 1086/2013, emitido em 01/04/2013, Em favor de PAULEMES CARDOSO DA SILVA, no valor de R$ 66,95;

10 – Nota de Empenho nr. 1101/2013, emitido em 01/04/2013, Em favor de LUIZ PAIXAO DOS SANTOS-EPP, no valor de R$ 900,00;

11 – Nota de Empenho nr. 1144/2013, emitido em 04/04/2013, Em favor de TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, no valor de R$ 1.702,44;

12 – Nota de Empenho nr. 1275/2013, emitido em 12/04/2013, Em favor de NILSON GREI BORGES BORGATO-ME, no valor de R$ 2.512,50;

13 – Nota de Empenho nr. 1304/2013, emitido em 16/04/2013, Em favor de JOELSON EVARISTO ROCHA-ME, no valor de R$ 480,00;

14 – Nota de Empenho nr. 1330/2013, emitido em 17/04/2013, Em favor de CONS. INTERM DESENV ECON E SOC A RIO PARAGUAI, no valor de R$ 1.928,06;

15 – Nota de Empenho nr. 1369/2013, emitido em 19/04/2013, Em favor de JOELSON EVARISTO ROCHA-ME, no valor de R$ 110,00;

16 – Nota de Empenho nr. 1923/2013, emitido em 29/05/2013, Em favor de ENEDINO MAURO DE ARAUJO, no valor de R$ 1.356,00;

17 – Nota de Empenho nr. 2260/2013, emitido em 20/06/2013, Em favor de CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MT, no valor de R$ 1.117,78;

18 – Nota de Empenho nr. 2643/2013, emitido em 10/07/2013, Em favor de DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA S/A, no valor de R$ 9.125,00;

19 – Nota de Empenho nr. 3246/2013, emitido em 27/08/2013, Em favor de LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO FILHO, no valor de R$ 432,48;

20 – Nota de Empenho nr. 3330/2013, emitido em 30/08/2013, Em favor de NATIVA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, no valor de R$ 1. 398,27;

21 – Nota de Empenho nr. 3759/2013, emitido em 20/09/2013, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de 678,00;

22 – Nota de Empenho nr. 4235/2013, emitido em 25/10/2013, Em favor de BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, no valor de R$ 1,00;

23 – Nota de Empenho nr. 4318/2013, emitido em 30/10/2013, Em favor de HORA H ARTIGO VESTUARIO LTDA – ME , no valor de R$ 530,00;

24 – Nota de Empenho nr. 4504/2013, emitido em 12/11/2013, Em favor de TONELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA , no valor de R$ 45,71;

25 – Nota de Empenho nr. 4653/2013, emitido em 29/11/2013, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI , no valor de R$ 1. 253,69;

26 – Nota de Empenho nr. 5040/2013, emitido em 23/12/2013, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI , no valor de R$ 150,00;

27 – Nota de Empenho nr. 5041/2013, emitido em 23/12/2013, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI , no valor de R$ 22,60;

28 – Nota de Empenho nr. 5135/2013, emitido em 31/12/2013, Em favor de LLA CONSTRUTORA PREST DE SERVIÇOS LTDA-ME, no valor de R$ 16.879,39;

29 – Nota de Empenho nr. 5137/2013, emitido em 31/12/2013, Em favor de NATIVA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, no valor de R$ 63. 976,42;

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2013, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE E PROVIDENCIE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 27 de abril de 2016.

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito Municipal

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 35/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 035/2016

REF. PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. -019/2016

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira,** brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº **09287868-SSP/MT,** e do CPF nº **604.418.441-20**, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA –ME , inscrita no CNPJ 04578067/0001-69, localizada na Rua Padre Roquete, n. 01, Centro Empresarial Shalon, Sala 05, Bairro Consil em Cuiabá - MT**, e em conformidade com as disposições a seguir, neste ato doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** celebram o presente Contrato Administrativo de Fornecimento, com base no **PREGÃO PRESENCIAL N 005/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016,** e nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 8.958/94

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato Administrativo a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT.**

DO PREÇO - A **CONTRATADA** se obriga a executar o OBJETO deste Contrato, pelo preço certo e ajustado, conforme proposta REGISTRADA abaixo:

VALORES REGISTRADOS

ITEM.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Quant.	Valor U.	Valor T.
03	Cap PBA 110MM	2000	17,50	35.000,00
17	Redução PBA 110MM x 85 MM	2000	24,50	49.000,00
22	TE PBA 100MM	2000	51,18	102.360,00
24	TE PBA 85MM	2000	47,00	94.000,00
26	TE Redução PBA 110MM x 60MM	2000	58,80	117.600,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguintes dotações orçamentárias:

Cód. Red.	Unid. Orçam.	Projeto Atividade	Elemento Despesa
045	05 005 17 512 0013	1 066	339030 000000

DA VIGÊNCIA - A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 18/04/2016 e término em 18/04/2017, podendo ser prorrogado até o limite da vigência e na condição prevista na Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - O **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016** e a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016,** são as Leis da Licitação e, por consequência da presente contratação, vinculando aos seus termos tanto a **CONTRATADA** como a **CONTRATANTE** que a expediu, razão pela qual havendo dúvida, prevalecem às disposições editalícias sobre as contratuais, todavia, as cláusulas do Edital e do presente Contrato coexistem, completando-se e se conformando, um ao outro, como norma a ser seguida por ambas as partes.

Alto Paraguai-MT, 18 de abril de 2016.

SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA –ME

CNPJ 04578067/0001-69

CONTRATADA

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOSE LUIZ MANRIQUE DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 36/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 036/2016

REF. PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. -0212016

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira,** brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº **09287868-SSP/MT,** e do CPF nº **604.418.441-20**, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **GASPAR DE SOUSA MATOS –ME, inscrita no CNPJ 10.866.985/0001-96, localizada na Av. Ulisses Pompeu de Campos, 2736 – Centro Norte – Centro em Varzea Grande – MT** , e em conformidade com as disposições a seguir, neste ato doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** celebram o presente Contrato Administrativo de Fornecimento, com base no **PREGÃO PRESENCIAL N 005/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016,** e nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 8.958/94

DO OBJETO- Constitui objeto do presente Contrato Administrativo a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT.**

DO PREÇO- A **CONTRATADA** se obriga a executar o OBJETO deste Contrato, pelo preço certo e ajustado, conforme proposta REGISTRADA abaixo:

VALORES REGISTRADOS

REGISTRADOS

ITEM.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Quant.	Valor U.	Valor T.
10	Luva de Correr de Fofo 100MM	2000	32,00	64.000,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA- As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguintes dotações orçamentárias:

Cód. Red.	Unid. Orçam.	Projeto Atividade	Elemento Despesa
045	05 005 17 512 0013	1 066	339030 000000

DA VIGÊNCIA- A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 18/04/2016 e término em 18/04/2017, podendo ser prorrogado até o limite da vigência e na condição prevista na Lei 8.666/93.

DO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO-O presente Contrato terá como Gestor o Sr. **JOSE LUIZ MANRIQUE DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraguai-MT, Secretário Municipal de Sinfra , que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro de ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

DAS PARTES INTEGRANTES- A condições estabelecidas no **Pregão Presencial nº 005/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016** e na Proposta apresentada pela empresa ora **CONTRATADA,** são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

Alto Paraguai-MT, 18 de abril de 2016.

GASPAR DE SOUSA MATOS - ME

CNPJ 10.866.985/0001-96

CONTRATADA

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOSE LUIZ MANRIQUE DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

JURIDICO
PORTARIA 109/2016 - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 109/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

1.1 **Art. 1º. –** Designar o servidor, **Sr. JOSE LUIZ MANRIQUE DE OLIVEIRA, portador do RG n° 450456 SSP/MT e do CPF n° 326.368.301.20**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO n. 036/2016** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **GASPAR DE SOUZA MATOS – ME, CNPJ 10.866.985/0001-96**referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**, em conformidade com o Pregão Presencial n. 005/2016.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Alto Paraguai – MT, 18 de abril de 2016.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 107/2016 - FISCAL CONTRATO

PORTARIA 107/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

1.1 **Art. 1º. –** Designar o servidor, **Sr. JOSE LUIZ MANRIQUE DE OLIVEIRA, portador do RG n° 450456 SSP/MT e do CPF n° 326.368.301.20**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO n. 034/2016** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **HIDROSOLO COM. E DIST. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 03.980.804/0001-92** referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**, em conformidade com o Pregão Presencial n. 005/2016.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Paraguai – MT, 18 de abril de 2016.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 097/2016

PORTARIA 097/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – INTERROMPER a cessão do Imóvel Público Municipal que sediava a Escola Estadual Clóvis Pinheiro à Associação dos Pastores de Alto Paraguai – MT, prevista na Lei Municipal n. 449/2016.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Alto Paraguai – MT, 08 de abril de 2016.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 108/2016 - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 108/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

1.1 **Art. 1º. –** Designar o servidor, **Sr. JOSE LUIZ MANRIQUE DE OLIVEIRA, portador do RG n° 450456 SSP/MT e do CPF n° 326.368.301.20**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO n. 035/2016** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **SETE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ 04578067/0001-69**referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**, em conformidade com o Pregão Presencial n. 005/2016.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Paraguai – MT, 18 de abril de 2016.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE N°003/2016 - CREDENCIAMENTO N°002/2016

O Presidente da CPL comunica a todos os interessados que a Prefeitura Municipal de Alto Taquari estará realizando processo licitatório, através de Credenciamento. O objeto deste credenciamento consiste na **CERTIFICAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA, BEM COMO, DA REGULARIDADE FISCAL DE EMPRESAS, VISANDO QUALIFICÁ-LOS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE SUPERIOR AOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO COM VALOR DA TABELA SUS**. A data limite para apresentação da documentação será dia 16/05/2016 até às 07:30 hs (horário de Mato Grosso) na sala da CPL. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30 às 11:30 horas, junto a CPL ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a CPL, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 28 de abril de 2016 – Lucia Helena do Nascimento - Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 116/2016

DECRETO N° 116/2016

“Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias”.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Motorista**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Gilberto Otoni dos Santos Rodrigues**, CPF/MF sob o n° 714.476.951-00, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Motorista**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 28 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 078/2016

DECRETO N° 078/2016

“Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias”.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Controlador Interno**, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004 e sua alteração constante da Lei n° 792/2014, de 18 (dezoito) de novembro de 2014, com carga horária semanal de 30:00h, o Senhor **Robison Junio Alves dos Santos**, CPF/MF sob o n° 704.964.041-72, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Controlador Interno**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 091/2016

DECRETO N° 091/2016

“Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias”.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Maria de Fátima Inácia da Silva**, CPF/MF

sob o n° 929.540.141-72, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 114/2016

DECRETO N° 114/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Amália Pereira Leite**, CPF/MF sob o n° 006.461.281-32, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 18 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 113/2016

DECRETO N° 113/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Janaína Gelber Mesquita**, CPF/MF sob o n° 022.547.851-09, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 18 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 109/2016

DECRETO N° 109/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Tatiane Martins da Silva**, CPF/MF sob o n° 026.171.561-50, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 108/2016

DECRETO N° 108/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Mãe Social**, constante da Lei n° 640/2011, de 13 (treze) de julho de 2011, com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Vera Lúcia Augusta de Souza**, CPF/MF sob o n° 974.923.021-34, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Mãe Social**, com a assinatura do devido

Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 14 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 106/2016

DECRETO N° 106/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Dulcinéia da Silva Oliveira de Moura**, CPF/MF sob o n° 018.480.721-20, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 13 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 105/2016

DECRETO N° 105/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Tharla Karina Oliveira Almeida**, CPF/MF sob o n° 019.106.921-31, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 12 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 104/2016

DECRETO N° 104/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Mãe Social**, constante da Lei n° 640/2011, de 13 (treze) de julho de 2011, com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Fabiana Alves da Silva**, CPF/MF sob o n° 080.020.554-54, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Mãe Social**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 12 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 103/2016

DECRETO N° 103/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo VI, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Fernanda Soardi de Oliveira**, CPF/MF sob o n° 029.569.831-48, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 12 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 115/2016

DECRETO N° 115/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Odontóloga**, constante do anexo V, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, com vencimento e carga horária semanal de 40:00h, também constantes do anexo supracitado, a Senhora **Luciana Yuri Hokazono de Oliveira**, CPF/MF sob o n° 733.111.381-04, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Odontóloga**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 26 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 102/2016

DECRETO N° 102/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Mãe Social**, constante da Lei n° 640/2011, de 13 (treze) de julho de 2011, com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Alzirene Felix da Silva Souza**, CPF/MF sob o n° 003.854.941-73, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Mãe Social**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 12 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 101/2016

DECRETO Nº 101/2016

"Dispõe sobre a nomeação de **Chefe da Seção de Fiscalização e Educação Ambiental** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Fiscalização e Educação Ambiental**, o Senhor **Idelvânio Alves da Silva**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 009.186.511-58, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 100/2016

DECRETO Nº 100/2016

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Saúde Coletiva** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Saúde Coletiva**, o Senhor **Thales Fernando Eickhoff**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 005.561.201-67, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 099/2016

DECRETO N° 099/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Fernanda Rodrigues do Nascimento Lemes**, CPF/MF sob o n° 047.529.041-01, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 083/2016

DECRETO N° 083/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Antônia Feliciana da Rocha Oliveira**, CPF/MF sob o n° 878.884.911-20, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 084/2016

DECRETO N° 084/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Cassia Regina Trombini da Costa**, CPF/MF sob o n° 016.811.821-14, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 085/2016

DECRETO N° 085/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo VI, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Dulce de Lourdes Bonvino Esgueira**, CPF/MF sob o n° 058.475.108-70, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 086/2016

DECRETO N° 086/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Operador de Máquinas em Geral**, constante do anexo III, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Alceu Luiz da Silva**, CPF/MF sob o n° 458.360.191-34, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Operador de Máquinas em Geral**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 087/2016

DECRETO N° 087/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Agente de Serviço Público**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Iranúsia Roque da Silva**, CPF/MF sob o n° 045.592.734-05, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Agente de Serviço Público**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 098/2016

DECRETO N° 098/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Agente de Serviço Público**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Juliana da Silva**, CPF/MF sob o n° 040.672.271-20, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Agente de Serviço Público**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 088/2016

DECRETO Nº 088/2016

"Dispõe sobre Exoneração do Servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado **a pedido**, do cargo de **Agente de Serviço Público**, efetivo, o Servidor **Miguel Angelo Froes**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 789.973.481-91.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de Abril de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 089/2016

DECRETO N° 089/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Operador de Máquinas em Geral**, constante do anexo III, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Miguel Angelo Froes**, CPF/MF sob o n° 789.973.481-91, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Operador de Máquinas em Geral**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 097/2016

DECRETO N° 097/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Maria da Paixão da Conceição da Silva**, CPF/MF sob o n° 023.321.723-19, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 090/2016

DECRETO Nº 090/2016

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada ***a pedido***, do cargo de **Agente de Serviço Público**, efetiva, a Servidora **Maria de Fátima Inácia da Silva**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 929.540.141-72.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de Abril de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 096/2016

DECRETO N° 096/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo VI, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Elizabeth Barbosa Domingos**, CPF/MF sob o n° 592.670.701-34, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 095/2016

DECRETO N° 095/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Alexssandra Vicente de Andrade**, CPF/MF sob o n° 043.171.761-30, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 094/2016

DECRETO N° 094/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Agente de Serviço Público**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Anastácio Barbosa da Silva**, CPF/MF sob o n° 482.882.093-00, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Agente de Serviço Público**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 093/2016

DECRETO N° 093/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Valéria de Souza Leandro Ferreira**, CPF/MF sob o n° 849.981.801-34, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 026/2016 – RESULTADO

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Macário Subtil de Oliveira, n.º 848, Centro, Alto Taquari – MT, CEP 78785-000, comunica aos interessados, que a licitação realizada no dia 20/04/2016, as 07h30min (Horário de Mato Grosso), na modalidade Pregão Presencial nº 026/2016, objeto: **contratação de empresa para aquisição de veículo para atender a demanda de serviços da vigilância sanitária no município de Alto Taquari**, não compareceu nenhum interessado, tornando o certame **DESERTO**. Alto Taquari – MT, 28 de abril de 2016. Jusinéia Menezes de Carvalho - Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 037/2016

DECRETO Nº 037/2016

"Declara estabilidade dos Servidores que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá,** no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam declarados estáveis no serviço público municipal os Servidores com seus respectivos CPF/MF, cargo e data de admissão, a saber;

SERVIDOR	CFP/MF	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Abidiel Isidoro dos Santos	511.413.881-20	Motorista	**20/02/2013**
Alcides Luiz da Silva	460.032.741-15	Operador de Máquinas em Geral	**19/02/2013**
Aleteia di Resende Matos	599.960.051-00	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Aletheia Cristiane Blau	901.842.111-15	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Ana Priscila Netzlaff	535.389.781-15	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Andréia Kovaleski	934.213.701-68	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Benildes Madureira Barcelos	958.585.471-68	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Danusa Negrao Ferreira dos Reis	669.024.879-87	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Dorvalina Candida Ferreira da Silva	011.711.211-99	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Edna Porto Garcia Johann	010.403.231-62	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Elaine Cristina Oliveira da Silva Prado	911.783.041-91	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Eliane Barbosa de Souza Oliveira	018.156.861-62	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Elisabete Pereira Malheiro	849.438.901-72	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Elizangela Alves de Souza	012.618.971-45	Merendeira	**16/02/2013**
Fanny Menny Ferreira Rezende	718.331.021-34	Professor de Educação Física	**04/02/2013**
Fátima Regina Almeida Ronconi	001.998.711-08	Professor de Português	**04/02/2013**
Fernanda Nogaroto Tonsis	034.552.349-09	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Gildásio Campos Linhares	592.758.801-82	Professor de Educação Física	**04/02/2013**
Gilmar Verona Cabriotti	353.664.781-20	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Gislei Aparecida de Lima Torres Alves	024.261.199-00	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Isabella de Paula Ferreira	017.489.771-56	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Ivanice Arantes de Souza	770.517.181-34	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Jéssica Pereira Cardoso	015.592.521-03	Técnica Administrativa	**08/02/2013**
Josileide dos Santos Soares Atoleido	008.929.741-50	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**

Leudiane do Lago Sena	023.455.183-67	Auxiliar de desenvolvimento	**04/02/2013**
Luciene dos Reis Morais	535.367.111-20	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Luzineth Nogueira de Oliveira	007.104.021-80	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Marcos Antônio Aparecido Moraes	021.882.491-27	Professor de Educação Física	**14/02/2013**
Maria Angélica da Silva	575.902.819-72	Auxiliar de desenvolvimento	**04/02/2013**
Marly Maria dos Santos	638.011.671-00	Merendeira	**04/02/2013**
Raquel Porto Garcia Felippe	030.924.331-90	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Renata Pereira Barbosa Oliveira	458.380.971-91	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Rodrigo Melquides Vialle	012.641.381-99	Motorista	**20/02/2013**
Sabrina Beatriz de Queiroz	060.925.816-80	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Sara Regina Cruz Netzlaff	531.937.681-20	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**
Selma Laurentino Silva Ribeiro	572.261.721-00	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Sheila Garcia Peres Barboza	334.446.228-80	Monitora de Educação Infantil	**04/02/2013**
Tatiane Cristina David Zuim	348.644.288-08	Professor com Pedagogia	**04/02/2013**

Art. 2° - Os Servidores declarados estáveis de conformidade com o artigo anterior, foram os que prestaram concurso no ano 2012, e cumpriram o estágio probatório de três anos, contados a partir da posse, nos termos da Emenda Constitucional n° 19, de 1998 publicada no DOU de 05 (cinco) de maio de 1998.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, renovadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, em 07 de março de 2016.

MAURICIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 045/2016

DECRETO Nº 045/2016

"Dispõe sobre exoneração de **Diretor do Departamento de Cultura,** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado **a pedido**, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Cultura**, o Senhor **Carlos Henrique de Freitas Gifani**, inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 018.292.121-25, nomeado através do Decreto nº 084/2013, de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2013.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de março de 2016.

MAURICIO JOEL DE SA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 052/2016

DECRETO Nº 052/2016

"Dispõe sobre nomeação no Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Obras e Conservação** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Obras e Conservação**, código CC- 8.020, o Senhor **ATAIDE JOAQUIM DE SOUZA**, CPF/MF – 141.301.811-49, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 053/2016

DECRETO Nº 053/2016

"Dispõe sobre Exoneração do Servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado ***a pedido***, do cargo de **Médico Ginecologista e Obstetra**, efetivo, o Servidor **Sebastião Higino da Costa**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 182.529.076-87.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de Abril de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 055/2016

DECRETO N° 055/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Viviane Pereira Vanes**, CPF/MF sob o n° 026.372.129-93, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 056/2016

DECRETO N° 056/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo VI, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Giovanna Maria de Paula Menzotti**, CPF/MF sob o n° 013.665.386-33, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 057/2016

DECRETO N° 057/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Merendeira**, constante do anexo II, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Klauciane da Silva**, CPF/MF sob o n° 007.536.121-35, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Merendeira**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 058/2016

DECRETO N° 058/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Jaclécia Maria de Souza**, CPF/MF sob o n° 073.289.244-97, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 059/2016

DECRETO N° 059/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Agente de Serviço Público**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Maria Célia Silva de Oliveira**, CPF/MF sob o n° 097.392.374-10, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Agente de Serviço Público**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 060/2016

DECRETO N° 060/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Motorista**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Fabiano Correia de Lima**, CPF/MF sob o n° 329.294.188-18, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Motorista**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 02/2016 de 04/01/2016, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2016, cujo certame se deu às 07h30min (horário de Mato Grosso) do dia 18/04/2016, onde sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **DMP PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA,** por apresentar o maior percentual de desconto de **8% (oito por cento)** para o item **01**; desconto de **7% (sete por cento)** para o item **02**; desconto de **7% (sete por cento)** para o item **03**; desconto de **8% (oito por cento)** para o item **04**; desconto de **5% (cinco por cento)** para o item **05**; desconto de **5% (cinco por cento)** para o item **06**; desconto de **5% (cinco por cento)** para o item **07**; desconto de **10% (dez por cento)** para o item **08**; desconto de **10% (dez por cento)** para o item **09**; desconto de **8% (oito por cento)** para o **item 10**; desconto de **8% (oito por cento)** para o **item 11**; desconto de **5% (cinco por cento)** para o **item 12**; desconto de **10% (dez por cento)** % para o **item 13**; desconto de **10% (dez por cento)** para o **item 14**; desconto de **10% (dez por cento)** para o **item 15**; desconto de **5% (cinco por cento)** para o **item 16**; desconto de **10% (dez por cento)** para o **item 17**; desconto de **10% (dez por cento)** para o **item 18**; desconto de **10% (dez por cento)** para o **item 19**; desconto de **5% (cinco por cento)** para o **item 20.** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor desconto por item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 28 de abril de 2016. Maiores informações fones (66) 3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 28 de abril de 2016. – Jusinéia Menezes de Carvalho **–** Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 061/2016

DECRETO N° 061/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Benildes Madureira Barcelos**, CPF/MF sob o n° 958.585.471-68, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 062/2016

DECRETO Nº 062/2016

"Nomeia a ***" Diretora do Departamento de Administração"*** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeada para exercer o Cargo de ***Diretora do Departamento de Administração***, aSenhora **Luzia Helena Souza Rezende**, código CC-4.100, CPF/MF – 020.774.131-07, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 063/2016

DECRETO N° 063/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Assistente Social**, constante do anexo V, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 30:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Ivone Tavares de Meneses dos Santos**, CPF/MF sob o n° 689.526.861-87, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Assistente Social**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 064/2016

DECRETO N° 064/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Sueli Gomes da Silva Sacks**, CPF/MF sob o n° 031.439.561-00, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 065/2016

DECRETO N° 065/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Meire Dias Miranda**, CPF/MF sob o n° 979.418.321-00, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 066/2016

DECRETO N° 066/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Motorista**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Sandes Júnior Bernardes da Silva**, CPF/MF sob o n° 029.626.381-80, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Motorista**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 067/2016

DECRETO N° 067/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Esneide de Almeida Ferreira**, CPF/MF sob o n° 033.555.651-56, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 068/2016

DECRETO N° 068/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Karine Izidoro dos Santos**, CPF/MF sob o n° 061.915.931-63, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 069/2016

DECRETO N° 069/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Kamila Izidoro dos Santos**, CPF/MF sob o n° 061.915.521-30, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 070/2016

DECRETO N° 070/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Maria Alves de Andrade**, CPF/MF sob o n° 045.680.934-14, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 071/2016

DECRETO N° 071/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Suelen Patrícia Rodrigues Froes**, CPF/MF sob o n° 067.502.509-55, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 072/2016

DECRETO N° 072/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 20:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Marlene Laurentino Silva Guimarães**, CPF/MF sob o n° 819.314.411-20, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 073/2016

DECRETO Nº 073/2016

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada ***a pedido***, do cargo de **Agente de Serviço Público**, efetiva, a Servidora **Heloine Nascimento da Silva**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 951.538.101-00.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de Abril de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 074/2016

DECRETO N° 074/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Técnico em Higiene Bucal**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Heloine Nascimento da Silva**, CPF/MF sob o n° 951.538.101-00, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Técnico em Higiene Bucal**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 075/2016

DECRETO N° 075/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do

anexo supracitado, a Senhora **Fernanda Nascimento de Freitas**, CPF/MF sob o n° 017.668.291-04, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 076/2016

DECRETO Nº 076/2016

"Dispõe sobre Exoneração do Servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado **a pedido**, do cargo de **Técnico em Tecnologia da Informação**, efetivo, o Servidor **Robison Junio Alves dos Santos**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 704.964.041-72.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 077/2016

DECRETO Nº 077/2016

"Dispõe sobre exoneração de **Coordenador de Controle Interno,** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado a pedido, do Cargo em Comissão de **Coordenador de Controle Interno**, o Senhor **Robison Junio Alves dos Santos**, inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 704.964.041-72, nomeado através do Decreto nº 002/2013, de 02 (dois) de janeiro de 2013.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de abril de 2016.

MAURICIO JOEL DE SA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 092/2016

DECRETO N° 092/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Aline dos Santos**, CPF/MF sob o n° 054.567.221-00, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 079/2016

DECRETO N° 079/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Inspetor de Alunos**, constante do anexo VI, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Edilúcia das Chagas Fermino**, CPF/MF sob o n° 399.151.108-80, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Inspetor de Alunos**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 080/2016

DECRETO N° 080/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Isaura Maria Almeida de Souza Luiz**, CPF/MF sob o n° 661.947.843-34, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 081/2016

DECRETO N° 081/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Leiliane Souza**, CPF/MF sob o n° 034.469.221-30, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 082/2016

DECRETO N° 082/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Agente de Serviço Público**, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Joelma Cristian da Silva**, CPF/MF sob o n° 023.806.891-99, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Agente de Serviço Público**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 08 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 0945/2016.

DECRETO Nº 0945/2016.

SÚMULA: "REGULAMENTA A LEI 0934/2015, QUE INSTITUIO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIM), NO MUNICIPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO e dá outras providências".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei**:**

DECRETA:

Art. 1º - EsteRegulamento dispõe sobre normaspara execução do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM), no Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Fica instituído, no âmbito do Município de Apiacás, o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM), vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente ao qual compete:

I-regulamentar e normatizar:

a implantação, a construção, a reforma, e o aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal;

o transporte de produtos de origem animal in natura, industrializados ou beneficiados;

a embalagem e a rotulagem de produtos de origem animal.

II – executar a inspeção sanitária de produtos de origem animal;

III – promover o registro dos estabelecimentos referidos na alínea "a" do inciso I deste artigo, da embalagem e da rotulagem dos produtos de origem animal;

IV – fiscalizar o cumprimento das normas e regulamentos decorrentes da Lei 0934/2015.

Art. 3º - Ficam sujeitos ao registro no SIM os seguintes estabelecimentos:

Matadouros de bovinos, suínos, ovinos e caprinos, abatedouros de aves e coelhos, e demais espécies, charqueadas, fábrica de produtos gordurosos, entrepostos de carne e derivados e fábricas de produtos de origem animal não comestível;

Usinas de processamento de leite, fábrica de laticínios, entrepostos/usinas, entrepostos de laticínio, postos de refrigeração e postos de coagulação;

Entrepostos de pescado e fábrica de conservas de pescado;

Entrepostos de ovos e fábricas de conservas de ovos;

Apiário, entreposto de mel e cera de abelhas;

Agroindústrias.

Parágrafo único – O registro dos estabelecimentos de que trata o caput deste artigo é privativo do SIM, e será expedido somente depois de cumpridas todas as exigências constantes na Lei 0934/2015.

Art. 4º - O registro dos estabelecimentos de produtos de origem animal pelo SIM isenta-os de qualquer outro registro municipal com a mesma finalidade.

Art. 5º - Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, qualquer instalação ou local no qual são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados, rotulados com finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, os ovos, o mel e a cera de abelhas e seus derivados, o leite e seus derivados, o pescado e seus derivados, bem como os produtos utilizados para a sua industrialização.

Art. 6º - A simples designação “produto”, “subproduto”, “mercadoria” ou “gênero” significa, para efeito do presente Decreto, que se trata de “produto de origem animal ou suas matérias-primas”.

Art. 7º - Nenhum estabelecimento poderá comercializar produtos de origem animal no Município de Apiacás-MT, sem estar registrado no SIM.

Art. 8º - Além do registro a que se refere o artigo anterior, todo estabelecimento deverá registrar seus produtos, atendendo as exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIM.

Art. 9º - O registro do estabelecimento e de seus produtos deverá ser requerido ao órgão municipal competente, instruído o processo com os seguintes documentos, devidamente datados e assinados por profissional habilitado:

Requerimento datado e assinado por profissional habilitado;

Licença prévia do Instituto Ambiental do Estado de Mato Grosso (**Sema**) ou da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, respeitando o disposto na Resolução Consema nº 85/2014;

Planta baixa, com cortes e fachadas da construção;

Projeto hidro-sanitário;

Relação discriminada do maquinário e fluxograma de produção;

Contrato social da empresa;

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Contrato de trabalho do responsável técnico.

Art. 10 – Satisfeitas as exigências fixadas, o Coordenador do SIM autorizará a expedição do “Termo de Liberação”, do qual constará o número de registro, nome da firma, classificação do estabelecimento e outros detalhes necessários.

§ 1º - O Termo de que trata o caput deste artigo somente será emitido após a apresentação da Licença de Operação, expedida pelo órgão ambiental competente.

§ 2º - Autorizado o registro, o SIM ficará com uma cópia do processo.

Art. 11– O “Termo de Liberação” estará sujeito a renovação anual, após vistoria e liberação do estabelecimento pelo SIM.

Art. 12 – As autoridades municipais não permitirão o funcionamento de qualquer estabelecimento de produtos de origem animalsem que sejam cumpridas todas as exigências legais.

Art. 13– O estabelecimento que interromper seu funcionamento só poderá reiniciar suas atividades mediante a inspeção prévia de todas as suas dependências, instalações e equipamentos.

Art. 14– A inspeção do SIM se estende às casas atacadistas e varejistas, em caráter supletivo, sem prejuízo da fiscalização sanitária, e terá por objetivo reinspecionar produtos de origem animal e verificar se existem produtos que não foram inspecionados na origem ou, quando o tenham sido, infrinjam dispositivos legais.

Art. 15– A inspeção industrial e sanitária poderá ser:

I – permanente, em estabelecimentos que abatam animais de açougue;

II – periódica ou permanente, nos demais estabelecimentos, a critério do SIM.

Parágrafo primeiro– Entende-se por “animais de açougue” os bovinos, suínos, bubalinos, caprinos, ovinos, eqüinos, aves, coelhos e peixes.

Parágrafo segundo - Entende-se “carne de açougue” as massas musculares maturadas e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente e que procede dos animais abatidos sob inspeção sanitária.

Art. 16 – Os estabelecimentos sujeitos ao disposto na Lei 0934/2015 classificam-se em:

estabelecimentos de carnes e derivados, compreendendo:

matadouros: são os estabelecimentos dotados de instalações com refrigeração, para matança de animais de qualquer espécie, visando ao fornecimento de carne in natura para açougues;

matadouros-frigoríficos: são os estabelecimentos especificados na alínea anterior, mas já dotados de equipamentos completos para frigorificação de produtos, com ou sem dependências industriais;

estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos destinados à transformação de matéria-prima para elaboração de produtos cárneos destinados ao consumo humano ou animal, incluindo-se as charqueadas, fábricas de conservas, fábricas de produtos gordurosos, fábricas de produtos derivados não-comestíveis e entrepostos de carnes e derivados;

agroindústria: pequeno estabelecimento destinado ao processamento de gênero alimentícios com mão-de-obra predominantemente familiar.

II – estabelecimentos de pescados e derivados, compreendendo:

entrepostos de pescados e derivados: são os estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado;

estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.

III) estabelecimento de leite e seus derivados, compreendendo:

entrepostos de leite e derivados: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, resfriamento, transvase, concentração, acidificação, desnate ou coagulação de leite, do creme e outras matérias-primas para depósito por curto tempo e posterior transporte para a industria;

estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluindo-se as usinas de beneficiamento e fábricas de laticínios.

IV – estabelecimentos de mel e cera de abelhas, compreendendo:

apiário: conjunto de colméias, materiais e equipamentos, destinados ao manejo das abelhas e à produção de mel, cera, própolis, pólen, geléia real e outros;

casas do mel: são os estabelecimentos onde se recebe a produção dos apiários, destinadas aos procedimentos de extração, centrifugação, filtração, decantação, classificação, envase e estocagem;

entrepostos de mel e cera de abelhas: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação e industrialização de mel e seus derivados.

V – estabelecimentos de ovos e derivados, compreendendo:

a) granjas avícolas: são os estabelecimentos destinados à produção de ovos, que fazem comercialização direta ou indireta de seus produtos;

b) fábrica de conserva de ovos: são os estabelecimentos destinados ao recebimento e à industrialização de ovos;

c) entrepostos de ovos: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos in natura.

Art. 17– O SIM será composto exclusivamente por médicos veterinários e auxiliares de inspeção sanitária, sob a coordenação de um médico veterinário.

Art. 18– O Conselho Consultivo do SIM será composto por membros, compreendendo:

I – médico veterinário, auxiliares de inspeção sanitária e técnicos afins;

Art. 19– Compete ao Conselho Consultivo de que trata o artigo anterior:

I – auxiliar o SIM na elaboração das normas e regulamentos necessários à plena execução das atividades de inspeção;

II – analisar e emitir parecer sobre os projetos de construção, reforma e aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção da matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal;

III – analisar e emitir parecer sobre os processos de registro da embalagem e da rotulagem de produtos de origem animal;

IV – colaborar com a coordenação do SIM, quando solicitado.

Art. 20– Os pareceres sobre os estabelecimentos de produtos de origem animal, referidos no inciso II do artigo anterior, deverão ser encaminhados ao Coordenador do SIM, assinados por, no mínimo, dois integrantes do colegiado.

Art. 21– As liberações para funcionamento dos estabelecimentos com inspeção serão de competência exclusiva do Coordenador do SIM.

Art. 22– A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos de produtos de origem animal somente após o registro dos mesmos no SIM.

Art. 23 – Serão inspecionados e reinspecionados nos estabelecimentos com registro no SIM todos os produtos de origem animal.

Art. 24– A inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal será executada pela coordenação do SIM ou por outros órgãos afins, com ele conveniados.

Art. 25– Todo e qualquer estabelecimento, para iniciar construções, reformas deverá apresentar parecer prévio do órgão competente e solicitar a respectiva licença junto àquele órgão.

§ 1º - Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, para exploração do comércio municipal, sem que esteja de acordo com as condições mínimas exigidas na legislação em vigor.

§ 2º - As exigências de que trata o parágrafo anterior referem-se às dependências, instalações, máquinas, equipamentos, utensílios utilizados, licenças ambientais e credenciamento do responsável técnico junto ao órgão competente.

Art. 26 – Todos os estabelecimentos industriais devem destinar seus resíduos nos termos das exigências ambientais.

Parágrafo único – As demais construções e instalações ficam atinentes à legislação vigente do SIM.

Art. 27– O pessoal que trabalha em estabelecimentos de produtos de origem animal deve apresentar-se com uniforme completo, composto de botas, jaleco, calça, avental e touca, de cor clara e limpa, trocado diariamente ou, quando necessário, entre os turnos de trabalho.

§ 1º - Os funcionários que trabalham em oficinas, setores de manutenção e outros, devem apresentar-se com uniformes em cores diferenciadas e não poderão ter livre acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança ou se manipulam produtos comestíveis.

§ 2º - Os visitantes somente poderão ter acesso ao interior do estabelecimento quando devidamente uniformizados e autorizados pelo responsável do serviço de inspeção sanitária.

Art. 28 – Os funcionários deverão, ainda, atender as seguintes exigências:

I – possuir atestado de saúde atualizado (anualmente);

II – não ter adornos nas mãos ou pulso;

III – não apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas e queimaduras;

IV – não cuspir, fumar ou realizar qualquer ato físico que, de alguma maneira, possa contaminar o alimento;

V – manter rigorosa higiene pessoal.

Art. 29– É proibido utilizar áreas onde se realizam trabalhos industriais para outras atividades que não se relacionam ao trabalho, bem como depositar produtos, objetos e material estranho à finalidade da dependência.

Art. 30– Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio ou ao consumidor devem estar devidamente identificados por meio de rótulo.

Parágrafo único – Fica a critério do SIM permitir o emprego de rótulo sob a forma de etiqueta ou o uso exclusivo do carimbo da inspeção.

Art. 31– Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa, litografada ou gravada a fogo sobre a matéria-prima ou na embalagem.

Art. 32– Para efeito de identificação da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal na rotulagem, fica determinada a seguinte nomenclatura:

I – A: para matadouros ou matadouros frigoríficos de aves;

II – C : para matadouros ou matadouros frigoríficos de coelhos;

III – E: para estabelecimentos industriais de produtos cárneos;

IV – L: para todos os estabelecimentos de leite e derivados;

V – M: para todos os estabelecimentos de mel, cera de abelhas e derivados;

VI – O: para todos os estabelecimentos de ovos e derivados;

VII – P: para todos os estabelecimentos de pescados e derivados.

Art. 33 – O rótulo para produtos de origem animal deve conter as seguintes informações:

I – nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;

II – nome da firma ou empresa responsável;

III – natureza do estabelecimento, de acordo com a classificação prevista na Lei 0934/2015;

IV – carimbo oficial da inspeção sanitária municipal;

V – endereço e telefone do estabelecimento;

VI – marca comercial do produto;

VII – data de fabricação do produto;

VIII – a expressão “prazo de validade”;

IX – peso líquido;

X – composição e formas de conservação do produto;

XI – os termos “indústria brasileira”;

XII – nome e número de inscrição do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) do responsável técnico;

XIII – demais disposições aplicáveis.

Parágrafo único – Em caso de utilização de carne eqüídea ou de produtos com ela elaborados parcial ou totalmente, exige-se, ainda, que o respectivo rótulo contenha uma das seguintes expressões:

I – “carne de eqüídeo”; ou

II – “preparada com carne de eqüídeo”; ou

III – “contém carne de eqüídeo”.

Art. 34 – Os produtos destinados à alimentação animal devem conter, em seu rótulo, a inscrição “alimentação animal”.

Art. 35– Os produtos não destinados à alimentação humana ou animal devem conter, em seu rótulo, a inscrição “não comestível”.

Art. 36 – As embalagens e películas destinadas a produtos de origem animal devem ser aprovadas pelo órgão competente da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Art. 37– As informações de produtos cujo rótulo não comporte todas as expressões exigidas pela legislação vigente, poderão ser inseridas em embalagens coletivas, como caixas, latas e outras, higiênicas e adequadas ao produto.

Art. 38 – É proibida a reutilização de embalagens.

Art. 39– Todo estabelecimento deve registrar, além dos casos previstos, diariamente em livros próprios e mapas, cujos modelos devem ser fornecidos pela coordenação do SIM, entradas e saídas de matérias-primas e produtos especificando quantidade, qualidade e destino.

Art. 40 – Cancelado o registro, o material pertinente, inclusive de natureza cientifica, o arquivo, os carimbos oficiais da inspeção sanitária e as embalagens com carimbo do SIM, serão recolhidos à coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Art. 41– Os produtos e matérias-primas de origem animal, procedentes de estabelecimentos sob inspeção municipal satisfeita as exigências da legislação em vigor, podem ser expostos ao consumo em qualquer parte do território municipal.

Art. 42– As autoridades de saúde pública, em sua função de vigilância sanitária de alimentos nos centros de consumo, devem comunicar ao SIM os resultados das análises de rotina.

Art. 43– Todos os produtos de origem animal, em trânsito pelas estradas municipais, devem estar devidamente embalados, acondicionados e rotulados, conforme prevê a Lei 0934/2015, podendo ser reinspecionados pelos técnicos do SIM nos postos fiscais, fixos ou volantes, bem como nos estabelecimentos de destino.

Art. 44 – Os produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos com inspeção permanente, excluído o leite a granel, quando em trânsito, devem estar obrigatoriamente acompanhados do “Certificado Sanitário”, visado pelo médico veterinário ou técnico responsável pela inspeção.

Art. 45 – O transporte de produtos de origem animal deve ser feito em veículos apropriados tanto ao tipo de produto a ser transportado, como à sua perfeita conservação.

§ 1º - Não podem ser transportados com os produtos de que trata o caput deste artigo produtos ou mercadorias de outra natureza.

§ 2º - Para o transporte a que se refere este artigo, os produtos devem estar acondicionados higienicamente em recipiente adequado, independente de sua embalagem individual ou coletiva.

Art. 46 – Em se tratando de trânsito de produtos de origem animal procedentes de outros estados e municípios, deverá serobedecida o que se estabelece a legislação Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 47 – Ficam os proprietários ou representantes legais dos estabelecimentos de que trata a Lei 0934/2015 obrigados a:

I – cumprir e fazer cumprir todas as exigências nela contidas;

II – fornecer, quando necessário ou solicitado, material adequado e suficiente para a execução dos trabalhos de inspeção sanitária;

III – fornecer, quando for o caso, pessoal auxiliar habilitado e suficiente, para ficar à disposição do SIM;

IV – viabilizar o transporte dos técnicos da inspeção, quando estes não dispuserem de meio de locomoção para a execução de seus trabalhos;

V – possuir responsável técnico habilitado;

VI – acatar todas as determinações da inspeção sanitária, quanto ao destino dos produtos condenados;

VII – manter e conservar o estabelecimento de acordo com as normas desta Lei;

VIII – recolher, se for o caso, todos os tributos ou tarifas de inspeção sanitária e/ou de abate e outras que existam ou vierem a ser instituídas de acordo com a legislação vigente;

IX – submeter à reinspeção sanitária, sempre que necessário qualquer matéria-prima ou produto industrializado;

X – prestar serviços a terceiros, em se tratando de matadouros;

XI – efetuar o pagamento de serviços extraordinários executados por servidores da inspeção sanitária;

XII – fornecer à coordenação do SIM, até o décimo dia útil de cada mês subseqüente ao vencido, os dados estatísticos de interesse para a avaliação da produção, industrialização, transporte e comércio de produtos de origem animal;

XIII – substituir, no prazo máximo de trinta dias, o responsável técnico que eventualmente se desligar do estabelecimento.

Parágrafo único – Os casos omissos no presente artigo serão resolvidos pela Coordenação do SIM.

Art. 48– É proibida a matança de qualquer animal que não tenha permanecido em descanso, jejum e dieta hídrica específicos para cada espécie em questão, conforme normas junto às dependências do estabelecimento.

§ 1º - Nos casos a que se refere o *“caput”*, a autoridade sanitária do ponto de partida deve fornecer um documento mencionando claramente as condições de saúde dos animais.

§ 2º - O tempo de repouso de que trata este artigo pode ser ampliado todas as vezes que a inspeção sanitária entender necessário.

Art. 49 – A regulamentação da Inspeção Sanitária, Industrial e Tecnológica nos estabelecimentos mencionados no artigo 4º da Lei 0934/2015, será estabelecida por ato da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, específico para cada espécie ou produto de origem animal.

Art. 50– No caso de descumprimento do disposto no presente regulamento enos atos complementares, serão adotados os procedimentos previstos no artigo 2º da Lei Federal nº 7.889/89, do dia 23 de novembro de 1.989.

Art. 51 – Além das infrações já previstas, incluem-se como tais, os atos que procurem impedir, dificultar, burlar ou embaraçar a ação dos servidores da inspeção municipal.

Art. 52 – As penalidades administrativas a serem aplicadas serão, conforme o caso:

I – advertência;

II – multa;

III – apreensão e/ou condenação dos produtos;

IV – suspensão da inspeção ou interdição permanente ou temporária do estabelecimento;

V – cancelamento do registro.

§ 1º - As penalidades previstas nos incisos do caput deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.

§ 2º - São competentes para a prática dos atos de apreensão e/ou condenação de produtos todos os servidores da inspeção sanitária, sob o conhecimento da Coordenação.

§ 3º - As penalidades de multa, suspensão, interdição e cancelamento do registro do estabelecimento são de competência da Coordenação do SIM.

§ 4º - O “Auto de Infração”, documento gerador do processo punitivo, deverá ter detalhada a falta cometida, o dispositivo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a empresa responsável, devendo ser encaminhado à Coordenação do SIM, para conhecimento e tomada das providências cabíveis.

§ 5º - Os autuados que se enquadrem no disposto no § 3º deste artigo terão o prazo de quinze dias, para apresentar sua defesa junto ao SIM.

Art. 53 – As multas serão aplicadas nos casos de reincidência da infração, assim como naqueles em que haja manifesta ocorrência de dolo ou má-fé.

Art. 54– As multas serão aplicadas em Unidade de Padrão Fiscal Municipal de Apiacás (UPFM), que tem seu valor unitário estabelecido pelo Executivo Municipal.

Art. 55– Aos infratores aplicar-se-ão as seguintes multas:

I – de até dez UPFM, quando:

a) estejam operando sem a utilização de equipamentos adequados;

b) não possuam instalações adequadas para manutenção higiênica das diversas operações;

c) utilizem água contaminada dentro do estabelecimento;

d) não estejam realizando o tratamento adequando das águas servidas;

e) estejam utilizando os equipamentos, utensílios e instalações para outros fins que não aqueles previamente estabelecidos;

f) permitam a livre circulação de pessoal estranho à atividade dentro das dependências do estabelecimento;

g) permitam o acesso ao interior do estabelecimento de funcionários ou visitantes sem estarem devidamente trajados;

h) não apresentarem a documentação sanitária necessária dos animais para o abate;

i) não apresentarem a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitada.

II – de dez a vinte UPFM, quando:

a) não possuírem registro junto ao SIM e estejam realizando comércio municipal;

b) estiverem sonegando, dificultando ou alterando as informações de abate;

c) não houver acondicionamento e/ou depósito adequado de produtos e/ou matérias-primas, em câmaras frias ou outra dependência, conforme o caso;

d) houver transporte de produtos e/ou matérias primas em condições de higiene e/ou temperatura inadequadas;

e) do não cumprimento dos prazos estipulados para o saneamento das irregularidades mencionadas no “Auto de Infração”;

f) houver utilização de matérias-primas de origem animal ou não, que estejam em desacordo com a Lei 0934/2015;

g) não apresentarem análises de qualidade do produto.

III – de vinte a cinquenta UPFM, quando:

a) ocorrerem atos que procurem dificultar, burlar, embaraçar ou impedir a ação de inspeção;

b) houver a comercialização de produtos com rótulo inadequado ou sem as informações exigidas pela Lei 0934/2015.

IV – de cinquenta a cem UPFM, quando:

a) houver transporte de produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sem a documentação sanitária exigida;

b) houver comercialização de produtos de origem animal sem o respectivo rótulo;

c) houver utilização de matérias-primas sem inspeção ou inadequadas para fabricação de produtos de origem animal;

d) houver comercialização municipal de produtos sem registro e/ou sem inspeção;

e) não possuir responsável técnico habilitado.

V – de cem a quinhentas UPFM, quando:

a) houver adulteração, fraude ou falsificação de produtos e/ou matérias-primas de origem animal ou não;

b) houver abate de animais que não estejam em condições de abate, houver transporte ou comercialização de carcaças sem o carimbo oficial da inspeção municipal;

c) ocorrer à utilização do carimbo ou do rótulo registrado sem a devida autorização do SIM;

d) houver cessão de embalagens rotuladas a terceiros, visando a facilitar o comércio de produtos não inspecionados.

Art. 56 – O infrator, uma vez multado, terá setenta e duas horas para efetuar o recolhimento da multa e exibir ao SIM o respectivo comprovante.

Parágrafo único – O prazo de que trata o caput deste artigo é contado a partir do dia e hora em que o infrator tenha sido notificado da multa.

Art. 57– O não recolhimento da multa no prazo estipulado no artigo anterior implicará na respectiva cobrança executiva.

Art. 58– Da pena de multa, apósefetuado o respectivo recolhimento, cabe recurso ao Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Art. 59– Para efeito de apreensão e/ou condenação, são considerados impróprios para o consumo, os produtos de origem animal que:

I – se apresentarem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manutenção, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II – forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III – contiverem substancias tóxicas ou nocivas à saúde;

IV – estiverem sendo transportadas fora das condições exigidas;

V – estiverem sendo comercializados sem a autorização do SIM.

Parágrafo único – Além das condições já previstas na Lei 0934/2015, ocorrem:

I – adulterações, quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas pela legislação vigente;

II – fraudes, quando:

a) houver supressão de um ou mais elementos e substituição por outros, visando ao aumento do volume ou de peso, em detrimento de sua composição normal;

b) as especificações, total ou parcialmente, não coincidam com o contido dentro da embalagem;

c) for constatada intenção dolosa em simular ou mascarar a data de fabricação.

III – falsificações, quando:

a) os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo, com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

b) forem utilizadas denominações diferentes das previstas na Lei 0934/2015 ou em fórmulas aprovadas.

Art. 60 – A suspensão da inspeção, a interdição temporária do estabelecimento ou a cassação do registro serão aplicados quando a infração for provocada por negligência manifesta, reincidência ou conduta dolosa e tenha alguma das seguintes características:

I – cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou embaraço à ação fiscalizadora;

II – consista na adulteração ou falsificação do produto;

III – seja acompanhado de desacato ou tentativa de suborno;

IV – resulte, comprovada por inspeção realizada por autoridade competente, a impossibilidade do estabelecimento permanecer em atividade.

Art. 61– As penalidades a que se refere a Lei 0934/2015 serão agravadas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando esta medida couber, nem tampouco da respectiva ação criminal.

Art. 62 – As penalidades serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública, policial ou de defesa do consumidor.

Art. 63– O descumprimento das responsabilidades dos servidores da inspeção sanitária serão apuradas pela Coordenação do SIM, à qual compete a iniciativa das providencias cabíveis.

Art. 64– O SIM divulgará todas as normas que forem expedidas, para conhecimento das autoridades e, conforme o caso fará um comunicado direto aos órgãos envolvidos.

Art. 65– Sempre que possível o SIM facilitará aos seus técnicos a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos ou escolas apropriadas.

Art. 66– O SIM promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres no sentido de se obter o máximo de eficiência e praticidade nos trabalhos de inspeção industrial e sanitária.

Art. 67– Os servidores do SIM, em serviço da inspeção têm livre acesso, em qualquer dia ou hora, aos estabelecimentos relacionados no presente regulamento.

Art. 68– A classificação dos diversos produtos ou subprodutos de origem animal será disciplinada através de normas técnicas específicas, aprovadas pelo Conselho Consultivo do SIM.

Art. 69– As polícias civis e militares sempre que necessário darão apoio aos servidores da inspeção sanitária, quando no desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 70– Caberá ao Chefe do Executivo Municipal a regulamentação da inspeção e fiscalização de outros produtos e alimentos de origem animal não compreendido na Lei 0934/2015, mediante proposta prévia do SIM.

Art. 71– É de responsabilidade do médico veterinário a coordenação das ações de sua competência contidas neste regulamento.

Art. 72 – Todos os estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal terão o prazo de 120 dias para a sua adequação.

Art. 73 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás – MT, 28 de Abril de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
BALANCETE-JANEIRO 2016

PREVIAP

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS – MT.
CNPJ: 03.094.874/0001-43

BALANCETE

FINANCEIRO

ORÇAMENTÁRIO

MÊS

JANEIRO

2016

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Janeiro/2016

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
100000000000	RECEITAS CORRENTES								
120000000000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES								
121000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
121029000000	CONTRIBUICOES PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO								
121029070000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	650.000,00		1.057,45		1.057,45	1.057,45		648.942,55
121029130000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL (SERV	20.000,00							20.000,00
	SOMA	670.000,00		1.057,45		1.057,45	1.057,45		668.942,55
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL								
131000000000	RECEITAS IMOBILIARIAS								
131100000000	ALUGUEIS	10.000,00							10.000,00
132000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS								
132800000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV								
132810000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	1.300.000,00		189.365,09		189.365,09	189.365,09		1.110.634,91
932810000000	DESVALORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA RPPS	-250.000,00		-8.260,96		-8.260,96	-8.260,96		-241.739,04
132820000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	20.000,00							20.000,00
132830000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	50.000,00							50.000,00
	SOMA	1.130.000,00		181.104,13		181.104,13	181.104,13		948.895,87
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
191000000000	MULTAS E JUROS DE MORA								
191200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES								
191256000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE REGIME GERAL	2.000,00							2.000,00
191800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS								
191899000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	50.000,00							50.000,00
192000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
192200000000	RESTITUICOES								
192210000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE	48.000,00							48.000,00
192299000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299020000	RESTITUICAO - PREVIAP	100.000,00							100.000,00
199000000000	RECEITAS DIVERSAS								
199099000000	OUTRAS RECEITAS								
199099020000	RECEITAS DIVERSAS - PREVIAP								
	SOMA	200.000,00							200.000,00
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**2.000.000,00**		**182.161,58**		**182.161,58**	**182.161,58**		**1.817.838,42**
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS								
720000000000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES								
721000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
721029000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO								
721029010000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	950.000,00		1.804,42		1.804,42	1.804,42		948.195,58
721029150000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DEBITOS								
721029150100	PRINCIPAL AMORTIZADO REF. CONFISSAO E PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDEN	50.000,00							50.000,00
	SOMA	1.000.000,00		1.804,42		1.804,42	1.804,42		998.195,58
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	**1.000.000,00**		**1.804,42**		**1.804,42**	**1.804,42**		**998.195,58**
	TOTAL	**3.000.000,00**		**183.966,00**		**183.966,00**	**183.966,00**		**2.816.034,00**
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**3.000.000,00**		**183.966,00**		**183.966,00**	**183.966,00**		**2.816.034,00**

Emissão: 28/04/2016 07:43:08

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Janeiro/2016

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Emissão: 28/04/2016 07:43:08 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Até o Mês de 01/2016

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
12	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
001	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
09.272.0002.2002-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00		100.000,00		7.446,34		7.446,34	92.553,66
09.272.0002.2002-319092000000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-319113000000	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00		15.000,00		833,49		833,49	14.166,51
09.272.0002.2002-339009000000	SALARIO-FAMILIA (RPPS)								
09.272.0002.2002-339014000000	DIARIAS - CIVIL	3.000,00		3.000,00					3.000,00
09.272.0002.2002-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00		2.500,00					2.500,00
09.272.0002.2002-339033000000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.500,00		2.500,00					2.500,00
09.272.0002.2002-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00		50.000,00		46.622,40		46.622,40	3.377,60
09.272.0002.2002-339047000000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.000,00		20.000,00		19.000,00		19.000,00	1.000,00
09.272.0002.2002-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00		15.000,00					15.000,00
77.779.0002.2002-319001000000	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFOR	175.000,00		175.000,00		21.042,02		21.042,02	153.957,98
77.779.0002.2002-319005000000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	300.000,00		300.000,00		9.601,40		9.601,40	290.398,60
77.779.0002.2002-999999990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.315.000,00		2.315.000,00					2.315.000,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**		**104.545,65**		**104.545,65**	**2.895.454,35**
	TOTAL DO ORGÃO - 12	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**		**104.545,65**		**104.545,65**	**2.895.454,35**
	TOTAL DAS DESPESAS	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**		**104.545,65**		**104.545,65**	**2.895.454,35**
	TOTAL DE INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**		**104.545,65**		**104.545,65**	**2.895.454,35**

Emissão: 28/04/2016 07:43:50

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Janeiro/2016

Data de emissão: 28/04/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**191.767,29**	**2.837.181,05**	**Despesa Orçamentária**	**104.545,65**	**516.553,56**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	191.767,29	3.150.918,47	Ordinária	104.545,65	516.553,56
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária		313.737,42			
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**64.894,49**	**39.364,38**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**8.252,23**	**37.834,28**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	61.729,50	4.949,13	Pagos no período	4.949,13	3.557,14
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	3.164,99	34.415,25	Outras movimentações extra-orçamentárias	3.303,10	34.277,14
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior	**-186.515,65**	**9.282.207,71**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**-9.781,02**	**11.604.365,30**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento		6.652,53	Bancos conta movimento		186.515,65
Aplicações financeiras		9.275.555,18	Aplicações financeiras		11.417.849,65
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)	186.515,65		(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)	9.781,02	

Emissão: 28/04/2016 07:44:46 Página 1

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Janeiro/2016

TOTAL	**70.146,13**	**12.158.753,14**	**TOTAL**	**103.016,86**	**12.158.753,14**

Emissão: 28/04/2016 07:44:46 Página 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Janeiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.985.000,00		2.985.000,00	103.712,16	103.712,16	41.982,66	41.982,66	3,47	2.881.287,84
DESPESAS CORRENTES	655.000,00		655.000,00	103.712,16	103.712,16	41.982,66	41.982,66	15,83	551.287,84
Pessoal e Encargos Sociais	576.000,00		576.000,00	38.089,76	38.089,76	38.089,76	38.089,76	6,61	537.910,24
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	79.000,00		79.000,00	65.622,40	65.622,40	3.892,90	3.892,90	83,06	13.377,60
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00		15.000,00						15.000,00
Investimentos	15.000,00		15.000,00						15.000,00
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.315.000,00		2.315.000,00						2.315.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	15.000,00		15.000,00	833,49	833,49	833,49	833,49	5,55	14.166,51
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	3.000.000,00		3.000.000,00	104.545,65	104.545,65	42.816,15	42.816,15	3,48	2.895.454,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	3.000.000,00		3.000.000,00	104.545,65	104.545,65	42.816,15	42.816,15	3,48	2.895.454,35
SUPERÁVIT (XIII)				79.420,35	79.420,35				-79.420,35
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.000.000,00		3.000.000,00	183.966,00	183.966,00	183.966,00	42.816,15	6,13	2.816.034,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	15.000,00		15.000,00	833,49	833,49	833,49	833,49	5,55	14.166,51
Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00		15.000,00	833,49	833,49	833,49	833,49	5,55	14.166,51
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	15.000,00		15.000,00	833,49	833,49	833,49	833,49	5,55	14.166,51
SUPERÁVIT (IV)	985.000,00		985.000,00	970,93	970,93	970,93		0,09	984.029,07
TOTAL (V) = (III + IV)	1.000.000,00		1.000.000,00	1.804,42	1.804,42	1.804,42	833,49	0,18	998.195,58

Emissão: 28/04/2016 07:45:29

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Janeiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 28/04/2016 07:45:29 Page 2 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Janeiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.000.000,00	2.000.000,00	182.161,58	9,10	182.161,58	9,10	1.817.838,42
RECEITAS CORRENTES	2.000.000,00	2.000.000,00	182.161,58	9,10	182.161,58	9,10	1.817.838,42
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	670.000,00	670.000,00	1.057,45	0,15	1.057,45	0,15	668.942,55
Contribuições Sociais	670.000,00	670.000,00	1.057,45	0,15	1.057,45	0,15	668.942,55
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL	1.380.000,00	1.380.000,00	189.365,09	13,72	189.365,09	13,72	1.190.634,91
Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.370.000,00	1.370.000,00	189.365,09	13,82	189.365,09	13,82	1.180.634,91
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-250.000,00	-250.000,00	-8.260,96	3,30	-8.260,96	3,30	-241.739,04
Transferências Intergovernamentais	-250.000,00	-250.000,00	-8.260,96	3,30	-8.260,96	3,30	-241.739,04
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00					200.000,00
Multa de Juros de Mora	52.000,00	52.000,00					52.000,00
Indenizações e Restituições	148.000,00	148.000,00					148.000,00
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.804,42	0,18	1.804,42	0,18	998.195,58
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	3.000.000,00	3.000.000,00	183.966,00	6,13	183.966,00	6,13	2.816.034,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.000.000,00	3.000.000,00	183.966,00	6,13	183.966,00	6,13	2.816.034,00
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	3.000.000,00	3.000.000,00	183.966,00	6,13	183.966,00	6,13	2.816.034,00
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 28/04/2016 07:45:29

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Janeiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.804,42	0,18	1.804,42	0,18	998.195,58
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	1.804,42	0,18	1.804,42	0,18	998.195,58
Contribuições Sociais	1.000.000,00	1.000.000,00	1.804,42	0,18	1.804,42	0,18	998.195,58
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.804,42	0,18	1.804,42	0,18	998.195,58
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.804,42	0,18	1.804,42	0,18	998.195,58

Emissão: 28/04/2016 07:45:29

Page 2 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Janeiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		4.687,29	4.687,29		
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		4.687,29	4.687,29		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		4.687,29	4.687,29		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

CTBS4600 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS
Data: 28/04/2016
Hora: 07:47:20
Pag.: 001

RELACAO DE EMPENHOS EMITIDOS NO MES DE Janeiro

EMPENHADO

EMPENHADO NO PERIODO DE 1/01/2016 ATE 31/01/2016
EMPENHO

No EMPENHO	TIPO	PARC.	PROCESSO	RED.	CODIGO GERAL	DATA	CREDOR	VALOR
000001/2016	3-EST.	000	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	BANCO DO BRASIL S/A	100,00
000002/2016	3-EST.	000	000000/0000	0023	12.001.09.272.0002.2002.339047000000	04/01/2016	MINISTERIO DA FAZENDA	19.000,00
000003/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	AGILI SOFTWARES INTEGR	8.614,40
000004/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	H. BOSA & F. GARCIA LT	5.508,00
000005/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	NUMERUM ADM. E CONTABI	32.400,00
000006/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0001	12.001.09.272.0002.2002.319011000000	22/01/2016	FOLHA DE PAGAMENTO ADM	7.446,34
000007/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0028	12.001.77.779.0002.2002.319001000000	22/01/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICI	21.042,02
000008/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	22/01/2016	SALARIO MATERNIDADE	6.480,32
000009/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	22/01/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICI	3.121,08
000010/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0002	12.001.09.272.0002.2002.319113000000	22/01/2016	PREVIAP	833,49
							Total de Empenhos Emitidos...:	104.545,65
								104.545,65

Agili Softwares para Area Publica

CTBS4960 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA — Data: 28/04/2016
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS — Hora: 07:47:59
Pag.: 001

RELACAO DE DESPESAS LIQUIDADAS NO MES DE Janeiro

No EMPENHO	TIPO	PROCESSO	RED.	CODIGO GERAL	DATA	CREDOR	VALOR
000001/2016	3-EST.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	22/01/2016	BANCO DO BRASIL S/A	7,85
000001/2016	3-EST.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	27/01/2016	BANCO DO BRASIL S/A	7,85
000003/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	26/01/2016	AGILI SOFTWARES INTEGRADOS P	718,20
000004/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	27/01/2016	H. BOSA & F. GARCIA LTDA.	459,00
000005/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	29/01/2016	NUMERUM ADM. E CONTABILIDADE	2.700,00
000006/2016	2-GLOB.	000000/0000	0001	12.001.09.272.0002.2002.319011000000	22/01/2016	FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTR	7.446,34
000007/2016	2-GLOB.	000000/0000	0028	12.001.77.779.0002.2002.319001000000	22/01/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - A	21.042,02
000008/2016	2-GLOB.	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	22/01/2016	SALARIO MATERNIDADE	6.480,32
000009/2016	2-GLOB.	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	22/01/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - A	3.121,08
000010/2016	2-GLOB.	000000/0000	0002	12.001.09.272.0002.2002.319113000000	22/01/2016	PREVIAP	833,49
					TOTAL DE DESPESAS LIQUIDADAS.....:		42.816,15

Agili Softwares para Area Publica

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA DA DESPESA
Pagamentos

Núm/Ano	Tipo	Parcela	Data	Código Reduzido	Dotação	Código - Credor	Via	Valor
1/2016	3-Estimativa	1	22/01/2016	22	12.001.09.272.0002.2002-339039000000	218 - BANCO DO BRASIL S/A	Banco	7,85
6/2016	2-Global	1	22/01/2016	1	12.001.09.272.0002.2002-319011000000	210 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRACAO	Banco	7.446,34
7/2016	2-Global	1	22/01/2016	28	12.001.77.779.0002.2002-319001000000	213 - FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - APOSENTADORIA	Banco	21.042,02
8/2016	2-Global	1	22/01/2016	29	12.001.77.779.0002.2002-319005000000	209 - SALARIO MATERNIDADE	Banco	6.480,32
9/2016	2-Global	1	22/01/2016	29	12.001.77.779.0002.2002-319005000000	211 - FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - AUXILIO DOENCA	Banco	3.121,08
10/2016	2-Global	1	22/01/2016	2	12.001.09.272.0002.2002-319113000000	1108 - PREVIAP	Banco	833,49
3/2016	2-Global	1	26/01/2016	22	12.001.09.272.0002.2002-339039000000	278 - AGILI SOFTWARES INTEGRADOS PARA AREA	Banco	718,20
1/2016	3-Estimativa	2	27/01/2016	22	12.001.09.272.0002.2002-339039000000	218 - BANCO DO BRASIL S/A	Banco	7,85
4/2016	2-Global	1	27/01/2016	22	12.001.09.272.0002.2002-339039000000	272 - H. BOSA & F. GARCIA LTDA.	Banco	459,00
5/2016	2-Global	1	29/01/2016	22	12.001.09.272.0002.2002-339039000000	1281 - NUMERUM ADM. E CONTABILIDADE LTDA - ME	Banco	2.700,00
							Total Despesa:	**42.816,15**

Emissão: 28/04/2016 07:48:48

Page 1 de 1
Homologado

CTBS4750 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA — Data: 28/04/2016
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS — Hora: 07:49:22
Pag.: 001

RELACAO DOS EMPENHOS A SEREM PAGOS DO ANO DE 2.016

Periodo: 01/01/2016 a 31/01/2016

No EMPENHO TIPO	RED.	CODIGO GERAL	DATA	CREDOR	VALOR
ORGAO: 12 - REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVIAP					
000001/2016 3-EST.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	BANCO DO BRASIL S/A	84,30
000002/2016 3-EST.	0023	12.001.09.272.0002.2002.339047000000	04/01/2016	MINISTERIO DA FAZENDA	19.000,00
000003/2016 2-GLOB.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	AGILI SOFTWARES INTEGRADOS PAR	7.896,20
000004/2016 2-GLOB.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	H. BOSA & F. GARCIA LTDA.	5.049,00
000005/2016 2-GLOB.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	NUMERUM ADM. E CONTABILIDADE L	29.700,00
				EMPENHOS A SEREM PAGOS DO ORGAO.....:	61.729,50
				TOTAL DE EMPENHOS A SEREM PAGOS.....:	61.729,50

Agili Softwares para Area Publica

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
CNPJ: 3.094.874/0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

Demonstrativo dos Saldos

No dia 31 de Janeiro de 2016 foi realizada a conferência dos saldos bancários e de caixa, sendo totalizada para o próximo mês a quantia de R$11.739.968,24 ONZE MILHOES, SETECENTOS E TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS conforme demonstrados na relação abaixo discriminada.

Data do Demonstrativo: 31/01/2016

Código	Descrição	Número Conta	Tipo	Saldo
002	CEF - APLICACAO	189-5	Aplic.Fin.	2.334.033,84
004	BRADESCO	19.866-8	Aplic.Fin.	3.626.639,08
006	SICREDI	708585	Aplic.Fin.	1.003.066,34
007	BRASIL - MOVIMENTO	11.309-3	Movimento	9.765,72
008	BRASIL INVESTIMENTO	247-X	Aplic.Fin.	4.766.447,96
009	BRADESCO	19.866-8	Movimento	15,30

Contas Movimento:	**9.781,02**	**Aplicação Financeira:**	**11.730.187,22**	**Caixa:**	
Contas Vinculadas:		**Contas Arrecadação:**		**Total Banco:**	**11.739.968,24**
				Total:	**11.739.968,24**

Emissão: 28/04/2016 07:50:07 Página 1

Homologado

RECURSOS HUMANOS
BALANCETE- FEVEREIRO-2016

PREVIAP

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS – MT.
CNPJ: 03.094.874/0001-43

BALANCETE

FINANCEIRO

ORÇAMENTÁRIO

MÊS

FEVEIRO

2016

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Fevereiro/2016

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
100000000000	RECEITAS CORRENTES								
120000000000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES								
121000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
121029000000	CONTRIBUICOES PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO								
121029070000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	650.000,00	1.057,45	53.854,68		53.854,68	54.912,13		595.087,87
121029130000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL (SERV	20.000,00							20.000,00
	SOMA	670.000,00	1.057,45	53.854,68		53.854,68	54.912,13		615.087,87
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL								
131000000000	RECEITAS IMOBILIARIAS								
131100000000	ALUGUEIS	10.000,00							10.000,00
132000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS								
132800000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV								
132810000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	1.300.000,00	189.365,09	168.812,68		168.812,68	358.177,77		941.822,23
932810000000	DESVALORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA RPPS	-250.000,00	-8.260,96				-8.260,96		-241.739,04
132820000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	20.000,00							20.000,00
132830000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	50.000,00							50.000,00
	SOMA	1.130.000,00	181.104,13	168.812,68		168.812,68	349.916,81		780.083,19
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
191000000000	MULTAS E JUROS DE MORA								
191200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES								
191256000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE REGIME GERAL	2.000,00							2.000,00
191800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS								
191899000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	50.000,00		6.125,84		6.125,84	6.125,84		43.874,16
192000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
192200000000	RESTITUICOES								
192210000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE	48.000,00							48.000,00
192299000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299020000	RESTITUICAO - PREVIAP	100.000,00		7.909,56		7.909,56	7.909,56		92.090,44
199000000000	RECEITAS DIVERSAS								
199099000000	OUTRAS RECEITAS								
199099020000	RECEITAS DIVERSAS - PREVIAP								
	SOMA	200.000,00		14.035,40		14.035,40	14.035,40		185.964,60
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**2.000.000,00**	**182.161,58**	**236.702,76**		**236.702,76**	**418.864,34**		**1.581.135,66**
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS								
720000000000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES								
721000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
721029000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO								
721029010000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	950.000,00	1.804,42	82.655,75		82.655,75	84.460,17		865.539,83
721029150000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DEBITOS								
721029150100	PRINCIPAL AMORTIZADO REF. CONFISSAO E PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDEN	50.000,00		4.659,76		4.659,76	4.659,76		45.340,24
	SOMA	1.000.000,00	1.804,42	87.315,51		87.315,51	89.119,93		910.880,07
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	**1.000.000,00**	**1.804,42**	**87.315,51**		**87.315,51**	**89.119,93**		**910.880,07**
	TOTAL	**3.000.000,00**	**183.966,00**	**324.018,27**		**324.018,27**	**507.984,27**		**2.492.015,73**
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**3.000.000,00**	**183.966,00**	**324.018,27**		**324.018,27**	**507.984,27**		**2.492.015,73**

Emissão: 28/04/2016 07:53:38

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Fevereiro/2016

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Emissão: 28/04/2016 07:53:38 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Até o Mês de 02/2016

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
12	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
001	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
09.272.0002.2002-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00		100.000,00	7.446,34	6.701,71		14.148,05	85.851,95
09.272.0002.2002-319092000000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-319113000000	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00		15.000,00	833,49	833,49		1.666,98	13.333,02
09.272.0002.2002-339009000000	SALARIO-FAMILIA (RPPS)								
09.272.0002.2002-339014000000	DIARIAS - CIVIL	3.000,00		3.000,00					3.000,00
09.272.0002.2002-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00		2.500,00					2.500,00
09.272.0002.2002-339033000000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.500,00		2.500,00					2.500,00
09.272.0002.2002-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00		50.000,00	46.622,40	15,30		46.637,70	3.362,30
09.272.0002.2002-339047000000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.000,00		20.000,00	19.000,00			19.000,00	1.000,00
09.272.0002.2002-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00		15.000,00					15.000,00
77.779.0002.2002-319001000000	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFOR	175.000,00		175.000,00	21.042,02	21.218,02		42.260,04	132.739,96
77.779.0002.2002-319005000000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	300.000,00		300.000,00	9.601,40	11.801,31		21.402,71	278.597,29
77.779.0002.2002-999999990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.315.000,00		2.315.000,00					2.315.000,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**	**104.545,65**	**40.569,83**		**145.115,48**	**2.854.884,52**
	TOTAL DO ORGÃO - 12	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**	**104.545,65**	**40.569,83**		**145.115,48**	**2.854.884,52**
	TOTAL DAS DESPESAS	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**	**104.545,65**	**40.569,83**		**145.115,48**	**2.854.884,52**
	TOTAL DE INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**	**104.545,65**	**40.569,83**		**145.115,48**	**2.854.884,52**

Emissão: 28/04/2016 07:54:16

Página 1

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Fevereiro/2016

Data de emissão: 28/04/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**515.785,56**	**2.837.181,05**	**Despesa Orçamentária**	**145.115,48**	**516.553,56**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	515.785,56	3.150.918,47	Ordinária	145.115,48	516.553,56
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária		313.737,42			
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**62.260,90**	**39.364,38**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**11.382,81**	**37.834,28**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	55.954,56	4.949,13	Pagos no período	4.949,13	3.557,14
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	6.306,34	34.415,25	Outras movimentações extra-orçamentárias	6.433,68	34.277,14
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior	**-186.515,65**	**9.282.207,71**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**-14.112,28**	**11.604.365,30**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento		6.652,53	Bancos conta movimento		186.515,65
Aplicações financeiras		9.275.555,18	Aplicações financeiras		11.417.849,65
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)	186.515,65		(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)	14.112,28	

Emissão: 28/04/2016 07:54:54 Página 1

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Fevereiro/2016

TOTAL	**391.530,81**	**12.158.753,14**	**TOTAL**	**142.386,01**	**12.158.753,14**

Emissão: 28/04/2016 07:54:54

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Fevereiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.985.000,00		2.985.000,00	39.736,34	143.448,50	87.493,94	87.493,94	4,80	2.841.551,50
DESPESAS CORRENTES	655.000,00		655.000,00	39.736,34	143.448,50	87.493,94	87.493,94	21,90	511.551,50
Pessoal e Encargos Sociais	576.000,00		576.000,00	39.721,04	77.810,80	77.810,80	77.810,80	13,50	498.189,20
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	79.000,00		79.000,00	15,30	65.637,70	9.683,14	9.683,14	83,08	13.362,30
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00		15.000,00						15.000,00
Investimentos	15.000,00		15.000,00						15.000,00
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.315.000,00		2.315.000,00						2.315.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	15.000,00		15.000,00	833,49	1.666,98	1.666,98	1.666,98	11,11	13.333,02
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	3.000.000,00		3.000.000,00	40.569,83	145.115,48	89.160,92	89.160,92	4,83	2.854.884,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	3.000.000,00		3.000.000,00	40.569,83	145.115,48	89.160,92	89.160,92	4,83	2.854.884,52
SUPERÁVIT (XIII)				283.448,44	362.868,79				-362.868,79
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.000.000,00		3.000.000,00	324.018,27	507.984,27	507.984,27	89.160,92	16,93	2.492.015,73

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	15.000,00		15.000,00	833,49	1.666,98	1.666,98	1.666,98	11,11	13.333,02
Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00		15.000,00	833,49	1.666,98	1.666,98	1.666,98	11,11	13.333,02
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	15.000,00		15.000,00	833,49	1.666,98	1.666,98	1.666,98	11,11	13.333,02
SUPERÁVIT (IV)	985.000,00		985.000,00	86.482,02	87.452,95	87.452,95		8,87	897.547,05
TOTAL (V) = (III + IV)	1.000.000,00		1.000.000,00	87.315,51	89.119,93	89.119,93	1.666,98	8,91	910.880,07

Emissão: 28/04/2016 07:55:19

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Fevereiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 28/04/2016 07:55:19 Page 2 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Fevereiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.000.000,00	2.000.000,00	236.702,76	11,83	418.864,34	20,94	1.581.135,66
RECEITAS CORRENTES	2.000.000,00	2.000.000,00	236.702,76	11,83	418.864,34	20,94	1.581.135,66
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	670.000,00	670.000,00	53.854,68	8,03	54.912,13	8,19	615.087,87
Contribuições Sociais	670.000,00	670.000,00	53.854,68	8,03	54.912,13	8,19	615.087,87
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL	1.380.000,00	1.380.000,00	168.812,68	12,23	358.177,77	25,95	1.021.822,23
Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.370.000,00	1.370.000,00	168.812,68	12,32	358.177,77	26,14	1.011.822,23
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-250.000,00	-250.000,00			-8.260,96	3,30	-241.739,04
Transferências Intergovernamentais	-250.000,00	-250.000,00			-8.260,96	3,30	-241.739,04
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00	14.035,40	7,01	14.035,40	7,01	185.964,60
Multa de Juros de Mora	52.000,00	52.000,00	6.125,84	11,78	6.125,84	11,78	45.874,16
Indenizações e Restituições	148.000,00	148.000,00	7.909,56	5,34	7.909,56	5,34	140.090,44
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	87.315,51	8,73	89.119,93	8,91	910.880,07
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	3.000.000,00	3.000.000,00	324.018,27	10,80	507.984,27	16,93	2.492.015,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.000.000,00	3.000.000,00	324.018,27	10,80	507.984,27	16,93	2.492.015,73
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	3.000.000,00	3.000.000,00	324.018,27	10,80	507.984,27	16,93	2.492.015,73
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 28/04/2016 07:55:19

Page 1 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Fevereiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.000.000,00	1.000.000,00	87.315,51	8,73	89.119,93	8,91	910.880,07
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	87.315,51	8,73	89.119,93	8,91	910.880,07
Contribuições Sociais	1.000.000,00	1.000.000,00	87.315,51	8,73	89.119,93	8,91	910.880,07
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.000.000,00	1.000.000,00	87.315,51	8,73	89.119,93	8,91	910.880,07
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)	1.000.000,00	1.000.000,00	87.315,51	8,73	89.119,93	8,91	910.880,07

Emissão: 28/04/2016 07:55:19

Homologado

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Fevereiro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		4.687,29	4.687,29		
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		4.687,29	4.687,29		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		4.687,29	4.687,29		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

CTBS4600 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA — Data: 28/04/2016
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS — Hora: 07:56:12
Pag.: 001

RELACAO DE EMPENHOS EMITIDOS NO MES DE Fevereiro

EMPENHADO

EMPENHADO NO PERIODO DE 1/02/2016 ATE 29/02/2016
EMPENHO

No EMPENHO	TIPO	PARC.	PROCESSO	RED.	CODIGO GERAL	DATA	CREDOR	VALOR
000011/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0001-12.001.09.272.0002.2002.319011000000		26/02/2016	FOLHA DE PAGAMENTO ADM	6.701,71
000012/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0029-12.001.77.779.0002.2002.319005000000		26/02/2016	SALARIO MATERNIDADE	6.873,66
000013/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0029-12.001.77.779.0002.2002.319005000000		26/02/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICI	4.723,53
000014/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0028-12.001.77.779.0002.2002.319001000000		26/02/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICI	21.218,02
000015/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0029-12.001.77.779.0002.2002.319005000000		26/02/2016	SALARIO FAMILIA	204,12
000016/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0002-12.001.09.272.0002.2002.319113000000		26/02/2016	PREVIAP	833,49
000017/2016	2-GLOB.	000	000000/0000	0022-12.001.09.272.0002.2002.339039000000		26/02/2016	BANCO BRADESCO SA	15,30
							Total de Empenhos Emitidos...:	40.569,83
								40.569,83

Agili Softwares para Area Publica

CTBS4960 SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA Data: 28/04/2016
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS Hora: 07:56:51
Pag.: 001

RELACAO DE DESPESAS LIQUIDADAS NO MES DE Fevereiro

No EMPENHO	TIPO	PROCESSO	RED.	CODIGO GERAL	DATA	CREDOR	VALOR
000001/2016	3-EST.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	26/02/2016	BANCO DO BRASIL S/A	8,45
000002/2016	3-EST.	000000/0000	0023	12.001.09.272.0002.2002.339047000000	18/02/2016	MINISTERIO DA FAZENDA	1.889,29
000003/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	26/02/2016	AGILI SOFTWARES INTEGRADOS P	718,20
000004/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	26/02/2016	H. BOSA & F. GARCIA LTDA.	459,00
000005/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	29/02/2016	NUMERUM ADM. E CONTABILIDADE	2.700,00
000011/2016	2-GLOB.	000000/0000	0001	12.001.09.272.0002.2002.319011000000	26/02/2016	FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTR	6.701,71
000012/2016	2-GLOB.	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	26/02/2016	SALARIO MATERNIDADE	6.873,66
000013/2016	2-GLOB.	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	26/02/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - A	4.723,53
000014/2016	2-GLOB.	000000/0000	0028	12.001.77.779.0002.2002.319001000000	26/02/2016	FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - A	21.218,02
000015/2016	2-GLOB.	000000/0000	0029	12.001.77.779.0002.2002.319005000000	26/02/2016	SALARIO FAMILIA	204,12
000016/2016	2-GLOB.	000000/0000	0002	12.001.09.272.0002.2002.319113000000	26/02/2016	PREVIAP	833,49
000017/2016	2-GLOB.	000000/0000	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	26/02/2016	BANCO BRADESCO SA	15,30
						TOTAL DE DESPESAS LIQUIDADAS.....:	46.344,77

Agili Softwares para Area Publica

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
CNPJ: 3.094.874/0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

Relação de Pagamentos
Período de 01/02/2016 à 29/02/2016

18/02/2016

Empenho	Nº da O.P	Nomeclatura	Credor	Valor
2/2016	11	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE RECOLHIMENTO DE PASE	00000219-MINISTERIO DA FAZENDA	**R$ 1.889,29**

Pagtos Orçamentarios do Dia (valor Bruto) **R$ 1.889,29**

26/02/2016

Empenho	Nº da O.P	Nomeclatura	Credor	Valor
1/2016	22	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE RECOLHIMENTO DE TARIF	00000218-BANCO DO BRASIL S/A	**R$ 8,45**
3/2016	10	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE LOCACAO DE SISTEMA PA	00000278-AGILI SOFTWARES INTEGRADOS PARA AREA	**R$ 718,20**
4/2016	9	ALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE SERVICOS DE ASSESSORI	00000272-H. BOSA & F. GARCIA LTDA.	**R$ 459,00**
11/2016	13	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE VENCIMENTOS RELATIVO	00000210-FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRACAO	**R$ 6.701,71**
12/2016	14	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE VENCIMENTOS RELATIVO	00000209-SALARIO MATERNIDADE	**R$ 6,873,66**
13/2016	15	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE VENCIMENTOS RELATIVO	00000211-FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - AUXILIO DOENCA	**R$ 4.723,53**
14/2016	16	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE VENCIMENTOS RELATIVO	00000213-FOLHA DE PAG. BENEFICIOS - APOSENTADORIA	**R$ 21,218,02**
15/2016	17	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE SALARIO FAMILIA RELATIV	00000208-SALARIO FAMILIA	**R$ 204,12**
16/2016	18	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE RECOLHIMENTO DE PREV	00001108-PREVIAP	**R$ 833,49**
17/2016	21	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE RECOLHIMENTO DE TARIF	00000288-BANCO BRADESCO SA	**R$ 15,30**

Pagtos Orçamentarios do Dia (valor Bruto) **R$ 41.755,48**

Emissão: 28/04/2016 07:57:41 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
CNPJ: 3.094.874/0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

Relação de Pagamentos
Período de 01/02/2016 à 29/02/2016

29/02/2016

Empenho	Nº da O.P	Nomeclatura	Credor	Valor
5/2016	12	VALOR QUE SE EMPENHA PARA PAGAMENTO DE CONTRATACAO DE EMPRE	00001281-NUMERUM ADM. E CONTABILIDADE LTDA - ME	**R$ 2.700,00**

Pagtos Orçamentarios do Dia (valor Bruto) **R$ 2.700,00**

Total De Pagtos Orçamentarios(valor Bruto) **R$ 46.344,77**

Total Geral **R$ 46.344,77**

Emissão: 28/04/2016 07:57:41 Página 2

Homologado

CTBS4750 SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA Data: 28/04/2016
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS Hora: 07:58:13
Pag.: 001

RELACAO DOS EMPENHOS A SEREM PAGOS DO ANO DE 2.016

Periodo: 01/01/2016 a 29/02/2016

No EMPENHO	TIPO	RED.	CODIGO GERAL	DATA	CREDOR	VALOR
ORGAO/UNID.:12.001 - REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVIAP						
000001/2016	3-EST.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	BANCO DO BRASIL S/A	75,85
000002/2016	3-EST.	0023	12.001.09.272.0002.2002.339047000000	04/01/2016	MINISTERIO DA FAZENDA	17.110,71
000003/2016	2-GLOB.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	AGILI SOFTWARES INTEGRADOS PAR	7.178,00
000004/2016	2-GLOB.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	H. BOSA & F. GARCIA LTDA.	4.590,00
000005/2016	2-GLOB.	0022	12.001.09.272.0002.2002.339039000000	04/01/2016	NUMERUM ADM. E CONTABILIDADE L	27.000,00
					EMPENHOS A SEREM PAGOS DO ORGAO/UNID.....:	55.954,56
					TOTAL DE EMPENHOS A SEREM PAGOS.....:	55.954,56

Agili Softwares para Area Publica

ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

CNPJ: 3.094.874/0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

Demonstrativo dos Saldos

No dia 29 de Fevereiro de 2016 foi realizada a conferência dos saldos bancários e de caixa, sendo totalizada para o próximo mês a quantia de R$12.017.652,51 DOZE MILHOES, DEZESETE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS conforme demonstrados na relação abaixo discriminada.

Data do Demonstrativo: 29/02/2016

Código	Descrição	Número Conta	Tipo	Saldo
002	CEF - APLICACAO	189-5	Aplic.Fin.	2.378.154,35
004	BRADESCO	19.866-8	Aplic.Fin.	3.681.443,31
006	SICREDI	708585	Aplic.Fin.	1.015.816,90
007	BRASIL - MOVIMENTO	11.309-3	Movimento	14.112,28
008	BRASIL INVESTIMENTO	247-X	Aplic.Fin.	4.928.125,67

Contas Movimento:	**14.112,28**	**Aplicação Financeira:**	**12.003.540,23**	**Caixa:**	
Contas Vinculadas:		**Contas Arrecadação:**		**Total Banco:**	**12.017.652,51**
				Total:	**12.017.652,51**

Emissão: 28/04/2016 07:59:10 Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 944/2016.

DECRETO Nº. 944/2016.

SÚMULA: Baixa lançamento indevido de Dívida Ativa.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que existem diversos lançamentos indevidos de valores em Dívida Ativa por conta de inconsistências do sistema de contabilidade da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO que durante as transições de sistemas, diversos contribuintes efetuaram pagamentos de seus débitos e não ocorreu a baixa respectiva nos sistemas da Prefeitura Municipal de Apiacás;

CONSIDERANDO que é obrigação do Município fazer a baixa dos lançamentos quando constatada a Irregularidade na Dívida Ativa.

D E C R E T A

Art. 1° - O Departamento de Tributos fica autorizado a baixar o valor de R$ 2.741,05 **(Dois Mil, Setecentos e Quarenta e Um Reais e Cinco Centavos)**, **referente aos tributos que permanecem lançados irregularmente em Dívida Ativa para o seguinte contribuinte:**

CONTRIBUÍNTE	DATA	VALOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – MT	26/04/2016	2.741,05
TOTAL		2.741,05

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 26 de abril de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016**.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para fazer a construção da sala de repouso e oficina e casa do quadro de comando da captação..**Favorecido: MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, com sede em Pontal do Araguaia – MT à Rua dos Garimpeiros, 15 – Bairro: Luzia Maria de Moraes, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.392.408/0001-00

Prazo de Execução e Vigência: 30 DIAS

Valor Total R$ 8.389,73 (oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos)

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e artigo 2º da Lei Municipal nº 664/2015 de 16 de março de 2015

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 5/2016.

Dotação Orçamentária:

11 – Secretaria de Obras Transportes

02.11.01 – Gabinete do Secretário

1062 – Manutenção com o FETHAB

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 19 de abril de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2014

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016**.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para fazer a construção da sala de repouso e oficina e casa do quadro de comando da captação..**Favorecido: MANOEL MESSIAS DIAS DO NASCIMENTO 56810970134**

Prazo de Execução e Vigência: 90 DIAS

Valor Total R$ 12.384,24 (doze mil trezentos e oitenta e quatro reais e vinte quatro centavos)

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e artigo 2º da Lei Municipal nº 664/2015 de 16 de março de 2015

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 5/2016.

Dotação Orçamentária:

11 – Secretaria de Obras Transportes

02.11.02 – Departamento de Água e Esgoto

2058 – Manut. e enc. Com DAE

3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 18 de abril de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR, ARAGUAIANA, EM 01 DE ABRIL DE 2016.

LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR

Em resposta ao requerimento, que nos foi enviado em 18/02/2016 pela servidora Público Municipal, Sra. ANTONIA RODRIGUES LIMA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO exercendo o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, inscrito (a) no CPF N° 550.226.501-64, **autorizo** que o mesmo tire 02 (dois) ano para licença para interesse, a serem contados a partir do dia 01 de abril de 2016 , com termino no dia 01 de abril de 2018, conforme Lei Municipal 165/93 de 22/10/1993.

Araguaiana, em 01 de abril de 2016.

JOSÉ MARRA NERY

PREFEITO MUNICIPAL

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 20/2016 DE 28 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 20/2016

De 28 de abril de 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Concender férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2016, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Paulo de Freitas Ribeiro	(15/02/2015 a 15/02/2016)	Secr Mun. De Administração
Jairo Dutra Correa	(02/01/2014 a 02/01/2015)	Secr Mun. De Saúde
Vani de Freitas Silva	(21/03/2015 a 21/03/2016)	Secr Mun. De Saúde
Kelly Christynne Costa	(08/01/2015 a 08/01/2016)	Secr Mun. De Saúde
José Francisco D. Mello	(27/04/2015 a 27/04/2016)	Secr Mun. De Saúde
Gonçalo Almeida Rodrigues	(02/01/2011 a 02/01/2012)	Secr Mun. De Saúde
Conceição Mendes de Souza	(01/03/2015 a 01/03/2016)	Secr Mun de Educação
Missias Arrais de Oliveira	(01/02/2015 a 01/02/2016)	Secr Mun. De Obras
João Batista F. de Souza	(20/03/2014 a 20/03/2015)	Secr Mun. De Obras
Antonia D. do Nascimento	(30/03/2015 a 30/03/2016)	Secr Mun. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 28 de abril de 2016

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016**.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de Empresa para fazer serviços de mão- de – obra no assentamento de meia cana de tudo de concreto.**Favorecido: MARCELO MIRANDA DE ARAUJO 86165410120**

Prazo de Execução e Vigência: 30 DIAS

Valor Total R$ 4.119,51 (Quatro mil Cento e dezenove reais e cinquenta e um centavos)

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e artigo 2º da Lei Municipal nº 664/2015 de 16 de março de 2015

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 4/2016.

Dotação Orçamentária:

11– Secretaria Municipal de Obras e Transportes

02.11– Gabinete do Secretário

2078 – Manutenção e encargos com o FETHAB

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 18 de abril de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 21/2016 DE 28 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 21/2016

De 28 de abril de 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORES

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Concender licença premio regulamentares de 90 (noventa) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2016, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Felix Marques da Silva	(30/03/2010 a 30/03/2015)	Secr Mun de Obras
Odir Dutra Guerra	(01/02/2011 a 01/02/2016)	Secr Mun de Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 28 de abril de 2016

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016
REGISTRO DE PREÇOS/COMBUSTÍVEIS E ÓLEO LUBRIFICANTE .

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

REGISTRO DE PREÇOS/COMBUSTIVEIS E ÓLEO LUBRIFICANTE .

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados o resultado da licitação realizada no dia 27 / 04 / 2016, às 13h30min, na sede da Prefeitura, à Rua Bahia. nº. 426 – Centro, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 004/2016, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA, ETANOL E OLEO DIESEL) E ÓLEO LUBRIFICANTE E DERIVADOS DE PETROLEO**, utilizados nas **Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Obras, Agricultura, Bem Estar Social e Gabinete Do Prefeito** de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Especificação dos Produtos. A Empresa vencedora foi **AUTO POSTO Nº 01 LTDA – ME, CNPJ: 02.358.6595/0001-87.**

Araguainha – MT, 27 de abril de 2016.

VANDER LUCIO NUNES DE JESUS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

AVISO DE LICITAÇÃO

PRORROGAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados a **PRORROGAÇÃO** do ITEM (4) do Pregão Presencial n.º 03/2016**,** que tem por objetivo: o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO, SEDAN, PICK-UP E KOMBI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE, DO GABINETE DO PREFEITO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE E DA ADMNISTRAÇÃO, de acordo com o Anexo I.** As documentações e propostas deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos na Rua Bahia, 430, centro, Araguainha – MT, no dia 10/05/2016, às 10H00-min,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, e-mail – designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 27 de abril de 2016.

_____

VANDER LUCIO NUNES DE JESUS

Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016
PREGÃO PRESENCIAL: LOCAÇÃO DE VEICULOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL: LOCAÇÃO DE VEICULOS

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados o resultado da licitação realizada no dia 27 / 04 / 2016, às 10h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Bahia. Nº. 426 – Centro, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 003/2016 – do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM, **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO AUTOMÓVEL LEVE, PERUA, PICK-UP E KOMBI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE, DO GABINETE DO PREFEITO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE E DA ADMNISTRAÇÃO, de acordo com o Anexo I**. Tendo por Vencedor do certame dos ITENS 01, 02 e 03 a Empresa: **PUMA COMÉRCIO DE VEICULOS EIRELI-ME.**

Araguainha – MT, 27 de abril de 2016.

VANDER LUCIO NUNES DE JESUS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATOS DOS ADITIVOS 054 055 E 066.2014

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: N° 054/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOTTAL CONSTRUTORA LTDA-ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 97 DIAS

DATA DA ASSINATURA: 25/04/2016

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: N° 056/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOTTAL CONSTRUTORA LTDA-ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 97 DIAS

DATA DA ASSINATURA: 25/04/2016

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO: N° 066/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SANTA INES CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

PRAZO DE EXECUÇÃO: 107 DIAS

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 100/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JUCILENE PRÁ DA SILVA FERNANDES; **REFERENTE** CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 7.638,11; VIGENCIA: 12/04/2016 A 16/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 098/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LUCIA SOUZA LIMA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015; VALOR GLOBAL: R$ 13.700,15; VIGENCIA: 08/04/2016 A 16/12/2016.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

O município de Aripuanã – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que acolherá propostas de preços – projeto de venda, para a Aquisição de Gêneros Alimentícios sob a modalidade Chamada Pública, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/PNAC, em conformidade com a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, e com a Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013. **OBJETO:** ***O credenciamento e Registro de Preços para a futura e eventual aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e de Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, relacionados e especificados no anexo I, que serão destinados ao fornecimento de alimentação aos alunos do Programa Mais Educação, do Centro de Educação Infantil e das Escolas Municipais*****.** Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, Município de Aripuanã – MT, onde será realizada a sessão pública de abertura no dia **24 (vinte e quatro) de maio de 2016, às 08:30 (oito e trinta) horas**, horário local. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h as 11h30-minh, através do site www.prefeituradearipuana.com.br ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br Maiores informações pelo telefone (66)3565-3919/3924.

Aripuanã – MT, 28 de Abril de 2016.

Andréia Pereira da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.496/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material permanente "autoclave" a qual será adquirido com o Recurso do Fundo Nacional de Saúde – FNS, conforme a Proposta n°. 13868.636000/1140-03, Conta nº. 28.487-4, destinado ao Hospital Municipal Santo Antonio deste Município.**Início da Sessão: **Dia 11/05/2016, às 08h30min (oito e trinta horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 28 de Abril de 2016.

Ana Cristina da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 051/2016

AO CONTRATO Nº 139/2014 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS JUNTO AO INSS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICIPIO DE ARIPUANÃ; STRATÉGICOS, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA LTDA - EPP; ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E RAZÃO SOCIAL; VIGENCIA 23/04/2016 A 22/04/2017.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 089/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARINETT RUFINO BATISTA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 4.971,87; VIGENCIA: 1º/04/2016 A 30/06/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 090/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: AURISTELA XAVIER FERREIRA; **REFERENTE** CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 8.013,84; VIGENCIA: 1º/04/2016 A 16/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 092/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS SIQUEIRA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 13.921,11; VIGENCIA: 04/04/2016 A 16/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 093/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MIRIAM CRISTINA MANZANO; **REFERENTE** CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 13.865,87; VIGENCIA: 05/04/2016 A 16/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 094/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ELIZABETE CAVALCANTE PEREIRA; **REFERENTE** CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 13.865,87; VIGENCIA: 05/04/2016 A 16/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 096/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA SANTANA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 13.755,39; VIGENCIA: 07/04/2016 A 16/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 097/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: IRENILDA GOMES DA SILVA SANTOS; **REFERENTE** CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 13.755,39; VIGENCIA: 07/04/2016 A 16/12/2016.

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006/2016

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de quadra poliesportiva na Escola Municipal Deoclides de Macedo na Comunidade Milagrosa, com área de 660,00 m² e metragem 22x30m, incluído mão de obra e materiais necessários, conforme planilha.

Data de abertura: 23/05/2016. Horário: 08h00min (Oito) horas.

Local: Prefeitura Municipal de Aripuanã; Endereço: Praça São Francisco de Assis, nº 128, Aripuanã/MT. Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço no horário de 08h00min as 11h30min.

Aripuanã-MT, 28 de Abril de 2016.

Andreia Pereira da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 108/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: JEVERSON RODRIGUES CARDOSO; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PERÍODO DE 40 HORAS SEMANAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**;** PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2016; VALOR GLOBAL: R$ 29.022,36; VIGENCIA: 26/04/2016 A 25/10/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 104/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: EDNA MARIA DE SENA DA SILVA; **REFERENTE À** PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015; VALOR GLOBAL: R$ 17.727,60; VIGENCIA: 18/04/2016 À 17/04/2017.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 103/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: JOÃO CARLOS LOPES FERREIRA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015; VALOR GLOBAL: R$ 1.215,28; VIGENCIA: 12/04/2016 A 04/05/2016.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 102/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ELIETE RODRIGUES DA SILVA; **REFERENTE** CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015*;* VALOR GLOBAL: R$ 994,32; VIGENCIA: 12/04/2016 A 30/04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO PE 014/2016

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 14/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico Nº 21/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA ATENDER CAMPANHA NOTA PREMIADA.**Data da sessão pública: **12/05/2016 às 08h:30min** (horário de Brasília). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 28/04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SAEC
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADIMINISTRATIVO Nº 021/2016 AGUAS DO PANTANAL

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica a contratação de prestação de serviços:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 021/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: D.M de BRITO EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas, ou originais, ou similares com prazo de garantia de fábrica para Veículos e Motocicletas independente de marca

PRAZO: 12 meses.

Valor: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

DATA INICIO DAS ATIVIDADES: 22/04/2016

ORGÃO/UNIDADE: 18.010

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.512.1026.2.083

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

FONTE DE RECURSOS: (100)-REC ORDINARIO

FISCAL: ARIEL DUTRA ATALA MATRICULA Nº 013

Cáceres/ MT, 22 de Abril de 2016

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO N°18/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, Aquisição de material odontológico, visando atender as equipes de Saúde Bucal pertencentes ao município, as quantidades constantes do anexo único são estimativas para o consumo anual nas respectivas unidades de saúde, conforme termo de referência anexo ao Edital.

EMPRESA VENCEDORAS:

PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL EIRELLI – CNPJ: 09.200.303/0001-22

Valor Total R$ 35.117,24 (trinta e cinco mil e cento e dezessete reais e vinte e quatro centavos)

SALVI LOPES E CIA LTDA CNPJ: 82.478.140/0001-34

Valor Total R$ 1.358,10 (um mil trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos)

IN DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ: 07.788.510/0001-14

Valor Total R$ 156.401,96 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e um real e noventa e seis centavos)

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICO LTDA CNPJ: 02.477.571/001-47

Valor Total R$ 11.734,09 (onze mil setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos)

L.M. LADEIRA & CIA LTDA. CNPJ: 06.926.016/0001-06

Valor Total R$ 40.247,28(quarenta mil duzentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 28 de abril 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA DE CÁCERES SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

EDITAL Nº 02/2016 DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2016/1 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres-MT, por meio da Secretaria Municipal de Ação Social - SMAS faz saber que realizará o Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas na **área da Assistência Social,** em cargos de nível superior, de nível médio e fundamental, com base na **Lei Municipal nº 1.931**

de 15 de abril de 2005 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e, dá outras providências;

Considerando a **Lei nº 2.423/2014** – que altera a Lei nº 2.213/2009, para incluir no Lotacionograma da Prefeitura de Cáceres/MT, cargos criados por leis específicas, e dá outras providências.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital, seus Anexos, Editais Complementares e posteriores retificações, caso existam, e sua execução caberá à Comissão do Processo Seletivo Simplificado instituído pelo decreto 163/2016 – Prefeitura Municipal de Cáceres, publicado no Jornal Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de MT (www.diariomunicipal.com.br) em 06 de abril de 2016.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital compreenderá 2 (duas) etapas distintas **para todos os cargos**, a saber:

a) Primeira Etapa: Prova Objetiva de natureza teórica, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Segunda Etapa: Entrevista de caráter classificatório;

1.3 Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário local.

1.4 A divulgação de todas as etapas do presente Edital será feita por meio de:

a) Publicação no site oficial da Prefeitura de Cáceres, MT: http://www.caceres.mt.gov.br

b) Publicação no Diário Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de MT: www.diariomunicipal.com.br

1.5 Por via impressa afixado em mural da sede da Comissão do Processo Seletivo Simplificado no endereço: Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE). É de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção dessas informações.

1.6 Para efeito de identificação do candidato, na realização da prova e/ou etapas do Processo Seletivo Simplificado serão exigidas as apresentações de original do documento oficial de identificação, com foto, sendo aceitas fotocópias, somente se forem autenticadas.

1.7 Todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado serão realizadas na cidade de Cáceres, MT.

1.8 O cronograma de realização do Processo Seletivo Simplificado consta no Anexo VIII deste Edital.

2 **DOS CARGOS E VAGAS**

2.1 Os cargos com sua habilitação mínima e requisitos, vagas, local, carga horária e renumeração mensal, estão apresentados no Anexo I deste Edital.

2.2 O candidato poderá inscrever-se para concorrer à apenas uma vaga dos cargos deste Edital.

3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Este Processo Seletivo Simplificado está aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo Simplificado;

b) Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972, ou, no caso de candidato estrangeiro, ter visto de permanência em território nacional que permita o exercício de atividade laboral no Brasil;

c) Estar em gozo dos direitos políticos;

d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade exigido para o cargo;

f) Possuir aptidão física e mental, por ocasião da posse, para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por exame médico;

g) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

h) Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

i) Não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

j) Apresentar certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe, quando requisito para o cargo;

k) Não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão (suspensão etc.), bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional;

l) Apresentar Certidões Negativas Criminais;

m) Apresentar RG e CPF; e

n) Apresentar outros documentos que se fizerem necessários por ocasião da convocação para a posse.

3.2 Estará impedido de ser contratado o candidato que:

a) Deixar de comprovar os requisitos especificados no subitem 3.1;

b) Tiver sido demitido, a bem do serviço público, por infração à legislação pertinente;

c) Tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio dos documentos referentes à sindicância de vida pregressa de que tratam as letras “j” à “k” do subitem 3.1, cuja análise será efetuada pela Secretaria Municipal de Ação Social.

d) Tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio de documentos oficiais referentes a relatórios informativos, atas de reuniões, livros de registros de ocorrências, registros de boletim de ocorrências, de vida pregressa em qualquer serviço, programa e/ou projeto socioassistencial, cuja análise será efetuada pela Secretaria Municipal de Ação Social.

3.3 No ato da posse, todos os requisitos especificados no subitem 3.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da letra "n" do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original, juntamente com fotocópia, podendo ser impedido de tomar posse aquele que não os apresentar.

4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição será gratuita e exclusivamente presencial na sede da Comissão do Processo Seletivo Simplificado no endereço: Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE).

a. As datas e o horário da inscrição estão disponíveis no ANEXO VIII – Cronograma.

b. O candidato que não puder comparecer poderá nomear um procurador devendo apresentar documento original registrado em cartório.

c. A impressão e preenchimento da ficha de inscrição são de exclusiva responsabilidade do candidato e está disponibilizada no ANEXO IV deste Edital.

d. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do direito de eliminá-lo do Processo Seletivo Simplificado se o preenchimento for efetuado com dados identificados como obrigatórios, estiverem incompletos ou incorretos, bem como se constatado, posteriormente, que as informações são inverídicas.

4.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital, seus Anexos, Editais Complementares e posteriores alterações, caso ocorram, e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.3 Não será aceita inscrição via *fax*, via correio eletrônico, via postal ou fora do prazo.

4.4 A idoneidade dos dados e dos documentos apresentados é de inteira responsabilidade do candidato, respondendo o mesmo por qualquer irregularidade que, porventura, venha a ser constatada.

4.5 Estão impedidos de participar do Processo Seletivo Simplificado os integrantes da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, e todos os demais diretamente relacionados com as atividades de execução da seleção.

4.6 Constatada, em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, inscrição de pessoas de que trata o subitem anterior esta será indeferida e o candidato será eliminado.

4.7 A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, Editais Complementares e posteriores alterações, caso ocorram, das quais não poderá alegar desconhecimento.

5 DA PARTICIPAÇÃO, DA INSCRIÇÃO E DO INGRESSO DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE.

5.1 Em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal n. 5.296, de 04 de dezembro de 2004 e nos termos da Lei Complementar Estadual n. 114, de 25 de novembro de 2002.

5.2 O candidato inscrito na condição de pessoa com necessidades especiais - PNE, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de dez por cento (10%) das vagas existentes.

a. Para as hipóteses em que a aplicação do percentual de reserva resultar em número fracionário superior a 0,7 (sétimo décimos), este será elevada até o primeiro número inteiro subsequente, de acordo com o art. 21 e §§ da Lei complementar Estadual 114/2002;

5.3 Somente será considerada PNE o candidato que se enquadrar nas categorias constantes do artigo 4o do Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal n. 5.296, de 04 de dezembro de 2004, e nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar Estadual n. 114, de 25 de novembro de 2002.

5.4 A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

5.5 O candidato inscrito na condição de PNE, não eliminados no Processo Seletivo Simplificado, além de figurar na lista geral de classificação para o cargo, terá o nome publicado em lista de classificação específica.

5.6 Somente será utilizada a vaga reservada a PNE quando o candidato for aprovado e sua classificação obtida no quadro geral de ampla concorrência for insuficiente para habilitá-lo à nomeação.

5.7 Para concorrer à reserva de vagas previstas no Anexo I deste Edital, o candidato deverá obrigatoriamente, cumprir as seguintes etapas:

a. Se declarar como PNE no ato da inscrição

b. Proceder à impressão e preenchimento do formulário de requerimento conforme anexo VII deste Edital.

C. Protocolar na sede da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, na Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE), juntamente com a documentação comprobatória exigida nos item 5.10, 5.11, 5.12 e seus subitens nos prazos estabelecidos no Anexo VIII deste Edital.

D. O envelope deverá ser identificado com o seguinte texto: Documentos PNE – Processo Seletivo Simplificado 2016/01 – Secretaria Municipal de Ação Social – CÁCERES, MT, constando nome do candidato e código do cargo e protocolar.

5.8 O candidato que não atender ao item 5.7 não será considerado PNE para efeito de concorrer às vagas previstas no Anexo I.

5.9 O candidato inscrito na condição de PNE participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo da prova, à avaliação das demais etapas e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.10 O candidato deverá comprovar, obrigatoriamente, por meio de laudo médico (original) atestando a espécie, grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com a lei.

5.11 Não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes dos descritos no subitem anterior e/ou emitidos no período superior de 12 (doze) meses antes do início das inscrições.

5.12 O encaminhamento do laudo médico (original) é de responsabilidade exclusiva do candidato, podendo ser encaminhado por intermédio de terceiros a critério do candidato, havendo nesse caso, necessidade de procuração autenticada.

5.13 Será indeferida a inscrição do candidato, na condição de PNE, que encaminhar documentação incompleta, encaminhar fora do prazo estipulado ou ainda, não encaminhar e a inscrição do candidato será efetuada automaticamente na ampla concorrência.

5.14 A Comissão do Processo Seletivo Simplificado não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo médico ou atestado ao seu destino.

5.15 O laudo médico (original) terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado e não será devolvido, bem como não serão fornecidas cópias desse laudo.

5.16 O candidato que vier a ser nomeado às vagas destinadas às PNE deverá submeter-se à perícia médica, de responsabilidade do candidato, que verificará sua qualificação como PNE, bem como sua aptidão física e mental.

5.17 No caso de desqualificação do candidato como PNE ocorrerá à perda do direito à vaga reservada, entretanto o candidato permanecerá na lista de classificação geral da ampla concorrência.

5.18 A Perícia Médica emitirá parecer sobre as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição e preenchimento do requerimento, a saber: a natureza das atribuições do cargo a desempenhar; a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas; a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; o Código Internacional de Doenças – CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente; a qualificação como PNE; a existência da deficiência, bem como a compatibilidade ou não para o exercício do cargo, com possível eliminação justificada de candidatos considerados incompatíveis para o seu desempenho.

5.19 Caso seja constatado que o candidato qualificado como PNE possui, além da deficiência que o habilita, patologia(s) que o torne inapto ao exercício das atribuições do cargo, será reprovada na perícia médica;

5.20 A reprovação do candidato na forma do subitem anterior pela perícia médica acarretará perda do direito à vaga reservada à PNE, bem como a perda do direito à vaga de ampla concorrência.

5.21 As vagas reservadas que não forem providas por PNE, sejam por falta de candidatos ou por eliminação no Processo Seletivo Simplificado ou, ainda, por incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência, serão preenchidos pelos demais candidatos da ampla concorrência ao respectivo cargo, observada a ordem de classificação.

6 DO INDEFERIMENTO/DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

6.1 Será indeferida a inscrição:

a) De candidato que estiver impedido de participar do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do subitem 4.11 deste Edital; ou

b) Efetuada fora dos períodos fixados nos subitens deste Edital; ou

c) Cujo requerimento de inscrição esteja preenchido de forma incompleta ou incorreta; ou

d) Efetuada sem documento exigido neste Edital; ou

e) Em desacordo com qualquer requisito deste Edital.

6.2 Caberá recurso contra indeferimento ou não confirmação de inscrição, em conformidade com o que estabelece o item 12 deste Edital.

7 DOS CANDIDATOS QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 É assegurado ao candidato o direito de requerer atendimento diferenciado para realização da Prova e deverá obrigatoriamente, cumprir as seguintes etapas:

a. Declarar que necessita de atendimento diferenciado no ato da inscrição.

b. Proceder à impressão e preenchimento do formulário de requerimento de deferimento conforme anexo VI deste Edital.

c. Protocolar na sede da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, na Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE) nos prazos estabelecidos neste Edital.

7.2 O candidato que não atender ao item 7.1 não terá seu requerimento avaliado para efeito do atendimento diferenciado.

7.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Prova, além de solicitar atendimento diferenciado, deverá obrigatoriamente levar um acompanhante, que ficará em local reservado e que será responsável pela guarda da criança. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

7.4 Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação.

7.5 Não será permitida a realização da Prova da candidata que não levar acompanhante e implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

7.6 A Comissão do Processo Seletivo Simplificado não disponibilizará acompanhante para guarda e/ou cuidado da criança.

7.7 As solicitações de atendimento diferenciado serão atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

8 DA DIVULGAÇÃO DO LOCAL DA PROVA

8.1 A divulgação do local de realização da prova (nome do local, endereço e sala) será disponibilizada por ocasião da divulgação prevista no subitem 1. 4 deste Edital e Anexo VIII.

8.2 Caso o candidato constate que não foi alocado em nenhum local para a realização da prova, deverá entrar em contato com a Comissão no endereço situado à Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE) impreterivelmente até às 17 horas do dia subsequente da divulgação da lista nominal, e seguir as orientações fornecidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.3 Divergências relativas ao nome ou ao número de documento oficial de identificação deverão ser comunicadas apenas no dia da Prova, ao fiscal de sala.

8.4 É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento de todas as informações divulgadas bem como da observação do horário e local específico de realização de sua prova.

9 DA PRIMEIRA ETAPA – PROVA

9.1 A prova terá duração de 2 (duas) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.

9.2 A prova será composta de 10 (dez) questões de múltipla escolha, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

9.3 Cada questão terá o valor de 01 (um) ponto totalizando 10 (dez) pontos.

9.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para realizar a Prova com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o seu início, munido de **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não porosa, fabricada inteiramente em material transparente**, comprovante de inscrição e de documento oficial de identificação, contendo fotografia e assinatura.

9.5 Os portões do local de aplicação da Prova serão fechados, impreterivelmente, no horário fixado para o seu início, não sendo permitido ingresso de candidato ao local de realização da prova após esse horário.

9.6 Para realização da Prova do Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente original de documento oficial de identificação com foto. Não será aceita cópia, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

9.7 Para fins deste Processo Seletivo Simplificado serão considerados documentos oficiais de identificação: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e Magistratura; carteiras expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como documentos de identificação; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social.

9.8 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura.

9.9 O candidato que não apresentar original de documento oficial de identificação não realizará prova, exceto no caso de apresentação de registro de ocorrência policial (Boletim de Ocorrência), confirmando perda, furto ou roubo de seus documentos.

9.10 O Boletim de Ocorrência, para fins deste Processo Seletivo Simplificado, só terá validade se emitido há menos de 30 (trinta) dias da realização da Prova.

9.11 O candidato que apresentar Boletim de Ocorrência ou original de documento oficial de identificação que gere dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura, será submetido à identificação especial, compreendendo assinatura em formulário próprio, e fará a prova em caráter condicional.

9.12 Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada para a realização da Prova. O candidato que não realizar a prova por questão de identificação, bem como aquele que não comparecer no local e horário fixados para a sua realização, qualquer que seja a alegação, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

9.13 É vedado ao candidato prestar prova fora do local, data e horário pré-determinados pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.14 O descumprimento do descrito no subitem anterior implicará eliminação do candidato.

9.15 Após ingressar na sala de prova e assinar o Controle de Frequência, o candidato receberá do fiscal o Cartão de Respostas.

9.16 O Cartão de Respostas será o único documento válido para avaliação da Prova Objetiva.

9.17 Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro ou dano causado pelo candidato.

9.18 A transcrição das respostas para o Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, devendo observar as determinações contidas neste Edital e as orientações constadas no próprio Cartão.

9.19 O conteúdo programático da Prova está disposto no Anexo II.

9.20 Será atribuído zero as alternativas transcritas a lápis, rasuradas ou em duplicidade na mesma alternativa.

9.21 O Cartão de Respostas não poderá ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato. A detecção de qualquer marca identificada no espaço destinado as respostas definitivas acarretará a anulação da Prova do candidato e sua automática eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

9.22 Durante a Prova é proibida a consulta a livros ou outros textos comentados e/ou anotados.

9.23 Estará eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que deixar de comparecer ou obter a média inferior a 05 pontos.

10 DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DA PROVA

10.1 Por motivo de segurança, visando à garantia da lisura e da idoneidade deste Processo Seletivo Simplificado, serão adotados, no dia da aplicação da Prova, os procedimentos a seguir especificados:

a) não será permitida a entrada no estabelecimento de aplicação de prova de candidato alcoolizado e/ou portando arma;

b) não será permitida a entrada de candidato, na sala de aplicação de provas, usando óculos escuros ou quaisquer itens de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

c) o candidato que estiver portando lápis, lapiseira, borracha, livros, códigos, impressos ou qualquer outra fonte de consulta, ou ainda, aparelhos eletrônicos (como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, calculadora, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, *smartphone*, *ablete*, máquina fotográfica etc.) deverá, ao entrar na sala de realização da prova manter todos os seus pertences abaixo de sua cadeira, não podendo manipulá-lo até o término de sua prova;

d) será vedado ao candidato realizar a prova fora do local, data e horário pré-determinados pela organização do Processo Seletivo Simplificado;

e) após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

f) não será permitido, sob hipótese alguma, durante a aplicação de prova, o retorno do candidato ao estabelecimento, após ter-se ausentado do mesmo, ainda que por questões de saúde;

g) o candidato poderá retirar-se da sala de prova somente 01 hora decorridos do início da Prova e após a entrega do seu Cartão de Respostas. O candidato que insistir em sair da sala da prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar Termo de Desistência declarando sua desistência do Processo Seletivo Simplificado na presença de um membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado;

h) O fiscal da prova manterá um marcador de tempo na sala de realização de prova para fins de acompanhamento pelos candidatos;

i) os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de realização da prova até que o último candidato finalize a sua prova e deverão sair juntos do recinto após a assinatura da ata de aplicação de provas da respectiva sala;

j) após o término da Prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de sala seu Cartão de Respostas.

10.2 Serão **eliminados** doProcesso Seletivo Simplificadode que trata este Edital o candidato que:

a) chegar ao local de prova após o fechamento dos portões;

b) durante a realização da Prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada, dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;

c) for surpreendido no interior do estabelecimento, durante o horário de realização da Prova, alcoolizado e/ou portando arma;

d) for surpreendido no interior do estabelecimento, durante o horário de realização da Prova, portando, de forma diferente da estabelecida neste Edital, e/ou utilizando lápis, lapiseira, borracha, livros, código, impressos ou qualquer outra fonte de consulta, e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos (como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, calculadora, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, palmtop, *pen drive*, receptor, gravador, *smartphone*, *ablete*, máquina fotográfica etc.);

e) for surpreendido, na sala de aplicação de provas, usando caneta fabricada fora do padrão especificado no subitem 10.2, bem como óculos escuros ou quaisquer itens de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

f) tiver seu telefone celular e/ou aparelho eletrônico emitido sons/ruídos durante o horário de realização da prova;

g) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

h) desrespeitar membro da equipe de fiscalização e Comissão, assim como proceder de forma a perturbar a ordem e a tranquilidade necessárias à realização da Prova;

i) não realizar a Prova; ausentar-se da sala de prova sem justificativa ou sem autorização, após ter assinado o Controle de Frequência, portando ou não o Cartão de Respostas;

j) não devolver o Cartão de Respostas;

k) não atender às determinações do presente Edital;

l) mesmo após a Prova, for surpreendido, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, utilizando-se de procedimentos ilícitos;

m) não assinar o Cartão de Respostas;

n) for um dos três últimos e se recusar a permanecer em sala de realização até que o último candidato termine a prova, conforme previsto no subitem 10.1, alínea “i”;

10.3 A comissão do Processo Seletivo Simplificado e os demais fiscais de prova não assumirão a guarda de quaisquer objetos pertencentes aos candidatos.

10.4 A Comissão do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pelo extravio de quaisquer objetos ou valores portados pelos candidatos durante a realização da Prova.

11 DA SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTA

11.1 A divulgação do local, horário, sala e data de realização da entrevista será disponibilizada por ocasião da divulgação prevista no subitem 1.4 deste Edital na data prevista no anexo VIII.

11.2 Caso o candidato constate que não foi alocado em nenhum local para a realização da entrevista, deverá entrar em contato com a Comissão no endereço situado à Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE), impreterivelmente até às 17 horas do dia subsequente da divulgação da lista nominal, e seguir as orientações fornecidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

11.3 **O não comparecimento** em dia, local e horário determinado para entrevista, caracterizará desistência do candidato desta etapa e automaticamente a pontuação zerada na entrevista.

11.4 A entrevista terá caráter classificatório e será avaliada na escala de **0 (zero) a 20 (vinte) pontos** e será realizada considerando as seguintes competências:

a. Conhecimentos técnicos relacionados ao cargo;

b. Comunicação (desenvolvimento e estruturação de pensamento);

c. Postura ética e comprometimento profissional;

d. Habilidades de relacionamento interpessoal;

e. Trabalho em equipe;

f. Solução de Problemas.

12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Caberá recurso à Comissão do Processo Seletivo Simplificado contra:

a) Indeferimento ou não confirmação de inscrição;

b) Desempenho na Pontuação Final (Prova Objetiva e/ou Entrevista);

12.2 O candidato que desejar interpor recursos disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação, das 08h às 11h e das 14h às 17h e deverá obrigatoriamente, cumprir as seguintes etapas:

a. Proceder à impressão e preenchimento do formulário de requerimento de recurso conforme anexo V deste Edital.

b. Protocolar na sede da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, na Rua Boa Vista 350 Centro – Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 (anexo ao SINE) nos prazos estabelecidos neste Edital.

12.3 O candidato que não atender ao item 12.2 e seus subitens perderá o direito de interpor o recurso e será automaticamente indeferido.

12.4 Na ausência do candidato o mesmo poderá nomear outra pessoa por procuração autenticada para interpor o recurso.

12.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.

12.6 Recurso inconsistente ou interposto fora do prazo e horário será indeferido.

12.7 O candidato deverá preencher obrigatoriamente todos os campos do formulário conforme Anexo V.

12.8 A argumentação deverá ser coerente e consistente, citar o material bibliográfico utilizado para análise (Normas, Manuais Técnicos, Leis, Resoluções, Item ou Subitem deste Edital, entre outros.) e documentos comprobatórios, quando for o caso.

12.9 Será desconsiderada pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado a tentativa de interposição de recurso fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

12.10 Não será aceito recurso via postal, via fax e via correio eletrônico.

12.11 Da decisão final da Comissão do Processo Seletivo Simplificado não caberá recurso administrativo, não existindo, desta forma, recurso contra resultado de recurso.

13 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

13.1 Os candidatos não eliminados do Processo Seletivo Simplificado terão sua Pontuação Final (*PF*), pela seguinte fórmula: *PF* = *PPO* + *PE*, em que:

PPO = Pontuação Final na Prova Objetiva;

PE = Pontuação na Entrevista.

13.2 Os candidatos serão ordenados, por cargo em ordem alfabética decrescente da Pontuação Final (*PF*), apurada nos termos do subitem 13.1 deste Edital.

13.3 Em caso de empate na Pontuação Final (*PF*) terá preferência, para fins de classificação final, o candidato que, na seguinte ordem obtiver sucessivamente:

1. Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerada, para esse fim, a data do último dia de inscrição:

2. Maior pontuação na Entrevista;

3. Maior pontuação na Prova Objetiva;

4. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DA HOMOLOGAÇÃO E NOMEAÇÃO

14.1 O resultado final do Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, bem como sua homologação será publicada conforme item 1.4 deste Edital em ordem decrescente da pontuação final obtida contendo nome, número do documento oficial de identificação, tipo de vaga concorrida (Ampla Concorrência e Pessoa com Deficiência).

14.2 O candidato aprovado para as vagas existentes de acordo com o Anexo I, obedecendo à estrita ordem de classificação para o cargo/local, será nomeado por meio de Ato Governamental, publicado no Diário Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de MT, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

14.3 Os candidatos classificados, excedentes às vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro de reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acom-

panhamento das nomeações no Diário Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de MT ocorrido durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

14.4 O não comparecimento do candidato nomeado para tomar posse no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga, com consequente publicação de ato tornando sem efeito sua nomeação.

15 DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

15.1 Os candidatos contratados através deste Processo Seletivo Simplificado submetem-se ao regime jurídico estatutário, conforme Lei Municipal nº 1. 931, de 15 de Abril de 2005.

15.2 Os candidatos contratados através deste Teste Seletivo Simplificado se sujeitam ao Regime geral de Providência Social – INSS.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo conforme item 1.4 deste Edital.

16.2 O candidato classificado deverá manter atualizado seu endereço e telefone na Secretaria Municipal de Ação Social – SMAS, até o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e durante o seu prazo de validade, sendo de sua exclusiva responsabilidade os prejuízos advindos da não comunicação de seu endereço e telefone.

16.3 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de MT.

16.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de contratação podendo ser prorrogado por igual período.

16.5 A administração poderá modificar a jornada de trabalho observada o interesse do Serviço, bem como estabelecer regras de compensação ou revezamento para os servidores que trabalham em regime de escala ou jornada diferenciada, por meio de Decreto, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente, sem existência de redução de vencimentos ou remuneração, conforme disposto em Lei Municipal Complementar nº 94, de 21 de Dezembro de 2011.

16.6 Todas as informações relativas ao Processo Seletivo Simplificado, após a publicação do resultado final, deverão ser obtidas na Secretaria Municipal de Ação Social da cidade de Cáceres, MT.

16.7 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas deste Processo Seletivo Simplificado.

16.8 Os casos omissos serão resolvidos, conjuntamente, pela Secretaria Municipal de Ação Social e Comissão, no que tange à realização deste Processo Seletivo Simplificado, podendo para isso obter orientação e parecer jurídico, se necessário, da Procuradoria Geral do Município.

16.9 Os documentos do Processo Seletivo Simplificado serão lacrados pela Comissão na presença da Chefia de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social.

a. Os documentos serão entregues mediante Ofício ao Secretário/a de Ação Social e Termo de Entrega (três vias, assinadas pelo Presidente da Comissão, Secretário/a de Ação Social e Chefia de Apoio Administrativo), declarando que a SMAS passa a ser responsável pela guarda e sigilo do material.

b. A primeira via ficará em poder do presidente da Comissão. A segunda via será colocada no pacote lacrado. A terceira via será entregue à Secretaria de Ação Social anexa ao Ofício.

16.10 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos da Lei nº 1.931 de 15 de Abril de 2005, autorizativa deste Processo Seletivo Simplificado, serão apuradas mediante sindicância no prazo de trinta dias e asseguradas de ampla defesa.

16.11 Atenção! Todas as datas do ANEXO VIII são prováveis, sujeitas a alterações, sendo de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os eventos, nos meios informados no item 1.4 do presente edital.

16.12 Fazem parte deste Edital:

a) **ANEXO I** – Cargo/Localidade/Habilitação Exigida/Vagas/Remuneração Mensal.

b) **ANEXO II** – Conteúdo Programático – Prova Objetiva.

c) **ANEXO III** – Descrição das atividades dos cargos.

d) **ANEXO IV** – Ficha de Inscrição

e) **ANEXO V** – Requerimento de Recurso

f) **ANEXO VI –** Requerimento de Condição Especial para realização da Prova Objetiva;

g) **ANEXO VII –** Requerimento de Inscrição para Pessoas com Necessidades Especiais;

h) **ANEXO VIII** – Cronograma de realização do Processo Seletivo Simplificado;

Cáceres-MT, 27 de Abril de 2016.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal em exercício

Decretos nrº. 192 e 193/2016

ANEXO I – CARGOS, VAGAS E REMUNERAÇÃO.

Carga Horária: 20 horas					
Código do Cargo	**Cargo / Localidade**	**Habilitação Exigida e Pré-Requisitos**	**Nº de Vagas (AC)**	**Nº de vagas (PNE)**	**Remuneração (R$)**
01	**Psicólogo (a)**	Curso Superior de Psicologia, registro no respectivo Conselho Regional.	02	-	R$ 2.057,60

01 – Profissional que poderá atuar nos seguintes serviços/unidades: ***Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; CRAS, CREAS, Casa de Passagem.***

Carga Horária: 30 horas					
Código do Cargo	**Cargo**	**Habilitação Exigida e Pré-Requisitos**	**Nº de Vagas (AC)**	**Nº de Vagas (PNE)**	**Remuneração (R$)**
02	**Assistente Social**	Curso Superior de Serviço Social, registro no respectivo Conselho Regional.	07	-	R$ 4.115,20

02 – Profissionais com carga horária de 30 horas semanais de acordo com a Lei Federal nº12. 317/2010.

02 – Profissional que atuará no seguinte serviço: ***Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;*** **Profissional que atuará no seguinte serviço:** ***Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos – Sexo masculino;*** **Profissional que atuará no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;** ***Profissional que atuará nos seguintes serviços: PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializados à Famílias e Individuos, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Familia e SCFV – Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos; Profissional que atuará na fiscalização e acompanhamento de famílias beneficiarias do Bolsa Família e famílias inseridas no Cadastro Único.***

Carga Horária: 40 horas					
Código do Cargo	**Cargo / Localidade**	**Habilitação Exigida e Pré-Requisitos**	**Nº de Vagas (AC)**	**Nº de Vagas (PNE)**	**Remuneração (R$)**
03	**Auxiliar de Cuidador –** ***Casa da Criança.***	Ensino Fundamental. Preferencialmente com experiência comprovada no trabalho com crianças e adolescentes. **Jornada de Trabalho:** Profissionais que atuarão em escala de revezamento de 12 (doze) horas de trabalhos ininterruptas seguidas de 36 (trinta e seis) horas imediatamente subsequentes de descanso conforme Decreto n.º 291 de 29/07/2014.	04	1	R$ 880,00
04	**Cuidador –** ***Casa da Criança.***	Nível médio. Preferencialmente com experiência comprovada no trabalho com crianças e adolescentes. **Jornada de Trabalho:** Profissionais que atuarão em escala de revezamento de 12 (doze) horas de trabalhos ininterruptas seguidas de 36 (trinta e seis) horas imediatamente subsequentes de descanso conforme Decreto n.º 291 de 29/07/2014.	02	1	R$ 900,20
05	**Orientador Social**	Nivel médio	07	1	R$ 965,83
06	**Pedagogo**– *Casa da Criança.*	Curso Superior de Pedagogia. Preferencialmente com experiência comprovada no trabalho com crianças.	01	-	R$ 1.847,74
07	**Psicólogo (a)**	Curso Superior de Psicologia, registro no respectivo Conselho Regional.	4	-	R$ 4.115,20
08	**Advogado (a) – CREAS**	Curso Superior em Direito, registro no respectivo Conselho Profissional.	1	-	R$ 4.415,20

16.13 **03, 04, e 06** – Profissional que atuará na seguinte unidade: *Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;* - **05 –** Profissional que atua nas seguintes unidades: *Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Convivência para Idosos – CCI, Central do Cadastro Único – CECAD;* **07** – Profissional que atua nas seguintes unidades: *Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos – Sexo masculino;* **08** – *Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,* **03 e 04** – A administração poderá modificar a jornada de trabalho observada o interesse do Serviço, bem como estabelecer regras de compensação ou revezamento para os servidores que trabalham em regime de escala ou jornada diferenciada, por meio de Decreto, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente, sem existência de redução de vencimentos ou remuneração, conforme disposto em Lei Municipal Complementar nº 94, de 21 de Dezembro de 2011.

01 a 23 – Todas as renumerações são referentes ao Impacto feito sob a ótica do PCCS: LC 100/2014. Exercício 2016 podendo sofrer alterações com base em reajustes no exercício de 2017, se houver.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA	
Cargo/Nível	**Descrição**
Para todos os Cargos e Níveis[1]	Res. N.º 145 do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução nº 109/CNAS/2009 que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais Lei Federal nº 8.742 de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações pela Lei nº 12.435, de 2011.

[1] O nível de resolutividade das questões será compatível com a escolaridade de cada cargo.

ANEXO III – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

CARGO	ATIVIDADES
CÓD 01 e 07 Psicólogo (a)	Elaborar com o/a coordenador (a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço;Realizar o acompanhamento dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração, informando às famílias quanto ao desenvolvimento das crianças;Prestar apoio na seleção dos cuidadores e aux. De cuidadores e demais servidores, quando necessário;Promover capacitação e acompanhamento dos servidores e parceiros visando o atendimento da criança e acolhimento dos familiares;Elaborar Plano de Atendimento Individual do usuário e Plano de Atendimento Familiar em parceria com a equipe técnica a partir de um trabalho interdisciplinar;Realizar atendimento individual para observação e orientação, não caracterizando intervenção psicoterápica, efetuando seu registro;Efetuar encaminhamento para atendimento psicoterápico através do Sistema Único de Saúde-SUS, através da Secretaria de Saúde, quando verificada a necessidade;Exercer a referência e contrarreferência;Realizar visita semanal ao serviço de acolhimento para aplicação de dinâmicas de grupo, percebendo o usuário no seu espaço social através de atividades que estimulem o convívio familiar, grupal e social e de organização da vida cotidiana;Promover trabalho mensal coletivo de aconselhamento diretivo à equipe de trabalho, bem como com grupo psicodinâmico para suporte emocional e troca de experiências;Efetuar o cadastro individual do usuário institucionalizado através de um histórico consistente e cuidadoso, sempre que possível, como um instrumento valioso na "predição" da qualidade dos vínculos futuros, auxiliando na compreensão e aceitação dos comportamentos apresentados pelo usuário e que servirá como norteador para as ações futuras em relação ao mesmo;Efetuar acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos com resolutividade e promover discussão / planejamento em conjunto com outros atores da rede de serviços locais e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento dos usuários e suas famílias conforme às necessidades específicas de cada família;Promover a elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação dos usuários;Promover o desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;Preparar o usuário para o desligamento gradativo do serviço de acolhimento (em parceria com o cuidador de referência) conforme informado com antecedência pelo Judiciário, para posterior desabrigamento.Acompanhar a família e o usuário desabrigado pelo período mínimo de 6 meses através de atividades de grupo e oficinas;Realizar a Vigilância Social através da produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos;Atuar de acordo com o Regimento Interno da Unidade;Participar de todas as ações propostas pela Secretaria;Solicitar, quando achar necessário, informações e capacitações; Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaboração, junto das famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e /ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiares, individuais e em grupo; Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS quando necessário; Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais politicas publicas setoriais e órgãos de defesa de direito; Trabalho em equipe interdisciplinar Orientação Juridico Social (advogado) Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; Relatório técnico sobre casos em acompanhamento; Fazer levantamento de recursos da rede e de dados estatísticos junto aos órgãos de defesa de direitos; manter organizados e atualizados os registros de casos atendidos; Elaborar laudo e parecer técnico quando solicitado; Apoio nas ações de mobilização e sensibilização para enfrentamento das situações de violação de direitos; Apoio na produção de material socioeducativo; Participar de todas as ações propostas pela secretaria; Executar as atribuições definidas do manual de orientações técnicas do Governo Federal e na Resolução nº109/2009/CNAS e outras tarefas correlatas.
CÓD 02 – Assistente Social	Elaboração com o/a coordenador (a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; Efetuar o cadastro individual do usuário institucionalizado através de um histórico consistente e cuidadoso, sempre que possível, como um instrumento valioso na "predição" da qualidade dos vínculos futuros, auxiliando na compreensão e aceitação dos comportamentos apresentados pelo usuário e que servirá como norteador para as ações futuras em relação ao mesmo; Acompanhamento social dos usuários e suas respectivas famílias através de entrevistas e visitas domiciliares e institucionais, com vistas à reintegração familiar; Encaminhamento e discussão / planejamento com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento dos usuários e suas famílias; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada usuário; Permissão de visitas familiares com horários preestabelecidos, emitindo encaminhamentos de autorização para a responsável/guardiã do abrigo, apenas após recebimento de documento oficial do motivo do abrigamento e visita domiciliar pela técnica; Liberação e/ou acompanhamento do usuário abrigado para visitar a família, mediante autorização judicial prévia, quando necessário; Encaminhamento e inclusão da família em serviços, programas e projetos oficiais ou comunitários de atendimento; Mediação, em parceria com o cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso; Atuar de acordo com o Regimento Interno da Unidade; Participar de todas as ações propostas pela Secretaria; Solicitar, quando achar necessário, informações e capacitações; Apoiar, supervisionar, acompanhar e monitorar as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Sensibilizar os diversos atores e segmentos sociais constituídos afetos a desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil; Fomentar a mobilização dos agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais, federações, associações e cooperativas de trabalhadores e empregadores para as ações de erradicação do trabalho infantil; Planejar campanhas voltadas principalmente para difundir os agravos relacionais e de saúde no desenvolvimento de crianças e adolescente sujeitas ao trabalho infantil, considerando as principais ocupações identificadas; Apoiar na Gestão a articulação com as Superintendências, Gerências e Agências Regionais do Trabalho e Emprego para fomento das ações de fiscalização; Apoiar na Gestão a articulação com o Poder Judiciário e Ministério Público para garantir a devida aplicação de medida de proteção para crianças e adolescente em situação de trabalho infantil; Monitorar os registros das crianças e adolescentes inseridos em serviços de assistência social, saúde, educação, dentre outros, em sistema de informação pertinente ao PETI; a) do registro das crianças e adolescentes inseridos em serviços de assistência social, saúde, educação, dentre outros, em sistema de informação pertinente ao PETI; b) da execução das ações estratégicas; c) do atendimento das crianças e adolescentes e suas famílias nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; d) das ações estratégicas pactuadas com Estados, Municípios e Distrito Federal. Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos ás famílias usuárias do CRAS e CECAD Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; Mediação de grupos de famílias do PAIF; Realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares ás famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(a) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS: Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; Realização de busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de Projetos que visam prevenir aumento da incidência de situação de risco; Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; Realização de encaminhamentos, com acompanhamentos, para a rede socioassistencial; Realização de encaminhamentos para serviços setoriais; Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF;

	Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização do encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de respostas as demandas e de fortalecimento das potencialidades do território; Fiscalização de famílias beneficiarias do Programa Bolsa Família e famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Participar de todas as ações propostas pela Secretaria; Executar as atribuições definidas do manual de orientações técnicas do Governo Federal e na Resolução nº109/2009/CNAS e outras tarefas correlatas.
CÓD 3 – Aux. De Cuidador na Casa da Criança	Apoio às funções do cuidador; Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros); Receber e conferir os gêneros alimentícios requisitados para a execução das refeições ou doados pela comunidade; Notificar a coordenação, a falta de algum gênero alimentício para as devidas providências; Colocar a disposição dos usuários, talheres, bandejas, pratos, copos e outros; Servir as refeições para as crianças abaixo de 05 anos de idade; Proceder a higienização de louças, utensílios e da cozinha em geral; Elaborar lanches e pequenas refeições; Preparar alimentos de modo que assegure a qualidade, higiene; sabor e apresentação da refeição a ser servida em vasilhas próprias na mesa do refeitório; Efetuar a limpeza e manter em ordem os cômodos e o pátio, varrendo, tirando o pó e encerando, limpando e lustrando móveis, lavando vidraças, utensílios e instalações, providenciando o material e produtos necessários, para manter as condições de conservação e higiene requeridas; Cuidar das despensas de alimentos e de materiais de higiene, não os alojando na mesma sala e mantendo-as trancadas, não permitindo o acesso de crianças a elas; Servir alimentos em utensílio (pratos, copos, talheres) de plástico, evitando acidentes; Não permitir o acesso das crianças a objetos e utensílios domésticos cortantes (facas, ferramentas, placas...); Zelar pelas condições de acondicionamento e destino do lixo comum; Coletar diariamente o lixo, recolhendo-o e depositando-o na lixeira; Lavar, secar e passar todos os dias as peças de roupas, cama, mesa e banho; Mudar a posição dos móveis e equipamentos, colocando-os nos locais designados; Guardar e manter o controle no gasto de materiais e produtos utilizados na higiene; Zelar pela manutenção da limpeza e conservação de todo o material e equipamento sob sua responsabilidade; Executar serviços de manutenção geral, trocando lâmpadas, fusíveis e outros; Lavar diariamente todos os banheiros;§ Manter o material necessário em unidades como: sanitários, lavabos e outros; Notificar a coordenação, a quebra ou danificação do material, instalações ou equipamentos. Ter atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança; Ter sensibilidade para transmitir segurança, carinho e afetividade; Trabalhar em equipe; Ter comprometimento; Tratar a todos/as com respeito e igualdade; Ética nas ações – guardar sigilo sobre o histórico das crianças (motivo que foi retirada da família, problemas emocionais e de saúde da criança...); Não aplicar “castigos” às crianças; Participar de todas as ações propostas pela Secretaria;
CÓD 4 – Cuidador na Casa da Criança	Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção (Verificar a ordem e a limpeza do local de trabalho); Auxiliar, eventualmente, a servir lanches e refeições; Auxiliar na higienização de louças, utensílios e da cozinha em geral; Cuidar dos horários das crianças: acordar, almoço e lanche; Dar banho nas crianças com idade inferior a 7 anos, devendo supervisionar as demais; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Marcar e acompanhar as crianças ao atendimento médico-odontológico, bem como os exames laboratoriais quando solicitados, na rede pública; Administrar a medicação das crianças, conforme receita médica; Impedir a entrada, no prédio ou áreas adjacentes, de pessoas estranhas e sem autorização; Zelar pelo prédio e suas instalações – jardim, cercas, portões, sistemas elétricos e hidráulicos – tomando as providências que fizerem necessárias para evitar roubos, prevenir incêndios e outros danos; Controlar movimentação de pessoas, veículos, bens, materiais, etc.; Atender e prestar informações ao público; Atender e efetuar ligações telefônicas quando necessário; Auxílio à criança para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Manter a coordenadora informada das atividades da semana e do comportamento das crianças; Matricular as crianças na rede pública de ensino; Visitar as Escolas para acompanhar o desenvolvimento nas atividades escolares e frequência das crianças; Cuidar da organização dos materiais escolares das crianças; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; Organizar os horários de atividades das crianças através de cronograma que contemple apoio nas tarefas escolares, recreação e atividades lúdicas; Executar atividades de grupo sócio-educativas com as crianças; Elaborar relatórios mensais das atividades executadas com as crianças; Informar às famílias quanto ao desenvolvimento das crianças; Apoio na preparação da criança para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social); Na ausência da coordenadora, acompanhar crianças ao Pronto Socorro em casos de emergência, informando posteriormente; Ter atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança; Ter sensibilidade para transmitir segurança, carinho e afetividade; Trabalhar em equipe; Ter comprometimento; Tratar a todos/as com respeito e igualdade; Ética nas ações – guardar sigilo sobre o histórico das crianças (motivo que foi retirada da família, problemas emocionais e de saúde da criança...); Não aplicar “castigos” às crianças; Apoiar a organização da comemoração dos aniversariantes do mês; Registrar em Livro Ata, as ações diárias e dados importantes sobre as crianças abrigadas e sua família para repassá-las à equipe técnica; Participar de todas as ações propostas pela Secretaria; Solicitar, quando achar necessário, informações e capacitações; Executar as atribuições definidas do manual de orientações técnicas do Governo Federal, no Regimento Interno e outras tarefas correlatas.
CÓD 5 – Orientador Social	Recepção e oferta de informações às famílias; Realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território; Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, Fluxos de trabalho e resultados; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe. Busca pró-ativa; Alimentar sistema de informação, Registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Apoio na execução de palestras, oficinas e outras atividades necessárias; Apoio na produção de material socioeducativo; Mapear regiões para identificação da vulnerabilidade do território; Fazer a abordagem da família para a sensibilização em relação à necessidade do atendimento;

	Acompanhar *in loco* os usuários na rede de serviços; Participar de todas as ações propostas pela Secretaria; Atendimento ao publico; Realizar a atualização/inserção cadastral dos usuários da politica de Assistência Social no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Realizar busca ativa as famílias em situação de vulnerabilidade social para inserção no Cadastro Único; Participar de capacitações; Apoio Administrativo em atividades que demandem utilização do sistema CADASTRO ÚNICO; Participar de ações em que demande os serviços da CECAD – Central do Cadastro Único;
CÓD 06 – Pedagogo na Casa da Criança	Elaborar, em conjunto com o/a coordenador (a) e demais colaboradores, do projeto político- e outras tarefas correlatas.pedagógico do serviço; Efetivar o cadastro e coleta de dados de identificação de cada criança e atividades afins; Acolher a criança e orientá-la a respeito das normas e rotinas que regem o serviço; Fazer o levantamento da história de vida; Proporcionar o envolvimento e a participação dos abrigados nas atividades cotidianas do Abrigo; Elaborar Plano de Atendimento Individual da criança e Plano de Atendimento Familiar em parceria com a equipe técnica a partir de um trabalho interdisciplinar para seu envio ao Sistema de Justiça e ao Conselho Tutelar;IV – Matricular as crianças na rede pública de ensino; Exercer a referência e contrarreferência; Visitar as Escolas para acompanhar o desenvolvimento nas atividades escolares e requência das crianças; Assegurar à criança o acesso às atividades psicopedagógicas e a escolarização, priorizando a permanência e o sucesso no ensino regular; Organizar os horários de atividades das crianças através de cronograma que contemple apoio nas tarefas escolares, recreação e atividades lúdicas, bem como, atividades que estimulem o convívio familiar, grupal e social e de organização da vida cotidiana; Realizar o acompanhamento diário das tarefas escolares, bem como da aprendizagem junto à escola, comparecendo às reuniões e aos encontros com professores e diretores da escola, dando conhecimento à família bem como estimular sua participação nas reuniões; Ofertar apoio pedagógico para aqueles que apresentam problemas de distorção idade/série ou dificuldade de aprendizagem; Manter sempre espaço de recreação, estudo e lazer onde possam brincar estudar e se divertir; Propor à coordenação e organizar passeios, festas e eventos em datas comemorativas, visitam a museus e requência a cinemas, teatro e exposições culturais; Efetuar encaminhamento e estímulo à requência das crianças e adolescentes a atividades artísticas e culturais na comunidade, tais como teatro, música, pintura, dança, etc., inserção em cursos de atividades manuais, idiomas, inclusão digital; Executar atividades de incentivo à leitura, como rodas de leituras e contar histórias; Promover a inserção da criança em atividades de esportes da comunidade; Proporcionar atividades coletivas mensais com as famílias, crianças e profissionais do serviço; Propor atividades opcionais religiosas, que devem respeitar a livre adesão da criança e a formação doutrinária da família; Promover a inclusão dos adolescentes em cursos que possibilitem o seu contato e a sua preparação para o mundo do trabalho; Contribuir com a capacitação dos cuidadores/educadores, a partir das tendências pedagógicas; Efetuar acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos com resolutividade e promover discussão / planejamento em conjunto com outros atores da rede de serviços locais e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e suas famílias conforme as necessidades específicas de cada família; Contribuir no processo gradativo de desligamento do abrigado; Realizar a Vigilância Social através da produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos; Atuar de acordo com o Regimento Interno da Unidade; Participar de todas as ações propostas pela Secretaria; Solicitar, quando achar necessário, informações e capacitações; Executar outras tarefas correlatas.
CÓD. 8 – Advogado no CREAS.	Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaboração, junto das famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e /ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiares, individuais e em grupo; Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS quando necessário; Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais politicas publicas setoriais e órgãos de defesa de direito; Trabalho em equipe interdisciplinar Orientação Jurídico Social (advogado) Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; Relatório técnico sobre casos em acompanhamento; Fazer levantamento de recursos da rede e de dados estatísticos junto aos órgãos de defesa de direitos; manter organizados e atualizados os registros de casos atendidos; Elaborar laudo e parecer técnico quando solicitado; Apoio nas ações de mobilização e sensibilização para enfrentamento das situações de violação de direitos; Apoio na produção de material socioeducativo; Participar de todas as ações propostas pela secretaria; Executar as ações definidas do manual de orientações técnicas do governo federal e na Resolução nº 109/2009CNAS e outras tarefas correlatas

ANEXO IV – FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 2016/1 SMAS

NOME	
N.º CARGO	**DATA**

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	( ) SIM	( ) NÃO	
Endereço			
Número		Bairro	
Município		UF	CEP
CONTATOS			
Telefone		E-mail	
CPF		**RG**	Órgão Emissor
Data Nascimento		Naturalidade	
Nome do Pai			
RG:	CPF:		
Nome da Mãe			
RG:	CPF:		

VENHO REQUERER, através da presente, **INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 2016/1**. **DECLARO** para os fins de direito, estar ciente do inteiro teor do **EDITAL 02/2016**, e concordar com todas as normas estabelecidas; nada tendo a objetivar quanto à aplicação das mesmas, e possuir as condições legais para o ato de inscrição.

Assinatura do Candidato (por extenso)

.....CORTE AQUI.....

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 2016/1 SMAS
NOME DO CANDIDATO
DATA:
CARGO
Cáceres MT
RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO

ANEXO V – REQUERIMENTO PARA RECURSO

NOME:	
INSCRIÇÃO Nº	TEL.:
CÓDIGO DO CARGO:	RG:
Solicito Revisão de: ( ) Indeferimento ou não confirmação de Inscrição; ( ) Desempenho na Pontuação Final (Prova Objetiva e/ou Entrevista)	
Justificativa do Candidato:	
Referencial Bibliográfico:	
Peço Deferimento. _____ Data: _____/_____/2016 Assinatura do Candidato ----------Corte aqui	
RECURSO - PROTOCOLO CANDIDATO	**INSCRIÇÃO Nº:**
Nome:	
RG:	**Solicito Revisão de:** ( ) Indeferimento ou não confirmação de inscrição; ( ) Desempenho na Pontuação Final (Prova Objetiva e/ou Entrevista)
Código Cargo:	
Tel.:	
Data: _____/_____/2016	
Assinatura do Responsável:	

ANEXO VI – REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

NOME:	
INSCRIÇÃO Nº	TEL.:
CÓDIGO DO CARGO:	RG:
LACTANTE? ( ) SIM ( ) NÃO	
Eu, _____ , identidade nº _____, CPF nº _____, requeiro condição especial para a realização da Prova Objetiva no Processo Seletivo Simplificado 2016/1 – SMAS/CÁCERES, MT para provimento de vagas na **área da Assistência Social.** A justificativa para tal solicitação se dá em razão de_____ Peço deferimento. _____ Data: _____/_____/2016 Assinatura do Requerente ----------Corte aqui	
PROTOCOLO CANDIDATO	**INSCRIÇÃO Nº:**
Nome:	
RG:	Solicitação de Atendimento Diferenciado na Prova Objetiva.
Código Cargo:	
Tel.:	
Data: _____/_____/2016	
Assinatura do Responsável:	

ANEXO VII – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

NOME:	

INSCRIÇÃO Nº	TEL.:
CÓDIGO DO CARGO:	RG:
( ) Declarou ser PNE no ato na Inscrição. ( )Entregou todos os Documentos Comprobatórios. ( )Entregou parcialmente os Documentos **Eu,** _____, identidade nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado (a) na _____, requeiro INSCRIÇÃO para Pessoas com Necessidades Especiais no Processo Seletivo Simplificado 2016/1 – SMAS/CÁCERES, MT para provimento de vagas na **área da Assistência Social.** A justificativa para tal solicitação se dá em razão de_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ Peço deferimento. _____ Data: _____/_____/2016 Assinatura do Requerente ----------Corte aqui	
PROTOCOLO CANDIDATO	**INSCRIÇÃO Nº:**
Nome:	
RG:	Solicitação de deferimento da INSCRIÇÃO na condição de pessoa com Necessidades Especiais – PNE. ( ) Declarou ser PNE no ato na Inscrição. ( )Entregou todos os Documentos Comprobatórios. ( )Entregou parcialmente os Documentos Comprobatórios, neste caso, faltando: _____ _____ _____ _____ _____
Código Cargo:	
Tel.:	
Data: _____/_____/2015	
Assinatura do Responsável:	

ANEXO VIII – CRONOGRAMA

AÇÃO	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital	28/04/2016
Inscrição presencial	12/05/2016 a 20/05/2016
Data para protocolo do requerimento para Atendimento Diferenciado para Prova Objetiva	
Data para protocolo do requerimento e documentação comprobatória de Inscrições para Pessoa com Necessidades Especiais (PNE)	
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	23/05/2016
Divulgação do local/sala de realização da prova	
Período para interposição de recurso para inscrições indeferidas ou não confirmação de inscrição	24 e 25/05/2016
Divulgação do resultado de recursos contra indeferimento de inscrições	31/05/2016
Divulgação final das inscrições deferidas	
Data da Prova Objetiva	03/06/2016
Divulgação da Pontuação Final – Prova	06/06/2016
Período para interposição da Pontuação Final – Prova	07/06 e 08/06/2016
Divulgação do Resultado de Recurso – Prova	10/06/2015
Divulgação do Resultado Final da Prova	10/06/2015
Divulgação das listas de classificados para Entrevista, datas e local.	
Resultado Final	20/06/2015
Entrega de documentos na Secretaria de Ação Social.	22 e 23/06/2015

SAEC
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADIMINISTRATIVO Nº 020/2016 AGUAS DO PANTANAL

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica a contratação de prestação de serviços:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 020/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: RLZ INFORMATICA LTDA

OBJETO Empresa para locação de software, por prazo determinado, com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo: conversão, implantação e treinamento, para atender a demanda de todas as áreas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que desde já é parte integrante deste Contrato.

PRAZO: 06 meses.

Valor: R$ 18.300,00 (Dezoito Mil e Trezentos Reais)

DATA INICIO DAS ATIVIDADES: 03/03/2016

ORGÃO/UNIDADE: 18.010

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.122.1101.2.211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

FONTE DE RECURSOS: (100)-REC ORDINARIO

FISCAL: ARIEL DUTRA ATALA MATRICULA Nº 013

Cáceres/ MT, 03 de Março de 2016

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 30/2014-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Governo.

CONTRATADA: ***F.J.B. DE O CANAVARROS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS ME-BOUTIQUE VIAGENS.***

OBJETO: Contratação de Especializada e Autorizada no Agenciamento e fornecimento de bilhetes de passagens aéreas internacionais por meio de ferramenta on-line de auto agendamento, para atender aos Órgãos/entidades do Poder Executivo Municipal, conforme especificações técnicas, conforme condições e especificações do contrato.

VIGÊNCIA: Este instrumento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/ UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
02.020.1.0	04.122.1002.2.006	3.3.90.33.00.00	(0.1.00)RECURSOS ORDINÁRIOS
03.030.1.0	04.122.1003.2.013	3.3.90.33.00.00	(0.1.00)RECURSOS ORDINÁRIOS

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Maio de 2014.

WASHINGTON CALADO BARBOSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

CONTRATANTE

FLAVIA JANAINA BRITO DE OLIVEIRA CANAVARROS

F.J.B. DE O CANAVARROS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS ME-BOUTIQUE VIAGENS

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2016- PREGÃO ELETRONICO N°18/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, Aquisição de material odontológico, visando atender as equipes de Saúde Bucal pertencentes ao município, as quantidades constantes do anexo único são estimativas para o consumo anual nas respectivas unidades de saúde, conforme termo de referência anexo ao Edital.

EMPRESA VENCEDORAS:

PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL EIRELLI – CNPJ: 09.200.303/0001-22

Valor Total R$ 35.117,24 (trinta e cinco mil e cento e dezessete reais e vinte e quatro centavos)

Item	Qnt	Un	Especificação:	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
49	200	Rolo	Papel grau cirúrgico,tubular bobina com 10cmx100m.(para esterilização de instrumentais)	Estericale	R$ 27,00	R$ 5.400,00
50	200	Rolo	Papel grau cirúrgico tubular bobina com 15cmx100m. para esterilização	Estericale	R$ 38,88	R$ 7.776,00
51	150	Fr	Água destilada – 5 litros	Dentaltec	R$ 6,88	R$ 1.032,00
53	700	Caixas	Luva procedimento P	Descarpack	R$ 13,60	R$ 9.520,00
54	500	Caixas	Luva procedimento M	Descarpack	R$ 16,23	R$ 8.115,00
55	200	Caixas	Luva procedimento G	Descarpack	R$ 13,60	R$ 2.720,00
62	04	Rolo	Papel grau 200x100x mm PGC autoclave	Estericale	R$ 48,56	R$ 194,24
134	100	Unid	Fita para autoclave (para embalar pacote)	Master	R$ 3,60	R$ 360,00

SALVI LOPES E CIA LTDA CNPJ: 82.478.140/0001-34

Valor Total R$ 1.358,10 (um mil trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos)

Item	Qnt	Un	Especificação:	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
10	10	UNID	Afastador Minessota	Fava	R$ 7,46	R$ 74,60
112	20	Unid	Pinça Muller p/ carbono	Fava	R$ 20,79	R$ 415,80
117	10	Unid	Abridor de boca infantil	Preven	R$ 5,80	R$ 57,80
131	50	caixa	Tira de lixa de poliéster para resina composta	Preven	R$ 6,42	R$ 321,00
155	80	Unid	Frasco Dappen	Maquira	R$ 1,99	R$ 159,20
167	30	Unid	Cariostático 12% 10 ml	Maquira	R$ 10,99	R$ 329,70

IN DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ: 07.788.510/0001-14

Valor Total R$ 156.401,96 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e um real e noventa e seis centavos)

Item	Qtde	Unid	Especificação	Marca	R$ Unit	R$ Total
6	50	unid	Forceps adulto nº17	Golgran	50,00	2.500,00
7	50	unid	Forceps adulto nº 18 R	Golgran	50,00	2.500,00
15	10	unid	Cabo para lâmina de bisturi nº 4	LM	7,00	70,00
20	5	unid	Tesoura Metzembaum curva 15cm	LM	25,00	125,00
22	50	unid	Tesoura cirúrgica e aço inox reta 11,5 cm	LM	11,38	569,00
24	20	unid	Pinça kelly 14cm reta	LM	17,88	357,60
25	50	unid	Pinça Halstead/mosquito reta 10 cm	LM	16,25	812,50
26	30	unid	Tesoura cirúrgica reta	LM	11,38	341,40
27	40	unid	Estojo de inox 18x04x03	Fami	23,90	956,00

36	6	unid	Sugador odontológico metal crom. Reta – jon	LM	12,19	73,14
38	500	cx	Fio de sutura nylon nº 4-0(caixa com 24 unid)	Technew	19,75	9.875,00
39	1000	cx	Anestésico lidostesin 3% - cx com 50	Lidostesin	31,00	31.000,00
40	500	cx	Anestésico odontológico injetável Mepivacaína 2% com vasoconstritor (tubete de vidro) – 50 tubetes.	Mepi	66,00	33.000,00
41	25	cx	Anestésico Mepivacaína 2% sem vaso constritor com 50 tubetes	Mepi SV	54,00	1.350,00
42	30	frs	Solução hemostática com 10 ml (ex.:hemostop)	Hemoliq	10,50	315,00
44	30	cx	Agulha gengival longa 30 g c/100	Injex	20,18	605,40
46	2	unid	Cimento cirúrgico pasta/pasta	Pericem	37,58	75,16
48	300	pct	Compressa de gaze- pacote com 500 unidades	WS	7,75	2.325,00
57	300	cx	Máscara cirúrgica descartável na cor branca com 3 camadas, com elástico – caixa com 50 unidades.	Embramac	4,88	1.464,00
58	6	cx	Lâmina de bisturi nº 15	Maxicor	17,50	105,00
59	1000	unid	Campo cirúrgico descartável	Protdesc	0,26	260,00
60	350	Unid	Anestésico tópico 12 GR	Benzotop	5,50	R$ 1. 925,00
61	150	Unid	Cartelas para RX C/2	Pressing	6,90	R$ 1. 035,00
66	10	cx	Fio de Nylon nº 2.0 c/24 CT 3/8 45cm	Shalon	29,85	298,50
67	70	Und	Broca de gates nº 1 – 32 mm	Mani/Wilcos	5,63	R$ 394,10
68	70	Und	Broca de gates nº 2 – 32 mm	Mani/Wilcos	5,63	R$ 394,10
69	50	Unid	Broca carbide nº 06 (baixa rotação)	Kavo	6,25	R$ 312,50
71	2	cx	Broca de largo nº 01	Mani	5,63	11,26
72	2	cx	Broca de largo nº 02	Mani	5,63	11,26
73	10	unid	Broca endo Z	Densell	17,25	172,50
76	20	unid	Broca cirúrgica longa 25 1Z ZEKRYA	Densell	17,25	345,00
77	50	unid	Broca diamantada 1011(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
78	50	unid	Broca diamantada 1012(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
79	50	unid	Broca diamantada 1013(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
80	50	unid	Broca diamantada 1014(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
81	50	unid	Broca diamantada 1014 HL (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
82	50	unid	Broca diamantada 1015 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
83	50	unid	Broca diamantada 1015 HL (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
84	50	unid	Broca diamantada 1016 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
85	50	unid	Broca diamantada 1016 HL (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
86	50	unid	Broca diamantada 1032 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
87	50	unid	Broca diamantada 1034 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
88	50	unid	Broca diamantada 1090 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
89	50	unid	Broca diamantada 1092 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
90	50	unid	Broca diamantada 2200 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
91	20	Unid	Broca cirúrgica longa 21 1Z Zekrya	Densell	17,25	R$ 345,00
95	120	unid	Condensador de Ward nº 03	LM	3,74	448,80
96	120	unid	Condensador de Ward nº 04	LM	3,74	448,80
97	120	unid	Condensador de Ward nº 05	LM	3,74	448,80
102	120	unid	Escavador escavador/cureta de dentina nº 20	LM	3,74	448,80
103	120	unid	Esculpidor Holemback nº 3SS	LM	3,74	448,80
108	120	Unid	Condensador Holemback nº 3	LM	3,74	R$ 448,80
109	120	unid	Condensador Holemback nº 4	LM	3,74	448,80
110	120	unid	Condensador Holemback nº 5	LM	3,74	448,80
111	120	unid	Condensador Holemback nº 6	LM	3,74	448,80
113	120	unid	Sonda exploradora nº05	LM	5,98	717,60
114	120	unid	Escavador/cureta de dentina nº 05	LM	5,98	717,60
115	100	unid	Espátula de titânio p/resina composta	Indusbello	29,50	2.950,00
116	100	unid	Espátula p/ionômero de vidro	Jon	5,60	560,00
118	100	unid	Porta matriz	LM	15,44	1.544,00
119	10	jg	Moldeiras para moldagens de metal S1,S2,S3,S4, I1,I2,I3,I4	Tecnodent	36,25	362,50
120	50	pct	Abaixador de língua de madeira c/ 100	Estilo / Estilo / Nacional	3,24	162,00
126	250	pct	Gorro descartável com elástico c/100 uni. Sanfonado	Embramac	6,13	1.532,50
127	300	cx	Aplicadores microbrush com 100 unidades – fino	KG Brush	6,00	1.800,00
128	700	pct	Sugador odontológico desc. c/40 colorido	Max Clean	3,13	2.191,00
129	50	unid	Taça de borracha	Microdont	0,88	44,00
130	50	pct	Tira de poliéster pct c/50 unidades 10x120x0,05 mm	Kdent	0,88	44,00
132	16	unid	Verniz com flúor/fluoretado	Fluorniz	15,00	240,00
133	200	unid	Escova de Robson CA plana BCA	Microdont	0,88	176,00
135	50	unid	Hidróxido de cálcio PA 10 GR	Biodinamica	2,99	149,50
137	30	unid	Pasta para polimento de resina/pasta diamantada	Diamond R	11,93	357,90
138	30	unid	Pasta profilática com flúor 90 g	Shine	3,13	93,90
140	20	kit	Selante odontológico flúor foto	Bioseal	12,70	254,00
141	30	cx	Tira lixa de aço c/150	PDX c/12	4,03	120,90
142	150	kit	Ácido fosfórico gel 37% - kit com 3 unidades	Attaque Gel	3,00	450,00
143	200	frs	Adesivo dentário monocomponente	Master	10,09	2.018,00
144	6000	unid	Amálgama em cápsula 1 porção	GS 80	1,32	7.920,00
145	6000	unid	Amálgama em cápsula 2 porção	GS 80	1,38	8.280,00
149	100	cx	Dique de borracha 26 folhas	Hevea	8,75	875,00
151	50	unid	Fio dental 500mt	Medfio	5,14	257,00
152	60	frs	Fixador 475ml odontológico 6360010	Kodak	8,50	510,00
153	60	unid	Revelador odontológico 475 ml	Kodak	8,50	510,00

154	40	unid	Óleo lubrificante spray alta/baixa rotação	Promed	9,38	375,20
156	70	unid	Porta amalgama plástico	Maquira	6,13	429,10
157	40	unid	Placa vidro fina lisa	Preven	7,00	280,00
158	40	unid	Resina composta A1 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
159	40	unid	Resina composta A2 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
160	40	unid	Resina composta A3 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
161	40	unid	Resina composta A3,5 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
162	40	unid	Resina composta B3 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
163	40	unid	Resina composta cor OA2	Fill Magic	20,00	800,00
165	50	cx	IRM-cimento- kit contendo 01 frasco de pó e 01 frasco de liquido	Interim	27,80	1.390,00
168	200	pct	Alginato para moldagem	Ezact Krom	11,04	2.208,00
169	10	unid	Calcador de Paiva nº 1	LM	5,98	59,80
170	10	unid	Calcador de Paiva nº 2	LM	5,98	59,80
171	10	unid	Calcador de Paiva nº 3	LM	5,98	59,80
172	10	unid	Calcador de Paiva nº 4	LM	5,98	59,80
173	20	unid	Sonda endodôntica	LM	6,50	130,00
174	10	unid	Alicate tipo Palmer/porta grampo para isolamento	LM	49,00	490,00
175	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 205 (molar)	Technew	8,38	58,66
176	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 014	Technew	8,38	58,66
177	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 026	Technew	8,38	58,66
178	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 201	Technew	8,38	58,66
179	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 202	Technew	8,38	58,66
181	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 204	Technew	8,38	58,66
182	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº W 8 A	Technew	8,38	58,66
183	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 212	Technew	8,38	58,66
184	20	kit	Lima TP K 21mm 08	Sybron	10,63	212,60
185	30	kit	Lima TP K 21mm 10	Sybron	10,63	318,90
186	30	unid	Lima TP K 21mm 15	Sybron	10,63	318,90
187	20	unid	Lima TP K 25mm 06	Sybron	10,63	212,60
188	20	unid	Lima TP K 25mm 08	Sybron	10,63	212,60
189	30	unid	Lima TP K 25mm 10	Sybron	12,50	375,00
190	30	unid	Lima TP K 21mm 15-40 – Flexofile	Sybron	12,50	375,00
191	50	unid	Lima TP K 25mm 15-40 – Flexofile	Sybron	12,50	625,00
192	20	unid	Lima TP K 31mm 15-40	Sybron	12,50	250,00
193	10	cx	Espaçador digital A-D endodôntico – 25 mm	Medin /	29,52	295,20
194	7	unid	Alicate/perfurador Ainsworth	LM /	60,94	426,58
196	10	unid	Condensador de Gutta MCSPADDEM nº 35-25mm	Mailefer	30,25	302,50
197	10	unid	Condensador de Gutta MCSPADDEM nº 45-25mm(endodontia)	Mailefer	30,25	302,50
198	10	unid	Condensador de Gutta MCSPADDEM nº 55-25mm	Mailefer	30,25	302,50
200	100	unid	Clorexidina 2% 100 ML	Vic Pharma	2,82	282,00
203	50	kit	Cone de papel de 1ª série 15-40	Tanari	15,00	750,00
204	20	kit	Cone de papel de 2ª série 45-80	Tanari	15,00	300,00
205	100	unid	Cone secundário R-7	Tanari	12,90	1.290,00
206	100	unid	Cone secundário R-8	Tanari	12,90	1.290,00
210	15	frs	Paramonoclorofenol com furacim	Biodinamica	6,32	94,80
213	2	frs	Tricresol formalina- 10ml	Biodinamica	3,64	7,28
214	20	lt	Anti-séptico bucal com clorexidina 0,12% 1 lt	Perioplak	22,90	458,00
215	60	unid	Cureta Gracey 05/06	LM	8,32	499,20
216	60	unid	Cureta Gracey 07/08	LM	8,00	480,00
217	60	unid	Cureta Gracey 11/12	LM	8,00	480,00
218	60	unid	Cureta Gracey 13/14	LM	8,00	480,00
219	60	unid	Sonda milimetrada periodontal	LM	10,00	600,00
220	50	unid	Extrator de tártaro – Ponta Morse 0 e 00	Golgran	11,00	550,00

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICO LTDA CNPJ: 02.477.571/001-47

Valor Total R$ 11.734,09 (onze mil setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos)

Item	Qnt	Unid	ESPECIFICAÇÃO	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
65	05	Unidad	Expansor Expandex grande	Maquira	R$ 9,50	R$ 47,50
70	50	Unid	Broca carbide nº 08 (baixa rotação)	Medin – Michel e Klymus	R$ 8,00	R$ 400,00
75	60	Unid	Broca FG C/A nº 02 (p/baixa rotação)	Maillefer	R$ 4,37	R$ 262,20
136	150	kits	Ionômero de vidro R A2 pó/liq	Maxxion R	R$ 18,00	R$ 2.700,00
139	3000	Pacote	Rolete de algodão odontológico c/100 unid	SS Plus	R$ 1,80	R$ 5.400,00
146	150	Unid	Carbono de articulação com 12 unidades	Contacto	R$2,19	R$ 328,50
147	50	Unid	Cimento provisório	Golgran	R$ 10,20	R$ 510,00
164	30	Unid	Cimento de oxido de zinco e eugenol – kit	Maquira	R$ 13,10	R$ 393,00
180	07	Unid	Grampo para isolamento absoluto nº 203	Golgran	R$ 12,50	R$ 87,50
195	10	Unid	Arco de plástico não dobrável p/ isolamento	Maquira	R$ 5,78	R$ 57,80
199	06	Unidad	Régua para endodontia	Maquira	R$ 9,09	R$ 54,54
201	60	Kit	Cone de gutapercha principal 15/40	MK LIFE	R$ 15,52	R$ 931,20
202	25	Kits	Cone de guttapercha n º 45/80	MK LIFE	R$ 15,52	R$ 388,00
208	03	Unid	EDTA trissódico 17% 20 ml	Maquira	R$ 4,10	R$ 12,30
209	05	Unid	Formocressol	Maquira	R$ 5,59	R$ 27,95
211	10	Unidades	Otosporim –frasco com 10ml	Otosporim	R$ 13,36	R$ 133,60

L.M. LADEIRA & CIA LTDA. CNPJ: 06.926.016/0001-06

Valor Total R$ 40.247,28(quarenta mil duzentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos)

Item	Quant.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
01	50	unid	Fórceps adulto nº 01	SKAY	R$ 37,19	R$ 1.859,50
02	50	unid	Fórceps adulto nº 150	SKAY	R$ 37,10	R$ 1.855,00
03	50	Unid	Fórceps adulto nº 16	SKAY	R$ 48,00	R$ 2.400,00
04	50	Unid	Fórceps adulto nº 18L	SKAY	R$ 48,00	R$ 2.400,00
11	25	Unid	Alavanca Seldin 1 L	TRINKS	R$ 11,98	R$ 299,50
12	25	Unid	Alavanca Seldin 1R	TRINKS	R$ 11,98	R$ 299,50
13	25	Unid	Alavanca Seldin nº 2	TRINKS	R$ 19,48	R$ 487,00
17	25	Unid	Alavanca apical 18cm 302	TRINKS	R$ 19,48	R$ 487,00
18	25	Unid	Alavanca apical 18cm 303	TRINKS	R$ 14,20	R$ 355,00
19	25	Unid	Alavanca apical 18cm 304	TRINKS	R$ 11,98	R$ 299,50
23	50	UNID	Tesoura cirurgica curva	TRINKS	R$ 11,35	R$ 567,50
28	40	Unid	Estojo de inox 20x10x05	AÇO INOX	R$ 41,57	R$ 1.662,80
29	40	Unid	Estojo de inox 26x12x06	AÇO INOX	R$ 68,50	R$ 2.740,00
30	200	Unid	Seringa Carpule c/ refluxo	TRINKS	R$ 20,00	R$ 4.000,00
31	10	Unid	Descolador de Molt – Prata	TRINKS	R$ 11,69	R$ 116,90
32	25	Unid	Alveolótomo curvo/pinça goiva	SKAY	R$ 48,70	R$ 1.217,50
33	80	Unid	Sindesmotomo	TRINKS	R$ 8,30	R$ 664,00
34	30	Unid	Espátula dupla nº 7	TRINKS	R$ 7,78	R$ 233,40
35	300	Unid	Pinça clínica	TRINKS	R$ 7,20	R$ 2.160,00
37	01	Unid	Câmara escura p/ Raio X	UNEMOL	R$ 149,98	R$ 149,98
43	300	Caixa	Agulha gengival 30 g curta c/100 unid	INJEX	R$ 22,99	R$ 6.987,00
45	40	Unid	Alveolex (curativo alveolar com propólis) 10gr	BIODINAMICA	R$ 15,38	R$ 615,20
47	20	Caixa	Filme dental adulto (película p/ RX)	AGFA	R$ 99,99	R$ 1.999,80
74	60	Kit	Broca 3195/1093/1112/1190/2135/3118/3162/3195 todas FF	FAVA	R$ 6,00	R$ 360,00
92	120	Und	Brunidor nº 29	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
93	120	Unid	Condensador de Ward nº 01	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
94	120	Unid	Condensador de Ward nº 02	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
98	120	Unid	Condensador Holemback nº 01	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
99	80	Unid	Espátula de manipulação nº 24	TRINKS	R$ 5,97	R$ 447,60
100	120	Unid	Escavador escavador/cureta de dentina nº 11,5	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
101	120	Unid	Escavador escavador/cureta de dentina nº 14	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
104	120	Unid	Esculpidor Holemback nº 3S	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
105	120	Unid	Aplicador de dycal	TRINKS	R$ 3,72	R$ 446,40
121	60	Rolo	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,05X 0,70X 500MM ROLO	AAF	R$ 1,20	R$ 72,00
122	40	Unid	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,07 X 0,70 X 500MM ROLO	AAF	R$ 1,20	R$ 48,00
123	1000	Unid	Espelho dental plano nº05	PHARMAINOX	R$ 1,20	R$ 1.200,00
124	50	Pacote	CUNHAS ANATOMICAS SORTIDAS DE MADEIRAS	PHARMAINOX	R$ 8,90	R$ 445,00
125	100	Unid	Flúor gel neutro 1,23% com 200 ml	IODONTOSUL	R$ 2,99	R$ 299,00

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

RG nº 02255464 SSP/PR -CPF nº.16221141168

MUNICÍPIO DE CÁCERES

PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL EIRELI CNPJ/MF nº.09.200.303/0001-22

HENRIQUE DE LIMA SANTOS

RG:1100633815

CPF/MF n.º027.755.980-48

IN DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA,

CNPJ/MF nº.07.788.510/0001-14

MARCIO TASSINARI

RG: n.8.380.475 SSP/SP

CPF/MF n.º 077.083.786-72

SALVI LOPES E CIA LTDA

CNPJ/MF nº.82.478.140/0001

VINICIUS LOPES SALVI

RG:10865451-1,

CPF/MF n.º 078.204.279-14

L.M. LADEIRA & CIA LTDA - ME

CNPJ/MF nº.06.926.016/0001-06

LUCAS DE MORAIS LADEIRA

RG.7.230.120-0 SSP/PR

CPF/MF n.º 007.009.779-88

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 28 de abril 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, Aquisição de material odontológico, visando atender as equipes de Saúde Bucal pertencentes ao município, as quantidades constantes do anexo único são estimativas para o consumo anual nas respectivas unidades de saúde, conforme termo de referência anexo ao Edital.

EMPRESA VENCEDORAS:

PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL EIRELLI – CNPJ: 09.200.303/0001-22

Valor Total R$ 35.117,24 (trinta e cinco mil e cento e dezessete reais e vinte e quatro centavos)

Item	Qnt	Un	Especificação:	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
49	200	Rolo	Papel grau cirúrgico,tubular bobina com 10cmx100m.(para esterilização de instrumentais)	Estericale	R$ 27,00	R$ 5.400,00
50	200	Rolo	Papel grau cirúrgico tubular bobina com 15cmx100m. para esterilização	Estericale	R$ 38,88	R$ 7.776,00
51	150	Fr	Água destilada – 5 litros	Dentaltec	R$ 6,88	R$ 1.032,00
53	700	Caixas	Luva procedimento P	Descarpack	R$ 13,60	R$ 9.520,00
54	500	Caixas	Luva procedimento M	Descarpack	R$ 16,23	R$ 8.115,00
55	200	Caixas	Luva procedimento G	Descarpack	R$ 13,60	R$ 2.720,00
62	04	Rolo	Papel grau 200x100x mm PGC autoclave	Estericale	R$ 48,56	R$ 194,24
134	100	Unid	Fita para autoclave (para embalar pacote)	Master	R$ 3,60	R$ 360,00

SALVI LOPES E CIA LTDA CNPJ: 82.478.140/0001-34

Valor Total R$ 1.358,10 (um mil trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos)

Item	Qnt	Un	Especificação:	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
10	10	UNID	Afastador Minessota	Fava	R$ 7,46	R$ 74,60
112	20	Unid	Pinça Muller p/ carbono	Fava	R$ 20,79	R$ 415,80
117	10	Unid	Abridor de boca infantil	Preven	R$ 5,80	R$ 57,80
131	50	caixa	Tira de lixa de poliéster para resina composta	Preven	R$ 6,42	R$ 321,00
155	80	Unid	Frasco Dappen	Maquira	R$ 1,99	R$ 159,20
167	30	Unid	Cariostático 12% 10 ml	Maquira	R$ 10,99	R$ 329,70

IN DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ: 07.788.510/0001-14

Valor Total R$ 156.401,96 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e um real e noventa e seis centavos)

Item	Qtde	Unid	Especificação	Marca	R$ Unit	R$ Total
6	50	unid	Forceps adulto nº17	Golgran	50,00	2.500,00
7	50	unid	Forceps adulto nº 18 R	Golgran	50,00	2.500,00
15	10	unid	Cabo para lâmina de bisturi nº 4	LM	7,00	70,00
20	5	unid	Tesoura Metzembaum curva 15cm	LM	25,00	125,00
22	50	unid	Tesoura cirúrgica e aço inox reta 11,5 cm	LM	11,38	569,00
24	20	unid	Pinça kelly 14cm reta	LM	17,88	357,60
25	50	unid	Pinça Halstead/mosquito reta 10 cm	LM	16,25	812,50
26	30	unid	Tesoura cirúrgica reta	LM	11,38	341,40
27	40	unid	Estojo de inox 18x04x03	Fami	23,90	956,00
36	6	unid	Sugador odontológico metal crom. Reta – jon	LM	12,19	73,14
38	500	cx	Fio de sutura nylon nº 4-0(caixa com 24 unid)	Technew	19,75	9.875,00
39	1000	cx	Anestésico lidostesin 3% - cx com 50	Lidostesin	31,00	31.000,00
40	500	cx	Anestésico odontológico injetável Mepivacaína 2% com vasoconstritor (tubete de vidro) – 50 tubetes.	Mepi	66,00	33.000,00
41	25	cx	Anestésico Mepivacaína 2% sem vaso constritor com 50 tubetes	Mepi SV	54,00	1.350,00
42	30	frs	Solução hemostática com 10 ml (ex.:hemostop)	Hemoliq	10,50	315,00
44	30	cx	Agulha gengival longa 30 g c/100	Injex	20,18	605,40
46	2	unid	Cimento cirúrgico pasta/pasta	Pericem	37,58	75,16
48	300	pct	Compressa de gaze- pacote com 500 unidades	WS	7,75	2.325,00
57	300	cx	Máscara cirúrgica descartável na cor branca com 3 camadas, com elástico – caixa com 50 unidades.	Embramac	4,88	1.464,00
58	6	cx	Lâmina de bisturi nº 15	Maxicor	17,50	105,00
59	1000	unid	Campo cirúrgico descartável	Protdesc	0,26	260,00
60	350	Unid	Anestésico tópico 12 GR	Benzotop	5,50	R$ 1. 925,00
61	150	Unid	Cartelas para RX C/2	Pressing	6,90	R$ 1. 035,00
66	10	cx	Fio de Nylon nº 2.0 c/24 CT 3/8 45cm	Shalon	29,85	298,50
67	70	Und	Broca de gates nº 1 – 32 mm	Mani/Wilcos	5,63	R$ 394,10
68	70	Und	Broca de gates nº 2 – 32 mm	Mani/Wilcos	5,63	R$ 394,10
69	50	Unid	Broca carbide nº 06 (baixa rotação)	Kavo	6,25	R$ 312,50
71	2	cx	Broca de largo nº 01	Mani	5,63	11,26

72	2	cx	Broca de largo nº 02	Mani	5,63	11,26
73	10	unid	Broca endo Z	Densell	17,25	172,50
76	20	unid	Broca cirúrgica longa 25 1Z ZEKRYA	Densell	17,25	345,00
77	50	unid	Broca diamantada 1011(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
78	50	unid	Broca diamantada 1012(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
79	50	unid	Broca diamantada 1013(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
80	50	unid	Broca diamantada 1014(p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
81	50	unid	Broca diamantada 1014 HL (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
82	50	unid	Broca diamantada 1015 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
83	50	unid	Broca diamantada 1015 HL (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
84	50	unid	Broca diamantada 1016 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
85	50	unid	Broca diamantada 1016 HL (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
86	50	unid	Broca diamantada 1032 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
87	50	unid	Broca diamantada 1034 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
88	50	unid	Broca diamantada 1090 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
89	50	unid	Broca diamantada 1092 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
90	50	unid	Broca diamantada 2200 (p/alta rotação)	Microdont	1,00	50,00
91	20	Unid	Broca cirúrgica longa 21 1Z Zekrya	Densell	17,25	R$ 345,00
95	120	unid	Condensador de Ward nº 03	LM	3,74	448,80
96	120	unid	Condensador de Ward nº 04	LM	3,74	448,80
97	120	unid	Condensador de Ward nº 05	LM	3,74	448,80
102	120	unid	Escavador escavador/cureta de dentina nº 20	LM	3,74	448,80
103	120	unid	Esculpidor Holemback nº 3SS	LM	3,74	448,80
108	120	Unid	Condensador Holemback nº 3	LM	3,74	R$ 448,80
109	120	unid	Condensador Holemback nº 4	LM	3,74	448,80
110	120	unid	Condensador Holemback nº 5	LM	3,74	448,80
111	120	unid	Condensador Holemback nº 6	LM	3,74	448,80
113	120	unid	Sonda exploradora nº05	LM	5,98	717,60
114	120	unid	Escavador/cureta de dentina nº 05	LM	5,98	717,60
115	100	unid	Espátula de titânio p/resina composta	Indusbello	29,50	2.950,00
116	100	unid	Espátula p/ionômero de vidro	Jon	5,60	560,00
118	100	unid	Porta matriz	LM	15,44	1.544,00
119	10	jg	Moldeiras para moldagens de metal S1,S2,S3,S4, I1,I2,I3,I4	Tecnodent	36,25	362,50
120	50	pct	Abaixador de língua de madeira c/ 100	Estilo / Estilo / Nacional	3,24	162,00
126	250	pct	Gorro descartável com elástico c/100 uni. Sanfonado	Embramac	6,13	1.532,50
127	300	cx	Aplicadores microbrush com 100 unidades – fino	KG Brush	6,00	1.800,00
128	700	pct	Sugador odontológico desc. c/40 colorido	Max Clean	3,13	2.191,00
129	50	unid	Taça de borracha	Microdont	0,88	44,00
130	50	pct	Tira de poliéster pct c/50 unidades 10x120x0,05 mm	Kdent	0,88	44,00
132	16	unid	Verniz com flúor/fluoretado	Fluorniz	15,00	240,00
133	200	unid	Escova de Robson CA plana BCA	Microdont	0,88	176,00
135	50	unid	Hidróxido de cálcio PA 10 GR	Biodinamica	2,99	149,50
137	30	unid	Pasta para polimento de resina/pasta diamantada	Diamond R	11,93	357,90
138	30	unid	Pasta profilática com flúor 90 g	Shine	3,13	93,90
140	20	kit	Selante odontológico flúor foto	Bioseal	12,70	254,00
141	30	cx	Tira lixa de aço c/150	PDX c/12	4,03	120,90
142	150	kit	Ácido fosfórico gel 37% - kit com 3 unidades	Attaque Gel	3,00	450,00
143	200	frs	Adesivo dentário monocomponente	Master	10,09	2.018,00
144	6000	unid	Amálgama em cápsula 1 porção	GS 80	1,32	7.920,00
145	6000	unid	Amálgama em cápsula 2 porção	GS 80	1,38	8.280,00
149	100	cx	Dique de borracha 26 folhas	Hevea	8,75	875,00
151	50	unid	Fio dental 500mt	Medfio	5,14	257,00
152	60	frs	Fixador 475ml odontológico 6360010	Kodak	8,50	510,00
153	60	unid	Revelador odontológico 475 ml	Kodak	8,50	510,00
154	40	unid	Óleo lubrificante spray alta/baixa rotação	Promed	9,38	375,20
156	70	unid	Porta amalgama plástico	Maquira	6,13	429,10
157	40	unid	Placa vidro fina lisa	Preven	7,00	280,00
158	40	unid	Resina composta A1 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
159	40	unid	Resina composta A2 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
160	40	unid	Resina composta A3 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
161	40	unid	Resina composta A3,5 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
162	40	unid	Resina composta B3 Z100	Fill Magic	20,00	800,00
163	40	unid	Resina composta cor OA2	Fill Magic	20,00	800,00
165	50	cx	IRM-cimento- kit contendo 01 frasco de pó e 01 frasco de liquido	Interim	27,80	1.390,00
168	200	pct	Alginato para moldagem	Ezact Krom	11,04	2.208,00
169	10	unid	Calcador de Paiva nº 1	LM	5,98	59,80
170	10	unid	Calcador de Paiva nº 2	LM	5,98	59,80
171	10	unid	Calcador de Paiva nº 3	LM	5,98	59,80
172	10	unid	Calcador de Paiva nº 4	LM	5,98	59,80
173	20	unid	Sonda endodôntica	LM	6,50	130,00
174	10	unid	Alicate tipo Palmer/porta grampo para isolamento	LM	49,00	490,00
175	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 205 (molar)	Technew	8,38	58,66
176	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 014	Technew	8,38	58,66
177	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 026	Technew	8,38	58,66
178	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 201	Technew	8,38	58,66
179	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 202	Technew	8,38	58,66

181	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 204	Technew	8,38	58,66
182	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº W 8 A	Technew	8,38	58,66
183	7	unid	Grampo para isolamento absoluto nº 212	Technew	8,38	58,66
184	20	kit	Lima TP K 21mm 08	Sybron	10,63	212,60
185	30	kit	Lima TP K 21mm 10	Sybron	10,63	318,90
186	30	unid	Lima TP K 21mm 15	Sybron	10,63	318,90
187	20	unid	Lima TP K 25mm 06	Sybron	10,63	212,60
188	20	unid	Lima TP K 25mm 08	Sybron	10,63	212,60
189	30	unid	Lima TP K 25mm 10	Sybron	12,50	375,00
190	30	unid	Lima TP K 21mm 15-40 – Flexofile	Sybron	12,50	375,00
191	50	unid	Lima TP K 25mm 15-40 – Flexofile	Sybron	12,50	625,00
192	20	unid	Lima TP K 31mm 15-40	Sybron	12,50	250,00
193	10	cx	Espaçador digital A-D endodôntico – 25 mm	Medin /	29,52	295,20
194	7	unid	Alicate/perfurador Ainsworth	LM /	60,94	426,58
196	10	unid	Condensador de Gutta MCSPADDEM nº 35-25mm	Mailefer	30,25	302,50
197	10	unid	Condensador de Gutta MCSPADDEM nº 45-25mm(endodontia)	Mailefer	30,25	302,50
198	10	unid	Condensador de Gutta MCSPADDEM nº 55-25mm	Mailefer	30,25	302,50
200	100	unid	Clorexidina 2% 100 ML	Vic Pharma	2,82	282,00
203	50	kit	Cone de papel de 1ª série 15-40	Tanari	15,00	750,00
204	20	kit	Cone de papel de 2ª série 45-80	Tanari	15,00	300,00
205	100	unid	Cone secundário R-7	Tanari	12,90	1.290,00
206	100	unid	Cone secundário R-8	Tanari	12,90	1.290,00
210	15	frs	Paramonoclorofenol com furacim	Biodinamica	6,32	94,80
213	2	frs	Tricresol formalina- 10ml	Biodinamica	3,64	7,28
214	20	lt	Anti-séptico bucal com clorexidina 0,12% 1 lt	Perioplak	22,90	458,00
215	60	unid	Cureta Gracey 05/06	LM	8,32	499,20
216	60	unid	Cureta Gracey 07/08	LM	8,00	480,00
217	60	unid	Cureta Gracey 11/12	LM	8,00	480,00
218	60	unid	Cureta Gracey 13/14	LM	8,00	480,00
219	60	unid	Sonda milimetrada periodontal	LM	10,00	600,00
220	50	unid	Extrator de tártaro – Ponta Morse 0 e 00	Golgran	11,00	550,00

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICO LTDA CNPJ: 02.477.571/001-47

Valor Total R$ 11.734,09 (onze mil setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos)

Item	Qnt	Unid	ESPECIFICAÇÃO	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
65	05	Unidad	Expansor Expandex grande	Maquira	R$ 9,50	R$ 47,50
70	50	Unid	Broca carbide nº 08 (baixa rotação)	Medin – Michel e Klymus	R$ 8,00	R$ 400,00
75	60	Unid	Broca FG C/A nº 02 (p/baixa rotação)	Maillefer	R$ 4,37	R$ 262,20
136	150	kits	Ionômero de vidro R A2 pó/liq	Maxxion R	R$ 18,00	R$ 2.700,00
139	3000	Pacote	Rolete de algodão odontológico c/100 unid	SS Plus	R$ 1,80	R$ 5.400,00
146	150	Unid	Carbono de articulação com 12 unidades	Contacto	R$2,19	R$ 328,50
147	50	Unid	Cimento provisório	Golgran	R$ 10,20	R$ 510,00
164	30	Unid	Cimento de oxido de zinco e eugenol – kit	Maquira	R$ 13,10	R$ 393,00
180	07	Unid	Grampo para isolamento absoluto nº 203	Golgran	R$ 12,50	R$ 87,50
195	10	Unid	Arco de plástico não dobrável p/ isolamento	Maquira	R$ 5,78	R$ 57,80
199	06	Unidad	Régua para endodontia	Maquira	R$ 9,09	R$ 54,54
201	60	Kit	Cone de gutapercha principal 15/40	MK LIFE	R$ 15,52	R$ 931,20
202	25	Kits	Cone de guttapercha n ° 45/80	MK LIFE	R$ 15,52	R$ 388,00
208	03	Unid	EDTA trissódico 17% 20 ml	Maquira	R$ 4,10	R$ 12,30
209	05	Unid	Formocressol	Maquira	R$ 5,59	R$ 27,95
211	10	Unidades	Otosporim –frasco com 10ml	Otosporim	R$ 13,36	R$ 133,60

L.M. LADEIRA & CIA LTDA. CNPJ: 06.926.016/0001-06

Valor Total R$ 40.247,28(quarenta mil duzentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos)

Item	Quant.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	Marca:	Valor Unitário	Valor Total
01	50	unid	Fórceps adulto nº 01	SKAY	R$ 37,19	R$ 1.859,50
02	50	unid	Fórceps adulto nº 150	SKAY	R$ 37,10	R$ 1.855,00
03	50	Unid	Fórceps adulto nº 16	SKAY	R$ 48,00	R$ 2.400,00
04	50	Unid	Fórceps adulto nº 18L	SKAY	R$ 48,00	R$ 2.400,00
11	25	Unid	Alavanca Seldin 1 L	TRINKS	R$ 11,98	R$ 299,50
12	25	Unid	Alavanca Seldin 1R	TRINKS	R$ 11,98	R$ 299,50
13	25	Unid	Alavanca Seldin nº 2	TRINKS	R$ 19,48	R$ 487,00
17	25	Unid	Alavanca apical 18cm 302	TRINKS	R$ 19,48	R$ 487,00
18	25	Unid	Alavanca apical 18cm 303	TRINKS	R$ 14,20	R$ 355,00
19	25	Unid	Alavanca apical 18cm 304	TRINKS	R$ 11,98	R$ 299,50
23	50	UNID	Tesoura cirurgica curva	TRINKS	R$ 11,35	R$ 567,50
28	40	Unid	Estojo de inox 20x10x05	AÇO INOX	R$ 41,57	R$ 1.662,80
29	40	Unid	Estojo de inox 26x12x06	AÇO INOX	R$ 68,50	R$ 2.740,00
30	200	Unid	Seringa Carpule c/ refluxo	TRINKS	R$ 20,00	R$ 4.000,00
31	10	Unid	Descolador de Molt – Prata	TRINKS	R$ 11,69	R$ 116,90
32	25	Unid	Alveolótomo curvo/pinça goiva	SKAY	R$ 48,70	R$ 1.217,50
33	80	Unid	Sindesmotomo	TRINKS	R$ 8,30	R$ 664,00
34	30	Unid	Espátula dupla nº 7	TRINKS	R$ 7,78	R$ 233,40

35	300	Unid	Pinça clínica	TRINKS	R$ 7,20	R$ 2.160,00
37	01	Unid	Câmara escura p/ Raio X	UNEMOL	R$ 149,98	R$ 149,98
43	300	Caixa	Agulha gengival 30 g curta c/100 unid	INJEX	R$ 22,99	R$ 6.987,00
45	40	Unid	Alveolex (curativo alveolar com propólis) 10gr	BIODINAMICA	R$ 15,38	R$ 615,20
47	20	Caixa	Filme dental adulto (película p/ RX)	AGFA	R$ 99,99	R$ 1.999,80
74	60	Kit	Broca 3195/1093/1112/1190/2135/3118/3162/3195 todas FF	FAVA	R$ 6,00	R$ 360,00
92	120	Und	Brunidor nº 29	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
93	120	Unid	Condensador de Ward nº 01	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
94	120	Unid	Condensador de Ward nº 02	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
98	120	Unid	Condensador Holemback nº 01	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
99	80	Unid	Espátula de manipulação nº 24	TRINKS	R$ 5,97	R$ 447,60
100	120	Unid	Escavador escavador/cureta de dentina nº 11,5	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
101	120	Unid	Escavador escavador/cureta de dentina nº 14	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
104	120	Unid	Esculpidor Holemback nº 3S	TRINKS	R$ 3,73	R$ 447,60
105	120	Unid	Aplicador de dycal	TRINKS	R$ 3,72	R$ 446,40
121	60	Rolo	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,05X 0,70X 500MM ROLO	AAF	R$ 1,20	R$ 72,00
122	40	Unid	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,07 X 0,70 X 500MM ROLO	AAF	R$ 1,20	R$ 48,00
123	1000	Unid	Espelho dental plano nº05	PHARMAINOX	R$ 1,20	R$ 1.200,00
124	50	Pacote	CUNHAS ANATOMICAS SORTIDAS DE MADEIRAS	PHARMAINOX	R$ 8,90	R$ 445,00
125	100	Unid	Flúor gel neutro 1,23% com 200 ml	IODONTOSUL	R$ 2,99	R$ 299,00

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

RG nº 02255464 SSP/PR -CPF nº.16221141168

MUNICÍPIO DE CÁCERES

PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL EIRELI CNPJ/MF nº.09.200.303/0001-22

HENRIQUE DE LIMA SANTOS

RG:1100633815

CPF/MF n.º027.755.980-48

IN DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA,

CNPJ/MF nº.07.788.510/0001-14

MARCIO TASSINARI

RG: n.8.380.475 SSP/SP

CPF/MF n.º 077.083.786-72

SALVI LOPES E CIA LTDA

CNPJ/MF nº.82.478.140/0001

VINICIUS LOPES SALVI

RG:10865451-1,

CPF/MF n.º 078.204.279-14

L.M. LADEIRA & CIA LTDA - ME

CNPJ/MF nº.06.926.016/0001-06

LUCAS DE MORAIS LADEIRA

RG.7.230.120-0 SSP/PR

CPF/MF n.º 007.009.779-88

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 28 de abril 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICOL N°32/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Todas as Secretarias

Objeto: Registro de preços para aquisição bobinas térmicas para relógio de ponto eletrônico compatíveis ao fabricante DIMEP, modelo PRINT POINT II para atender a demanda das secretarias municipais da Prefeitura de Cáceres, conforme descrição e quantitativos relacionados no Anexo do Edital.

Realização: 13de maio de 2016 às 10:00 horários de Brasília

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma **bllcompras.org.br/.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 28 de abril 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 034/ 2016

A Secretária Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 38796 de 03 de novembro de 2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria 469 de 19 de outubro de 2015;

RESOLVE:

I. CONVOCAR os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos nº 005/2015 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 28 de abril de 2016 para compor o quadro de vagas apresentados por esta Secretaria, conforme Anexo I; Cáceres-MT, 27 de abril de 2016. **Eliete da Silva** Presidente da Comissão Paritária **Nelci Eliete Longhi** Secretária Municipal de Educação

Anexo I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

DATA: 28/04/2016 HORÁRIO: 13:30

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLAS URBANAS

CARGO: PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

Clas.	Insc.	Nome	Situação
172	1197	ALESSANDRA BACA DE SOUZA	CLASSIFICADA
173	1002	LUANA THAYLLE CRISTO SILVA	CLASSIFICADA
174	1391	MARIZA PINTO DE MIRANDA	CLASSIFICADA
175	2261	CLARICE LAURA DO NASCIMENTO	CLASSIFICADA

CARGO: PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

Clas.	Insc.	Nome	Situação
04	4068	ALINA AMORIM DE OLIVEIRA	CLASSIFICADA
05	3972	SEILA PAULA DE SOUZA	CLASSIFICADA

ESCOLAS DO CAMPO

NÚCLEO UNIÃO

CARGO: PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

Ord.	Insc.	Nome	Situação
01	2054	ROSELI APARECIDA DA SILVA	CLASSIFICADA

E M BURITI

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Clas.	Insc.	Nome	Situação
04	1541	CRISTIANE DUARTE DE OLIVEIRA	CLASSIFICADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 186 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 15946, de 07 de abril de 2016,

RESOLVEM:

Art.1º Conceder à senhora **BETHANIA CRUZ BIANQUINI PALMIRO** – Médica Ginecologista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e Previdenciário/INSS, com efeitos desde 29 de março de 2016.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES FERREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 15.04.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 172 DE 28 DE ABRIL 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Protocolado sob nº. 18205, de 27 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até 31 de maio de 2016, o prazo para a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concluir os trabalhos do Processo Administrativo nº 15932 de 04 de maio 2014, instaurado e designada pela Portaria nº 522, de 21.10.2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2016.

MARLI FÁTIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 28.04.2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO 2ª RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.º 25/2016

A Prefeitura Municipal de Cáceres através do setor de licitações/SMA vem a público informar que o Pregão Eletrônico nº. **25/2016,** cujo objeto é o Registro de Preço Para futura e eventual **Contratação de empresa para confecção de placas de sinalização do trânsito, fornecimento de suportes com parafusos a serem instaladas no perímetro urbano de Cáceres/MT**, pertinentes a prevenção de acidentes do trânsito da nossa cidade**,** conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Para atender a demanda da Secretaria Municipal de Fazenda.

Realização: 12 de maio de 2016 às 10:00 horários de Brasília **que houve a inclusão do 2ª RETIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA.**

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma **www.bllcompras.org.br.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 28 de abril 2016.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº 049/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

NOMEAR, a partir de 20/04/2016, o senhor **CLÓVIS DE ALMEIDA GODOY**, inscrito no CPF/MF sob o n° 395.223.939-91 e portador da Cédula de Identidade, RG n° 2.243.929-SSP/PR, para o cargo de *Assessor de Imprensa* da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-02, a que alude a Lei Municipal n° 2.530, de 12 de abril de 2015, vinculado ao

Regime Geral da Previdência Social-INSS.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 20 de abril de 2016.

Márcio Paes da Silva de Lacerda

Presidente

Valdeníria Dutra Ferreira

Vice-Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE EDITAL COMPLEMENTAR DE RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MENOR PREÇO - GLOBAL** objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção do CIE - Centro de Iniciação ao Esporte – modelo III, com área de 1.815,29 metros quadrados, nesta cidade de Cáceres-MT, de acordo com, Projetos, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Fica retificado, o BDI, de acordo com o Acórdão nº 2622 de 25 de setembro de 2013 do TCU, conforme ANEXO do Edital Complementar.

Demais itens do Edital original, permanecem inalterados

Obs: Como a retificação do BDI, interfere na elaboração da proposta, será contado o prazo mínimo de 30 dias para a abertura do certame, a partir desta data.

Realização: 30 de maio de 2016 às 8:00, horário de Cuiabá

O Edital 01/2016, bem como o Edital Complementar e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas nº 1895 – C.O.C. – Vila Mariana, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/.

Prefeitura de Cáceres, 28 de abril de 2016.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 2.532 DE 26 DE ABRIL DE 2016

"Dispõe sobre a alteração do Artigo 2º da Lei nº 1.250 de 05 de Maio de 1994, na forma que especifica***. "***

A PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74 inciso IV da Lei Orgânica Municipal e Decretos n.º 192 e 193/2016, período de 22/01/2016 a 02/05/2016, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Artigo 1º. Altera o artigo 2º da Lei nº 1.250 de 05 de maio de 1.994, que instituiu o Conselho Municipal de Turismo, alterado pelas Leis nº 1.524, de 24.06.1999, Lei 1.692, de 06.11.2000, Lei 1.778 de 18.03.2002, Lei 2.046 de 27.12.2006 e Lei nº 2.344 de 29.11.2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Um representante da Associação das Pousadas e Hotéis de Cáceres (ASPHOC).

II - Um representante da Câmara dos Diretores lojistas (CDL).

III - Um representante da Associação dos Profissionais Autônomos de Turismo (ASPATUR).

IV - Um representante da Associação Turística Empresarial de Cáceres (ASATEC).

V - Um representante da Associação Pantaneira dos Artesões de Cáceres (APAC).

VI - Um representante da Associação Comercial Empresarial de Cáceres (ACEC).

VII - Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

VIII - Um representante da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

IX - Um representante das Entidades de Ensino Superior da iniciativa Privada de Cáceres.

X - Um representante dos Rotarys Clubs de Cáceres.

XI - Um representante dos Lions Clubs de Cáceres.

XII - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comercio, Meio Ambiente e Turismo (SICMATUR).

XIII - Um representante da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer (SMECL).

XIV - Um representante da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN);

XV - Um representante da Associação dos Produtores Rurais de Piraputanga – APROPIRA.

XVI - Um representante da Câmara Municipal de Cáceres.

Artigo. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. "

Prefeitura Municipal de Cáceres - MT, 26 de abril de 2016.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016 Protocolo Nº 45096 de 30 de dezembro de 2015.

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos

Objeto: TOMADA DE PREÇO objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção/conclusão da obra reprogramada do Terminal Turístico Sangradouro, nesta cidade de Cáceres-MT, de acordo com, Termo de Referência, Justificativa, Convênio, Termo Aditivo de prazo, Projetos (em CD), Planilha Orçamentária, Cronograma

Físico-Financeiro, Resumo do Orçamento, BDI, QCI – Quadro de composição do Investimento, RAE/CEF – Relatório de Análise Técnica.

Despesas: 100- Recurso Próprio

124 - Convênio

Vencedor: **RP CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA EPP - CNPJ: 36.927. 515/0001-89**

Valor total: R$ 1.140.284,06 (um milhão, cento quarenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e seis centavos)

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura de Cáceres, 28 de abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N°1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2014-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Obras e Serviços Urbanos.

CONTRATADA: MARINES FELIX LADEIA - ME

OBJETO: Aditar o quantitativo **DE VALOR** do Contrato Administrativo nº 25/2014-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** e a empresa **MARINES FELIX LADEIA - ME,** com fundamentação no princípio do reequilíbrio financeiro econômico com espeque no Art. 65 § 8º, da Lei 8.666/93, de **R$ 116.000,00 (Cento e dezesseis mil reais) mensais** para **R$ 119173,40 (Cento e dezenove mil cento e setenta e três reais e quarenta centavos), constituindo assim o valor global de R$ 1.395. 173,40 (um milhão trezentos e noventa e cinco mil cento e setenta e três reais e quarenta centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
08.080.3.0	17.512.1026.2.083	3.3.90.39.00	0.1.00 Rec. Ordinários

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Abril de 2015.

VALTER DE ANDRADE ZACARKIM

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Contratante

MARINES FELIX LADEIA

MARINES FELIX LADEIA-ME

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREVICAMP
PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIA N.º 006/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. ***Lourivaldo de Sousa Lima****."*

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Com fundamentação na Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, que acrescenta art. 6º-A a Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo de proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 13, da Lei Municipal n.º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que rege a previdência municipal de Campinápolis c/c o Anexo II D, da Lei Complementar nº 017 de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 2.483, de 04 de abril de 2015.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por invalidez, ao servidor Sr. **Lourivaldo de Sousa Lima**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1590550-0 SEJUSP/MT e CPF nº 974460411-53, efetivo no cargo de Agente de Limpeza – 40 Horas, Classe "A", Nível "05", lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, devidamente matriculado sob nº 953, contando com 14 (Quatorze) anos, 01 (Um) mês e 03 (Três) dias, com **proventos proporcionais**, conforme processo administrativo do **PREVI-CAMP n.º 2016.03.00011P**, a partir de **05/04/2016** data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação**, retroagindo os seus efeitos a data de 05 de abril de 2016,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 27 de abril de 2016.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012 B/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012 B/2016

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 - e dá outras providencias.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o pedido de demissão apresentado pela atual nutricionista;

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme Lei Orgânica;

Considerando a necessidade de se dar continuidade aos serviços Público com qualidade;

RESOLVE

1. CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo simplificado nº 001/2016, para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 18:00h do dia 31/03/2016, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor.

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral.

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino.

3. Em inobservância aos prazos estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

4. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II - Modelo de declaração de bens; Anexo III - Modelo de Declaração de não Acúmulo de Cargos Públicos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de março de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

ORD	NOME	NOME DO CARGO	SECRETARIA DE LOTAÇÃO
01	SINÁRIA LAIANY R. DE SOUZA	NUTRICIONISTA	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

ANEXO II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012B/2016

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2016 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, 30 de março de 2016,

_____

Declarante

ANEXO III - EDITAL DE CONVICAÇÃO Nº 012B/2016

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE CARGO PÚBLICO

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2016 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Em função da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, 30 de março de 2016.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

_____

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL Nº 01/2016

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, no uso de suas atribuições e,

Considerando a Lei Municipal nº 732, de 30 de março de 2000, que cria o Conselho Municipal de Cultura,alterada pela Lei Municipal nº 1.416, de 26 de maio de 2011;

Considerando a Lei Municipal nº 1.398, de 23 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura de Campo Novo do Parecis, do Centro Cultural, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e dá outras providências;

Considerando o Decreto Executivo n°045, de 03 de maio de 2013, que Aprova o Regimento do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura que estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais dos editais e dá outras providências;

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa,

Torna pública**a convocação da classe artística e entidades culturais para apresentar projetos culturais que pleiteiem incentivos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de Campo Novo do Parecis, para análise, julgamento e aprovação nas reuniões de deliberação do Conselho, aplicando normas e exigências estabelecidas neste Edital, à disposição dos interessados na sede da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Cultural, situada à Rua Severino Euflasino de Lima, 1206 NE, Bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo do Parecis/MT, CEP: 78360-000 ou pelo sítio**www.camponovodoparecis.mt.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de projetos culturais oriundos da produção independente nas áreas artístico-culturais abaixo descritasque deverão ser apresentados no eixo Formação e nos valores respectivos abaixo especificados, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, circulação e memória artístico-cultural do Município de Campo Novo do Parecis:

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS			
Quantidade	Ação	Projeto Cultural	Valor apoiado
02	**Formação**	**Apoio à realização de curso ou oficina de danças tradicionais, com no mínimo oito meses de duração e atendimento a no mínimo 50 alunos**	**R$ 18. 000,00**

1.2. A quantidade de projetos culturais a serem aprovados para o ano de 2016 estipulados neste Edital é estimada de acordo com a disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

1.3. O valor previsto para cada projeto cultural caracteriza o valor máximo permitido por ação específica.

1.4. Fica estabelecida a modalidade concessão de apoio financeiro parcial de até 80% mediante contrapartida obrigatória de natureza artística e/ou cultural de no mínimo 20%.

2. DOS IMPEDIMENTOS

2.1. É vedada a participação nos Editais:

a) De membros do Conselho Municipal de Política Cultural, bem como de seus cônjuges, ascendentes, descendentes até terceiro grau, além de seus sócios comerciais; b) De pessoa física cujo proponente seja funcionário público, funcionário terceirizado, cargos de confiança ou estagiários da Prefeitura Municipal de Campo Novo doParecis; c) De pessoa jurídica que tenha como dirigente funcionário público, funcionáriosterceirizados, cargos de confiança ou estagiários da Prefeitura Municipal de Campo Novo do-Parecis; d) Para a produção de obra de arte para exposição em espaços comerciais; e) Para a realização de festas beneficentes; f) De eventos promovidos por escolas, colégios e similares, mesmo que veiculemconteúdo exclusivamente direcionado a uma das áreas de expressão listadas nos itensacima; g) De espetáculos artísticos de qualquer natureza quando re-

alizados em boates,danceterias, casas noturnas, bares, clubes ou em outros estabelecimentos de diversãopública similares, com cobrança de *couvert*artístico ou ingresso, mensalidade ou anuidade,com ou sem restrição formal de acesso ao público; h) De quaisquer ações cujo conteúdo trate de temas não relacionados diretamente comatividades culturais; i) De conteúdo sectário ou segregacionista atinente à raça, cor, sexo e religião; j) De órgãos públicos e fundações privadas.

3. DA INSCRIÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS

3.1. O prazo para entrega dos projetos culturais é de **28 de abrila 12 de maio de 2016**, improrrogável.

3.2. A inscrição de projetos deverá ser realizada na Secretaria Executiva do Conselho, mediante a entrega e o preenchimento do **Formulário Padrão (Anexo I)**e de toda a documentação exigida neste Edital.

3.3. Aos proponentes será permitida a inscrição de um único projeto que beneficie a instituição ou o núcleo de profissionais por ele representado, com vista à obtenção dos recursos deste Edital, sendo que projetos aprovados em leis de incentivo fiscal (municipal, estadual e federal) não poderão ser apresentados neste Fundo.

3.4. O Formulário Padrão e os documentos do projeto, com exceção do ofício de encaminhamento, deverão ser apresentados em duas vias com as folhas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal, de modo a impedir seu extravio.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. A apresentação do projeto deverá obedecer rigorosamente à seguinte ordem:

a) Formulário Padrão; b) Documentos relativos ao proponente; c) Anexos.

4.2. Os documentos relativos ao proponente **Pessoa Física** são os abaixo listados:

a) Currículo detalhado do proponente; b) Cópia da carteira de Identidade; c) Cópia do CPF; d) Certidão Negativa de Débito (CND) com o Município; e) Dois comprovantes de domicílio, em nome do proponente, sendo umcomprovante datado há mais de dois anos e um comprovante com endereço e datasatuais; d) Clipagem de, no máximo, dez páginas, em formato A4, que contenhareportagens, publicações e materiais impressos, com o nome da pessoa física, comcomprovação de no mínimo dois anos de atuação na área cultural devidamente assinaladocom marcador de texto; e) **Autorização para Uso de Imagem (Anexo II)**para divulgação em veículos de mídia, semônus para o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

4.3. Os documentos relativos ao proponente **Pessoa Jurídica sem fins lucrativos**, comobjetivo e atuação culturais, são os abaixo listados:

a) Currículo detalhado da instituição elaborado conforme; b) Cópia dos atos constitutivos da instituição e alterações, devidamente registrados emCartório (Estatuto, Ata de Constituição e Termo de Posse do representante legal/dirigente); c) Cópia da Ata de eleição e de posse da diretoria em exercício e do respectivo registro; d) Cópia da Carteira de Identidade e CPF do representante legal; e) Cópia do CNPJ há mais de dois anos de abertura da instituição; f) Certidão Negativa de Débito com o Município; g) Clipagem de, no máximo, 20 páginas, em formato A4, que contenhareportagens, publicações e materiais impressos, com o nome da pessoa jurídicadevidamente assinalada com marcador de texto, com comprovação de sua atuação de umano na área cultural; h) **Autorização para Uso de Imagem (Anexo II)**para divulgação em veículos de mídia,sem ônus para o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

5. DO FORMULÁRIO PADRÃO

5.1. O Formulário Padrão deverá ser apresentado em duas vias, no formato A4, juntamente com os documentos e Anexos (textos, fotos, CDs, DVDs entre outros), com todas as páginas rubricadas e numeradas.

5.2 Após a inscrição do projeto e até que encerre sua análise, não será permitido anexar novos documentos ou informes, salvo por solicitação expressa do Conselho Municipal de Política Cultural. Nesse caso, o proponente terá até três dias úteis após o recebimento da diligência para apresentar os esclarecimentos complementares solicitados.

5.3 Não serão permitidas, em qualquer hipótese, a devolução, a reprodução ou a cópia do projeto em análise, de seus anexos e de quaisquer outros materiais e/ou documentos.

5.4. A falta de qualquer documento elencado neste Edital implicará na imediata inabilitação sem qualquer apreciação do mérito do projeto cultural e comunicação ao produtor cultural.

6. DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

6.1. Recebido o projeto cultural, a Secretaria Executiva do Conselho apreciará,primeiramente:

a) Os aspectos formais de preenchimento; b) Verificará a documentação referente aos débitos do proponente através das certidõesapresentadas e a prestação de contas junto a Secretaria Executiva do Conselho e ao FundoMunicipal de Incentivo à Cultura; c) A legalidade e autenticidade dos documentos apresentados.

6.2. Aprovado o projeto nessa primeira fase, o Conselho analisará:

a) O projeto técnico em seus aspectos formais; b) A compatibilidade dos custos orçamentários; c) Os valores de mercado; d) Demais exigidos no Edital.

6.3. Caso o proponente não apresente todos os documentos e formulários exigidos para afase de Habilitação, o projeto cultural será imediatamente desclassificado, não cabendorecurso nesta fase.

6.4. Serão declaradas inválidas, implicando na **Inabilitação**do projeto as inscrições queincorram nas situações a seguir discriminadas:

a) Projetos manuscritos, incompletos, não encadernados e documentos enviados pormeio de fax e internet; b) Falta de assinaturas do proponente e da equipe responsável nos camposdeterminados do Formulário Padrão; c) Outras irregularidades que contrariem os Editais.

6.5. Os projetos que tiverem sua atuação cultural vinculada a práticas de desrespeito às leisambientais ou que expresse qualquer forma de preconceito, com conteúdo políticopartidárioou de incentivo ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

6.6. Os projetos culturais inabilitados na fase de Habilitação serão devolvidos ao proponenteno prazo de dez dias. Os projetos não retirados neste prazo estabelecido serãoautomaticamente arquivados, preservando-se o direito intelectual dosmesmos.

6.7. Quando da análise dos aspectos técnicos, o Conselho Municipal de Política Culturalpoderá baixar diligências solicitando novas informações, esclarecimentos, adequações e/oudocumentos.

6.8. Para seleção e avaliação dos projetos culturais nos editais serão considerados osseguintes quesitos:

a) Valor cultural do projeto, priorizando: (0 a 30 pontos) Mérito artístico-cultural – até 10 pontos; Criatividade, inovação e singularidade – até 10 pontos; Diálogo com tradições culturais – até 05 pontos; Estímulo da diversidade cultural – até 05 pontos. b) Consonância com as políticas de cultura, priorizando: (0 a 20 pontos) Harmonia com os princípios do Plano Municipal de Cultura – até 10 pontos; Capacidade estruturante e efeito multiplicador do projeto – até 05 pontos; Estratégias de democratização e acessibilidade – até 05 pontos. c) Qualificação do proponente e/ou da equipe executora do projeto, priorizando: (0 a 20pontos) Experiência e qualificação do proponente e da equipe em relação ao objeto doprojeto – até 10 pontos Relevância da atuação local e/ou regional dos agentes envolvidos na realização doprojeto – até 05 pontos Articulações e/ou parceria integrantes do projeto – até 05 pontos. d) Viabilidade e qualidade técnica do projeto, priorizando: (0 a 20 pontos) Coerência entre as ações da proposta e os custos apresentados – até 10 pontos; Relação custo-benefício do projeto – até 10 pontos. e) Contrapartida Social (0 a 10 pontos).

6.9. O proponente que tiver o projeto cultural desclassificado pela na fase de Avaliaçãopoderá protocolizar recurso junto à Secretaria Executiva do Conselho, no prazo de cinco dias, contados da data de publicação dos resultados.

6.10. O Conselho Municipal de Política Cultural terá o prazo de dez dias para análise dorecurso, devendo emitir parecer conclusivo para cada recurso interposto.

6.11. Os projetos culturais que permanecerem rejeitados após a interposição de recursoserão devolvidos.

6.12. Após a notificação, o proponente terá o prazo de dez dias para retirar o projetojunto à Secretaria Executiva do Conselho, sendo que os projetos não retirados neste prazoestabelecido serão automaticamente arquivados.

7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A Prestação de Contas deverá ser apresentada em até 30 dias após a sua conclusão; composta por **Relatório Físico-financeiro (Anexo III)**, que comprovem a utilização dos recursos alocados aos projetos culturais, bem como possibilitam a avaliação, pelo Conselho Municipal de Política Cultural, dos resultados esperados e atingidos, objetivos previstos e alcançado, os custos estimados e reais, a repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo produtor cultural.

7.2. O Relatório Físico-financeiro deve comprovar:

a) Se os objetivos pretendidos foram atingidos, através de um relato detalhado; b) A realização do projeto, de suas metas, a veiculação dos patrocinadores e do Sistema, o público atingido e a ação sociocultural, através de fotos, filmagens, clipagem, dentre outros; c) O cumprimento do plano básico de divulgação, através de um exemplar de cada peça publicitária, dentre os previstos. d) A correta execução do orçamento aprovado.

7.3. A não apresentação da prestação de contas e de relatórios de execução nos prazos fixados implicará na aplicação das seguintes sanções ao proponente:

a) Impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo da Secretaria de Cultura e Turismo e do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e de participarem, como contratados, de eventos promovidos pelo Governo Municipal, durante cinco anos; b) Inscrição no cadastro de inadimplentes do órgão oficial de Cultura e do órgão de controle de contratos e convênios da Secretaria Municipal de Finanças, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 - A dotação orçamentária, fonte do recurso que será utilizado para pagamento das premiações será a seguinte:

05.004.13.392.0012.2035 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

3.3.90.31.00.00 –PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENT. DESPORT. E OUTRAS

8.2. O saldo do benefício não utilizado no projeto será recolhido ao Fundo Municipal deIncentivo à Cultura na conta nº 24.442-2 do Banco do Brasil, agência 3036-8, através decheque nominal ou transferência bancária.

9. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL

9.1. Os projetos culturais deverão oferecer retorno de interesse público, representados porquotas de doações, apresentações públicas e, além das contrapartidas apontadasinicialmente no Formulário Padrão, deverão ser observadas as abaixo descritas, o que seráum dos aspectos a serem considerados na avaliação pelo Conselho Municipal de PolíticaCultural.

9.2. Serão consideradas contrapartidas sociais: conjunto de ações disponibilizadas à população, desenvolvidas pelo proponente do projeto, visando contribuir para a universalização e democratização do acesso a atividades culturais, sem qualquer prejuízo à livre expressão cultural.

9.3. Caberá ao beneficiado efetuar a entrega da contrapartida prevista no projeto técnico, não cabendo ao Município, à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e ao Conselho Municipal de Política Cultural quaisquer responsabilidades de entrega ou transporte dos produtos culturais.

9.4. O beneficiado deverá entregar, ainda, juntamente com a prestação de contas,declarações das entregas das contrapartidas.

9.5. Os Editais de projetos culturais deverão ser executados no prazo de até dezmeses após a liberação dos recursos financeiros, podendo ser prorrogado por até quatromeses, justificadamente, com aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural.

10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Formulário Padrão (Anexo I), a Autorização para Uso de Imagem (Anexo II) e o Relatório Físico-Financeiro (Anexo III) deverão ser solicitados pelo e-mail: cultura.cnp@hotmail.com.

10.2. O proponente estará obrigado a participar de eventos organizados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para expor os resultados do projeto.

10.3. O proponente será responsável pela comunicação, a qualquer tempo, de fato ou evento que venha alterar sua situação particular quanto à capacidade técnica, jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal.

10.4. A execução dos projetos aprovados será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

10.5. Deverá o proponente inserir em todas as peças publicitárias, gráficas, audiovisuais ou outras, as logomarcas da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e do Conselho Municipal de Política Cultural, segundo orientações a serem fornecidas pela Secretaria Executiva do Conselho, contendo os dizeres: *"Projeto executado com apoio do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de Campo Novo do Parecis – Mato Grosso."*

10.6. O não cumprimento das exigências deste Regimento e de qualquer uma das cláusulas do convênio a ser celebrado, implicará na devolução integral do valor acrescido da aplicação de multa de 10%.

10.7. Todas as informações e documentos apresentados pelos proponentes são de total responsabilidade dos mesmos, eximindo a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, o Conselho Municipal de Política Cultural e o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de quaisquer responsabilidades.

10.8. Os casos omissos serão analisados pelo Conselho Municipal de Política Cultural e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com emissão de parecer.

Campo Novo do Parecis,28 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ISNEIVALDO DELMONDES DA SILVA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 07, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de

emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 037, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**:**

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transportes e Habitação - FETHAB, com as alterações introduzidas pela lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

CONSIDERANDO o disposto na lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2.000;

CONSIDERANDO a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do FETHAB, constituído de:

a) 03 (três) representantes do Município a serem indicados pelo Prefeito, sendo um deles, o Secretário Municipal de Finanças, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e o Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, que o presidirá;

b) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

c) 01 (um) representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Campo Verde;

d) 01 (um) representante da Associação Comercial de Campo Verde;

e) 01 (um) representante da Aprojosa – Núcleo Campo Verde;

Parágrafo único - Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade representativa.

Art. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º - Compete ao conselho Municipal do FETHAB de Campo Verde:

I. acompanhar, fiscalizar e assessorar a aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município;

II. apresentar ao Prefeito sugestões de projetos, observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014;

III. requisitar, por seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município, no que diz respeito ao FETHAB e sua aplicação;

IV. emitir relatório semestral das atividades do conselho, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet;

V. elaborar o seu Regimento Interno que deverá ser aprovado por Decreto do Executivo;

Art. 4º - Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município, feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 5º - O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet.

Art. 6º - O Conselho elaborará seu próprio Regimento Interno.

Art. 7º - O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os dispositivos em contrário, especialmente o Decreto nº 07, de 15 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 27 de Abril de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 017/2016

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objeto: O presente termo tem como objeto a celebração de um Convênio, para Repasse de Recursos Financeiros destinados à execução do Projeto de"Convivência Positiva", que irá oferecer atividades culturais às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades, valores e autonomia, proporcionando assim, a transformação pessoal de cada aluno.

Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2016.

Assinatura: 20 de Abril de 2016.

Valor: Para execução do objeto deste Convênio, dá-se o valor total de R$39.824,20 (trinta e nove mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 016/2016

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: SINDICATO RURAL DE CAMPO VERDE

Objeto: A finalidade deste Termo é a de estabelecer parceria para realização da **17ª EXPOVERDE**, entre os dias 06 a 10 de julho de 2016, visando uma participação mais efetiva do comércio na organização, coordenação e operação do evento, sem se esquecer do fato de que o Ente público ora pactuante jamais conseguiria, sem o apoio da iniciativa privada, organizar e executar festividade de tamanha envergadura.

Vigência: O presente termo terá vigência até o dia 31/07/2016.

Assinatura: 11 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 015/2016

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES

Objeto: O presente termo tem como objeto a celebração de um Convênio, para Repasse de Recursos Financeiros para a execução do Projeto "Creche Flores de Maria", que irá proporcionar a aquisição de equipamentos,

mobiliários e materiais pedagógicos para a implantação e funcionamento da Creche Flores de Maria.

Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será a partir da data de sua assinatura até 11/06/2016.

Assinatura: 07 de Abril de 2016.

Valor: Para execução do objeto deste Convênio, dá-se o valor total de R$ 32.838,80 (trinta e dois mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS,** namodalidade pregão (presencial) n° **051/2016**, no dia **12 de MAIO de 2016, às 08:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 28 de abril de 2016.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2015.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO :Alterar CLÁUSULA V e CLAUSULA VIII – DO PRAZO DE ENTREGA e DA VIGENCIA do contrato original.

DA VIGÊNCIA ADITADA: ate 26/02/2017.

DO PRAZO DE ENTREGA : 26/11/2016

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SANEBRAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E PRODUTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA / CONTRATADO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 25/2016 - ADIAMENTO

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10/2016, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados que foi **ADIADA** para o dia **05/05/2016**, às 08h00 (oito horas) do horário local a sessão de julgamento do Pregão Presencial "SRP" nº 25/2016, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição parcelada de pneus.

Ficam mantidas todas as demais disposições editalícias.

Campos de Júlio – MT, 28 de abril de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO Nº 04/2016 - AVISO DE RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78. 307-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 04/2016, para credenciamento de pedreiros e auxiliares de pedreiro, exclusivamente pessoas físicas, nas condições estabelecidas no Edital.

NOME DO CREDENCIADO	CPF/MF	SERVIÇO
Edson Luiz Batista	853.242.642-53	Auxiliar de pedreiro
Silvano do Carmo da Fonseca	690.370.432-91	Pedreiro
José Luiz da Silva	850.215.717-53	Pedreiro
Rogério Aparecido Gomes da Silva	921.356.252-72	Pedreiro
Getúlio José da Silva	050.573.484-26	Pedreiro
Rafael Ribeiro da Rocha	805.092.232-49	Pedreiro
Elival Ribeiro da Rocha	845.882.412-49	Pedreiro

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio - MT, 28 de abril de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Decreto nº 011/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015.

DA ESPÉCIE: Manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro.

DO OBJETO: Aquisição de material de informática, conforme pregão presencial 024/2015.

DO VALOR: **ITEM 72 – Cartucho de tinta TX-620FWD Preto:T 140120(945pgs)**

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 78,64 (Setenta e oito reais sessenta e quatro centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 94,36 (Novena e quatro e reais e trinta e seis centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 118 – HD Externo portátil 2TB USB 3.0 (SEAGATE)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 474,32 (Quatrocentos setenta e quatros reais e trinta e dois centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 569,18 (quinhentos sessenta e nove reais e dezoito centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 127 – Kit com placa mãe Intel LGA 1150,processador LGA 1150 CORE i5 (ASUS/INTEL/KINGSTON)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 1.613,78 (Um mil seiscentos e treze Reais, setenta e oito centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 1.936,53 (Um mil novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 155 – Nobreak 1.8 Kva (SMS)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 1.041,90 (Um mil,quarenta e um Reais e noventa centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 1.250,28 (Um mil duzentos e cinquenta reais e vinte oito centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 166 – Pen Drive 32GB, (Kingston)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 69,90 (Sessenta nove Reais e noventa centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 83,88 (oitenta e três Reais e Oitenta e oito centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 173 – Placa de vídeo 1GB Interface 64-bit, (Radeon)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 164,89 (cento sessenta e quatro Reais, oitenta e nove centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 197,68 (cento e noventa e sete Reais,sessenta e oito centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 174- Placa de vídeo 2GB Interface 256-bit, (Radeon)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 1.295,00 (Um mil,duzentos e noventa e cinco Reais).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 1.554,00 (Um mil,quinhentos e cinquenta e quatro Reais).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 179 Placa mãe SOQUETE 1150 (ASUS)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 255,03 (Duzentos e cinquenta e cinco Reais e três centavos) .

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 306,03 (trezentos e seis Reais,e três centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 180- Placa mãe LGA 1150 (ASUS)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 255,03 (Duzentos e cinquenta e cinco Reais e três centavos) .

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 306,03 (trezentos e seis Reais,e três centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 183-Projetor Full HD Lumens entrada Hdmi (SONY)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 1.910,00 (Um mil, novecentos e dez reais).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 2.292,00 (Dois mil, Duzentos e noventa e dois Reais).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 186-Refil de tinta Magenta- T664320AL (Epson)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 52,49,(Cinquenta e dois Reais quarenta e nove centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 62,98 (Sessenta e dois Reais, Noventa e oito centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 194-Switch 8 portas 10/100/1000 (D-LINK)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 128,95 (Cento vinte e oito Reais,Noventa e cinco centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 154,74 (Cento e cinquenta e quatro Reais, e setenta e quatro centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 195-Tablet de 10 polegadas com sistema operacional Android Kitkat 4.1 (SANSUNG)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 1.200,00 (Um mil,duzentos Reais)

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 1.400,00 (Um mil,quatrocentos e quarenta Reais)

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 203-Ubiquiti Access WI FI uap– ir 2,4 ghz (UBIQUITI)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 516,50(Quinhentos e dezesseis Reais e cinquenta centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 619,80 (seiscentos e dezenove Reais,e oitenta centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ITEM 207-Ubiquiti Antena Wi- fi Base Station ROCKET M5 5.8ghz (UBIQUITI)

Valor atual da Ata de Registro de Preços: R$ 537,22 (Quinhentos e trinta e sete Reais,vinte e dois centavos).

Novo valor da Ata de Registro de Preço: R$ 644,66 (seiscentos e quarenta e quatro Reais e sessenta e seis centavos).

Percentual de reajuste: 20%. Aproximadamente

ASSINAM:– DIRCEU MARTINS COMIRAN Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa **GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA** CNPJ/MF sob o nº11.607.429/0001-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 064/2016

Data: 28/04/2016

Contratado: KANNÃ LOCAÇÕES LTDA EPP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de caminhão basculante e máquinas pesadas, com operador e demais despesas por conta do locador, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura..

Valor: 1.125.200,00 (Um Milhão e Cento e Vinte e Cinco Mil e Duzentos Reais).

Vigência: 28/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
PORTARIA N° 233, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA N° 233, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a constituição da Comissão para estudar e analisar a proposta de Reformulação do PCCS apresentado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Chapada dos Guimarães.

O Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães - MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a reunião ocorrida em 26 de abril de 2016 entre o Prefeito Municipal, o Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Chapada dos Guimarães e demais presentes;

CONSIDERANDO, que na reunião acima deliberou-se prazo para que a parte Patronal – A Prefeitura – estude, análise a Proposta do PCCS até o dia 24/05/2016;

CONSIDERANDO, a urgência da questão que envolve os Obreiros Públicos desta urbe;

RESOLVE:

Art.1º - Designar a Comissão para estudar e analisar a proposta de Reformulação do PCCS apresentado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Chapada dos Guimarães, que será composta pelos (as) seguintes Servidores (as), sob a presidência do (a) primeiro (a).

Nome: Juarez Bueno Pacheco – Secretário de Finanças

Nome: Luciano Emeterio Franco de Assis – Secretário de Administração

Nome: Maura Lopes de Souza – Secretária de Planejamento

Nome: Adriana Fernandes Vargas – Departamento de Recursos Humanos

Parágrafo Único: A comissão terá a responsabilidade estudar a proposta de reformulação do PCCS – Plano de Cargos e Carreiras –, anexada a esta Portaria, apresentada pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Chapada dos Guimarães e analisar sua viabilidade.

Art. 2.º - Fica fixado o prazo até o dia 13 de maio do corrente ano para a conclusão do presente estudo.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Chapada dos Guimarães – MT, em 26 de abril de 2016.

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e **CASTRO E CARVALHO**, na forma e condições seguintes.

Aos dezenove dias de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **CASTRO E CARVALHO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Ernesto Bouret de Mello, nº 900, Santa Cruz, Chapada dos Guimarães, inscrita no CNPJ sob n º 27. 726.325/0003-86, Inscrição Estadual: 13.177.068-3 neste ato representado pelo Sr **JOÃO BOSCO CARVALHO DE CASTRO**, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10556885-SSP/MT, e CPF nº 933.224. 451-00, residente na Av. Ernesto Bouret de Mello, nº 900 Santa Cruz, Chapada dos Guimarães, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.1. Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato Principal.

1.2 A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 30/ 05/2016. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 19/02/2016, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Nona do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 19 de Fevereiro 2016.

LISU KOBERSTAIN

Prefeito

Contratante

CASTRO E CARVALHO

JOÃO BOSCO CARVALHO DE CASTRO

Contratado

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 022/2016

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pela Pregoeira **MAILI DA SILVA MATOSO** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata, referente ao Contrato Administrativo 22/2016 celebrado com a Empresa **EMPRESA PAPELARIA PANTANAL LTDA-ME** pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Osasco, 12 - Bairro- CPA I, Cidade Cuiaba, inscrita no CNPJ sob n º 07.298.918/0001-08;

ONDE SE LÊ:

1.0-CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Valor total do contrato: R$ 167.448,00 (cento e sessenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e oito reais)

LEIA-SE:

1.0-CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Valor total do contrato: R$ 167.448,40 (cento e sessenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)

CHAPADA DOS GUIMARÃES, 28 DE ABRIL DE 2016.

MAILI MATOSO

Pregoeira

LICITAÇÃO
ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pela Pregoeira **MAILI DA SILVA MATOSO** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata, referente a Ata de Registro de Preço 04/2016;

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

2.2.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
5	RECARGA TONER SAMSUNG 4521	36	R$ 70,00	R$ 2. 509,20
TOTAL	**R$ 23.506,00**			

LEIA-SE:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

2.2.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
5	RECARGA TONER SAMSUNG 4521	36	R$ 70,00	R$ 2. 520,00
TOTAL	**R$ 23.516,80**			

CHAPADA DOS GUIMARÃES, 28 DE ABRIL DE 2016.

MAILI MATOSO

Pregoeira

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 027/2016

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pela Pregoeira **MAILI DA SILVA MATOSO** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata, referente ao Contrato Administrativo 37/2016 celebrado com a Empresa **F.L. AGUIAR - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 13.498.158/0001-85, Inscrição Estadual Nº 000000, localizada no endereço, R RUA QUATRO, Nº 19, bairro JARDIM UMUARAMA, CUIABA/MT, CEP: 78058-599;

ONDE SE LÊ:

1.0-CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	RECARGA TONER HP 05 A	200	R$ 59,99	R$ 11.998,00
4	RECARGA TONER BROTHER TN 650/750	120	R$ 74,99	R$ 8.998,80
5	RECARGA TONER SAMSUNG 4521	36	R$ 70,00	R$ 2.509,20
TOTAL	**R$ 23.506,00**			

Valor total do contrato: R$ 23.506,00 (vinte e três mil quinhentos e seis reais)

LEIA-SE:

1.0-CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	RECARGA TONER HP 05 A	200	R$ 59,99	R$ 11.998,00
4	RECARGA TONER BROTHER TN 650/750	120	R$ 74,99	R$ 8.998,80
5	RECARGA TONER SAMSUNG 4521	36	R$ 70,00	R$ 2.520,00
TOTAL	**R$ 23.516,80**			

Valor total do contrato: R$ 23.516,80 (vinte e três mil quinhentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

CHAPADA DOS GUIMARÃES, 28 DE ABRIL DE 2016.

MAILI MATOSO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATO Nº 23/2016

Contratado: **ADRIANO DIONATA STERMER**

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Fabricação e Assentamento de Blocos de Concreto Intertravados para o Calçamento do Passeio da Prefeitura Municipal do Município de Cláudia/MT Vigência: 13/07/2016

Valor: R$ 10.583,85 (dez mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Data: 14/04/2016

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

Objeto: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Prestação de Serviços de Aspersão de Água em Ruas e Avenidas sem Asfalto do Município de Cláudia – MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia 13 de Maio de 2016, estará recebendo propostas, para abertura ás 08:00 hrs do pregão presencial, para as contratações supracitadas. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100. Cláudia/MT, 28 de Abril de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

CONTRATO Nº 24/2016

Contratado: **Kasprzak & Straliotto Ltda ME**

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de Serviços de fornecimento de Grama devidamente plantada em Avenidas, Canteiros e Rotatórias da Entrada da Cidade do Município de Cláudia-MT Vigência: 11/06/2016

Valor: R$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)

Data: 27/04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2016 PREGÃO: Nº. 002/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2016

PREGÃO: Nº. 002/2016 **– REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 12 (Doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação.

Pelo presente instrumento, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa à Avenida Araguaia n° 676 - Centro, CNPJ: 00965.145/0001-27 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Luiz Henrique do Amaral,** portador da CIRG n° 2.262.068 SSP-GO e CPF n° 588.210.151-49 e o Pregoeiro Sr. **Rogério Moreira**, portador da CIRG n° 2.957.279 SSP-GO e CPF n° 547.394.201-63, **RESOLVEM** registrar os preços da empresa **S DA SILVA COELHO - AUTO POSTO EPP**, situado à Av. Hermano Ribeiro da Silva C/ Ademar Fernandes, snº, Qd. 06 Lt. 03, 04, 05, Bairro Centro, Cocalinho – MT, CEP: 78680-000, inscrito no **CNPJ nº. 09.156.833/0001-10**, através de seu procurador legal a Srª. **ÂNGELA DE PAULA DIAS**, portadora da **CI RG nº. 3450247-6748902 SSP/GO** e do **CPF/MF nº 660.199.661-00**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, FILTROS E BUBRIFICANTES, para atender á prefeitura e suas unidades, conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração e a servidora fiscal de contratos, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica, nas questões legais.

4. DO CONTRATADO

4.1 A **especificação, a quantidade, a unidade, a marca, o preço unitário e o preço total, encontram-se descritos na tabela abaixo.**

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ETANOL	COMBUSTIVEL	100000	Litro	R$ 3,48	R$ 348.000,00
2	OLEO DIESEL S 500	COMBUSTIVEL	400000	Litro	R$ 3,69	R$ 1.476.000,00
3	OLEO DIESEL S-10	COMBUSTIVEL	300000	Litro	R$ 3,84	R$ 1.152.000,00
7	ANTIFERRUGEM	ORBIQUIMI	250	Unidade	R$ 13,50	R$ 3.375,00
9	OLEO 40 PARA DIESEL	LUBRAX	200	Balde	R$ 240,00	R$ 48.000,00
10	OLEO 90	LUBRAX	120	Balde	R$ 259,00	R$ 31.080,00
17	OLEO 140 PARA DIESEL	LUBRAX	150	Litro	R$ 14,35	R$ 2.152,50
20	GASOLINA INCOMUM	TEXACO	100000	Litro	R$ 4,39	R$ 439.000,00
22	FILTRO DE AR FORD F-1000 ANO 1995	TECFIL	15	Unidade	R$ 88,00	R$ 1.320,00
24	FILTRO DE AR S-10 FLEX ANO 2008	TECFIL	15	Unidade	R$ 40,50	R$ 607,50
27	FILTRO DE AR SAVEIRO FLEX 1.6 ANO 2011	TECFIL	15	Unidade	R$ 25,50	R$ 382,50
29	FILTRO DE AR MICRO ONIBUS M. BENZ 812 ANO 2010	TECFIL	50	Unidade	R$ 86,50	R$ 4.325,00
33	FILTRO DE AR M. BENZ 6-1620 ANO 2003/2009	TECFIL	45	Unidade	R$ 111,00	R$ 4.995,00
36	FILTRO DE AR PA CARREGADEIRA WA 180 ANO 2003	TECFIL	30	Unidade	R$ 91,30	R$ 2.739,00
37	FILTRO DE AR PATROL CATERPILLAR 120-B ANO 1980	TECFIL	45	Unidade	R$ 170,00	R$ 7.650,00
38	FILTRO DE AR MOTONIVELADORA N. HOLLAND RG 140 ANO 2010	TECFIL	20	Unidade	R$ 139,00	R$ 2.780,00
39	FILTRO DE AR ESCAVADEIRA H. N. HOLLAND E 215 ANO 2010	TECFIL	20	Unidade	R$ 175,00	R$ 3.500,00
40	FILTRO DE AR MICRO TRATOR AGRALE 4.100 ANO 1990	TECFIL	10	Unidade	R$ 73,00	R$ 730,00
41	FILTRO DE AR TRATOR VALMET 62 ID ANO 1975	TECFIL	15	Unidade	R$ 95,00	R$ 1.425,00
44	FILTRO DE AR TRATOR VALTRA A 950 4X4 ANO 2012	TECFIL	20	Unidade	R$ 100,00	R$ 2.000,00
46	FILTRO DE AR REBOCADOR (BALSA) ANO 1975	TECFIL	30	Unidade	R$ 96,50	R$ 2.895,00
48	FILTRO COMBUSTIVEL S-10 G ANO 2001	TECFIL	15	Unidade	R$ 23,00	R$ 345,00
49	FILTRO DE COMBUSTIVEL S-10 FLEX ANO 2008	TECFIL	15	Unidade	R$ 23,00	R$ 345,00
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL GOL FLEX 1.0 ANO 2011	TECFIL	30	Unidade	R$ 18,50	R$ 555,00
52	FILTRO DE COMBUSTIVEL SAVEIRO FLEX 1.6 ANO 2011	TECFIL	15	Unidade	R$ 18,50	R$ 277,50
54	FILTRO DE COMBUSTIVEL MICRO ONIBUS M. BENZ 812 ANO 2010	TECFIL	45	Unidade	R$ 45,00	R$ 2.025,00
55	FILTRO DE COMBUSTIVEL MICRO ONIBUS IVECO ANO 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 60,00	R$ 900,00
56	FILTRO DE COMBUSTIVEL AMBULANCIA IVECO DAILY ANO 2008	TECFIL	15	Unidade	R$ 65,00	R$ 975,00
59	FILTRO DE COMBUSTIVEL FORD F-14000 ANO 1993	TECFIL	15	Unidade	R$ 19,00	R$ 285,00
60	FILTRO DE COMBUSTIVEL FORD CARGO 14515 ANO 1995	TECFIL	15	Unidade	R$ 38,00	R$ 570,00
61	FILTRO DE COMBUSTIVEL PA CARREGADEIRA WA 180 ANO 2003	TECFIL	15	Unidade	R$ 44,80	R$ 672,00
64	FILTRO DE COMBUSTIVEL ESCAVADEIRA H.N. HOLLAND E 215 ANO 2010	TECFIL	20	Unidade	R$ 91,00	R$ 1.820,00
65	FILTRO DE COMBUSTIVEL TRATOR YAMAR AGRITEC 14 CV ANO 2009	TECFIL	15	Unidade	R$ 60,00	R$ 900,00
67	FILTRO DE COMBUSTIVEL TRATOR VALMET 61 ID ANO 1975	TECFIL	15	Unidade	R$ 17,50	R$ 262,50
70	FILTRO DE COMBUSTIVEL TRATOR VALTRA A 950 4X4 ANO 2012	TECFIL	20	Unidade	R$ 18,80	R$ 376,00
72	FILTRO DE COMBUSTIVEL REBOCADOR (BALSA) ANO 1975	TECFIL	15	Unidade	R$ 27,50	R$ 412,50
79	FILTRO LUBRIFICANTE MICRO ONIBUS M. BENZ 608 ANO 1985	TECFIL	10	Unidade	R$ 70,00	R$ 700,00
80	FILTRO LUBRIFICANTE MICRO ONIBUS M. BENZ 812 ANO 2010	TECFIL	60	Unidade	R$ 61,00	R$ 3.660,00
81	FILTRO LUBRIFICANTE MICRO ONIBUS IVECO ANO 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 75,00	R$ 1.125,00
84	FILTRO LUBRIFICANTE M. BENZ L-1620 ANO 2003/2009	TECFIL	60	Unidade	R$ 60,50	R$ 3.630,00
85	FILTRO LUBRIFICANTE FORD-14000 ANO 1993	TECFIL	15	Unidade	R$ 62,00	R$ 930,00
86	FILTRO LUBRIFICANTE FORD CARGO 1415 ANO 1995	TECFIL	15	Unidade	R$ 70,50	R$ 1.057,50
87	FILTRO LUBRIFICANTE PA CARREGADEIRA WA 180 ANO 2003	TECFIL	30	Unidade	R$ 80,00	R$ 2.400,00
88	FILTRO LUBRIFICANTE PATROL CATERPILLAR 120-B ANO 1980	TECFIL	40	Unidade	R$ 76,00	R$ 3.040,00
89	FILTRO LUBRIFICANTE MOTONIVELADORA N. HOLLAND RG 140 ANO 2010	TECFIL	30	Unidade	R$ 110,00	R$ 3.300,00
90	FILTRO LUBRIFICANTE ESCAVADEIRA H. N. HOLLAND E 215 ANO 2010	TECFIL	30	Unidade	R$ 95,00	R$ 2.850,00

94	FILTRO LUBRIFICANTE TRATOR VALTRA BH 145 4X4 ANO 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 63,00	R$ 945,00
95	FILTRO LUBRIFICANTE TRATOR VALTRA A 950 4X4 ANO 2012	TECFIL	15	Unidade	R$ 55,00	R$ 825,00
97	FILTRO LUBRIFICANTE REBOCADOR (BALSA) ANO 1975	TECFIL	15	Unidade	R$ 60,00	R$ 900,00
99	PRE FILTRO DE AR MICRO ONIBUS M. BENZ 608 ANO 1985	TECFIL	15	Unidade	R$ 40,50	R$ 607,50
100	PRE FILTRO DE AR MICRO ONIBUS M. BENZ 812 ANO 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 70,00	R$ 1.050,00
104	PRE FILTRO DE AR FORD F-14000 ANO 1993	TECFIL	15	Unidade	R$ 70,00	R$ 1.050,00
105	PRE FILTRO DE AR FORD CARGO 1415 ANO 1995	TECFIL	15	Unidade	R$ 83,00	R$ 1.245,00
106	PRE FILTRO DE AR PA CARREGADEIRA WA 180 ANO 2003	TECFIL	15	Unidade	R$ 70,00	R$ 1.050,00
107	PRE FILTRO DE AR PATROL CATERPILLAR 120-B ANO 1980	TECFIL	30	Unidade	R$ 145,00	R$ 4.350,00
108	PRE FILTRO DE AR MOTONIVELADORA N. HOLLAND RG 140 ANO 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 170,00	R$ 2.550,00
109	PRE FILTRO DE AR ESCAVADEURA H. N. HOLLAND E 215 A O 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 175,00	R$ 2.625,00
113	PRE FILTRO DE AR FORD F-12000 ANO 1998	TECFIL	15	Unidade	R$ 70,00	R$ 1.050,00
114	PRE FILTRO DE AR REBOCADOR (BALSA) ANO 1975	TECFIL	30	Unidade	R$ 70,00	R$ 2.100,00
121	FILTRO DIR. HIDRAULICA AMBULANCIA IVECO DAILY ANO 2008	TECFIL	15	Unidade	R$ 25,00	R$ 375,00
126	FILTRO DIR. HIDRAULICA PA CARREGADEIRA WA 180 ANO 2003	TECFIL	20	Unidade	R$ 55,00	R$ 1.100,00
127	FILTRO DIR. HIDRAULICA PATROL CATERPILLAR 120-B ANO 1980	TECFIL	30	Unidade	R$ 53,00	R$ 1.590,00
128	FILTRO DIR. HIDRAULICA MOTONIVELADORA N. HOLLAND RG 140 ANO 2010	TECFIL	20	Unidade	R$ 75,00	R$ 1.500,00
129	FILTRO DIR. HIDRAULICA ESCAVADEIRA H. N. HOLLAND E 215 ANO 2010	TECFIL	20	Unidade	R$ 75,00	R$ 1.500,00
130	FILTRO DIR. HIDRAULICA TRATOR M. FERGUSSON 283 ANO 1996	TECFIL	20	Unidade	R$ 35,00	R$ 700,00
131	FILTRO DIR. HIDRAULICA TRATOR VALTRA BH 145 4X4 ANO 2010	TECFIL	20	Unidade	R$ 35,00	R$ 700,00
132	FILTRO DIR. HIDRAULICA TRATOR VALTRA 950 4X4 ANO 2012	TECFIL	20	Unidade	R$ 35,00	R$ 700,00
135	FILTRO SEDIMENTADOR MICRO ONIBUS M. BENZ 812 ANO 2010	TECFIL	15	Unidade	R$ 90,00	R$ 1.350,00
139	FILTRO SEDIMENTADOR PATROL CATERPILLAR 120 B ANO 1980	TECFIL	15	Unidade	R$ 120,00	R$ 1.800,00
TOTAL DO FORNE-CEDOR	**R$ 3.600.032,00**					

5. DORECEBIMENTODOS MATERIAIS

5.1. A entrega dos itens combustíveis (gasolina, álcool, e diesel) deverá ser diariamente através de bombas apropriadas na sede do Município mediante a apresentação de requisição própria emitida pela prefeitura;

5.2. A entrega dos demais itens deverá ser feita na sede da prefeitura.

5.3. O prazo de entrega dos produtos mencionados no item anterior será de até 02 **(dois)** dias, contado a partir da notificação através de requisição emitida pela Prefeitura;

Rotulagem – Todos os produtos nacionais ou importados, devem ter constados nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa.

5.4. Nos casos em que as empresas se negarem a fornecer os produtos estas estarão sujeitas às sanções administrativas estabelecidas nesta Ata e no Edital.

5.5.A empresa devera entregar e prestar os serviços dentro da quantidade e das especificações constantes desta ata.

6.DASOBRIGAÇÕESDACONTRATADA

6.1. Após autorização formal, retirar a Nota de Empenho no prazo de **02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

6.2. Comunicar imediatamente à Secretaria de Finanças qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e outros julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

6.3. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.4. Fiscalizar o perfeito cumprimento e fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelas Secretarias de Saúde e Administração;

6.5. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.6. Fornecer os produtos, conforme estipulado em ata e de acordo com a proposta apresentada;

6.7. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

6.8. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusivas da contratada;

6.9. Se a licitante vencedora recusar-se a fazer a entrega, ou fazê-la fora do prazo estipulado no Edital e na presente ata, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de prestação do serviço adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na **Seção 12 desta Ata de Registro de Preço.**

7.DASOBRIGAÇÕESDACONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas nesta Ata;

7.4. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

7.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

7.9. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

1.10 Notificar a CONTRATADA pelo não fornecimento integral da solicitação e/ou por não fazê-lo dentro do prazo estipulado nesta Ata e no Edital;

8.

DO PAGAMENTO

8.1. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos produtos, mediante cheque nominal ou ordem bancária e em moeda corrente. O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal.

8.2.A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

Parágrafo Primeiro – Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3.O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

10.DOCANCELAMENTODAATADEREGISTRODEPREÇOS.

10.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b)quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c)em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial deste Registro;

d)os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e)por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f)descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

10.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do lote.

10.6 Caso a Secretaria de Administração, não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seus exclusivos critérios, poderão suspender a sua execução e/ou sustarem o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.DASINCIDÊNCIASFISCAIS,ENCARGOS,SEGUROS,ETC.

11.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR/CONSIGNATÁRIA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preços.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias para o fornecimento dos materiais.

12.DASPENALIDADES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A empresa, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

13.DOSILÍCITOSPENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14.DOSRECURSOSORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão

à conta de dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades adesos aos registros de preços.

15.DASDISPOSIÇÕESFINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

Itodas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

IIVinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 002/2016** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro de preço para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

15.2. O Contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho.

16. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro Água Boa-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocalinho - MT, 18 de abril de 2016.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

Rogerio Moreira

Secretaria Municipal de Administração

Pregoeiro

S DA SILVA COELHO – AUTO POSTO

CNPJ Nº 09.156.833/0001-10

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2016

CONTRATANTE: Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27.

CONTRATADO: MARIA ELIENE LOPES DE SOUSA, brasileiro(a), casada**,** portador(a) da Cédula de Identidade – RG n° **6622897 SSP-GO**, e do CPF n° **494.560.083-04.**

OBJETO: Prestação de serviços para o **CONTRATANTE** na Escola Municipal de Educação Básica "**JOSÉ UMBERTO MOREIRA"**, exercendo a função de **PROFESSORA** em substituição ao atestado da professora **Sônia Tavares de Araújo Freire**, bem como o que vier a ser objeto de portaria, ordem de serviço, etc, dentro da natureza e complexidade de sua função.

LICITAÇÃO: Este contrato será por regime de execução **direta e empreitada por preço global**, nos termo da Leia Federal 8666/93 e alterações posteriores.

Este contrato está sendo celebrado com base na Dispensa de Licitação.

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato é de 30 (trinta) dias**,** iniciando-se em 27 de abril e findando-se em 26 de maio de 2016.

VALOR: A contratada, receberá pelo seu serviço a importância de R$ **2. 402,60 (DOIS MIL CENTO QUATROCENTOS E DOIS REIAS E SESSENTA CENTAVOS),** mensal.

DATA ASSINATURA: Cocalinho - MT, 27 de abril de 2016.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 003/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 003/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA Nº 046/2015 PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR NA ZONA RURAL NESTE MUNICIPIO.

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, Nº 676, Centro, CEP 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor Luiz Henrique do Amaral, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 2.262.068 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 588.210.151-49, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **EMPAC – EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, CNPJ nº 16.794.116/0001-80, com sede à Av. Modesto Vaz Machado, s/nº, Qd. 03 Lt. 01, Casa 3 – Setor Centro – Santo Antônio de Goiás – Goiás , CEP: 75.375-000, neste ato chamada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo Licitatório nº 005/2015 homologado em 07 de Julho de 2015, realizado na modalidade de Carta Convite com abertura às 09:00 horas do dia 25 de Junho de 2015, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Consiste o objeto do presente contrato a alteração do prazo de execução da obra objeto do Contrato 046/2016, ficando o mesmo prorrogado por mais 120 dias, com vigência para até 15 de agosto de 2016.

1.2 As demais cláusulas permanecem inalteradas

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT, 15 de abril de 2016.

_____

PREFEITURA MUNICIPIO DE COCALINHO – MT.

CONTRATANTE

_____

EMPAC – EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO

E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: **NOME:** **RG Nº:**	**NOME:** **RG Nº:** **CPF Nº:**
CPF Nº: **ASSINATURA:**.....	**ASSINATURA:**.....

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 003/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 003/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA Nº 046/2015 PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR NA ZONA RURAL NESTE MUNICIPIO.

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, Nº 676, Centro, CEP 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor Luiz Henrique do Amaral, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 2.262.068 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 588.210.151-49, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **EMPAC – EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, CNPJ nº 16.794.116/0001-80, com sede à Av. Modesto Vaz Machado, s/nº, Qd. 03 Lt. 01, Casa 3 – Setor Centro – Santo Antônio de Goiás – Goiás , CEP: 75.375-000, neste ato chamada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo Licitatório nº 005/2015 homologado em 07 de Julho de 2015, realizado na modalidade de Carta Convite com abertura às 09:00 horas do dia 25 de Junho de 2015, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Consiste o objeto do presente contrato a alteração do prazo de execução da obra objeto do Contrato 046/2016, ficando o mesmo prorrogado por mais 120 dias, com vigência para até 15 de agosto de 2016.

1.2 As demais cláusulas permanecem inalteradas

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT, 15 de abril de 2016.

_____

PREFEITURA MUNICIPIO DE COCALINHO – MT.

CONTRATANTE

_____

EMPAC – EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO

E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: **NOME:** **RG Nº:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....	**NOME:** **RG Nº:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2016

CONTRATANTE: Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27.

CONTRATADO: **PASSWORD INFORMÁTICA LTDA-EPP,** com sede na Rua T-48, esq. com R-11, n. 34, Sala 302, Setor Oeste, cidade de Goiânia, Goiás, inscrita no CNPJ sob o n. 01.884.133/0001-30.

OBJETO: SISTEMA DE GESTÃO DE PREGÃO PRESENCIAL – GPREGÕES, doravante denominado simplesmente Sistema,bem como realizar manutenção e fornecer suporte técnico para uso do mesmo.

LICITAÇÃO: Este contrato será por regime de execução direta, nos termo da Leia Federal 8666/93 e alterações posteriores.

Este contrato está sendo celebrado com base na Dispensa de Licitação.

VIGÊNCIA: vigência de 01 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

VALOR: O valor do presente termo é R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais iguais, ficando estimado o valor total para o período contratual em R$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

DATA ASSINATURA: Cocalinho-MT, 08 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº. 374/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR WILSON EBER DA SILVA GONCALVES, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Cadastro, DAI III, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 22 de maio de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 22 de maio de 2015.

Errata: Na publicação do dia 11/06/2015, Edição 2244, onde se lê Portaria Nº 374/2014 leia se Portaria Nº 374/2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

PREGÃO PRESENCIAL SRP 010/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 010/2016

Processo Administrativo nº 12.087/2016

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL *Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de uma Patrulha Agrícola Mecanizada (Pá Carregadeira) nova com motor a diesel conforme contrato de repasse nº 809076/2014/MAPA e processo nº 2628.1020178-64/2014/Caixa Econômica Federal***, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Colniza – MT, conforme Edital e seus anexos, parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **11 de Maio de 2016, às 09h00min (nove) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, onde e quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessados, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, a partir das **09h00min** do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado observado às condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação.colniza@hotmail.com** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 2227/1315.**

Colniza- MT, 28 de abril de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 011/2016

Processo Administrativo nº 12.088/2016

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 03 veículos, novos (0 km), tipo caminhonete (pick-up) cabine dupla 4x4 diesel, para transporte de servidores e autoridades, em atendimento ao Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Ação Social e Secretaria Municipal de Educação***, conforme Edital e seus anexos, parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **12 de Maio de 2016, às 09h00min (nove) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, onde e quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessados, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, a partir das **09h00min** do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado observado às condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação.colniza@hotmail.com** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 2227/1315.**

Colniza- MT, 28 de abril de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

AVISO TP 003.2016

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 003/2016

PROCEDIMENTO N° 12.132/2016

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 020/GP/16 de 13/04/2016, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 20/05/2016, às 08h30min horas no endereço, Av. Tarumã nº116, Colniza - MT, a reunião para abertura da TP 03/2016, tendo como objeto de licitação, o seguinte: ***Construção de um muro em alvenaria na Creche Proinfância bairro Garça, um muro em alvenaria na Creche Proinfância do bairro Castelo dos Sonhos, construção do abrigo para o motor estacionário e deposito de lixo do Hospital Municipal André Maggi, execução de serviço na fabricação e montagem de uma caixa d água no Hospital Municipal André Maggi e Execução da rede de abastecimento de água do Conjunto Habitacional COHAB no bairro Castelo dos Sonhos. Divididos em lote,*** projetos anexo ao edital. Valor do Edital R$ 100,00 (cem reais).

Colniza - MT, 28 de Abril de 2016.

Leandro Moraes de Melo

Presidente da Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ERRATA AO ADITIVO 119-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 28 de Abril de 2016, na página 63, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 109/2016:

onde se lê:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 119/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2015

DATA: **18/04/2016**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**

CONTRATADO: **REIS &LOPES DOS REIS LTDA-ME**

OBJETO **A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 21/04/2016 À 21/10/2016.**

Leia-se:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 119/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2015

DATA: **18/04/2016**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**

CONTRATADO: **BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**

OBJETO: **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 21/04/2016 À 21/10/2016.**

EXTRATO DE ADITIVO 043/2016

CONTRATO Nº: 043/2016

DATA: 27 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: CONSTRUTORA BORGES LTDA - ME

OBJETO: A EXECUÇÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, SENDO NAS RUAS CASSEMIRO DO VALE E LEIDIER AMARAL, BAIRRO NOVA VACARIA, PERÍMETRO URBANO, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, EM ANEXO, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº. 004/2015/SECID.

DOTAÇÃO: 09.02.1076.4.4.90.51 (451)

EXTRATO DE CONTRATO 042/2016

CONTRATO Nº: 042/2016

DATA: 26 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: MEI ABRAAO MATAICHI IZUMI 60863307191

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW GOSPEL COM A BANDA MINISTÉRIO FILHOS DO HOMEM, PARA ANIMAÇÃO DO 30º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 13/05/2016.

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.3.3.90.39 (238)

EXTRATO DE ADITIVO 039/2016

CONTRATO Nº: 039-2016- cancelado

EXTRATO DE CONTRATO 033/2016

CONTRATO Nº: 033/2016

DATA: 01 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: JOSÉ GERALDO DA SILVA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E CRECHES MUNICIPAIS, DA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA SEXTA, TODOS DE ACORDO COM O EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA N.º. 001/2016

DOTAÇÃO: 06.06.2.021.3.3.90.30 (255) – 06.06.2.022.3.390.30(256) – 06.06.2.023.3.3.90.30 (257) – 06.06.2.024.3.3.90.30 (258)

EXTRATO DE ADITIVO 040/2016

CONTRATO Nº: 040/2016

DATA: 20 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: M. F. DA CRUZ ENGENHARIA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO DE SIMPLES RECONHECIMENTO E ENSAIO DE ABSORÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE COMODORO – MT,

DOTAÇÃO: 05.02.2.114.3.3.90.39 (176)

EXTRATO DE ADITIVO 038/2016

CONTRATO Nº: 038/2016

DATA: 15 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: REIS & LOPES DOS REIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA INDEPENDENTE DE MARCA, NECESSÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DOTAÇÃO: 09.03.2.130.3.3.90.39 (487)

EXTRATO DE ADITIVO 041/2016

CONTRATO Nº: 041/2016

DATA: 20 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: F. DE ALMEIDA TORNEARIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.39 (219) – 08.02.2.124.3.3.90.39 (594) – 09.03.2.130.3.3.90.39 (487) – 09.03.2.249.3.3.90.39 (587)

EXTRATO DE CONTRATO 037/2016

CONTRATO Nº: 034/2016

DATA: 07 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: M. GISSELDA SPADER EIRELI - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÁBEIS, PARA ELABORAÇÃO DA LDO, NOS ENTENDIMENTOS DA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

DOTAÇÃO: 04.01.2.014.3.3.90.39 (134)

TERMO DE ERRATA CONTRATO 034-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 28 de Abril de 2016, na página 63, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato do Contrato nº. 027/2016:

onde se lê:

CONTRATO Nº: 027/2016

DATA: 01 de abril DE 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro**.**

CONTRATADO: M. GISSELDA SPADER EIRELI - ME,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÁBEIS, PARA ELABORAÇÃO DA LDO, NOS ENTENDIMENTOS DA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

DOTAÇÃO: 04.01.2.014.3.3.90.39 (134)

Leia-se:

EXTRATO DE CONTRATO 034/2016

CONTRATO Nº: 034/2016

DATA: 07 de abril de 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro**.**

CONTRATADO: M. GISSELDA SPADER EIRELI – ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÁBEIS, PARA ELABORAÇÃO DA LDO, NOS ENTENDIMENTOS DA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

DOTAÇÃO: 04.01.2.014.3.3.90.39 (134)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL RESUMIDO DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2016

EDITAL RESUMIDO DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2016

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Publico 001/2016 da Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições no período de 02/05/2016 a 16/05/2016, para contratação temporária de pessoal, para os cargos de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS e AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE nos termo do art. 37, IX da Constituição Federal, da Lei Federal 7.853/89 e o Decreto Federal 3.298/99. Mais informações e edital Completo no site: *www.acpi.com.br*.

Confresa-MT, 27 de Abril de 2016.

Presidente da Comissão Organizadora

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 11 de Maio de 2016, às 09:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 do tipo Menor Preço por Item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2016 EDITAL DE ABERTURA 001/2016 -

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2016 - AGENTES DE SAUDE

EDITAL DE ABERTURA 001/2016

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, instituída através da Portaria nº 248/2016, tendo em vista o atendimento em caráter permanente das micros áreas descobertas e das necessidades do município, torna pública a abertura de processo seletivo público, conforme disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar n° 11.350/2006 e na Lei Orgânica Municipal, regidos pelas normas constantes neste Edital:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

1.1. A realização do processo seletivo público fica sob a responsabilidade da *ACPI – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA*, obedecendo às normas deste Edital.

2. Das inscrições

2.1. As inscrições podem ser feitas pessoalmente ou via internet em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições pela internet	Início: 02/05/2016 - Término: 16/05/2016 Vencimento do boleto: 17/05/2016, no horário de funcionamento bancário. Endereço Eletrônico: *www.acpi.com.br*
Inscrição Presencial somente para candidatos com direito à isenção: Doadores de Sangue e Hipossuficiente	Início: 02/05/2016 - Término: 06/05/2016 (No período das 07h00min às 11h00min de segunda a sexta-feira). Local para Entrega de Documentos: PREFEITURA MUNICIPAL/DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS. Endereço: Avenida Centro Oeste, Nº 286 - Centro, Confresa – MT. Período: 07hs às 11hs de segunda a sexta-feira. No endereço supramencionado será entregarem os documentos solicitados no edital.
Os horários previstos neste edital seguem o horário local de Confresa - MT.	

1º Passo: Ler completamente o edital, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

2º Passo: Preencher total e corretamente o Formulário de Inscrição diretamente no site ou, em caso de inscrição presencial, com o auxílio de um servidor autorizado;

3º Passo: Conferir os dados informados, sob pena de o candidato ser impedido de realizar as provas caso as informações estejam incorretas;

4º Passo: Imprimir o espelho do Requerimento de Inscrição (Cartão de Identificação) juntamente com o boleto de pagamento da taxa de inscrição;

5º Passo: Efetuar o pagamento da taxa por meio de **boleto bancário no** Banco do Brasil, ou em qualquer agência da rede bancária, casas lotéricas ou caixas eletrônicos, observando o horário de atendimento bancário, até a data limite estipulada.

2.2. Formas de Pagamento

2.2.1. O pagamento do valor da taxa de inscrição deverá ser efetuado por meio de **boleto** em qualquer agência da rede bancária, casas lotéricas ou caixas eletrônicos, observando o horário de atendimento, até a data limite estipulada.

2.2.2. As inscrições pagas após a data de vencimento do boleto serão **indeferidas.**

2.3. Efetivação da Inscrição

2.3.1. O cadastro dos dados não garante a efetivação da inscrição do candidato.

2.3.2. A inscrição somente será efetivada quando o pagamento do valor da taxa de inscrição for registrado no Banco de Dados (após o recebimento dessas informações da rede bancária, o que pode demorar alguns dias), ou após o deferimento do pedido de isenção.

2.4 Do valor das taxas de inscrição

CARGOS QUE EXIGEM ENSINO MÉDIO COMPLETO	R$ 40,00

2.5. Da regularidade e aceitação das inscrições

2.5.1. Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste edital.

2.5.2. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos.

2.5.3. Não serão permitidas duas inscrições para o mesmo candidato.

2.6. Disposições gerais sobre as inscrições

2.6.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.6.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.6.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.6.4. Na hipótese de um mesmo candidato inscrever-se em dois ou mais cargos, será validada a última inscrição, efetuada em data e hora mais recente, não cabendo restituição dos valores pagos pelas inscrições invalidadas.

2.7. Do Cartão de Identificação

2.7.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, que apresentará no dia das provas, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Informar e-mail válido para contato;

c) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

d) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.7.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.7.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.7.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico: www.acpi.com.br.

2.8. Das isenções da taxa de inscrição para hipossuficientes e doadores de sangue

Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, salvo para os candidatos que se declararem como isentos e comprovarem os requisitos abaixo:

2.8.1. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes e doadores regulares de sangue, na forma das Leis Estaduais n.°s 7.713/2002 e 8.795/2008.

2.8.2. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos por estarem regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente preenchido e assinado, constando obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, o Número de Identificação Social – NIS do candidato, número esse atribuído pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo candidato no Requerimento de Isenção, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) cartão de benefício de qualquer um dos programas sociais do governo federal no qual conste o número de identificação social – NIS do candidato.

2.8.3. Os candidatos que pretenderem inscrever-se na condição de isentos, por perceberem até um salário mínimo e meio deverão entregar:

a) Documento de identidade do requerente;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) Comprovante de renda se exerce atividade remunerada (três últimos holerites, contracheque ou declaração de autônomo);

d) Página de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS contendo número e série, bem como cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e o valor de remuneração, assim como a folha subsequente em branco;

e) Declaração de próprio punho, de que recebe até um salário mínimo e meio.

2.8.4. Os candidatos que estiverem desempregados deverão entregar:

a) Documento de identidade do requerente;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) Cópia da página de identificação da carteira de trabalho e Previdência Social – CTPS contendo o número série, cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e demissão, assim como a folha subsequente em branco;

d) Declaração de próprio punho, de que está desempregado.

2.8.5. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por serem doadores regulares de sangue deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que faz a doação, constando no mínimo uma doação no período de doze meses, anteriores à publicação deste edital.

2.8.6. Os documentos apresentados serão analisados pela comissão organizadora (no ato da inscrição,) possibilitando dessa forma que o candidato que por ventura não consiga apresentar os documentos necessários para isenção, possa inscrever-se após o pagamento da taxa de inscrição.

2.8.7. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores, deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.

2.8.8. Serão aceitas inscrições para os candidatos com direito à isenção no período 02/05/2016 a 06/05/2016, por meio de requerimento padrão, disponível no Anexo IV, a ser protocolado no local estabelecido no subitem 2.1 deste edital, sendo este após a devida realização de sua inscrição no endereço eletrônico www.acpi.com.br ou por meio presencial, conforme disposto no subitem 2.1.

2.8.9. O Requerimento de solicitação de inscrição com isenção deve ser presencial, ficando vedado qualquer outro meio para a sua validação.

2.9. Vagas reservadas para Portadores de Deficiências

2.9.1. Aos candidatos portadores de deficiências estão reservadas 2% (dois por cento) das vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 e decisão do STF (RMS 25.666).

2.9.2. Para os efeitos do item 2.10.1, consideram-se pessoas portadoras de deficiências às elencadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.

2.9.3. Qualquer pessoa portadora de deficiências poderá inscrever-se no processo seletivo para ingresso nos cargos da Prefeitura Municipal de Confresa- MT, na Avenida Centro Oeste, Nº 286 - Centro, Confresa - MT, conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.

2.9.4. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e deverá apresentar o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, para a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, via protocolo no ato da inscrição.

2.9.5. O candidato portador de deficiências deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

2.9.6. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

2.9.7. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a instituição selecionadora dispuser na oportunidade.

2.9.8. Para que sejam considerados aprovados, os candidatos portadores de deficiências deverão obter, durante todo o processo seletivo, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

2.9.9. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações.

2.9.10. A ACPI – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA. não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de necessidades especiais que não comunicarem a deficiência no ato da inscrição.

2.9.11. Por ocasião da contratação dos candidatos classificados a Prefeitura Municipal de Confresa-MT, procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido, de acordo com as normas do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

3. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I deste edital.

4. DAS PROVAS

4.1. Data e local das provas objetivas

4.1.1. A prova objetiva para o cargo será realizada no dia 29 de Maio de 2016, no período matutino, das 08h às 11h, no local a ser indicado em edital complementar específico, que estará disponível no mural da Prefeitura e no seguinte endereço eletrônico: *www.acpi.com.br.*

4.2. Das características das provas objetivas

4.2.1. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.2.2. A constituição das provas objetivas é a seguinte:

ENSINO MÉDIO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Agente Comunitário de Saúde -ACS Agente de combate as Endemias - ACE	Língua Portuguesa	10	30	1,00	30,00
Conhecimentos Gerais	10				
Conhecimentos Específicos	10				

4.2.3. Todas as provas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no Anexo III deste edital.

4.3. Da realização das provas

4.3.1. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta, Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição e documento de identidade original.

4.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

4.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do processo seletivo não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros objetos que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato, sendo expressamente proibida a identificação de candidatos com documentos em fotocópia ou equivalentes.

4.3.3.2. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3.

4.3.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas de candidatos que comparecerem sem documentos citados no item 4.3.3, mesmo que tenham solicitado a alguém que traga a documentação até o local de prova. Vencido o horário permitido, o candidato deverá retirar-se do espaço físico da local de aplicação de prova (escolas ou entidades estabelecidas).

4.3.5. Será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades;

afastar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído as mesmas; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações, ou, após as provas, a utilização de processos ilícitos para a realização das mesmas, constatado por meio de perícia.

4.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

4.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

4.3.8. Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido com caneta esferográfica confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul, não porosa.

4.3.9. No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

4.3.10. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.

4.3.11. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

4.3.12. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova para aquele cargo.

4.3.13. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

4.3.14. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 02 (duas) horas poderá levar consigo o caderno de provas.

4.3.16. O candidato que sair antes do horário acima mencionado terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 02 (dois) dias, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova na sede da prefeitura no horário de expediente; após esse prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.

4.3.17. O candidato deverá permanecer no mínimo por uma hora em sala após o início das provas, sob pena de eliminação, podendo sair apenas para ir ao banheiro, tomar água ou outros casos, devidamente acompanhado do fiscal.

4.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório do fiscal de sala.

4.3.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

4.3.20. Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

4.4. Do conteúdo programático das provas objetivas

4.4.1. Os programas das provas objetivas, nos quais constam as matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo III deste edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Dos critérios de classificação

5.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela nota obtida, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

5.1.1.1. O ponto do título, se houver, será somado à média final.

5.1.2. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do processo seletivo público. E poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da nomeação em Imprensa Oficial (Jornal Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.com.br, no jornal de circulação local e no site www.Confresa.mt.gov.br ocorrido durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público.

5.2. Da desclassificação

5.2.1. Será considerado desclassificado do processo seletivo público o candidato que:

a) Obtiver percentual menor que 50% (cinquenta por cento) das provas objetivas;

b) Obtiver um percentual menor que 50% (cinquenta por cento) na média final.

c) Ausentar-se da prova;

d) Descumprir as normas constantes deste Edital ou as exigências impostas pela Equipe de Coordenação do Processo Seletivo Público;

e) Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

g) Não apresentar a documentação exigida no ato da admissão, no prazo determinado no ato convocatório;

h) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

i) Aprovado/classificado, não comparecer nos locais, prazos, horários e condições especificados nos editais ou nos atos de convocação.

5.3. Dos critérios de desempate na classificação

5.3.1. Havendo empate na contagem de pontos obtidos, serão obedecidos os critérios de desempate, para todos os cargos, pela ordem a seguir:

a) Candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei n° 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao candidato de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos para todos os cargos; c) Que tiver maior idade.

6. DO RESULTADO FINAL

6.1. O resultado final do processo seletivo público será homologado por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos, e será publicado no site www.acpi.com.br e na Imprensa Oficial do Município, de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública.

7. DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO.

7.1. Os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, até o limite de vagas estabelecidas, criadas por lei durante a validade do processo seletivo.

7.2. Os candidatos classificados para cadastro de reserva serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo público e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial do Município, ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo público.

7.3. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para a contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

7.4. Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

7.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.4.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

7.4.9. Título de Eleitor;

7.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.4.11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

7.4.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho, indicado pela Prefeitura Municipal;

7.4.13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.4.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

7.4.15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.4.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.4.17. Declaração contendo endereço residencial em nome do titular da vaga;

7.4.18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.4.19. Declaração de Bens;

7.4.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

7.5. Os candidatos convocados farão exame médico admissional, que será realizado por uma Junta Médica do Município.

7.5.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.5.2. A inspeção médica terá carater eliminatório.

7.5.3. O exame médico admissional correrá às expensas do candidato.

7.5.4. CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

7.5.5. CPF do Pai e da Mãe;

7.5.6. Conta Corrente no Banco Brasil S/A

7.5.7. Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

8. DO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS

8.1. Conforme Lei Federal nº 11.350, de 05 de Outubro de 2006 e Lei nº 4.941, de 29 de Dezembro de 2006, para concorrer ao cargo de Agente Comunitário de Saúde o candidato deverá residir, desde a publicação do edital do processo seletivo, na área da comunidade em que for atuar/se inscrever, conforme Quadro de Vagas.

8.1.1. É IMPRESCINDÍVEL QUE O CANDIDATO AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE RESIDA, DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL, NA LOCALIDADE QUE SE INSCREVEU E IRÁ ATUAR.

8.1.1.1. As localidades estão indicadas nas áreas de abrangência - QUADRO DE VAGAS – ANEXO I e deverá ser escolhida no momento da inscrição.

8.1.2. O candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverá comprovar, quando de sua convocação para posse, o endereço em que reside desde a publicação do Edital.

8.1.2.1. Caso não comprove residir em uma das áreas de abrangência indicadas no subitem 8.1.2 desde a publicação do Edital, o candidato será eliminado do certame e não terá sua admissão efetivada.

8.1.4. Obedecendo à ordem de classificação, outros candidatos poderão ser chamados para suprir as vagas não preenchidas.

9. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

9.1. A admissão será feita exclusivamente no Regime Estatutário, com contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O presente processo seletivo público terá prazo de validade de um ano, contados a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

10.2. A inscrição neste processo seletivo, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

10.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Prefeitura Municipal de Confresa promoverá tantas convocações e contratações quantas julgar necessárias durante o período de validade do processo seletivo, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venham a ser criadas por lei complementar específica.

10.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Administração para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

10.5. O candidato que, à época da contratação não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

10.6. A Prefeitura Municipal de Confresa poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste processo seletivo, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

10.7. A Prefeitura Municipal de Confresa fará divulgar, sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

10.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

10.9. Todas as publicações pertinentes a este processo seletivo, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no endereço eletrônico da *www.acpi.com.br* no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, bem como no Jornal Oficial do Município, sendo este o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br).

10.10.1. As publicações relativas à homologação do processo seletivo e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, bem como no endereço eletrônico www.acpi.com.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Confresa a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

10.10.2. Para a finalidade específica do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses www.amm.org.br.

10.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Confresa, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo seletivo público nº 001/2016 e a ACP & Informática Ltda.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Do Cronograma de Execução do Processo Seletivo Público nº 001/2016

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
28/04/2016	Publicação do edital de abertura
29/04/2016 e 30/04/2016	Prazo de impugnação do edital de abertura
02/05/2016 a 16/05/2016	Período de inscrições e protocolização da prova de títulos
02/05/2016 a 06/05/2016	Período de inscrições com isenção de pagamento de taxa
09/05/2016	Divulgação das inscrições isenta de pagamento de taxa
10/05/2016 e 11/05/2016	Recurso contra indeferimento de pedido de isenção de pagamento de taxa
12/05/2016	Divulgação do julgamento dos recursos contra indeferimento de pedido de isenção.
17/05/2016	Vencimento do boleto (horário de funcionamento bancário)
20/05/2016	Divulgação das inscrições pagas (listagem com confirmação e sem confirmação de pagamento)
23/05/2016	Prazo final para regularização de inscrição de candidatos sem confirmação de pagamento
24/05/2016	Homologação final das inscrições
24/05/2016	Divulgação dos locais de prova
29/05/2016	Realização da prova objetiva
30/05/2016	Divulgação do Gabarito Preliminar
30/05/2016 e 31/05/2016	Prazo de recursos contra o gabarito preliminar
06/06/2016	Divulgação do julgamento dos recursos contra a prova objetiva Divulgação do gabarito oficial

07/06/2016	Divulgação da classificação geral da prova objetiva
08/06/2016 e 09/06/2016	Prazo de recursos contra a classificação geral
13/06/2016	Julgamento dos recursos contra a classificação geral
13/06/2016	Divulgação do resultado geral para homologação
13/06/2016	Emissão de relatório de conclusão das atividades do processo seletivo Público nº 001/2016

11.2. Dos Recursos

11.2.1. Dos atos praticados pela Prefeitura Municipal de Confresa, caberá recurso na forma da lei, interposto perante a Empresa ACP & INFORMÁTICA LTDA., desde que apresentado nos prazos constantes no cronograma acima.

11.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível.

11.2.3. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente da formulação ou não de recurso.

11.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

11.2.5. Para recorrer contra o gabarito preliminar da prova objetiva e contra a classificação geral, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico www.acpi.com.br e seguir as instruções ali contidas.

11.2.6. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, fora do prazo.

11.2.7. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será divulgado no site já epigrafado.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela ACP & INFORMÁTICA LTDA., juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público.

Confresa – MT, 28 de Abril de 2016.

Reginaldo da Silva Faria

Presidente da Comissão Organizadora Processo Seletivo Público nº 001/2016

ANEXO I – DOS CARGOS E DAS VAGAS

ENSINO MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
Semanal	Normal	PNE	CR	Total						
01	Agente de Combate a Endemias –ACE	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	08	01	-	09	Vigilância Ambiental

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE POR MICRO ÁREA - ZONA URBANA

Nº	Cargo	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária Semanal	Vagas	Micro Área	**Área de Atuação - Zona Urbana**
02	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	01	PSF NOVA SANTA LUZIA/SETOR JARDIM DO EDEM -AV. BRASIL (POSTO BEGE/BREDA) -RUA 01 -RUA 02 -RUA AMAZONAS -RUA BRASIL -RUA DA PAZ -RUA FERNANDO HENRIQUE -RUA MACAUBA -RUA PALMEIRA -RUA SANTOS DUMONT -RUA TIRADENTES
03	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	05	PSF JARDIM PLANALTO/SETOR DA SAUDE -RUA 29 DE JULHO -RUA CLODOALDO GUOLLO -RUA ISTANISLAU COLCENTI -RUA GERALDO PEREIRA -RUA GOIAS -AV. AIRTON SENA- (SETOR DA SAUDE) -RUA SÃO CARLOS -RUA 15 DE NOVEMBRO
04	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	08	PSF VILA DOIS MIL/SETOR VILA DOIS MIL E JARDIM VITORIA -AV. BRASIL/RUA LAUDELINA RIBEIRO/ RUA SANTO AFONSO -AV. PROGRESSO -RUA ANSELMO BECKER -RUA DEZESSETE DE DEZEMBRO -RUA LAUDELINA RIBEIRO DOS SANTOS -RUA OSVALDO SOBRINHO -RUA PEDRO ALVARES CABRAL- (RUA LAUDELINA RIBEIRO/RUA SANTO AFONSO) -RUA SANTO AFONSO/AV. BRASIL/RUA MN 06 -RUA SEIS DE AGOSTO
05	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	09	PSF VILA NOVA/SETOR BABINSKI -AV. INDUSTRIAL -AV. JUSCELINO KUBISTCHEK -RUA ALOISIO BABINSKI -RUA BALBINA KOLCENTI/RUA ALOISIO BABINSKI -RUA GUARANTA

								-RUA IRINEU PERONDI/RUA JOSE EDUARDO -RUA LAZARO NOGUEIRA -RUA STANISLAU KOLCENTI -RUA TAPIRAPE
06	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	11	PSF VILA NOVA/SETOR SANTA GENOVEVA -AV. BRASIL/RUA COMUNITARIA/POSTO ARAUNA -RUA 03- SANTA GENOVEVA -RUA 04- SANTA INES -RUA 05- SANTA CECILIA -RUA 06- SANTA ISABEL -RUA A- SANTA MARIA -RUA BELO HORIZONTE (A PARTIR DA RUA 03 SANTA GENOVEVA) -RUA COMUNITARIA (A PARTIR DA RUA SÃO JOAO) -RUA SÃO JOAO (A PARTIR DA RUA COMUNITARIA) -ESTRADA RURAL/SETOR SANTA GENOVEVA
07	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	17	PSF VILA NOVA/SETOR VILA NOVA -RUA SÃO JOAO -AV. CENTRO OESTE (A PARTIR DA AV. INDUSTRIAL) -RUA BARTOLOMEU -AV. BRASIL -RUA LAURINDO DOS SANTOS -RUA MONTEIRO LOBATO -RUA DO PEQUI -RUA TOCANTINS -RUA DO ESTUDANTE -RUA CREUSLHI
08	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	44	PSF VILA NOVA/SETOR VILA NOVA E SETOR SUDOESTE -RUA BELO HORIZONTE -RUA DO PEQUI -RUA EUGENIA -RUA TAPIRAPE -RUA MONTEIRO LOBATO -RUA LAURINDO DOS SANTOS -RUA SENHOR DO BONFIM -RUA JAIME MURARIO -RUA 15 DE AGOSTO
09	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	69	PSF VILA NOVA/SETOR VILA NOVA E SETOR SUDOESTE -RUA LAURINDO DOS SANTOS (LADO DIREITO) -RUA JOSE EDUARDO -RUA EUGENIA -AV. BRASIL -RUA GUARANTA -RUA TAPIRAPE -RUA LAZARO NOGUEIRA -RUA DEVANIR -RUA CICERO RODRIGUES -RUA ALOISIO BABINSKI (LADO DIREITO)
10	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	70	PSF JARDIM PLANALTO/SETOR JARDIM PLANALTO -AV. INDUSTRIAL (RUA GERALDO PEREIRA/RUA WILSON SAIVA) -RUA CAMILO LORSCHEITER -RUA CANAA -RUA CASTELO BRANCO -RUA HELENA BARCELOS DA CUNHA -RUA JUSCELINO KUBISTSCHEK -RUA LUIZ SALES DE OLIVEIRA -RUA PORTO SEGURO -RUA SETE DE SETEMBRO -RUA WILSON SAIVA (AV. BRASIL/RUA PORTO SEGURO)
11	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	73	PSF VILA DOIS MIL/SETOR AEROPORTO -AV. BRASIL (AV. AIRTON SENA E RUA DA CERAMICA) -AV. SANTOS DUMONT -RUA DA CERAMICA -RUA DOS CAJUEIROS -RUA CICERO RIBEIRO SENA -RUA O1 -RUA 02 -AV. AIRTON SENA (AV. BRASIL E AV. SANTOS DUMONT)
12	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	83	PSF NOVA SANTA LUZIA/SETOR JARDIM VITORIA E JARDIM DO EDEM -AV. PROGRESSO -RUA PRIMAVERA -RUA LAUDELINA RIBEIRO DOS SANTOS -RUA 08 DE DEZEMBRO -RUA PARAISO -RUA PROCOPIO -RUA JOSE ALBINO FIEL -RUA 03 -RUA UNIAO -RUA SÃO JOAO -RUA DA PAZ -RUA JATOBA -AV. MATO GROSSO (FUNDOS DO POSTO)

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE POR MICRO ÁREA - ZONA RURAL

Nº	Cargo	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária Semanal	Vagas	Micro Área	**Área de Atuação - Zona Rural**
13	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	24	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA NOVO PLANALTO/ SETOR BURITI

								-SETOR BURITI C/ DIVISA COM O MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE -ESTRADA BURITI C/ESTRADA 5 IRMAOS
14	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	28	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA FONTOURA/PA SANTO ANTONIO II -SANTO ANTONIO II
15	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	30	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA INDEPENDENTE I/ PA PIRACICABA -PIRACICABA
16	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	32	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA VILA VERANÓPOLIS/PÉ DE GALINHA -BAMBU DA ESTRADA DO BENGALINHA -BRANCO SURDO -PÉ DE GALINHA
17	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	40	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA VILA VERANOPOLIS- ABRIDAO BRASILEIRO -ABRIDAO BRASILEIROC/ DIVISA MUNICIPIO VILA RICA.
18	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	60	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA VILA VERANOPOLIS/PORTA AMAZONIA -PORTA AMAZONIA -FAZENDA GUADALUPE - (BR 158) -RIO CRISOSTOMO/TREVO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA -PORTA ESPERANÇA/BENGALINHA
19	Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino Médio	Prova Objetiva	1.014,00	40h	01	66	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA VILA VERANOPOLIS/PA SANTA LUZIA II -BRANCA DE NEVE -SANTA LUZIA II/ DIVISA C/ INDEPENDENTE II

ANEXO II - ATRIBUÍÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE: Compreende a execução de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidades com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de saúde; executar outras atribuições afins. Executar o plano de combate aos vetores: Dengue, leishmaniose; chagas esquistossomose, etc.; Palestras, dedetização, limpeza e exames; Realizar pesquisa de triatomíneos em domicílios em áreas endêmicas; Realizar identificações e eliminações de focos e/ou criadouros de Aedes Aegypti e Aedes Albopictus em imóveis; Implantar a vigilância entomológica em áreas do município não infestadas pelo Aedes Aegypiti; Realizar levantamento, investigação e/ou monitoramento de flebotomíneos no município, conforme classificação epidemiológica para leishmaniose visceral; Prover sorologia de material coletado em carnívoros e roedores para detecção de circulação de peste em áreas focais; Realizar borrifação em domicílios para controle de triatomíneos em área endêmica; Realizar tratamento de imóveis com focos de mosquito, visando o controle da dengue; Realizar exames coproscópicos para controle de esquistossomose e outras helmintoses em áreas endêmicas; Palestrar em escolas e outros seguimentos; Dedetizar para combater ao Dengue e outros insetos.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS: Inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na dimensão que requeiram escolaridade de nível fundamental completo, com atribuições exigidas para o ingresso, para o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, realizando visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família e a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo Público nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Confresa – MT está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

A prova objetiva para os cargos de nível médio será elaborada de acordo com a composição estabelecida no subitem 4.2.2 e consistirão em:

LINGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DE MATO GROSSO: 1. Período colonial: Mato Grosso espanhol, bandeiras paulistas e descoberta do ouro, transferência do governo paulista para Cuiabá, transporte e abastecimento da região mineradora, Capitania de Mato Grosso e consolidação da posse portuguesa; 2. Período imperial: transferência da capital, Rusga, Guerra do Paraguai, trabalho escravo, economia entre 1870 e 1930; 3. Período republicano: República Velha e movimentos coronelistas, Comissão Rondon, Era Vargas, Terceira República em Mato Grosso, Regime Militar e Desmembramento do Estado, Nova República.

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: 1. Localização geográfica; 2. Regionalização; 3. Paisagem natural: relevo, recursos minerais, hidrografia, clima, biomas, áreas protegidas; 4. Colonização: ocupação do território nas décadas de 1940 e 1950, fronteira agrícola e projetos de colonização pós - 1960; 5. Estrutura econômica: agropecuária e agronegócio, estrutura agrária, indústria, Produto Interno Bruto, comércio exterior, transportes, energia, turismo; 6. População: dinâmica demográfica, urbanização, comunidades quilombolas, povos indígenas; 7. Municípios de Mato Grosso.

MUNICÍPIO DE CONFRESA: aspectos históricos, geográficos, político - administrativos, econômicos, sociais e culturais.

ATUALIDADES: domínio de temas atuais relacionados ao município de Confresa, ao Estado de Mato Grosso, ao Brasil e ao cenário internacional que foram amplamente noticiados nos meios de comunicação nos últimos seis meses anteriores à data de aplicação da prova escrita.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente de Combate a Endemias -ACE

1. Princípios e diretrizes do SUS; 2. Leis 11.350 e lei orgânica do município; 3. Ética e cidadania; Aspectos epidemiológicos do município de Confresa casos e notificações; 4. Noções de reconhecimento geográfico: tipos de marcações e elaboração de mapas e croquis; 5. Vigilância em saúde; 6. Noções de microbiologia, vírus, bactérias e protozoários, noções de sistema imunológico; 7. Dengue: aspectos clínicos, tipos e respectivos tratamentos; 8. Dengue: teoria do trabalho de campo no combate ao mosquito; 9. Doença de chagas: aspectos clínicos, tratamento e profilaxia; 10. Leishmaniose: aspectos clínicos e tratamento; 11. Leishmaniose: visceral e tegumentar, aspectos técnicos de combate ao vetor e coleta de material; · Doenças endêmicas: aspectos clínicos, tratamento, região endêmicas; · Peixamento: processo e vantagens do uso de alevinos; · Dengue: situação geral no país, estado e município; · Doença de chagas: aspectos técnicos do trabalho de combate do barbeiro; · Situação da doença de chagas e leishmaniose no estado de Mato Grosso.

Agente Comunitário de Saúde - ACS

1. Noções básicas sobre as principais doenças de interesse para a Saúde Pública: Diarreia, Cólera, Dengue, Doença de Chagas, Esquistossomose, Febre Tifoide, Meningite, Tétano, Sarampo, Tuberculose, Hepatite Hanseníase, Difteria, Diabete, Hipertensão Arterial, Raiva, Leishmaniose e Outras. 2. Doenças Sexualmente Transmissíveis e Métodos Anticoncepcionais, AIDS. 3. Noções básicas sobre: Higiene Corporal, Higiene da Água e Higiene dos Alimentos. 4. Noções sobre: Vacinas, Vacinação, Imunização, Período de Incubação, Hospedeiro, Portador, Transmissibilidade. 5. Coleta do Lixo, Tratamento adequado do lixo, reciclagem do lixo, classificação do lixo. 6. Noções de saneamento básico; Água: tipos de água, principais doenças transmitida pela água, tratamento da água no domicilio, limpeza das caixas d'água, formas de poluição e contaminação da água do poço. 07. Regras de hierarquias no serviço público municipal; 08. Noções de abordagem em visitas domiciliares; 09. Noções de funcionamento do PSF - Programa de Saúde Familiar.

Confresa – MT, 28 de Abril de 2016.

Reginaldo da Silva Faria

Presidente da Comissão Organizadora Processo Seletivo Público nº 001/2016

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____ inscrito (a) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, inscrição nº._____, concorrente ao cargo de _____, CPF nº _____ portador do documento de identidade nº, _____, residente e domiciliado na _____, nº._____, Bairro _____, Cidade _____,Estado _____, CEP:_____ , requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, conforme item 2.8 deste Edital.

(Assine a sua opção)

1. ( ) Doador de Sangue

Anexar: *Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 1 (uma) doação nos últimos 12 meses;*

2. ( ) HIPOSSUFICIENTE

Anexar: Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Providencia Social – CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuída pelo Cadúnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

Nesses termos.

Peço deferimento.

Confresa - MT, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do (a) Candidato (a)

(Para uso exclusivo da Comissão do Processo Seletivo Simplificado)

( ) Deferido

( ) Indeferido

ANEXO V – FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu, (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*)_____,(*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____,

CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Confresa-MT.

Confresa - MT, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do (a) requerente

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL DE ABERTURA 001/2016 - GERAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL DE ABERTURA 001/2016 - GERAL

A Prefeitura Municipal de Confresa, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída através da Portaria nº 248/2016, faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Provas de Títulos para o ingresso em seu quadro de pessoal, para os cargos constantes do presente edital, nos termos do que preceituam o art. 37, IX, da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e demais Legislações Municipais de acordo com as disposições a seguir:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. A realização do processo seletivo simplificado é de responsabilidade da *ACPI – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA*.

2. Das inscrições

2.1. As inscrições podem ser feitas pessoalmente ou via internet em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições pela internet	Início: 02/05/2016 - Término: 16/05/2016 Vencimento do boleto: 17/05/2016, no horário de funcionamento bancário. Endereço Eletrônico: *www.acpi.com.br*
Inscrição Presencial somente para candidatos com direito à isenção: Doadores de Sangue e Hipossuficiente	Início: 02/05/2016 - Término: 06/05/2016, no período das 07h00min às 11h00min de segunda a sexta-feira. Local para Entrega de Documentos: PREFEITURA MUNICIPAL/DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS. Endereço: Avenida Centro Oeste, Nº 286 - Centro, Confresa – MT. Período: 07hs às 11hs de segunda a sexta-feira. No endereço supramencionado será entregarem os documentos solicitados no edital.
Os horários previstos neste edital seguem o horário local de Confresa - MT.	

1º Passo: Ler completamente o edital, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

2º Passo: Preencher total e corretamente o Formulário de Inscrição diretamente no site ou, em caso de inscrição presencial, com o auxílio de um servidor autorizado;

3º Passo: Conferir os dados informados, sob pena de o candidato ser impedido de realizar as provas caso as informações estejam incorretas;

4º Passo: Imprimir o espelho do Requerimento de Inscrição (Cartão de Identificação) juntamente com o boleto de pagamento da taxa de inscrição;

5º Passo: Efetuar o pagamento da taxa por meio de **boleto bancário no** Banco do Brasil, ou em qualquer agência da rede bancária, casas lotéricas ou caixas eletrônicos, observando o horário de atendimento bancário, até a data limite estipulada.

2.2. Formas de Pagamento

2.2.1. O pagamento do valor da taxa de inscrição deverá ser efetuado por meio de **boleto** em qualquer agência da rede bancária, casas lotéricas ou caixas eletrônicos, observando o horário de atendimento, até a data limite estipulada.

2.2.2. As inscrições pagas após a data de vencimento do boleto serão **indeferidas.**

2.3. Efetivação da Inscrição

2.3.1. O cadastro dos dados não garante a efetivação da inscrição do candidato.

2.3.2. A inscrição somente será efetivada quando o pagamento do valor da taxa de inscrição for registrado no Banco de Dados (após o recebimento dessas informações da rede bancária, o que pode demorar alguns dias), ou após o deferimento do pedido de isenção.

2.4 Do valor das taxas de inscrição

a) Para cargos que exigem ensino superior completo	R$ 70,00
a) Para cargos que exigem ensino médio completo	R$ 40,00
b) Para cargos que exigem ensino fundamental completo	R$ 20,00

2.5. Da regularidade e aceitação das inscrições

2.5.1. Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste edital.

2.5.2. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos.

2.5.3. Não serão permitidas duas inscrições para o mesmo candidato.

2.6. Disposições gerais sobre as inscrições

2.6.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.6.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.6.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.6.4. Na hipótese de um mesmo candidato inscrever-se em dois ou mais cargos, será validada a última inscrição, efetuada em data e hora mais recente, não cabendo restituição dos valores pagos pelas inscrições invalidadas.

2.7. Do Cartão de Identificação

2.7.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, que apresentará no dia das provas, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Informar e-mail válido para contato;

c) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

d) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.7.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.7.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.7.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico*: www.acpi.com.br.*

2.8. Das isenções da taxa de inscrição para hipossuficientes e doadores de sangue

Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, salvo para os candidatos que se declararem como isentos e comprovarem os requisitos abaixo:

2.8.1. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes e doadores regulares de sangue, na forma das Leis Estaduais n.°s 7.713/2002 e 8.795/2008.

2.8.2. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos por estarem regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente preenchido e assinado, constando obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, o Número de Identificação Social – NIS do candidato, número esse atribuído pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo candidato no Requerimento de Isenção, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) cartão de benefício de qualquer um dos programas sociais do governo federal no qual conste o número de identificação social – NIS do candidato.

2.8.3. Os candidatos que pretenderem inscrever-se na condição de isentos, por perceberem até um salário mínimo e meio deverão entregar:

a) Documento de identidade do requerente;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) Comprovante de renda se exerce atividade remunerada (três últimos holerites, contracheque ou declaração de autônomo);

d) Página de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS contendo número e série, bem como cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e o valor de remuneração, assim como a folha subseqüente em branco;

e) Declaração de próprio punho, de que recebe até um salário mínimo e meio.

2.8.4. Os candidatos que estiverem desempregados deverão entregar:

a) Documento de identidade do requerente;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) Cópia da página de identificação da carteira de trabalho e Previdência Social – CTPS contendo o número série, cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e demissão, assim como a folha subseqüente em branco;

d) Declaração de próprio punho, de que está desempregado.

2.8.5. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por serem doadores regulares de sangue deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que faz a doação, constando no mínimo uma doação no período de doze meses, anteriores à publicação deste edital.

2.8.6. Os documentos apresentados serão analisados pela comissão organizadora (no ato da inscrição,) possibilitando dessa forma que o candidato que por ventura não consiga apresentar os documentos necessários para isenção, possa inscrever-se após o pagamento da taxa de inscrição.

2.8.7. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores, deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.

2.8.8. Serão aceitas inscrições para os candidatos com direito à isenção no período de 02/05/2016 a 09/05/2016, por meio de requerimento padrão, disponível no Anexo IV, a ser protocolado no local estabelecido no subitem 2.1 deste edital, sendo este após a devida realização de sua inscrição no endereço eletrônico *www.acpi.com.br* ou por meio presencial, conforme disposto no subitem 2.1.

2.8.9. O Requerimento de solicitação de inscrição com isenção deve ser presencial, ficando vedado qualquer outro meio para a sua validação.

2.9. Vagas reservadas para Portadores de Deficiências

2.9.1. Aos candidatos portadores de deficiências estão reservadas 2% (dois por cento) das vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 e decisão do STF (RMS 25.666).

2.9.2. Para os efeitos do item 2.10.1, consideram-se pessoas portadoras de deficiências às elencadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.

2.9.3. Qualquer pessoa portadora de deficiências poderá inscrever-se no processo seletivo para ingresso nos cargos da Prefeitura Municipal de Confresa- MT, na Avenida Centro Oeste, Nº 286 - Centro, Confresa - MT, conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.

2.9.4. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e deverá apresentar o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, para a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, via protocolo no ato da inscrição.

2.9.5. O candidato portador de deficiências deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

2.9.6. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

2.9.7. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a instituição selecionadora dispuser na oportunidade.

2.9.8. Para que sejam considerados aprovados, os candidatos portadores de deficiências deverão obter, durante todo o processo seletivo, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

2.9.9. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações.

2.9.10. A ACPI – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA. não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de necessidades especiais que não comunicarem a deficiência no ato da inscrição.

2.9.11. Por ocasião da contratação dos candidatos classificados a Prefeitura Municipal de Confresa-MT, procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido, de acordo com as normas do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

3. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I deste edital.

3.2. Os candidatos obrigam-se a prestar os serviços inerentes ao cargo escolhido, conforme tabela dos cargos e suas localidades constantes no Anexo I deste edital.

3.3. A convocação será sempre no cargo que o candidato se inscreveu, não sendo admitida sua contratação pelo nível de escolaridade/pós-graduação alcançado até o dia da convocação.

4. DAS PROVAS

4.1. Data e local das provas objetiva e prática

4.1.1. A prova objetiva para todos os cargos serão realizadas no dia 29 de maio de 2016, no período matutino, das 08h às 11h, nos locais a serem indicados em edital complementar específico, que estará disponível no endereço eletrônico: *www.acpi.com.br*.

4.1.2. A pontuação máxima da prova prática é 10 pontos para o ensino fundamental completo.

4.2. Das características da prova objetiva

4.2.1. A prova objetiva terá duração de 03 (três) horas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.2.2. A constituição da prova objetiva é a seguinte:

NIVEL SUPERIOR

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Professor Licenciatura Plena em Pedagogia Professor Licenciatura Plena em Letras	*Língua Portuguesa*	*10*	30	1,00	30,00
Conhecimentos Gerais	*10*				
Conhecimentos Específicos	*10*				

NÍVEL MÉDIO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Técnico Administrativo Educacional Técnico da Saúde/Enfermagem Técnico da Saúde/Ortopedia	Língua Portuguesa	10	30	1,00	30,00
Conhecimentos Gerais	10				
Conhecimentos Específicos	10				

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Agente de Serviços Gerais/Limpeza Urbana Apoio Adm Educ/Manutenção Infraestrutura Apoio Adm Educ/Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D Apoio Adm Educ/Nutrição Escolar	Língua Portuguesa e Matemática	10	20	1,00	20,00
Conhecimentos Gerais e Específicos	10				

4.2.3. Todas as provas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no Anexo III deste edital.

4.3. Da realização da prova

4.3.1. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação da prova com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta, Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição e documento de identidade original.

4.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local da prova com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

4.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do processo seletivo não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros objetos que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato, sendo expressamente proibida a identificação de candidatos com documentos em fotocópia ou equivalentes.

4.3.3.2. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3.

4.3.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas de candidatos que comparecerem sem documentos citados no item 4.3.3, mesmo que tenham solicitado a alguém que traga a documentação até o local de prova. Vencido o horário permitido, o candidato deverá retirar-se do espaço físico da local de aplicação de prova (escolas ou entidades estabelecidas).

4.3.5. Será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído as mesmas; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações, ou, após as provas, a utilização de processos ilícitos para a realização das mesmas, constatado por meio de perícia.

4.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

4.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

4.3.8. Na prova objetiva só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido com caneta esferográfica confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul, não porosa.

4.3.9. No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

4.3.10. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.

4.3.11. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

4.3.12. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova para aquele cargo.

4.3.13. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

4.3.14. O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 02 (duas) horas poderá levar consigo o caderno de provas.

4.3.16. O candidato que sair antes do horário acima mencionado terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 02 (dois) dias, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova na sede da Prefeitura Municipal de Confresa -MT, no horário de expediente; após esse prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.

4.3.17. O candidato deverá permanecer no mínimo por uma hora em sala após o início das provas, sob pena de eliminação, podendo sair apenas para ir ao banheiro, tomar água ou outros casos, devidamente acompanhado do fiscal.

4.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala.

4.3.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

4.3.20. Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

4.4. Do conteúdo programático da prova objetiva

4.4.1. Os programas da prova objetiva, nos quais constam as matérias a serem exigidas, fazem parte do Anexo III deste edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Dos critérios de classificação

5.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela nota obtida, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

5.1.1.1. No caso de haver prova prática à classificação se dará pela média desta prova com a nota da prova teórica.

5.2. Do excedente de classificação:

5.2.1. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado. E poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação em Imprensa Oficial Jornal Oficial dos Municípios *www.diariomunicipal.com.br*, no mural da Prefeitura Municipal de Confresa ocorrido durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

5.3. Da desclassificação

5.3.1. Será considerado desclassificado do processo seletivo simplificado o candidato que:

a) Obtiver percentual menor que 50% (cinquenta por cento) da prova objetiva;

b) Obtiver um percentual menor que 50% (cinquenta por cento) na prova prática e na média final.

c) Ausentar-se da prova;

d) Descumprir as normas constantes deste Edital ou as exigências impostas pela Equipe de Coordenação do Processo Seletivo Simplificado;

e) Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

g) Não apresentar a documentação exigida no ato da admissão, no prazo determinado no ato convocatório;

h) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

i) Aprovado/classificado, não comparecer nos locais, prazos, horários e condições especificados nos editais ou nos atos de convocação.

5.4. Da Prova de Títulos

5.4.1. Os cargos para os quais se admitirá prova de títulos para os cargos de Nível Superior, se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULO	CONDIÇÃO	PONTO
1	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas.	0,25
2	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	0,50
3	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	0,75

5.4.2. Na análise da Titulação Acadêmica, se for apresentado mais de um título em nível igual ou diferente será computado apenas o título de maior pontuação.

5.4.3. Somente será considerado o título obtido na área correspondente ao cargo pretendido, desde que na área específica de atuação, ou seja, de Administração Pública ligado à atividade do cargo.

5.4.4. Não será aceito atestado de conclusão que não estiver acompanhado do histórico escolar.

5.4.5. A Titulação Acadêmica será comprovada mediante a apresentação do respectivo comprovante, devidamente reconhecida pelo MEC em fotocópia legível e autenticada em cartório.

5.4.6. O ponto obtido na prova de títulos será somado à nota da prova objetiva para efeito de classificação final.

5.4.7. Será aceito diploma, certificado de especialização, mestrado ou doutorado devidamente registrado, nos termos da legislação vigente.

5.4.8. Somente será computado o ponto da prova de títulos para os candidatos que alcançarem a média mínima de 50% (cinquenta por cento).

5.4.9. Para a entrega dos diplomas/certificados previsto no item 5.4.7 deverá utilizar, para tanto, o Formulário para Apresentação de Títulos constante no Sistema Eletrônico de Interposição de Protocolo de Títulos, no site *www.acpi.cpm.br* e seguir as instruções ali contidas.

5.4.9.1. Os títulos deverão ser protocolados em formulário próprio no endereço eletrônico previsto no item 5.4.9 no período de 02/05/2016 a 16/05/2016, devidamente autenticado em cartório. Não será aceito título via fax, correio eletrônico ou fora do prazo preestabelecido.

5.5. Dos critérios de desempate na classificação

5.5.1. Havendo empate na contagem de pontos obtidos, serão obedecidos os critérios de desempate, para todos os cargos, pela ordem a seguir:

a) Candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei n° 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao candidato de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos para todos os cargos; c) Que obtiver maior pontuação da prova de títulos (se houver); d) Que obtiver maior número de acertos na prova prática/digitação/aptidão física (se houver); e) Que tiver maior idade.

6. DO RESULTADO FINAL

6.1. O resultado final do concurso público será homologado pelo Prefeito Municipal de Confresa, por meio de decreto, observado o prazo legal, e será publicado no jornal de circulação regular no Município, no Diário Oficial da AMM e no site da Prefeitura.

6.1.1. As publicações relativas à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial conforme o item 6.1, sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Confresa a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

7. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os candidatos classificados para cadastro de reserva serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das convocações na Imprensa Oficial do Município, ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

7.2. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial dos Municípios *www.amm.org.br* e, facultativamente, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecido para a contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

7.3. Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou por servidor publico , que comprove o que segue abaixo:

7.3.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.3.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.3.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.3.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

7.3.5. Carteira de Vacinação completa e atualizada do candidato e dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.3.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.3.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.3.8. Título de Eleitor;

7.3.9. Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) e/ou pela internet;

7.3.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.3.11. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do Hospital Regional de Confresa;

7.3.13. 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.3.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

7.3.15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.3.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.3.17. Comprovante de endereço residencial;

7.3.18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.3.19. Declaração de Bens;

7.3.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

7.4.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.4.2. A inspeção médica terá carater eliminatório.

7.4.3. CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

7.4.4. CPF do Pai e da Mãe;

7.4.5. Conta Corrente no Banco do Brasil S/A

7.4.6. Carteira de Trabalho CTPS

8. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

8.1. A contratação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Contratual Administrativo, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, observando o disposto no estatuto dos servidores municipais.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente processo seletivo simplificado terá prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

9.2. A inscrição neste processo seletivo, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

9.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Prefeitura Municipal de Confresa-MT, promoverá tantas convocações e contratações quantas julgar necessárias durante o período de validade do processo seletivo, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venham a ser criadas por lei complementar específica.

9.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Prefeitura para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

9.5. O candidato que, à época da contratação não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

9.6. A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste processo seletivo, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

9.7. A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, fará divulgar sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

9.9. Todas as publicações pertinentes a este processo seletivo, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no endereço eletrônico da *www.acpi.com.br,* no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Confresa, bem como no Jornal Oficial.

9.10.1. As publicações relativas à homologação do processo seletivo e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial, bem como no endereço eletrônico www.acpi.com.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Confresa, sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Confresa a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

9.10.2. Para a finalidade específica do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial.

9.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Confresa, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo seletivo simplificado nº 001/2016 e a ACP & Informática Ltda.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Do Cronograma de Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
28/04/2016	Publicação do edital de abertura
29/04/201 E 30/04/2016	Prazo de impugnação do edital de abertura
02/05/2016 A 16/05/2016	Período de inscrições e protocolização da prova de títulos
02/05/2016 A 06/05/2016	Período de inscrições com isenção de pagamento de taxa
09/05/2016	Divulgação das inscrições isenta de pagamento de taxa
10/05/2016 E 11/05/2016	Recurso contra indeferimento de pedido de isenção de pagamento de taxa
12/05/2016	Divulgação do julgamento dos recursos contra indeferimento de pedido de isenção
17/05/2016	Vencimento do boleto (horário de funcionamento bancário)
20/05/2016	Divulgação das inscrições pagas (listagem com confirmação e sem confirmação de pagamento)
23/05/2016	Prazo final para regularização de inscrição de candidatos sem confirmação de pagamento
24/05/2016	Homologação final das inscrições
24/05/2016	Divulgação dos locais de prova
29/05/2016	Realização da prova objetiva
30/05/2016	Divulgação do Gabarito Preliminar
30/05/2016 E 31/05/2016	Prazo de recursos contra o gabarito preliminar
06/06/2016	Divulgação do julgamento dos recursos contra a prova objetiva Divulgação do gabarito oficial
07/06/2016	Divulgação da classificação geral da prova objetiva
08/06/2016 E 09/06/2016	Prazo de recursos contra a classificação geral
13/06/2016	Julgamento dos recursos contra a classificação geral
13/06/2016	Divulgação do resultado geral para homologação
13/06/2016	Emissão de relatório de conclusão das atividades do processo seletivo simplificado nº 001/2016

10.2. Dos Recursos

10.2.1. Dos atos praticados pela Prefeitura Municipal de Confresa, caberá recurso na forma da lei, interposto perante a Empresa ACP & INFORMÁTICA LTDA, desde que apresentado nos prazos constantes no cronograma acima.

10.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível.

10.2.3. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente da formulação ou não de recurso.

10.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

10.2.5. Para recorrer contra o gabarito preliminar da prova objetiva e contra a classificação geral, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico *www.acpi.com.br* e seguir as instruções ali contidas.

10.2.6. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, fora do prazo.

10.2.7. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será divulgado no site já epigrafado.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela ACP & INFORMÁTICA LTDA., juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Confresa – MT, 28 de Abril de 2016.

Reginaldo da Silva Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016

ANEXO I - DOS CARGOS E DAS VAGAS

ENSINO SUPERIOR

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária Semanal	VAGAS	Local de Trabalho			
Normal	PNE	CR	Total							
01	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	01	-	-	01	Aldeia Córrego da Onça
02	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	02	-	-	02	Aldeia Urubu Branco
03	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	02	-	-	02	Escola Municipal Branca de Neve
04	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	04	-	-	04	Escola Municipal Nova Bridão
05	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	04	-	-	04	Escola Municipal Pau Brasil
06	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	02	-	-	02	Escola Municipal Santa Marta
07	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	01	-	-	01	Escola Municipal Santo Antonio
08	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	01	-	-	01	Escola Municipal Tancredo Neves
09	Professor Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	15	02	-	17	Escolas Urbanas
10	Professor Licenciatura Plena em Letras	Licenciatura Plena em Letras	Prova Objetiva + Prova de Titulo	1.577,68	20h	01	-	-	01	Escolas Urbanas

ENSINO MÉDIO

Nº	Cargos	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária Semanal	VAGAS	Local de Trabalho			
Normal	PNE	CR	Total							
11	Técnico Administrativo Educacional	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	880,00	30h	01	-	-	01	Escolas Urbanas
12	Técnico da Saúde Ortopedia	Ensino Médio Completo/Curso Técnico	Prova Objetiva	1.281,00	40h	01	-	-	01	Hospital Municipal
13	Técnico da Saúde Enfermagem	Ensino Médio Completo/Curso Técnico	Prova Objetiva	1.281,00	40h	20	02	-	22	Unidades Diversas

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº	Cargos	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária Semanal	VAGAS	Local de Trabalho			
Normal	PNE	CR	Total							
14	Apoio Adm Educacional Manut. Infraestrutura	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva	880,00	30	01	-	-	01	Escola Municipal Branca de Neve

15	Apoio Adm Educacional Manut. Infraestrutura	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva	880,00	30	01	-	-	01	Escola Municipal Santa Marta
16	Apoio Adm Educacional Manut. Infraestrutura	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva	880,00	30	01	-	-	01	Escolas Urbanas
17	Apoio Adm Educacional Nutrição Escolar	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva	880,00	30	01	-	-	01	Escola Municipal Tancredo Neves
18	Apoio Adm Educacional Nutrição Escolar	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva	880,00	30	01	-	-	01	Escolas Urbanas
19	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Córrego da Onça
20	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Correu/BH/Pau Brasil
21	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Dede/Jair/Pau Brasil
22	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Drácula/Novo Planalto
23	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Gleba Naves/Pau Brasil
24	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Nova Rondônia/Sol Nascente
25	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Pé de Galinha/Branca de Neve
26	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Córrego da Onça
27	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Piracicaba/Tancredo Neves
28	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Sete de Setembro Santo Antonio
29	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	01	-	-	01	Rota Santa Luzia Valdemiro Nunes
30	Apoio Adm Educ Motorista Transporte Escolar CNH Cat. D	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva + Prova Prática	880,00	30	03	-	-	03	Rota Aldeias Indígenas
31	Agente de Serviços Gerais/Limpeza Urbana	Ensino Fundamental Completo	Prova Objetiva	880,00	40	11	01	-	12	Infraestrutura

ANEXO II - ATRIBUÍÇÕES DOS CARGOS

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA: Limpeza e higienização das unidades escolares, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem.
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR: Conduzir os veículos pertencentes à Secretaria municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso.
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRIÇÃO ESCOLAR: Preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições.
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção conservação das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Prefeitura, transportar materiais, coletar lixo, executar tarefas internas e externas de correspondência e demais atividades complementares afins.
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: Escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura; dos serviços de transporte, dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares e outros.
TÉCNICO DA SAÚDE/ENFERMAGEM e TÉCNICO DA SAÚDE/ORTOPÉDIA

Inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnica - profissional e que requeiram escolaridade de nível médio e ou profissionalizante vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso, para exercer atividades nas categorias funcionais correspondentes as áreas de saúde e odontologia e outras tarefas correlatas à mesma função profissional.
PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA e PROFESSOR LICENÇA PLENA EM LETRAS: Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Plano Político - Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir à hora - atividade no âmbito da unidade escolar.

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

A prova objetiva para os cargos de fundamental completo será elaborada de acordo com a composição estabelecida no subitem 4.2.2 e consistirão em:

LINGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto; Sinônimo e antônimo; Ortografia; Divisão silábica; Acentuação gráfica; Pontuação; fonética: letras, fonemas, sílabas, encontro vocálico (ditongo, tritongo, hiato), encontro consonantal, dígrafo; Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção e interjeição; Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA

Sistema de numeração: números naturais e numerais ordinais; Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa e tempo; regra de três simples; Frações.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DE MATO GROSSO: as bandeiras paulistas e a fundação de Cuiabá; abastecimento das minas; Capitania de Mato Grosso e fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade; transferência da capital para Cuiabá; Rusga; Guerra do Paraguai; trabalho escravo e quilombos; República Velha e movimentos coronelistas; Comissão Rondon; Divisão de Mato Grosso; governos Dante de Oliveira, Blairo Maggi, Silval Barbosa e Pedro Taques.

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: localização geográfica; aspectos físicos: relevo, clima, hidrografia e vegetação; projetos de colonização; economia; população e áreas protegidas.

MUNICÍPIO DE CONFRESA: aspectos históricos, geográficos e culturais; organização político - administrativa.

ATUALIDADES: domínio de temas atuais relacionados ao município de Confresa, ao Estado de Mato Grosso e ao Brasil que foram amplamente noticiados nos meios de comunicação nos últimos seis meses anteriores à data de aplicação da prova escrita.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR CNH CAT. D

1. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; 2. Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; 3. Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; 4. Principais crimes e contravenções de trânsito; 5. Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; 6. Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; 7. Conhecimento de defeitos simples do motor; 8. Procedimentos corretos para economizar combustível; 9. Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; 10. Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; 11. Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; 12. Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 13. Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

ESTE CARGO TEM COMO PRÉ – REQUISITO:

O porte de carteira nacional de habilitação categoria “D”, devendo o candidato apresentar a respectiva habilitação quando da realização da prova prática, sob pena de não poder realizar a prova prática.

PROVA PRÁTICA DE VOLANTE:

Onde serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o equipamento a ser utilizado, o veículo do respectivo cargo.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRIÇÃO ESCOLAR

1. Recebimento e conferência de gêneros alimentícios e outros materiais; 2. Controle de materiais e utensílios usados na cozinha; 3. Higiene e limpeza da cozinha; higiene e limpeza dos utensílios; higiene e saúde corporal; 4. Reconhecimento de gêneros alimentícios impróprios do consumo humano; 5. Limpeza de pisos, móveis e objetos diversos; 6. Conhecimentos inerentes ao funcionamento de copa/cozinha; 7. Regras de atendimento padrão de servir formalmente uma refeição; 8. Técnicas de confecção de bolos, doces, sucos, café, chás e comidas em geral; 9. Técnicas de armazenamento de alimentos naturais e congelados; 10. Conhecimento sobre diversos tipos de equipamentos de cozinha; 11. Noções básicas de culinária; 12. Regras de hierarquias no serviço público municipal.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/MANUTUNÇÃO DE INFRAESTRUTURA

1. Noções básicas sobre o uso de ferramentas usadas na profissão. 2. Noções básicas de produtos a serem usados na profissão. 3. Uso de Equipamentos de Produção Individual, EPIs. Procedimentos de Segurança. 4. Noções gerais de corrente elétrica; tensão; voltagem; Tipos de ligações; Unidades de medidas; Condutores; cabos; relês; reostatos; Instalação, manutenção e reparos em tubulação de ferro, cobre, PVC e cerâmicas. 5. Noções básicas de pintura interna e externa. 6. Noções básicas de jardinagem: plantio, poda e conservação dos jardins. 7. Noções básicas de carpintaria e marcenaria.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA

1. Noções sobre seleção e separação de tipos de lixo; 2. Cuidados do manuseio do lixo; 3. Materiais biodegradáveis (o que são, quais são), materiais recicláveis (o que são, quais são); 4. Coletas de Lixo e tipos de recipientes; 5. Normas básicas de segurança para carregar e descarregar caminhões; 6. Aterro Sanitário; 7. Manutenção de limpeza de praças, ruas e estradas; 8. Gerenciamento de resíduos sólidos, líquidos e pastosos; 9. Reciclagem; 10. Proteção ao meio ambiente: utilização de materiais, conservação, descartes e impactos ambientais; 11. Equipamentos de proteção e Segurança no trabalho.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

A prova objetiva para os cargos de nível médio será elaborada de acordo com a composição estabelecida no subitem 4.2.2 e consistirão em:

LINGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, parônima. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DE MATO GROSSO: 1. Período colonial: Mato Grosso espanhol, bandeiras paulistas e descoberta do ouro, transferência do governo paulista para Cuiabá, transporte e abastecimento da região mineradora, Capitania de Mato Grosso e consolidação da posse portuguesa; 2. Período imperial: transferência da capital, Rusga, Guerra do Paraguai, trabalho escravo, economia entre 1870 e 1930; 3. Período republicano: República Velha e movimentos coronelistas, Comissão Rondon, Era Vargas, Terceira República em Mato Grosso, Regime Militar e Desmembramento do Estado, Nova República.

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: 1. Localização geográfica; 2. Regionalização; 3. Paisagem natural: relevo, recursos minerais, hidrografia, clima, biomas, áreas protegidas; 4. Colonização: ocupação do território nas décadas de 1940 e 1950, fronteira agrícola e projetos de colonização pós - 1960; 5. Estrutura econômica: agropecuária e agronegócio, estrutura agrária, indústria, Produto Interno Bruto, comércio exterior, transportes, energia, turismo; 6. População: dinâmica demográfica, urbanização, comunidades quilombolas, povos indígenas; 7. Municípios de Mato Grosso.

MUNICÍPIO DE CONFRESA: aspectos históricos, geográficos, político - administrativos, econômicos, sociais e culturais.

ATUALIDADES: domínio de temas atuais relacionados ao município de Confresa, ao Estado de Mato Grosso, ao Brasil e ao cenário internacional que foram amplamente noticiados nos meios de comunicação nos últimos seis meses anteriores à data de aplicação da prova escrita.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

1. Recebimento, encaminhamento e arquivamento de documentos oficiais; 2. Noções de administração pública: níveis de administração e competências gerenciais; 3. Documentação; 4. Noções de arquivo: conceito, tipos, importância, organização, conservação, proteção de documentos; 5. Sistemas e métodos de arquivamento; 6. Redação oficial e seus modelos; 7. Formas de tratamento e abreviaturas; 8. Endereçamento de correspondências; 9. Siglas dos estados da federação; 10. Administração de materiais: conceitos, cadastramento de fornecedores, almoxarifado, recebimento e armazenagem; 11. Processo: análise, encaminhamento, noções de protocolo; 12. Atos Administrativos; 13. Bens públicos e serviços públicos; 14. Processo administrativo disciplinar e responsabilidade do agente público; 15. Atendimento ao público.

TÉCNICO DA SAÚDE/ENFERMAGEM

Compreende os cargos que se destinam a orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade e auxiliar Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas; Prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes; controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão; efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica; orientar os usuários em assuntos de sua competência; preparar e esterilizar materiais, instrumentalizar, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; auxiliar o Médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos; participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios em grupos específicos da comunidade (crianças, gestantes e outros); controlar o consumo de medicamentos e demais materiais de enfermagem, verificando nível de estoque para, quando for o caso, solicitar ressuprimento; supervisionar e orientar a limpeza e desinfecção dos recintos, bem como zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza; executar outras atribuições afins. Cumprir escala de sobre aviso e plantão conforme escala da Coordenação de Enfermagem do Hospital Regional. *(Prova Prática)*.

TÉCNICO DA SAÚDE/ORTOPEDIA

1. Conhecimentos básicos de Anatomia e Fisiologia; 2.Técnicas de imobilização e confecção de aparelho gessado; 3.Conhecimentos básicos do instrumental específico; 4.Noções gerais sobre: técnicas básicas de enfermagem, esterilização e primeiros socorros; 5.Fraturas, luxações, contusões, entorses e ferimentos em geral (procedimentos básicos específicos do técnico); 6. Normas de biossegurança.

ENSINO SUPERIOR

A prova objetiva para os cargos de nível médio será elaborada de acordo com a composição estabelecida no subitem 4.2.2 e consistirão em:

LINGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e parônima; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DE MATO GROSSO: 1. Período colonial: Mato Grosso espanhol, bandeiras paulistas e descoberta do ouro, transferência do governo paulista para Cuiabá, transporte e abastecimento da região mineradora, Capitania de Mato Grosso e consolidação da posse portuguesa; 2. Período imperial: transferência da capital, Rusga, Guerra do Paraguai, trabalho escravo, economia entre 1870 e 1930; 3. Período republicano: República Velha e movimentos coronelistas, Comissão Rondon, Era Vargas, Terceira República em Mato Grosso, Regime Militar e Desmembramento do Estado, Nova República.

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: 1. Localização geográfica; 2. Regionalização; 3. Paisagem natural: relevo, recursos minerais, hidrografia, clima, biomas, áreas protegidas; 4. Colonização: ocupação do território nas décadas de 1940 e 1950, fronteira agrícola e projetos de colonização pós - 1960; 5. Estrutura econômica: agropecuária e agronegócio, estrutura agrária, indústria, Produto Interno Bruto, comércio exterior, transportes, energia, turismo; 6. População: dinâmica demográfica, urbanização, comunidades quilombolas, povos indígenas; 7. Municípios de Mato Grosso.

MUNICÍPIO DE CONFRESA: aspectos históricos, geográficos, político - administrativos, econômicos, sociais e culturais.

ATUALIDADES: domínio de temas atuais relacionados ao município de Confresa, ao Estado de Mato Grosso, ao Brasil e ao cenário internacional que foram amplamente noticiados nos meios de comunicação nos últimos seis meses anteriores à data de aplicação da prova escrita.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96. 2. Tendências Pedagógicas da Educação (Liberais e Progressistas). 3. Psicologia Genética (Piaget). 4. Teoria Sócio - construtivista (Vygotsky). 5. Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Denise CNPJ: 03.953.718/0001 - 90 Página 33 Henri Wallon - O desenvolvimento infantil. 6. A Psicogênese da Escrita. 7. O Projeto Político Pedagógico da Escola. 8 - Filosofia e Educação: As concepções da educação, Os grandes pensadores em educação, Pensadores modernos e pós - modernos da educação. 9 - Sociologia da comunicação: pressupostos (paradigmas sociológicos: Marx, Durkheim, Weber). 10. Parâmetros Curriculares Nacionais (séries iniciais e referencias da educação infantil). 11. Prática Educativa Interdisciplinar e Transdisciplinar. 12. A Literatura Infantil na Escola. 13. Educação e Ludicidade. 14. Educação Inclusiva (aspectos étnicos, culturais e raciais). 15. Educação Inclusiva sob a perspectiva da Educação Especial. 16. Avaliação Escolar sob uma perspectiva construtivista. 17. Pedagogia Libertadora (Paulo Freire). 18. Tecnologias, Informática e Educação. 19. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. 20 - Escola organizada por ciclos de formação humana; Escola em ciclos e avaliação da aprendizagem.

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

1. Interpretação de texto; 2.Fonética; 3.Sílabas; 4.Tonicidade; 5.Divisão Silábica; 8.Ortográfica; 7. Acentuação gráfica; 8.Estrutura das palavras (prefixos e sufixos); 9. Formação das palavras (radicais gregos e latinos); 10. Significado das palavras; 11. Sinais de Pontuação; 12. Crase; 13. Colocação pronominal; 14. Figuras de linguagem; 15. Verbos; 18.Concordância Verbal e nominal; 17.Sintaxe – frase, oração 18. Período composto por coordenação e subordinação; 19. Literatura 20. Gêneros literários. Evolução das escolas literárias; 21. Classicismo; 22. Arcadismo; 23. Romantismo; 24. Realismo; 25. Parnasianismo; 28. Simbolismo; 27. Barroco; 28. O Modernismo no Brasil; 29. Literatura Mato-Grossense; 30. Literatura Contemporânea.

Confresa-MT, 28 de abril de 2016.

Reginaldo da Silva Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____ inscrito (a) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, inscrição nº._____, concorrente ao cargo de _____, CPF nº _____ portador do documento de identidade nº, _____, residente e domiciliado na _____, nº._____, Bairro _____, Cidade _____,Estado _____, CEP:_____ , requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, conforme item 2.8 deste Edital.

(Assine a sua opção)

1. ( ) Doador de Sangue

Anexar: *Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 1 (uma) doação nos últimos 12 meses;*

2. ( ) HIPOSSUFICIENTE

Anexar: Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Providencia Social – CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuída pelo Cadúnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

Nesses termos.

Peço deferimento.

Confresa - MT, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do (a) Candidato (a)

(Para uso exclusivo da Comissão do Processo Seletivo Simplificado)

( ) Deferido

( ) Indeferido

ANEXO V – FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu, (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*)_____,(*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Confresa-MT.

Confresa - MT, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do (a) requerente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 248/2016 DE 22 DE ABRIL DE 2016 - DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DOS PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO E SELETIVO PUBLICO - RETIFICADA

PORTARIA Nº 248/2016 de 22 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DOS PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO E SELETIVO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a necessidade de realização do Processo Seletivo Simplificado, cria a Comissão para acompanhar todo o processo referente ao Processo Seletivo Simplificado.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão preparatória do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 2º - Nomear para compor a Comissão que será presidida pelo primeiro:

PRESIDENTE	REGINALDO DA SILVA FARIA	PNSS – FISIOTERAPEUTA
MEMBRO	JACIRA MENDES DA SILVA E LUZ	PNSS – ASSISTENTE SOCIAL
MEMBRO	LUCIA GERALDA RIBEIRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Art. 3º - Estabelecer os seguintes prazos: até 27/04/2016 para apresentar o quadro de vagas e previsão orçamentária; até 06/05/2016 para acompanhar a elaboração de Edital do Processo Seletivo Simplificado junto à empresa contratada e até 29/05/2016 para realizar as provas.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa–MT, 22 de Abril de 2016.

Gaspar Domingos Lazari

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor do processo licitatório nº 042/2016 Pregão Presencial 026/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE BRITA TIPO ZERO (0), TIPO 01 E PÓ DE BRITA**, a empresa: Britasa Mineradora Confresa Ltda. no valor global de R$ 464.250,00.

Confresa 27/04/2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor do processo licitatório nº 033/2016 Pregão Presencial 021/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS EM CONCRETO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETRIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**, a empresa: Arco

Iris Artefatos de Cimento Confresa Ltda. - ME no valor global de R$ 313. 500,00.

Confresa 28/04/2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PRORROGAÇÃO DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que por razões de não comparecer nenhuma empresa interessada no objeto licitado, fica prorrogada para o dia 11 de Maio às 15:00 o Pregão Presencial nº 27/2016, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE LEITE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.**

Confresa, 27 de Abril de 2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara que na realização do processo licitatório nº 046/2016 Pregão Presencial 030/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS**, a empresa Marlene M. de Oliveira EIRELI – ME, apresentou proposta, no entanto as atividades econômicas não contempla o objeto licitado, ficando portanto Inabilitada. Por não haver vencedores no processo a Comissão de Licitações torna público a prorrogação do processo para o dia 11 de Abril de 2016 às 15:30.

Confresa 28/04/2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 11 de Maio de 2016, às 13:30hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 do tipo Menor Preço por Item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2016 PROCESSO Nº 024/2016

DATA: 28/04/2016

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO"**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

CONTRATADO: **STAF SISTEMAS LTDA,** CNPJ: **07.941.056/0001-90**

R$ 25.281,82 (Vinte e cinco mil e Duzentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos)

PRAZO: 28/06/2016

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT

Aviso de ADESÃO: Adesão a Ata de Registro de Preços n° 144/2015- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, na Modalidade de Pregão Presencial n° 115/2015- Registro de Preços.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público A adesão a Ata de Registro de Preços 144/2015 na modalidade de Pregão n° 115/2015 para aquisição de : **" REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS NA FARMACIA DE ATENÇÃO BÁSICA, OBSERVANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DIVULGADA PELA ABCFARMA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES VISANDO À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTES DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA"**, conforme concordância da empresa:**DAYANE R. R. KLEIN EIRELI-ME**, CNPJ n° **14.131.426/0001-99**. Valor estimado da licitação: R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais). Porcentagem de desconto: 17% (dezessete por cento).

COTRIGUAÇU-MT, 28 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS IMEDIATAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍCPIO DE COTRIGUAÇÚ

ALTERAÇÃO DE CARGO DE PROFESSOR DO NÍVEL SUPERIOR

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 086, de 20 de abril de 2016, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao pedido da Secretaria Municipal de Educação e,

Considerando a possibilidade de provisionar vaga para Professor do Nível Superior que atenderá eventuais necessidades ao interior do município,

Resolve, alterar o Anexo I do quadro de vagas do Nível Superior

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Fica alterado o Quadro de vagas do cargo Professor Nível Superior

1.2. Eventuais alterações serão publicadas através de Edital Complementares e veiculadas no site da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu: www.cotriguacu.mt.gov.br

1.3. Permanecem inalteradas as demais informações do Edital de Abertura nº 001/2016.

Cotriguaçu MT, 28 de abril de 2016.

Valdete Veronez França da Silva

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I - DAS VAGAS - NÍVEL SUPERIOR

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 50,00

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Vagas	Cadastro Reserva	C/H	Rem. Inicial R$
Técnico de Nível Superior	Assistente Social + CRESS	Estrutura Administrativa/Sede	Não	01	30	3.319,55
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde/Nova União	Não	01	40	3.319,55
Especialista em Saúde	Bioquímico + CRF	Secretaria de Saúde/Sede	Não	01	40	3.319,55
Técnico de Nível Superior	Médico Veterinário + CRMV	Secretaria de Agricultura/Sede	Não	01	40	3.319,55
Especialista em Saúde	Odontólogo + CRO	Secretaria de Saúde/Nova União	Não	01	40	3.319,55
Técnico de Nível Superior	Psicólogo + CRP	Secretaria de Assistência Social	Não	01	40	3.319,55
Professor	Professor Licenciado qualquer área do Ensino	Secretaria de Educação Agrovila	Não	01	30	2.250,05
Professor	Professor Licenciado qualquer área do Ensino	Secretaria de Educação Nova Esperança	Não	01	30	2.250,05
Professor	Professor Licenciado qualquer área do Ensino	Secretaria de Educação Nova União	Não	01	30	2.250,05
Professor	Professor Licenciado qualquer área do Ensino	Secretaria de Educação Nova União/Espaço Rural	Não	01	30	2.250,05
Professor	Professor Licenciado qualquer área do Ensino	Secretaria de Educação Sede	Não	01	30	2.250,05

Cotriguaçu MT, 28 de abril de 2016.

Valdete Veronez França da Silva

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

O prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão de Licitação e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve, **ADJUDICAR** o item licitado, perfazendo o valor total de R$ 57.600,00 (Cinquenta e Sete Mil e Seiscentos Reais) à Empresa SEIXAS E AMARO LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 21.014.599/0001-92, e **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 002/2016, tipo menor preço por empreitada por preço global, cujo objeto é Contratação de Empresa para prestação de serviços com Máquina Escavadeira Hidráulica PC, para retirar cascalho para manutenção das estradas não pavimentadas e vicinais do Município de Curvelândia - MT, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora. Curvelândia – MT, 28 de Abril de 2016. **ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento de interessados que **RETIFICA** o aviso de RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2016 publicado dia 22 de abril de 2016, edição n° 2.461 do Diário Oficial dos Municípios e dia 26 de abril de 2016 no Diário da União, nº 78, seção 3, página 157,

Onde se lê:

SAMUEL VITOMAR RODRIGUES - ME, CNPJ: 20.808.448/0001-43 nos lotes 02 e 03 totalizando **R$ 181.536,00** (cento e oitenta e um mil quinhentos e trinta e seis reais);

Leia-se:

SAMUEL VITOMAR RODRIGUES - ME, CNPJ: 20.808.448/0001-43 nos lotes 02 e 03 totalizando **R$ 204.736,00** (duzentos e quatro mil setecentos e trinta e seis reais).

Diamantino - MT, 27 de abril de 2016.

_____

Lauro Josney Correa

Pregoeiro

Pref. Municipal de Diamantino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL N.º 029/2016

DECRETO MUNICIPAL N.º 029/2016

DATA: 28 DE ABRIL DE 2016

SUMULA: Dispõe Sobre A EXONERAÇÃO DA DIRETORA EXECUTIVA DA PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE FELIZ NATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei:

DECRETA:

Artigo 1.º Fica exonerada a Sra. **DANIELA DICÉLIA SCARIOT**, do Cargo de DIRETORA EXECUTIVA da Previdência Social dos servidores de Feliz Natal- FELIZ PREVI.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 28 DE ABIL DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2016

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 28 de abril de 2016, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2016, tendo como objeto ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO e FERRAMENTAS.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8. 666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPIS**, a qual sagrou-se vencedora do lote 001 com o valor final de R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais); Lote 002, com o valor final de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais); Lote 005, com o valor final de R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais); Lote 006, com o valor final de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); Lote 007, com o valor final de R$ 21. 884,00 (vinte e um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais); Lote 008, com o valor final de R$ 12.701,80 (doze mil, setecentos e um reais e oitenta centavos); Lote 009, com o valor final de R$ 113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos reais); Lote 0015 com o valor final de R$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais); Lote 016 com o valor final de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A empresa **TS MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA – ME** sagrou-se vencedora do lote 0003, com valor final de R$ 1.523.008,00 (um milhão e quinhentos e vinte e três mil e oito reais), Lote 004, com valor final de R$ 408.754,00 (quatrocentos e oito mil e setecentos e cinquenta e quatro reais), Lote 0013, com valor final de R$ 289.500,00 (duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais). A empresa: **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME** sagrou-se vencedora do lote 0010, com o valor final de R$ 28.130,00 (vinte e oito mil e cento e trinta reais); Lote 0011, com o valor final de R$ 29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais). A empresa **FRANCIELI SCHWAB DA SILVA 04773009950** sagrou-se vencedora do lote 0012, com o valor final de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); Lote 0014, com o valor final de R$ 38.499,00 (trinta e oito mil e quatrocentos e noventa e nove reais).

Feliz Natal – MT, 28 de abril de 2016.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016

Edital de Convocação 001/2016

GISLAINE APARECIDA NOETZOLD, DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE FELIZ NATAL – FELIZ PREVI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público, objeto do Edital de Concurso Público n.º 001/2015 para se apresentar junto ao FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE FELIZ NATAL – FELIZ PREVI, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia no Centro, em horário comercial das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00, **a partir de 29 de Abril de 2016 até a data máxima de 30 de Maio 2016**, munidos dos documentos necessários, constantes no item 12.4.1 a 12.4.18 do Edital Completo n.º 001/2015, para eventual contratação.

Nome	Inscrição	Pontuação	Classificação
Cargo: 073 - CONTADOR			
FÁBIA PEREIRA ORTEGA	0690	65,00	1º APROVADO
Cargo: 074 - GESTOR DE INVESTIMENTOS			
DANIELA DICÉLIA SCARIOT	0057	70,00	1º APROVADO

Feliz Natal-MT, 29 de Abril de 2016.

GISLAINE APARECIDA NOETZOLD

DIERETORA EXECUTIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA N° 89/2016

PORTARIA N° 89/2016 DE 28 DE ABRIL DE 2016

Súmula: "Nomeia Comissão Examinadora do Concurso Publico e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT, o Sr. **Lino Cupertino Teixeira**, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Designar a Comissão Examinadora para o Concurso Publico nº 001/2016, que será composta pelos seguintes Componentes:

I – Presidente: ADILEIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO

II – Membro: ELIUDE SOARES CAMPOS

III – Membro: LUCIANO DOLCI ALMEIDA

Paragrafo Único: A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Concurso publico.

Art. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 28 de Abril de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

PROCURADORA JURÍDICA
PORTARIA 088/GAB/2016

PORTARIA 088/GAB/2016

SÚMULA: "FLEXIBILIZA A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

O excelentíssimo senhor Lino Cupertino Teixeira, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT, no uso de suas atribuições, e, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, resolve:

Art. 1º **FLEXIBILIZAR A CARGA HORÁRIA**, do servidor **LUCIANO DOLCI ALMEIDA**, lotado no cargo de Bioquímico, para 40 (quarenta) horas semanais, e 08 (oito) horas diárias e contínuas com direito a 15 (quinze) minutos para refeição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'oeste-MT, 28 de abril de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

PROCURADORA JURÍDICA
PORTARIA Nº 087/2016, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 087/2016, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Excelentíssimo Senhor LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste- MT, no uso de suas atribuições;

Resolve:

Art. 1º- Em obediência ao disposto na Lei 668/2015, ficam nomeados os membros abaixo para comporem a Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação:

Comissão Coordenadora:

Assessor Pedagógico do Município: Rachel Bezerra da Rocha

Presidente do Conselho do FUNDEB: Heloiza Gonçalves Montoro Martins

Gestor da Escola Estadual Barão de Melgaço: Zaqueu Dantas dos Santos

Coordenador Pedagógico da E.E. Barão de Melgaço: Suzileine Gonçalves da Silva

Gestor da Escola Estadual Dr. José Gentil da Silva: Roseni de Barros de Oliveira

Coordenador Pedagógico da E.E. Dr. José Gentil da Silva: Silvana Marques de Aquino

Secretária de Educação do Município: Duíza Soares Pereira Falci

Equipe Técnica: Maria Esperança Barbosa, Paulo Veríssimo Luna, Maria Neuda dos Reis Brito e Rosane Antunes dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste,-MT, 27 de abril de 2016

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 41.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2016

Aos 28 dias do mês de Abril de 2016, de um lado o **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. NILSON FRANCISCO ALESSIO**, brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 12R563622 SSP/PR e inscrito no CPF nº 401.167.199-15, residente e domiciliado na , bairro centro norte nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **28/04/2016**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PRECO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DE GAUCHA DO NORTE-MT, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor H S BUQUE LEME-ME		CNPJ 24.473.889/0001-92
Endereço AVENIDA 13 DE JULHO		Nº 350
Bairro CENTRO	Cidade GAUCHA DO NORTE	CEP 78875-000
Representante Legal		CPF
Email monica@lexconsultoriacontabil.com.br		Telefone 66 3582-1010

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	62	ADUBO FOLIAR 120 ML	UN - UNIDADE	470,0000	6,6500	3.125,5000
2	73	INSETICIDA AEROSOL	UN - UNIDADE	50,0000	11,5000	575,0000
3	451	ERVILHA 200GR	UN - UNIDADE	150,0000	2,4300	364,5000
4	453	MILHO VERDE 200GR	UN - UNIDADE	150,0000	2,5600	384,0000
5	463	OREGANO 200GR	UN - UNIDADE	15,0000	6,4300	96,4500
6	531	CANELA EM PÓ - PCT COM 10 GRAMAS	UN - UNIDADE	50,0000	1,7900	89,5000
7	538	LENTILHA PACOTE COM 500 GRAMAS	UN - UNIDADE	15,0000	8,4200	126,3000
8	507	LEITE DE COCO 200 ML	UN - UNIDADE	100,0000	3,5800	358,0000
9	677	GELATINA EM PO 30G SABORES VARIADOS	CJ - CONJUNTO	150,0000	1,3400	201,0000
10	651	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS	UN - UNIDADE	200,0000	4,4700	894,0000
11	4204	BALDE PLASTICO 20 LITROS	UN - UNIDADE	20,0000	26,7500	535,0000
12	4393	AMACIANTE 2LT	CJ - CONJUNTO	500,0000	7,5200	3.760,0000
13	4521	FACAS DESCARTÁVEIS PCT C/50 UND	UN - UNIDADE	15,0000	5,1200	76,8000
14	4474	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL	UN - UNIDADE	150,0000	2,6200	393,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

15	15362	ADOÇANTE DIETÉTICO ARTIFICIAL LÍQUIDO 100ML	UN - UNIDADE	30,0000	3,7000	111,0000
16	15390	COADOR DE CAFÉ FILTRO Nº 103	UN - UNIDADE	400,0000	3,9500	1.580,0000
17	15400	DESCASCADOR DE LEGUMES	UN - UNIDADE	10,0000	7,2900	72,9000
18	15494	LIMPA VIDROS 500 ML	UN - UNIDADE	100,0000	5,9000	590,0000
19	15591	GARRAFA TERMICA 1,8L TS INOX	UN - UNIDADE	10,0000	128,6700	1.286,7000
20	16770	PAPEL HIGIÊNICO C/ 4 ROLOS - FOLHA SIMPLES	UN - UNIDADE	1020,0000	3,2000	3.264,0000
21	16796	SAL PCT DE 1KG	UN - UNIDADE	150,0000	1,6200	243,0000
22	16820	AGUA MINERAL 500 ML C/ GAS	UN - UNIDADE	300,0000	2,2300	669,0000
23	16888	ISQUEIRO GRANDE	UN - UNIDADE	40,0000	4,4600	178,4000
24	16921	POLVILHO DOCE 1KG	UN - UNIDADE	100,0000	5,6000	560,0000
25	16924	PRATOS DESCARTAVEIS 15CM 10 UN	UN - UNIDADE	15,0000	2,1000	31,5000
26	16925	PRATOS DESCARTAVEIS 21CM 10UN	UN - UNIDADE	100,0000	2,8500	285,0000
27	16884	GARFO DESC. PCT 50 UND	UN - UNIDADE	20,0000	5,4700	109,4000
28	16960	FLANELA CRISTAL 29 X 49 CM	UN - UNIDADE	400,0000	3,7000	1.480,0000
29	16985	CALABRESA	KG - QUILOGRAM	150,0000	19,5800	2.937,0000
30	16988	PRESUNTO COZIDO S/ CAPA DE GORDURA	KG - QUILOGRAM	100,0000	25,0900	2.509,0000
31	16973	SACO P/ LIXO 30L LITROS C/10 UND	UN - UNIDADE	1000,0000	3,0800	3.080,0000
32	16974	SACO P/ LIXO 50 LITROS C/5 UND	UN - UNIDADE	1000,0000	3,2600	3.260,0000
33	16975	TALCO 200G	UN - UNIDADE	25,0000	14,0900	352,2500
34	16946	BALDE 14 LT	UN - UNIDADE	25,0000	12,0000	300,0000
35	17483	SAL EM SACHE C/ 2000 UND	UN - UNIDADE	20,0000	49,0000	980,0000
36	17493	FILME DE PVC TRANSPARENTE C/30 MT	UN - UNIDADE	50,0000	4,8000	240,0000
37	17517	TOUCA DESCARTAVEL SANFONADA C/100 UND	UN - UNIDADE	25,0000	17,4300	435,7500
38	17541	COCO RALADO 100G	UN - UNIDADE	50,0000	4,8000	240,0000
39	20135	LAMPADA ECONÔMICA 24W 220V	UN - UNIDADE	15,0000	15,4700	232,0500
40	20136	LAMPADA ECONÔMICA 24W 110V	UN - UNIDADE	15,0000	14,7700	221,5500
41	20137	PANO DE PRATO SARJA LEVE 40X80 CM	UN - UNIDADE	60,0000	4,4500	267,0000
42	20130	DETERGENTE DE USO EM GERAL LIMPEZA PROFUNDA 500	UN - UNIDADE	100,0000	6,9500	695,0000
43	20160	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS 23X21 CM	UN - UNIDADE	300,0000	14,8000	4.440,0000
44	20161	SODA CAUSTICA 1KG	UN - UNIDADE	120,0000	16,1300	1.935,6000
45	20200	EXTRATO DE TOMATE 1,080KG	UN - UNIDADE	250,0000	10,9000	2.725,0000
46	20201	FERMENTO QUIMICO 100GR	UN - UNIDADE	150,0000	3,4400	516,0000
47	20226	COLHER DE SOBREMESA INOX	UN - UNIDADE	20,0000	48,9000	978,0000
48	20228	COPO DESCARTAVEIS 50ML PCT C/100	UN - UNIDADE	300,0000	2,1600	648,0000
49	20237	LAMPADA ECONÔMICA 30W 220V	UN - UNIDADE	10,0000	19,2000	192,0000
50	20238	LAMPADA ECONÔMICA 30W 110V	UN - UNIDADE	10,0000	19,2000	192,0000
51	20246	MANGUEIRA COM BICO 50M	UN - UNIDADE	7,0000	120,3300	842,3100
52	20251	PANELA DE ALUMINIO FUNDIDO MEDIA COM TAMPA	UN - UNIDADE	3,0000	420,0000	1.260,0000
53	20260	RALADOR DE QUEIJO 4 FACES INOX	UN - UNIDADE	7,0000	19,9500	139,6500
54	20262	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ Nº 103	UN - UNIDADE	15,0000	6,9800	104,7000
55	20265	GARRAFA TERMICA DE 5 LT	UN - UNIDADE	10,0000	44,0000	440,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

56	20231	FACA DE MESA INOX C/12 UND	UN - UNIDADE	10,0000	59,0000	590,0000
57	20296	LINGUIÇA TOSCANA KG	KG - QUILOGRAM	150,0000	18,4100	2.761,5000
58	20311	PAPEL ALUMINIO GRANDE 45CM X 7,5 MT	UN - UNIDADE	100,0000	6,1500	615,0000
59	20323	LIMPADOR MULTI-USO 500ML	UN - UNIDADE	1500,0000	5,1000	7.650,0000
60	20331	ESPONJA DUPLA FACE PARA LAVAR LOUÇA	UN - UNIDADE	800,0000	1,3900	1.112,0000
61	20291	LEITE INTEGRAL 1LT	UN - UNIDADE	1000,0000	3,9900	3.990,0000
62	20299	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO KG	KG - QUILOGRAM	200,0000	9,5300	1.906,0000
63	20295	CARNE BOVINA BISTECA KG	KG - QUILOGRAM	200,0000	18,9800	3.796,0000
64	20297	CARNE BOVINA COXÃO MOLE KG	KG - QUILOGRAM	300,0000	24,9000	7.470,0000
65	20364	SABÃO EM PÓ 1 KG	UN - UNIDADE	700,0000	7,4900	5.243,0000
66	20397	AGULHA P/ LIMPAR FOGÃO 1 UND	UN - UNIDADE	5,0000	2,3000	11,5000
67	20414	BATATA PALHA 400G	UN - UNIDADE	120,0000	13,0000	1.560,0000
68	20415	BORRACHA DE PANELA DE PRESSÃO 7 LT	UN - UNIDADE	15,0000	2,9900	44,8500
69	20416	BORRACHA DE PANELA DE PRESSÃO 4,5 LT	UN - UNIDADE	10,0000	2,9900	29,9000
70	20361	PAPEL HIGIÊNICO (C/8 ROLOS)	UN - UNIDADE	500,0000	6,3000	3.150,0000
71	20410	BACON'	KG - QUILOGRAM	115,0000	19,4000	2.231,0000
72	20374	CERA LIQUIDA 750ML	UN - UNIDADE	150,0000	4,6000	690,0000
73	20467	EMUSTAB P/ SORVETE 200G	UN - UNIDADE	30,0000	9,4500	283,5000
74	20477	ESPONJA DE AÇO 60 G C/8	UN - UNIDADE	400,0000	2,5500	1.020,0000
75	20496	HASTE FLEXIVEL 150 UND	CJ - CONJUNTO	50,0000	5,0800	254,0000
76	20498	JARRA C/ TAMPA 3,7 LT	UN - UNIDADE	15,0000	15,9000	238,5000
77	20453	COLHER PARA ARROZ INOX 35CM	UN - UNIDADE	20,0000	17,4800	349,6000
78	20504	LIMPA ALUMINIO NEUTRO 500ML	UN - UNIDADE	100,0000	2,8000	280,0000
79	20520	PA PARA LIXO PLÁSTICA	UN - UNIDADE	15,0000	7,1000	106,5000
80	20522	PALITO DE DENTE CX C/100UND	CJ - CONJUNTO	100,0000	0,9900	99,0000
81	20532	PEDRA SANITARIA 25G	UN - UNIDADE	600,0000	1,6800	1.008,0000
82	20552	RATOEIRA MEDIA	UN - UNIDADE	10,0000	7,5000	75,0000
83	20558	RODO PLASTICO REFROÇADO 40 CM	UN - UNIDADE	20,0000	15,4800	309,6000
84	20559	RODO PLASTICO REFROÇADO 60 CM	UN - UNIDADE	50,0000	21,5800	1.079,0000
85	20568	SACO PARA PIPOCA MÉDIO 50 UND	UN - UNIDADE	20,0000	9,2000	184,0000
86	2246	ESCOVA SANITARIA	UN - UNIDADE	50,0000	9,7000	485,0000
87	22624	ÁGUA MINERAL GALAO 20 LITROS	UN - UNIDADE	50,0000	11,0000	550,0000
88	2663	TOALHA DE ROSTO	UN - UNIDADE	100,0000	10,4000	1.040,0000
89	2665	TOALHA DE BANHO	UN - UNIDADE	15,0000	32,0000	480,0000
90	4180	FUNIL PLASTICO	UN - UNIDADE	5,0000	4,5000	22,5000
91	4408	CONDICIONADOR INFANTIL 200ML	UN - UNIDADE	50,0000	10,9900	549,5000
92	556	BALAS DE CAFÉ 750GR	UN - UNIDADE	50,0000	14,0300	701,5000
93	15618	CONFEITOS COLORIDOS 100GR	UN - UNIDADE	100,0000	1,9900	199,0000
94	22638	CONTAINER ORGANIZADOR 7,5LT	UN - UNIDADE	10,0000	14,9000	149,0000
95	20149	BALDE PLASTICO PEQUENO 12LT	UN - UNIDADE	290,0000	11,0300	3.198,7000
96	22625	BOTA DE BORRACHA C/ FORRO (Nº 037 A 044)	UN - UNIDADE	15,0000	82,0000	1.230,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

97	22626	BOTA DE BORRACHA (Nº 037 A 044)	UN - UNIDADE	15,0000	44,0000	660,0000
98	504	CAFE PCT 500 GR	UN - UNIDADE	1500,0000	10,2800	15.420,0000
99	22628	CHA VARIOS SABORES - (CX C/ PACOTE 10G)	UN - UNIDADE	800,0000	3,7500	3.000,0000
100	20592	DESIFETANTE 500ML	UN - UNIDADE	1000,0000	4,2500	4.250,0000
101	4511	DESODORIZANTE DE AMB 400 ML	UN - UNIDADE	300,0000	10,8000	3.240,0000
102	22629	LIMPADOR LIMPEZA PESSADA 500ML (SIMILAR VEJA X14)	UN - UNIDADE	50,0000	8,9000	445,0000
103	22631	MANGUEIRA DE GAS C/ REGISTRO	UN - UNIDADE	15,0000	23,8600	357,9000
104	16967	PANO DE CHAO CRU 55X75CM	UN - UNIDADE	200,0000	6,8500	1.370,0000
105	16972	SACO P/ LIXO 15L LITRO C/10 UND	UN - UNIDADE	1000,0000	3,0800	3.080,0000
106	16971	SACO P/ LIXO 100L LITROS C/5UN	UN - UNIDADE	1000,0000	3,2600	3.260,0000
107	22634	RODO PLASTICO REFORÇADO PEQUENO 30CM	UN - UNIDADE	20,0000	9,4300	188,6000
108	22636	TEMPERO EM PÓ PACOTE C/12 SACHE	UN - UNIDADE	150,0000	3,2800	492,0000
109	22637	UVAS PASSAS PRETAS 200G	UN - UNIDADE	15,0000	8,5900	128,8500
110	526	AZEITE EXTRA VIRGEM 500ML	UN - UNIDADE	30,0000	15,7000	471,0000
111	16756	BICARBONATO DE SODIO 30G	UN - UNIDADE	100,0000	1,9900	199,0000
112	666	BISCOITO DOCE 400GR	UN - UNIDADE	150,0000	5,2900	793,5000
113	665	CHOCOLATE GRANULADO 100G	UN - UNIDADE	150,0000	3,8900	583,5000
114	4403	VASSOURA PLASTICA	UN - UNIDADE	100,0000	13,0600	1.306,0000
115	22639	FARINHA TEMPERADA 500G	UN - UNIDADE	100,0000	6,3600	636,0000
116	16878	FERMENTO BIOLÓGICO 125GR	UN - UNIDADE	20,0000	7,5600	151,2000
117	14086	FRALDA GERIATRICA ADULTO "(TAM - P,M,G)	UN - UNIDADE	20,0000	23,3000	466,0000
118	749	CHA MATE 500G	UN - UNIDADE	200,0000	8,0600	1.612,0000
119	21564	ESPONJA DE BANHO	UN - UNIDADE	100,0000	2,7000	270,0000
120	22635	SHAMPOO INFANTIL 200ML	UN - UNIDADE	80,0000	10,9900	879,2000
121	20751	CARNE BOVINA DE 1º PICADA - COXAO DURO/PATINHO	KG - QUILOGRAM	300,0000	20,6000	6.180,0000
122	15516	PRATO DE VIDRO (RASO/FUNDO)	UN - UNIDADE	100,0000	5,6000	560,0000
123	4630	GUARDANAPO DE PAPEL PACOTE 23,5 X 22CM	UN - UNIDADE	200,0000	2,4500	490,0000
124	9604	LIMA CHATA P/ ENCHADA PCT/12 UND	UN - UNIDADE	20,0000	231,0000	4.620,0000
125	4254	FOSFORO CX 10X1	UN - UNIDADE	10,0000	3,0900	30,9000
126	17507	PILHA MÉDIA C/2	UN - UNIDADE	20,0000	12,6800	253,6000
127	83	PLASTICO GROSSO TRANSPARENTE MT	UN - UNIDADE	30,0000	15,9000	477,0000
128	3959	RASTELO P/ JARDIM PLASTICO	UN - UNIDADE	5,0000	21,9000	109,5000
129	20294	MORTADELA BOLOGNA	KG - QUILOGRAM	80,0000	21,1600	1.692,8000
130	282	CARNE SUINA	KG - QUILOGRAM	200,0000	12,0000	2.400,0000
131	279	CARNE BOVINA COSTELA	KG - QUILOGRAM	200,0000	14,9900	2.998,0000
132	314	MAMAO	KG - QUILOGRAM	150,0000	7,1900	1.078,5000
133	330	BATATA DOCE	KG - QUILOGRAM	410,0000	4,7900	1.963,9000
134	332	MARACUJA	KG - QUILOGRAM	100,0000	10,6700	1.067,0000
135	342	PEPINO	KG - QUILOGRAM	100,0000	5,4000	540,0000
136	344	BANANA PRATA	KG - QUILOGRAM	400,0000	5,9000	2.360,0000
137	346	MELANCIA	KG - QUILOGRAM	80,0000	2,8000	224,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

138	418	MARGARINA COM SAL 1 KG	UN - UNIDADE	100,0000	6,6800	668,0000
139	512	PÊSSEGO EM CALDA (LATA)	UN - UNIDADE	10,0000	9,4500	94,5000
140	551	MASSA PRONTA PARA BOLO 400GR (VARIOS SABORES)	UN - UNIDADE	30,0000	4,4900	134,7000
141	680	POLVILHO AZEDO 1KG	KG - QUILOGRAM	50,0000	9,0300	451,5000
142	702	CANELA (EM PEDAÇOS) PCT C/ 10 GR	UN - UNIDADE	10,0000	1,7900	17,9000
143	4490	DETERGENTE 500 ML	UN - UNIDADE	3000,0000	2,3400	7.020,0000
144	4498	RODO DE ESPUMA	UN - UNIDADE	20,0000	13,3700	267,4000
145	4499	SABONETE LIQUIDO 5 LT	UN - UNIDADE	50,0000	33,9300	1.696,5000
146	4530	ALCOOL EM GEL 500 G	UN - UNIDADE	200,0000	10,7000	2.140,0000
147	9632	CADEADO MEDIO	UN - UNIDADE	5,0000	19,3000	96,5000
148	15360	BLISTER DE MARGARINA S/ SAL CX C/192 UN 15G	CJ - CONJUNTO	80,0000	99,9000	7.992,0000
149	15365	MELÃO	KG - QUILOGRAM	100,0000	8,7700	877,0000
150	15431	PRENDEDOR DE ROUPAS PCT COM 12 UNIDADES	UN - UNIDADE	30,0000	2,6000	78,0000
151	16749	OVOS VERMELHOS DUZIA	CJ - CONJUNTO	100,0000	6,4800	648,0000
152	16780	COLHER DESCARTAVEL PCT C/50 UND	UN - UNIDADE	100,0000	5,1000	510,0000
153	16785	CADEADO GRANDE	UN - UNIDADE	5,0000	25,8000	129,0000
154	16786	CADEADO PEQUENO	UN - UNIDADE	5,0000	11,9500	59,7500
155	16831	BANHEIRA PLAST P/ BEBE	UN - UNIDADE	5,0000	43,6300	218,1500
156	16833	BOBINA DE SACO PLASTICO	KG - QUILOGRAM	20,0000	41,8900	837,8000
157	16862	COPO MEDIDOR	UN - UNIDADE	50,0000	5,1200	256,0000
158	16864	COPO PLASTICO 420 ML	UN - UNIDADE	100,0000	3,4000	340,0000
159	16872	ESPUMADEIRA ALUMINIO Nº 14	UN - UNIDADE	7,0000	21,5700	150,9900
160	16881	FORMA P/ PAO DE QUEIJO C/12	UN - UNIDADE	5,0000	53,9700	269,8500
161	16883	GARFO DE MESA INOX 12 UND	UN - UNIDADE	15,0000	49,9900	749,8500
162	16897	LUVA TERMICA DE FORNO	UN - UNIDADE	10,0000	12,0000	120,0000
163	16904	PANELA DE ALUMINIO BATIDO N. 36	UN - UNIDADE	2,0000	248,6000	497,2000
164	16908	PILHA ALCALINA 2 UND PALITO	UN - UNIDADE	50,0000	9,5500	477,5000
165	16929	SACO PLASTICO P/ HOT-DOG 50UN	UN - UNIDADE	20,0000	9,2000	184,0000
166	16934	VINAGRE DE MAÇA	UN - UNIDADE	50,0000	5,4900	274,5000
167	16966	PA PARA LIXO C/ CABO DE MADEIRA	UN - UNIDADE	10,0000	7,8000	78,0000
168	16981	BORRIFADOR DE PLASTICO 200ML	UN - UNIDADE	10,0000	5,8200	58,2000
169	17494	FILTRO DE BARRO 10 LTS 4V	UN - UNIDADE	10,0000	161,3300	1.613,3000
170	17518	VARAL DE AÇO 20 MT	UN - UNIDADE	20,0000	5,4300	108,6000
171	17519	VASSOURA ESFREGÃO	UN - UNIDADE	20,0000	13,0000	260,0000
172	17520	VASSOURA PLASTICA P. GRAMA GRANDE	UN - UNIDADE	20,0000	21,9000	438,0000
173	17522	OLEO AROMATIZANTE	UN - UNIDADE	150,0000	13,4500	2.017,5000
174	17523	POLPA DE FRUTA MARACUJA (500ML)	UN - UNIDADE	15,0000	9,0600	135,9000
175	20156	LIMPA VIDROS BIO ÁLCOOL C/ BOMBA 500ML	UN - UNIDADE	80,0000	14,6800	1.174,4000
176	20158	XICARA P/ CHA C/ PIRES RETA VIDRO TEMPERADO 160ML	UN - UNIDADE	20,0000	9,0000	180,0000
177	20159	PILHA ALCALINA PEQUENA AA C/2UN	UN - UNIDADE	50,0000	7,5200	376,0000
178	20191	AÇUCAR REFINADO SACHE CX C/996UND	CJ - CONJUNTO	40,0000	81,2500	3.250,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

179	20202	FOLHA DE LOURO 0,5 GR	UN - UNIDADE	50,0000	1,9900	99,5000
180	20206	PIRULITO SORTIDOS PCT 700GR	UN - UNIDADE	30,0000	13,2000	396,0000
181	20207	PÓ PARA PUDIM SORTIDO 50GR	UN - UNIDADE	20,0000	1,9900	39,8000
182	20210	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA 1KG	UN - UNIDADE	100,0000	9,4000	940,0000
183	20218	CONTAINER COM TAMPA PEQUENA 5LT	UN - UNIDADE	10,0000	13,0000	130,0000
184	20219	CONTAINER GRANDE COM TAMPA 25LT	UN - UNIDADE	10,0000	42,4500	424,5000
185	20220	BACIA GRANDE REDONDA COM TAMPA	UN - UNIDADE	15,0000	18,9000	283,5000
186	20225	COLHER DE MESA INOX PCT C/12UND	UN - UNIDADE	25,0000	49,9000	1.247,5000
187	20241	PEDRA PARA AFIAR FACA	UN - UNIDADE	5,0000	10,7000	53,5000
188	20242	CHAIRA PROFISSIONAL	UN - UNIDADE	5,0000	29,0000	145,0000
189	20244	MANGUEIRA COM 30 METROS	UN - UNIDADE	10,0000	61,5000	615,0000
190	20245	MANGUEIRA COM 50 METROS	UN - UNIDADE	10,0000	102,8300	1.028,3000
191	20250	PANELA DE ALUMINIO FUNDIDO GRANDE COM TAMPA	UN - UNIDADE	3,0000	590,0000	1.770,0000
192	17491	ESCOVA P/ UNHAS	UN - UNIDADE	20,0000	3,7600	75,2000
193	20259	PROTETOR SOLAR FATOR 50FPS 200ML	UN - UNIDADE	30,0000	60,0000	1.800,0000
194	20281	FUBÁ PCT 1KG	UN - UNIDADE	50,0000	3,8600	193,0000
195	20308	MARMITAS TERMICAS C/3 UND	UN - UNIDADE	10,0000	45,6700	456,7000
196	20313	BULE 2LT	UN - UNIDADE	10,0000	40,8300	408,3000
197	20314	JARRA DE 2LT	UN - UNIDADE	8,0000	9,9900	79,9200
198	20325	DESIFETANTE 1LT	UN - UNIDADE	1000,0000	8,1800	8.180,0000
199	20340	FARINHA DE TRIGO 1KG	UN - UNIDADE	300,0000	4,3900	1.317,0000
200	20355	PEPINO CONSERVA (VIDRO PQ 550G	UN - UNIDADE	10,0000	8,8900	88,9000
201	20356	AÇUCAR MASCAVO 500G	UN - UNIDADE	30,0000	9,4900	284,7000
202	20371	SABONETE EM BARRA 90G	UN - UNIDADE	50,0000	1,4400	72,0000
203	20404	ASSADEIRA NORMAL 05 POL (44,7 X 30 X 6,6 CM)	UN - UNIDADE	10,0000	59,4000	594,0000
204	20405	ASSADEIRA NORMAL 04 POL (40 X 29 X 4 CM)	UN - UNIDADE	10,0000	41,2700	412,7000
205	20408	BACIA PLÁSTICA COM TAMPA FLEXIVEL 3 LT	UN - UNIDADE	15,0000	11,9000	178,5000
206	20413	BANDEJA PLASTICA GRANDE 480 X 335 X 20 CM	UN - UNIDADE	5,0000	42,0000	210,0000
207	20439	CESTO TELADO 10L REF. 28	UN - UNIDADE	15,0000	4,8700	73,0500
208	20450	COADOR DE PANO P/ CAFE - GRANDE	UN - UNIDADE	20,0000	4,9000	98,0000
209	20452	COLHER DE ALUMINIO FUNDIDO 42 CM	UN - UNIDADE	5,0000	19,2200	96,1000
210	20464	CURATIVO ANTISÉPTICO C/ 10 UND	CJ - CONJUNTO	10,0000	3,7600	37,6000
211	20469	ESCORREDOR DE MASSAS DE ALUMÍNIO GRANDE	UN - UNIDADE	5,0000	39,0000	195,0000
212	20486	FORMA DE GELO DE SILICONE	UN - UNIDADE	7,0000	15,0700	105,4900
213	20500	LANTERNA RECARREGAVEL 15 LEDS	UN - UNIDADE	10,0000	59,0000	590,0000
214	20502	LAVADOR DE ARROZ GRANDE	UN - UNIDADE	10,0000	5,9500	59,5000
215	20513	MACARRÃO ESPAGUETE C/ OVOS 500G	UN - UNIDADE	400,0000	3,4700	1.388,0000
216	20515	MAMADEIRA 240ML PLUS SIL	UN - UNIDADE	7,0000	22,8300	159,8100
217	20538	PILHA ALCALINA GRANDE C/2	UN - UNIDADE	50,0000	20,5000	1.025,0000
218	20551	PULVERIZADOR 550ML	UN - UNIDADE	10,0000	7,8000	78,0000
219	20556	RODO DE ALUMINIO GRANDE 80 CM	UN - UNIDADE	20,0000	38,0000	760,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

220	20570	SAPONACEO CREMOSO 350ML	UN - UNIDADE	500,0000	6,8800	3.440,0000
221	20608	BATERIA QUADRADA 9V	UN - UNIDADE	15,0000	19,1500	287,2500
222	20625	LIMPADOR LIMPEZA PESSADA 500ML	UN - UNIDADE	1000,0000	6,9500	6.950,0000
223	20753	COPO DE VIDRO TEMPERADO AZUL	UN - UNIDADE	10,0000	6,0000	60,0000
224	20754	FRALDA ECONOMICA TAMANHO "P,M,G"	UN - UNIDADE	40,0000	57,8300	2.313,2000
225	20927	BALAS SORTIDAS PCT 600GR	UN - UNIDADE	100,0000	8,2000	820,0000
226	20930	ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA	UN - UNIDADE	10,0000	17,4900	174,9000
227	20934	ESCOVA DE LAVAR ROUPAS	UN - UNIDADE	30,0000	3,0900	92,7000
228	20933	SABONETE INFANTIL 90G	UN - UNIDADE	50,0000	2,7000	135,0000
229	16893	LEITE EM PO 0 A 6 MESES 400G (SIMILAR NAN)	UN - UNIDADE	50,0000	44,0000	2.200,0000
230	20300	CARNE BOVINA MOIDA KG	KG - QUILOGRAM	400,0000	15,6000	6.240,0000
231	535	FEIJÃO PRETO - PACOTE COM 1 KG	UN - UNIDADE	200,0000	7,2400	1.448,0000
232	15369	FRANGO INTEIRO	KG - QUILOGRAM	400,0000	8,5900	3.436,0000
233	17321	AMIDO DE MILHO 500G	UN - UNIDADE	50,0000	3,4700	173,5000
234	17359	AÇUCAR 2KG	UN - UNIDADE	2000,0000	5,9100	11.820,0000
235	20204	MILHO PARA PIPOCA 500GR	UN - UNIDADE	100,0000	3,1800	318,0000
236	20209	REFRESCO EM PÓ 1KG	UN - UNIDADE	700,0000	6,7400	4.718,0000
237	20315	GARRAFA TERMICA 1 LT	UN - UNIDADE	30,0000	28,8700	866,1000
238	20324	DESIFETANTE 2LT	UN - UNIDADE	1500,0000	6,0000	9.000,0000
239	313	CEBOLA	KG - QUILOGRAM	350,0000	6,3600	2.226,0000
240	20360	PEITO DE FRANGO	KG - QUILOGRAM	100,0000	11,8600	1.186,0000
241	16821	AGUA MINERAL 500 ML S/ GAS	UN - UNIDADE	1200,0000	1,7000	2.040,0000
242	4215	PANO DE CHÃO ALVEJADO 52X68CM	UN - UNIDADE	200,0000	6,8800	1.376,0000
243	790	OLEO DE SOJA 900ML	UN - UNIDADE	700,0000	4,9500	3.465,0000
244	311	TOMATE	KG - QUILOGRAM	200,0000	8,5500	1.710,0000
245	312	BATATA INGLESA	KG - QUILOGRAM	500,0000	6,1600	3.080,0000
246	317	LARANJA	KG - QUILOGRAM	500,0000	2,3000	1.150,0000
247	318	BETERRABA	KG - QUILOGRAM	150,0000	5,6500	847,5000
248	319	CENOURA	KG - QUILOGRAM	200,0000	6,4000	1.280,0000
249	321	REPOLHO	KG - QUILOGRAM	250,0000	4,7800	1.195,0000
250	322	CHUCHU	KG - QUILOGRAM	150,0000	4,4800	672,0000
251	328	BANANA NANICA	KG - QUILOGRAM	200,0000	4,2000	840,0000
252	334	PIMENTÃO	KG - QUILOGRAM	100,0000	8,9800	898,0000
253	335	ABACAXI	UN - UNIDADE	200,0000	6,4000	1.280,0000
254	378	FARINHA DE MANDIOCA	KG - QUILOGRAM	25,0000	6,7100	167,7500
255	402	FEIJAO CARIOCA 1KG	UN - UNIDADE	500,0000	7,4600	3.730,0000
256	407	ARROZ TIPO 1 PACOTE 5 KG	UN - UNIDADE	500,0000	14,7500	7.375,0000
257	455	SALSICHA	KG - QUILOGRAM	100,0000	9,1800	918,0000
258	505	CREME DE LEITE 200 GR	UN - UNIDADE	200,0000	3,1600	632,0000
259	791	ALHO	KG - QUILOGRAM	150,0000	29,4000	4.410,0000
260	15324	CANJICA BRANCA 500G	UN - UNIDADE	100,0000	3,4700	347,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

261	15331	COLORAU 500G	UN - UNIDADE	100,0000	5,3600	536,0000
262	15332	COCO RALADO S/ AÇUCAR 100G	UN - UNIDADE	30,0000	6,1500	184,5000
263	15333	CRAVO DA INDIA 8G	UN - UNIDADE	30,0000	3,1900	95,7000
264	16823	AMENDOIM CRU 500 GR	UN - UNIDADE	50,0000	6,5000	325,0000
265	16898	MACARRÃO P/ SOPA ARGOLINHA	UN - UNIDADE	100,0000	3,9000	390,0000
266	20170	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA - 400G	UN - UNIDADE	100,0000	5,2900	529,0000
267	20171	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA - 800G	UN - UNIDADE	150,0000	9,0900	1.363,5000
268	20514	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS 500G	UN - UNIDADE	100,0000	3,8000	380,0000

TOTAL **340.907,5700**

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 14/2016.
2.1 – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 14/2016.
2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
2.3 – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 14/2016.
2.4 – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 14/2016 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.
2.5 – A fiscalização do contrato será feita por meio do seu respectivo fiscal, servidores abaixo nomeados através da portaria Nº/GP/PMT:

SECRETARIA	FISCAL DE CONTRATO	SUPLENTE DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
3.1 – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.
3.2 – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem.
4 – DOS PREÇOS: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.
4.1 – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
4.1.1 – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.
4.1.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.
4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá:
4.2.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.
4.2.2 – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.
4.3 – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.4 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.
4.5 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos.
5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária:

6 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
7 – DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal

H S BUQUE LEME-ME

Testemunhas

Nome:
RG:

Nome:
RG:

RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro do Município de Gaúcha do Norte, torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 013/2016**, na sessão realizada no dia **28/04/2016**, teve como vencedora a empresa **INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA-ME, itens 01 e 02, conforme ata.**

Gaúcha do Norte -MT, 28 de abril de 2016.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeira Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2016

Aos 28 dias do mês de Abril de 2016, de um lado o **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. NILSON FRANCISCO ALESSIO**, brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 12R563622 SSP/PR e inscrito no CPF nº 401.167.199-15, residente e domiciliado na , bairro centro norte nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **28/04/2016**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO NA ÁREA DE SANEAMENTO., de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA ME		CNPJ 11.247.425/0001-16
Endereço AV HISTORIADOR RUBENS MENDONÇA		Nº
Bairro CENTRO	Cidade IPIRANGA DO NORTE	CEP 78050000
Representante Legal WHEDER MOURA MOYA		CPF 711.591.261-00
Email		Telefone 6636262200

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	22633	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PUBLICA E SUPORTE TÉCNICO (AGUA E ESGOTO)	MÊS	12,0000	2.100,0000	25.200,0000
2	22632	SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO (ÁGUA E ESGOTO)	UN - UNIDADE	1,0000	8.000,0000	8.000,0000
					TOTAL	**33.200,0000**

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 13/2016.
2.1 – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 13/2016.
2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
2.3 – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 13/2016.
2.4 – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 13/2016 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.
2.5 – A fiscalização do contrato será feita por meio do seu respectivo fiscal, servidores abaixo nomeados através da portaria Nº/GP/PMT:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

SECRETARIA	FISCAL DE CONTRATO	SUPLENTE DE CONTRATO

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
3.1 – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.
3.2 – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem.
4 – DOS PREÇOS: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.
4.1 – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
4.1.1 – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.
4.1.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.
4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá:
4.2.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.
4.2.2 – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.
4.3 – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.4 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.
4.5 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos.
5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária:

6 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
7 – DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT

GAUCHA DO NORTE - MT, AVENIDA BRASIL, Nº 1298, CENTRO

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal

WHEDER MOURA MOYA
INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA ME

Testemunhas

Nome:
RG:

Nome:
RG:

RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro do Município de Gaúcha do Norte, torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2016**, na sessão realizada no dia **28/04/2016**, teve como vencedora a empresa **H S BUQUE LEME -ME, 268 itens e 75 itens foram FRACASSADOS, conforme ata.**

Gaúcha do Norte -MT, 28 de abril de 2016.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeira Oficial

AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público que por ausência de interessados na sessão pública que realizou-se em **28/04/2016 às 07:30**, foi declarado **DESERTO** o **Pregão Presencial nº 012/2016** que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual Contratação de pessoa física, com formação Superior em Clinica Geral, para prestação de serviços Médicos Diariamente no Hospital Municipal e PSF's**, conforme especificações do edital. O Pregoeiro comunica aos interessados que o certame será **REPETIDO**, em sessão pública a ser realizada **às 07:30 hrs do dia 12/05/2016** (**Horário de cuiabá**) na sala de licitações. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/2002, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, no horário das 07:00 às 17:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaogauchadonorte@hotmail.com** ou no site **www.gauchadonorte.mt.gov.br**.

Gaúcha do Norte - MT, 28 de Abril de 2016.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LICITAÇÕES
EXTRATO DO 01° TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO N°055/2015

EXTRATO DO 01° TERMO ADITIVO AO

CONTRATO PÚBLICO N°055/2015

VIGÊNCIA: 04/03/2016 a 31/12/2016

VALOR: R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) mensais

MOTIVO DA ALTERAÇÃO: ACRÉSSIMO DE PRAZO.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

CONTRATADO: CENTROESTE AMBIENTAL - COLETA TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA LTDA ME

Alickson Belo Gama

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 269/2016 DE 07/04/2016

PORTARIA Nº 269/2016 DE 07/04/2016

"DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 182/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituiro profissional habilitado para fiscalização do Contrato Nº 182/2015, Senhor **MARCELO DE CASTRO SOUZA** pela Senhora **BEATRIZ CRESTINA BALEN,** portadora do CPF Nº 034.429.981-31 e RG Nº 2148630-1 SSP/MT, ocupante do cargo de **COORDENADORA DE ANÁLISE DE PROJETOS E CONVÊNIOS para FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PMGN/MT Nº 182/2015 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE VIAS REPAVIMENTADAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE - TP 012/2015 - PROCESSO ADM 1019/2015.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 398/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 270/2016 DE 07/04/2016.

PORTARIA Nº 270/2016 DE 07/04/2016.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**INELVE BARON VILA NOVA**
CARGO:	**PROFESSORA**
Período de:	**05/04/2016 A 03/07/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**05/02/2005 A 05/02/2010**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de abril de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 400/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 318/2016 DE 28/04/2016

PORTARIANº 318/2016 DE 28/04/2016

"REVOGA A PORTARIA Nº 072/2016 DE 25 DE JANEIRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR a Portaria N.º 072/2016 de 25 de janeiro de 2016, que dispõe sobre **CEDÊNCIA**com ônus ao órgão de origem o servidor **DIOVANIO DOMINGOS ROCHA** portador do RG. 3918483 SSP/MT e do CPF 969.386.411-53, servidor efetivo ocupante do cargo de **TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA**, lotado na Secretaria Municipal de saúde, nos termos do Art. 109 da Lei 101/2005 para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto até 20 de dezembro de 2016.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 28/04/2016.

NP 458/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretario Municipal De Governo E Articulação Institucional

PREVIGUAR
PORTARIA N.º 06/2016

PORTARIA N.º 06/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 010/2014 que concedeu o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição a servidora ***Srª. Salette Bosa Picoloto****."*

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT - SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº. 010/2014 de 03/04/2014, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 11/04/2014 onde fora concedido o benefício aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, **a servidora Srª. Salette Bosa Picoloto** no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme processo administrativo do **PREVIGUAR**, n.º **2014.04. 00002P**.

Onde se lê: {... Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à **Sra. Salete Bossa Picolotto**, brasileira, portadora do RG n.º 628.323 - SSP/MT e do CPF n.º458.649.341-00, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Professora, Nível "6", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação"...}

Leia-se: {... Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à **Srª. Salette Bosa Picoloto**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 628.323-3 – SSP-MT e do CPF nº 458.649.341-00, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva, no cargo de Professora, Referencia "7", Classe "C", Matricula sob nº 168, lotada na Secretaria Municipal de Educação;"...}

Art. 2º TORNAR SEM EFEITO aPortaria nº. 012/2015 de 10/04/2015, de retificação, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 11/04/2014, Edição nº 2204, onde foi retificada a Portaria 010/2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27/02/2014, sendo revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Guarantã do Norte/MT, 28 de abril de 2016.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

PREVIGUAR
PORTARIA N.º 004/2016

PORTARIA N.º 004/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *ao servidor* ***Sr.Petrônio Rodrigues da Silva."***

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Guarantã do Norte - PREVIGUAR, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o Art. 86, I, II e III e IV e Parágrafo Único da Lei Complementar nº 091/2005, que versa sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guarantã do Norte/MT; e Lei Comp. 187/2011 que versa sobre o Plano de Cargos Carreira e Salário dos servidores da Educação do município de Guarantã do norte;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao **Sr. PETRONIO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 1257952 SSP-PR e do CPF nº 140.832.729-53, servidor Efetivo, no cargo de Professor, Classe "C", Nível "08", lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o n.º 144, contando com 35 anos, 02 meses e 28 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVIGUAR**, n.º **2016.04.00103P**, a partir de **01 de abril de 2016**, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Guarantã do Norte-MT, 27 de abril de 2016.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 268/2016 DE 07/04/2016.

PORTARIANº 268/2016 DE 07/04/2016.

"EXONERAR SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO,EDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - EXONERAR, o senhor **LÉO SCHAEFER,** brasileiro, portador do RG N° 4196920-2 SSP/PR e do CPF N° 557.021.129-20, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2016**, revogando ás disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 397/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 267/2016 DE 07/04/2016.

PORTARIANº 267/2016 DE 07/04/2016.

"REVOGA A PORTARIA Nº 252/2016 DE 05 DE ABRIL DE 2016 QUE TRANFERE SERVIDOR,EDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGA A PORTARIA Nº 252/2016 DE 05 DE ABRIL DE 2016 QUE TRANFEREo senhor **LÉO SCHAEFER,** brasileiro, portador do RG N° 4196920-2 SSP/PR e do CPF N° 557.021.129-20, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO**, para o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS** da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando ás disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 396/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 266/2016 DE 07/04/2016.

PORTARIA Nº 266/2016 DE 07/04/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR, do cargo comissionado, constante do quadro de pessoal deste Município, o Senhor **DIONALDI DE SOUZA,** brasileiro, portador do RG N° 1149024-1 SSP/MT e do CPF N° 924.086.801-15, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, do cargo de **COORDENADOR DE DEFESA CIVIL**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de abril de 2016,** revogadas a disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 395/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 265/2016 DE 07/04/2016.

PORTARIA Nº 265/2016 DE 07/04/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

SERVIDOR:	**LAERCIO VANDERLEI PEREIRA**
CARGO:	**MOTORISTA CATEGORIA C**
Período de:	**29/04/2016 A 13/05/2016 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**16/03/2015 A 16/03/2016**

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 29 de abril de 2016**, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 394/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 264/2016 DE 07/04/2016.

PORTARIA Nº 264/2016 DE 07/04/2016.

"INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PROCESSO N° 021/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - INSTAURAR Processo de Sindicância **N° 021/2016** para apurar denúncia em desfavor do servidor **HENRIQUE SEHN,** portador do RG: 577232 SSP/MT e CPF: 982.384.851-34 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de **MOTORISTA CATEGORIA "D",** sob matricula N° 2307, por suposta prática de proceder de forma desidiosa nos termos do Inciso XIV do Artigo 131, da Lei 101/2005.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 393/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO TP 001/2016

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Presidente da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, cujo Objeto é: **CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DA PRAÇA VILA MARIANA.** Dia: 24/05/2016, abertura as 8:00 horas (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, **(quando o edital for solicitado por e-mail às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com)**. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 28 de abril de 2016.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Presidente CPL.

PREGÃO PRESENCIAL SRP 008/2016

RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que **RETIFICA** a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 08/2016, cujo Objeto é: Aquisições de equipamentos, móveis hospitalares e veículo para atender a unidade de saúde do Município de Indiavaí/MT.

RETIFICA-SE: O ANEXO I - ITEM **58** E **59** "onde se lê " **KIT MULTIMIDIA**" passa a ler se "**EQUIPAMENTO DE SOM MP3 COM ENTRADA USB**" edital complementar encontra se na sede da prefeitura e o mesmo poderá ser solicitado no e-mail: (pmindiavailicitacao@gmail.com**), os demais dizeres encontra se inalterados.**

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 28 de abril de 2016.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE IPIRANGA DO NORTE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2016

Processo 001/2016

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada na Disponibilização via software de informações junto ao Portal da Transparência - LC 131\2009, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei Federal no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

OBJETO: "Serviços de disponibilização via software de informações junto ao Portal da Transparência - LC 131\2009"

CONTRATADA: ÁGILI SOFTWARE PARA ÁREA PÚBLICA LTDA, CNPJ: 26.804.377/0003-59.

VALOR GLOBAL: R$ 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais), sendo pagos em uma parcela no valor de R$ 1.000,00 (Hum Mil Reais) mais 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 350,00 (trezentos e Cinquenta Reais).

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses.

Ipiranga do Norte-MT, 29 de Abril de 2016.

_____

SIMONE MACHADO DA SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. CRISTINA SOUZA SCARPARI, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO, e, de outro lado, a Sra. CRISTINA SOUZA SCARPARI** brasileira, solteira, maior, Técnica em Enfermagem, Carteira de Identidade Civil RG. 2334649-3 SEJSP/MT, e CPF Nº 052630911-33, residente e domiciliado na rua Rio Arinos, s/n, Centro, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Técnico em Enfermagem, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Técnico em Enfermagem, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado

Nº. 003/2016 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Municipal Nº. 054/2005 correspondente ao Cargo de Técnico em Enfermagem, ficando subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 40 (Quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº. 054/2005 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 003/2016 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 10.738,08 (Dez mil, setecentos e trinta e oito reais e oito centavos), sendo o valor mensal de R$ 1.789,68 (Um mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei do Regime Jurídico e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar nº 32/2015.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado a **CONTRATADA** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2016. **08.002.10.301.0023. 2067319004000000- contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 28 de Abril de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

CRISTINA SOUZA SCARPARI

Contratado

TESTEMUNHAS

1ª_____

2ª_____

C.P.F C.P.F

R.G R.G

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2016

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. DRIELI REGINA CASANOVA, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO, e, de outro lado, a Sra. DRIELI REGINA CASANOVA brasileira, casada, maior, Técnica em Enfermagem, Carteira de Identidade Civil RG.** 2663861-4 SEJSP/MT, e CPF Nº 057957581-08, residente e domiciliado na rua das Jabuticabas, n 49, Centro, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Técnico em Enfermagem, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Técnico em Enfermagem, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 003/2016 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Municipal Nº. 054/2005 correspondente ao Cargo de Técnico em Enfermagem, ficando subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 40 (Quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº. 054/2005 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 003/2016 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 10.738,08 (Dez mil, setecentos e trinta e oito reais e oito centavos), sendo o valor mensal de R$ 1.789,68 (Um mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei do Regime Jurídico e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar nº 32/2015.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado a **CONTRATADA** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2016. **08.002.10.301.0023. 2067319004000000- contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 27 de Abril de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

DRIELI REGINA CASANOVA

Contratado

TESTEMUNHAS

1ª_____

2ª_____

C.P.F C.P.F

R.G R.G

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 017/2016, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Ferronatto, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 069/2015 e o **Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2015 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Ipiranga do Norte-MT,**

RESOLVE :

Art. 1°. Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo no interesse Secretaria Municipal de Educação os candidatos aprovados dentro do número de vagas, conforme consta no Decreto de Homologação nº 069/2015.

Art.2º. Os candidatos ora convocados na forma deste Edital devem comparecer ao Deptº. Pessoal, sito à Rua dos Girassóis, nº. 387 – Esq. Av. Fortaleza – Centro – CEP. 78578-000 Ipiranga do Norte – MT, no prazo de 10 (dez) dias para a regularização de documentos pessoais e mais 20 (vinte) dias para a posse a contar da publicação ou afixação deste Edital, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - O candidato convocado:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
22	CRISTIANA SPIES NILLES	PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS	6,6	10º	OC
08	MARCIA BEUX BARBIERO	PROFESSOR PEDAGOCIA 1º AO 5º ANO – 30 HORAS	7,7	4º	OC

Art.4º. Para contratação os candidatos deveram apresentar fotocópia **autenticada em cartório** da documentação, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade;

2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse ou certidão de quitação eleitoral;

8 – Título de Eleitor;

9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 – Comprovante de Escolaridade;

13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

14 – Declaração de não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

18 – Declaração de bens.

19 – Cópia comprovante de freqüência escolar dos filhos menores de 14 anos; (se houver)

20 – 1 foto 3x4 recente;

21 – Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

22 – Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço publico;

23 – Conta Corrente no Banco do Brasil ou Sicredi;

24 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 28 de abril de 2016.

PEDRO FERRONATTO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO GERAL (REGULARIZAÇÃO FUNDICIÁRIA URBANA) Nº 001/2016

APrefeitura Municipal de **ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, CONVOCA o comparecimento de todos os possuidores ou ocupantes de imóvel nos núcleos urbanos da sede do Município de Itanhangá - MT, dos lotes referente as quadras descrito abaixo, e em conformidade com a Lei Municipal nº 376/2015 e em cumprimento ao Decreto 038/2016 – Artigos 17,18,19 que descreve:

***Art. 17** – Os ocupantes e possuidores de imóveis urbanos a serem regularizados, localizados em áreas urbanas cujas matrículas já se encontram individualizadas, deverão comparecer no Departamento de Tributação da Prefeitura e apresentar a documentação necessária para a completa regularização do cadastro do imóvel, e elaboração do Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI, antes de requerer a titulação.*

***Art. 18** - A documentação necessária aludida no Art. 17 é a mesma exemplificativamente elencada no Art. 26, sem prejuízo de outras julgadas necessárias pelo Departamento de Tributação.*

***"Art. 19** - Serão considerados beneficiários os ocupantes que possuam lotes urbanos registrados em seu nome junto ao Cadastro Imobiliário do Município, os quais serão devidamente convocados mediante Edital Geral com prazo de 30 (trinta) dias, publicado no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-grossense dos Municípios-AMM e em Jornal de Circulação Regional, conforme a etapa do loteamento ser regularizada."*

Segue a relação das **Quadras** que abrange este processo de alienação e titulação dos Imóveis:

Quadras: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 112.

Aos possuidores ou ocupantes de imóveis que não cumprir o prazo do edital, este receberá uma Notificação pessoal e extrajudicial para exercer seu direito de regularização e transferência no prazo de 30 (trinta) dias da ciência da Notificação e findado o prazo final conforme *Art. 22* do **Decreto 038/2016**, os possuidores ou ocupantes de imóveis que não tenha feito o requerimento de regularização e transferência nos prazos legais, estes serão excluído do Programa de Regularização Fundiária e seus imóveis retornarão ao domínio do Município, conforme *Art. 23* do **Decreto 038/2016**.

Itanhangá, MT – 26 de Abril de 2016.

_____

Joao Antonio Vieira

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 038/2016

SÚMULA: Regulamenta a aplicação da Lei Municipal nº 376/2015 e suas alterações, o processo e os procedimentos com vistas à alienação e titulação das ocupações de imóveis nos núcleos urbanos do Município de Itanhangá, em cumprimento ao disposto no Termo de Doação/INCRA/SR-13/G/ N° 003/2006, de 13 de março de 2006.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 29 e 30 da Constituição Federal que tratam da ordem político-jurídica e competências dos municípios;

CONSIDERANDO o ordenamento dos Artigos 10, IX e XII; 27; 28, VIII; 51; 59, XIV e XX; 76, I-b e II, § 2º-II; 99; 103, I, § 2º; 136, II e III; 140, § 1º e 2º; 141 da Lei Orgânica do Município de Itanhangá;

CONSIDERANDO o regramento das Leis 5.954/1973, autorização ao INCRA para doar imóveis remanescentes de Núcleos de Colonização e de Projetos de Reforma aos municípios, e 6.766/1979, sobre parcelamento do solo urbano;

CONSIDERANDO a regência contida no Artigo 17, Inciso "I", aliena "f", da Lei 8.666/1993, sobre alienação de bens da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que disciplinam as Leis nºs. 10.257/2001, Estatuto da Cidade, e 11.952/2009, sobre normas para regularização fundiária de ocupações em áreas federais na Amazônia Legal doadas aos municípios pelo INCRA;

CONSIDERANDO a cogência da Lei Complementar Municipal nº 007/2007, Código de Meio Ambiente e Postura;

CONSIDERANDO o que prescreve a Lei Complementar Municipal 042/2011, sobre parcelamento do solo urbano do Município de Itanhangá;

CONSIDERANDO o contido no Art. 7º, da Lei Municipal nº 124/2008, de 20 de março de 2008, no Art. 4º, da Lei Municipal nº 274/2012, de 14 de maio de 2012 e no Art. 7º, da Lei Municipal nº 376/2015; e, finalmente,

CONSIDERANDO a competência constitucional da municipalidade para suplementar o ordenamento jurídico federal e legislar sobre assuntos de interesse local, soberanamente manifestada por meio de seus lídimos representantes na Câmara Municipal de Vereadores, através das Leis Municipais nºs. 011/2005, 124/2008, 274/2012 e 376/2015, esta última alterada pelas Leis Municipais nºs. 385/2016 e 390/2016, todas sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Da Finalidade

Art 1° - Este Decreto regulamenta e/ou confere materialidade fática a todos os dispositivos legais mencionados nos considerandos, consiste em estabelecer processos, procedimentos, rotinas e formas, além de, operacionalmente, alocar exequibilidade ao Termo de Doação/INCRA/SR-13/G/ N° 003/2006, de 13 de março de 2006, especialmente às determinações contidas na sua Cláusula Quarta, visando à alienação e a titulação dos bens aos atuais ocupantes, bem como fazer a transferência do domínio para os Órgãos Públicos e entidades definidos na Lei Municipal nº 376/2015 e suas alterações.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal alienará gratuita ou onerosamente as ocupações de imóveis dos núcleos urbanos do Município de Itanhangá, em cumprimento da Lei Municipal nº 376/2015, suas alterações e do Termo de Doação descrito no Art. 1º.

Art. 3º - O interesse público e social encontra-se devidamente declarado na Lei nº 274/2012 e justificado na situação vivenciada pelos possuidores residentes do município, pendentes de documentação e dominialidade há anos, no anseio por regularização, conforme consignado no Art. 2º, da Lei Municipal nº 376/2015.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Das Diretrizes

Art. 4° - A regularização será efetivada por alienação gratuita ou onerosa dos imóveis localizados nos núcleos urbanos do Município de Itanhangá, em favor dos ocupantes ou possuidores, Pessoas Naturais, mediante outorga, pelo Município, de Título de Propriedade ou de Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, correndo todas as despesas por conta dos outorgados, ressalvadas as exceções previstas, em consonância com o Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 5º - Para os efeitos do Art. 4º serão abrangidos os imóveis edificados ou não, localizados nos núcleos urbanos do Município de Itanhangá.

Art. 6º - A alienação será gratuita aos órgãos e entidades da Administração Pública, Instituições Religiosas, Sindicatos, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos, legalmente constituídos e em regular funcionamento, em obediência ao mandamento expedido no § 2º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 7º - A alienação será gratuita ao(s) ocupante(s) ou possuidor(es) de um único imóvel, edificado ou não, com área de até 1.000m² (um mil metros quadrados), exceto imóveis com área construída superior a 64m² (sessenta e quatro metros quadrados), conforme disposto nos incisos I e II, do § 3º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015;

Parágrafo Único – A fixação de área construída de até 64m² (sessenta e quatro metros quadrados) define o parâmetro para ocupantes considerados de baixa renda.

Art. 8º - Serão passíveis de regularização gratuita os imóveis enquadrados no Art. 7º, deste decreto, com área superior em até 20% (vinte por centro) à metragem fixada, de acordo com o inciso II, do § 3º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 9º - A alienação será onerosa, com ou sem encargos, ao(s) ocupante(s) ou possuidor(es) de área inferior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados), não enquadrados no Art. 7º deste decreto, sendo que os imóveis sem edificação, serão regularizados com obrigação de até 5 (cinco) anos para construir, a contar da data de emissão do Título de Propriedade, sob pena de reintegração ao patrimônio público municipal, conforme inciso I, do § 4º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015;

Art. 10 - Os imóveis cujos possuidores não tiverem domicílio no município, serão regularizados mediante Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, com condição resolutiva e cláusula de reversão a ser cumprida no prazo improrrogável de 3 (três) anos, a contar da data de emissão da CDRU, conforme inciso II, do § 4º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015;

Parágrafo único - Os Artigos 9º e 10, estão em simetria com às disposições dos Artigos 2º e 5º da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade.

Art. 11 - O imóvel regularizado nas condições dos Artigos 9º e 10 poderá ser transferido por ato “inter vivos” ou “causa mortis” e levado a registro, por meio de instrumento habilitado junto ao Cartório de Registro de Imóveis, sem prejuízo das condições resolutivas e alteração dos prazos da cláusula de reversão.

Art. 12 - Decorrido o prazo determinado e comprovadamente cumpridas às exigências estipuladas no Título de Propriedade ou CDRU, o beneficiário poderá requerer a baixa das condições resolutivas e da cláusula de reversão, conforme estipulado no inciso III, do § 4º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Parágrafo único – Efetuadas as baixas, especificadas no *caput,* a CDRU será convertida em Título de Propriedade.

Art. 13 - Em caso de descumprimento de quaisquer encargos e/ou cláusula resolutiva aplicada, o bem imóvel será revertido ao patrimônio público municipal no prazo de 30 (trinta) dias a contar da pertinente notificação, sem direito a indenizações e/ou restituições de valores pagos referentes à regularização, conforme determina o inciso IV, do § 4º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 14 - A alienação será obrigatoriamente onerosa aos possuidores de um único imóvel cuja área ultrapassar 5.000m² (cinco mil metros quadrados) e aos possuidores de mais de um imóvel cujas áreas somadas ultrapassarem 5.000m² (cinco mil metros quadrados), nos termos em que dispõe os incisos I e II, do § 5º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 15 - Será considerado como valor de avaliação para fins de alienação e transferência dos imóveis em que a área não exceda 5.000m² (cinco mil metros quadrados), os percentuais a seguir, calculados sobre o valor venal da *terra nua* descrito na Planta Genérica, existente no Departamento de Tributos da Prefeitura:

I - 2% (dois por cento), para os ocupantes de imóveis não enquadrados nos Artigos 7º e 8º (alienação gratuita); e

II - 5% (cinco por cento), para os ocupantes de imóveis não edificados, localizados na Zona A, constante da Planta Genérica, existente no Departamento de Tributação da Prefeitura, cujos possuidores não comprovarem residência e domicílio no município, no termos do Inc. II, do § 4º, do Art. 3º, conjugado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 16 - Na definição das ocupações e avaliação dos imóveis urbanos, para fins de alienação e transferência aos seus ocupantes, será considerado o Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI a ser elaborado para a finalidade e a Planta Genérica de Valor Venal, existente no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Itanhangá, nos termos do Art. 4º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 17 – Os ocupantes e possuidores de imóveis urbanos a serem regularizados, localizados em áreas urbanas cujas matrículas já se encontram individualizadas, deverão comparecer no Departamento de Tributação da Prefeitura e apresentar a documentação necessária para a completa regularização do cadastro do imóvel, e elaboração do Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI, antes de requerer a titulação.

Art. 18 - A documentação necessária aludida no Art. 17 é a mesma exemplificativamente elencada no Art. 26, sem prejuízo de outras julgadas necessárias pelo Departamento de Tributação.

Art. 19 - Serão considerados beneficiários os ocupantes que possuam lotes urbanos registrados em seu nome junto ao Cadastro Imobiliário do Município, os quais serão devidamente convocados mediante Edital Geral com prazo de 30 (trinta) dias, publicado no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-grossense dos Municípios-AMM e em Jornal de Circulação Regional, conforme a etapa do loteamento ser regularizada.

Art. 20 – Os prazos constantes do Edital e na Lei Municipal nº 376/2015 serão considerados apenas para as etapas a serem regularizadas.

Art. 21 - Findo o prazo da convocação geral fixado no edital e em não comparecendo o ocupante do imóvel para regularizar, este será notificado pessoal e extrajudicialmente para exercer o direito de regularização e transferência no prazo de 30 (trinta) dias da ciência da notificação.

Art. 22 - Não sendo possível a notificação pessoal nos termos do Art. 21, o ocupante ou possuidor será notificado por 3 (três) vêzes, em publicações semanais, no Diário Oficial Eletrônico da AMM e em jornal de circulação regional, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da última publicação.

Art. 23 - Esgotado os prazos fixados nos artigos anteriores, bem como, os da Lei Municipal nº 376/2015, sem que o ocupante ou possuidor tenha feito o requerimento de regularização e transferência, os ocupantes ou possuidores serão excluídos do Programa de Regularização Fundiária, seus imóveis retornarão ao domínio do município, e a alienação será feita mediante processo licitatório na modalidade de concorrência, conforme disposto no § 2º, do Art. 5º, da Lei Municipal nº 376/2015, conjugado com o ordenamento Inc. I, do Art. 17, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Da Execução do Processo

Art. 24 - Serão regularizados e alienados mediante outorga de Título de Propriedade ou de Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, os imóveis registrados em nome de seus ocupantes ou possuidores no Cadastro Imobiliário do Município de Itanhangá, obedecidos os prazos estipulados neste Decreto.

Art. 25 - Serão convocados e/ou notificados os ocupantes ou possuidores de lotes urbanos contidos na respectiva etapa a que se refere o § 1º, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 376/2015, a apresentarem a documentação exigida para regularização, transferência e outorga de Titulo de Propriedade ou de CDRU.

I - No prazo restante entre a publicação do Edital de Convocação e aqueles fixados nos Artigos 19 a 22, deste Decreto, se o referido prazo restante for maior que 30 (trinta) dias; e

II - No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do Edital de Convocação para os demais casos.

§ 1º - O Poder Executivo poderá, para efeito meramente administrativo-gerencial, prospectar e priorizar possíveis beneficiários interessados na urgência da titulação, sem prejuízo de qualquer beneficiário que manifestar semelhante interesse.

§ 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública, Instituições Religiosas, Sindicatos, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos referidos no Art. 6º, bem como os ocupantes de imóveis construídos com recursos de programas de habitação social, serão chamados em etapas específicas por Edital e Notificação extrajudicial.

I - Os órgãos e entidades da Administração Pública, Instituições Religiosas, Sindicatos, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos terão as respectivas notificações endereçada, de preferência, ao(s) representante(s) legal(ais), sem prejuízo da identificação da Pessoa Jurídica possuidora do(s) imóvel(eis).

II - Os imóveis construídos com recursos de programas de habitação social terão as notificações em nome da respectiva pessoa natural ocupante.

Art. 26 - A documentação a que se refere o Art. 25 será integrada pelo que exemplificativamente elenca os incisos deste Artigo, ressalvadas eventuais exigências para casos específicos e/ou especiais.

I - Cópia da carteira de identidade - RG ou equivalente com foto e do Cadastro de Pessoa Física-CPF;

II - Cópia de documento que comprove o estado civil (registro de nascimento ou certidão de casamento), bem como o regime do casamento, se for o caso;

III - Cópia do RG ou equivalente com foto, e do CPF do cônjuge, se for o caso;

IV - Cópia de documento que comprove o estado civil (registro de nascimento ou certidão de casamento), do RG e do CPF para os casos de União Estável em que haja interesse de que o outro(a) convivente passe a figurar como co-proprietário do imóvel a ser titulado;

V - Cópia da documentação constante do Inc. IV, de todos os co-proprietários para os casos de imóveis em sociedade;

VI - Procuração pública habilitando o requerente a representar terceiros.

VII – Certidão de Regularidade de Cadastro Imobiliário.

VIII - Comprovação de inexistência de débitos junto á Prefeitura Municipal de Itanhangá;

IX - Comprovante de domicílio e residência legalmente admissível tais como conta de luz, água ou telefone emitido nos últimos 3 (três) meses ou, ainda, comprovante de vínculo empregatício, de empreendedor individual ou empresarial que comprove atividade laboral no município de Itanhangá.

Art. 27 - Eventuais lacunas na demonstração da cadeia possessória serão resolvidas através de procedimento administrativo específico.

Da Emissão do Título de Propriedade/

Concessão de Direito Real de Uso

Art. 28 - Apresentados no Departamento de Tributação o requerimento endereçado do Prefeito Municipal, assinado pelo ocupante ou possuidor do imóvel urbano a ser regularizado, transferido e/ou titulado, acompanhado da documentação necessária elencada no Art. 26 deste decreto, será toda ela conferida e examinada.

Art. 29 - O requerimento será protocolado e autuado em forma de Processo Administrativo com o conjunto de caracteres identificadores na formatação DD.MM-XXXX/AAAA.

I - DD.MM-, consignará o dia e o mês de registro do protocolo/autuação;

II – XXXX-, consignará o número do Processo Administrativo e definirá a sua cronologia em compatibilidade com o conjunto de caracteres constantes dos incisos I e III; e

III - AAAA, consignará o ano de registro do protocolo/autuação.

Art. 30 - Aprovada a documentação pelo Chefe do Departamento de Tributação, este, de ofício, elaborará o Boletim de Cadastro Imobiliário-BCI e emitirá Certidão de Regularidade do imóvel no Cadastro Imobiliário do Departamento, se for o caso.

Art. 31 - Implementadas as providências previstas no Art. 30, o Chefe do Departamento de Tributação encaminhará o processo ao Secretário de Administração que, entendendo regular e suficiente a documentação ratificará a aprovação e o enviará para análise e deliberação do Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável-CONREDES.

Art. 32 – A documentação recebida na forma do Art. 31 será analisada e homologada pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária, criado pela Lei Municipal n° 372/2015, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme disposto no § 1º, do Art. 5º, da Lei Municipal nº 376/2015.

§ 1º - O conselho conferirá a documentação e, em estando correta homologará o processo.

§ 2º - Se constatada alguma duplicidade de beneficiários ou litígio, a análise será suspensa até resolução do conflito;

§ 3º - Os beneficiários que não resolverem seus conflitos administrativamente deverão fazê-lo judicialmente, ficando a regularização suspensa até decisão final.

§ 4º - Encerrados todos os prazos fixados nos Artigos 19 a 22, deste Decreto, sem que os beneficiários resolvam seus conflitos administrativamente ou, no mesmo prazo, ingressem com ação judicial cabível, o imóvel em questão retornará ao domínio do Município.

Art. 33 - Devolvida a documentação homologada pelo CONREDES ao Secretário de Administração, este a encaminhará ao Chefe do Departamento de Tributação.

Art. 34 - De posse da documentação nas condições estabelecidas no Art. 33, o Chefe do Departamento de Tributação notificará o requerente, para recolher, de imediato, o valor fixado para a alienação, conforme disposto nos Incisos I e II, bem como os tributos dos Incisos III e IV, deste Artigo.

I - Valor da Alienação: 2% (dois por cento) calculado sobre o valor da terra nua constante da Planta Genérica em vigor, para os imóveis de até 5.000 m² (cinco mil metros quadrados).

Parágrafo único - O(s) ocupante(s) ou possuidor(es) de um único imóvel, com área de até 1.000m² (um mil metros quadrados), não edificado ou com área construída de até 64m² (sessenta e quatro metros quadrados), ou, contemplado(s) no Art. 7º, será(ão) documentado(s) sem a cobrança do Valor da Alienação estipulado no Inc. I, em conformidade com o disposto nos Incs. I e II, do § 3º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015;

II - Valor da Alienação: 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da terra nua constante na Planta Genérica em vigor, para os imóveis de até 5. 000 m² (cinco mil metros quadrados) quando se tratar de imóveis não edificados, localizados na Zona A da referida Planta Genérica, cujos possuidores não comprovem residência e domicílio no município de Itanhangá, conforme Inc. II, do Art. 15, em consonância com o que dispõe os Artigos 2º e 5º da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade.

III - Taxa de Aprovação e Regularização de Loteamento: 10 (dez) Unidades Fiscais de Itanhangá-UFI, nos termos do item 6, da Tabela VIII, da Lei Complementar nº 005/2005, Código Tributário Municipal-CTM, em cumprimento à autorização do Art. 6º, da Lei Municipal nº 376/2015;

IV - ITBI: 2% (dois por cento) calculado sobre o valor utilizado como base para apuração do Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU do exercício em que ocorrer a alienação, conforme determinam os Artigos 66 a 76, da Lei Complementar Municipal nº 005/2005, CTM.

§ 1º - Os recolhimentos ordenados neste Artigo serão calculados e processados, separadamente, em Documento de Arrecadação Municipal-DAM específico para cada tipo de incidência, pelo Departamento de Tributação e recebidos mediante autenticação pela rede bancária arrecadadora.

§ 2º - Os valores arrecadados nos termos dos Incisos I e II serão apropriados em conta corrente específica sob a nomenclatura identificadora de "Alienação Imobiliária Urbana" e os do Inc. III sob a nomenclatura identificadora de "Taxa de Aprovação e Regularização de Loteamento"

Art. 35 - Rigorosamente comprovado o atendimento de todas as determinações dispostas nos Artigos 28 a 34, o Chefe do Departamento de Tributação emitirá o instrumento de transmissão de posse e domínio conforme determinado nos Incisos abaixo.

I - TÍTULO DE PROPRIEDADE: O(s) ocupante(s) ou possuidor(es) de um único imóvel, que contenha área construída de até 64m² (sessenta e quatro metros quadrados), ou não edificado, com área de até 1.000m² (um mil metros quadrados), conforme especificação do Parágrafo único do Inc. I, do Art. 34;

Parágrafo único - A condição de possuidor(es) de um único imóvel será atestada mediante declaração pessoal sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, sem prejuízo do cotejo da informação junto ao Cadastro Imobiliário do Município, em consonância com a Alínea "d", do Inc. I, do Art. 30, da Lei Federal nº 11.952/2009.

II - TÍTULO DE PROPRIEDADE: Ao(s) ocupante(s) e/ou possuidor(es) de imóvel(eis) com área de até 5.000m² (cinco mil metros quadrados), edificado (s) não enquadrado(s) no Inc. I.

III - TÍTULO DE PROPRIEDADE COM CONDIÇÃO RESOLUTIVA E CLÁUSULA DE REVERSÃO: para o(s) ocupante(s) e/ou possuidor(es) de imóvel(eis) com área de até 5.000m² (cinco mil metros quadrados), não edificado(s) e não enquadrado(s) no Inciso I.

§ 1º - As Condições Resolutivas e Cláusula de Reversão definidas no Inc. III, consistirão nas obrigações constantes das alíneas deste parágrafo:

a) Obrigação do(a) OUTORGADO(A) edificar, sobre o imóvel, no prazo de até 05 (cinco) anos a contar da emissão do Título de Propriedade, construção residencial e/ou comercial, nos padrões admitidos pela legislação municipal, destituindo-o da condição de baldio, em consonância como o que dispõe os Artigos 2º e 5º da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade.

b) Obrigação do(a) OUTORGADO(A) promover a limpeza com recolhimento e destinação dos monturos no mínimo 2 (duas) vezes por ano, mantendo o imóvel definitivamente livre de macegas, resíduos, dejetos e águas estagnadas que possam propiciar a proliferação de insetos, ratos e outros animais nocivos à população, durante o período em que o imóvel permanecer sem construção, conforme preconiza o Art. 89, da Lei Municipal Complementar nº 007/2007, Código de Meio Ambiente e de Postura do Município;

c) Obrigação do(a) OUTORGADO(A), construir passeio e, muro ou gradil, em toda a extensão de testada, nos terrenos não edificados, com frente para via ou logradouro público pavimentado que apresente meio-fio e sarjeta, nos termos e especificações dos Artigos 91, 167 e 173, da Lei Municipal Complementar nº 007/2007, Código de Meio Ambiente e de Postura do Município.

§ 1º - O muro ou gradil de que trata a alínea "c" poderá ser substituído por mureta de no mínimo 30 (trinta) centímetros de altura.

§ 2º - As obrigações da alínea "c" deverão ser cumpridas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da emissão do Título de Propriedade ou da construção do meio-fio e sarjeta.

§ 3º - O descumprimento de uma das obrigações tornará nula a alienação e rescindirá o título, de pleno direito, independentemente de ato especial ou de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, bem como reverterá o imóvel à posse e domínio do Município com o consequente cancelamento do registro no Cartório de Registro de Imóvel, e sua regularização dar-se-á somente por meio de licitação na modalidade Concorrência.

§ 4º - A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, transfere ao adquirente as obrigações previstas neste Artigo, sem alteração de prazos.

IV - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO-CDRU, COM CONDIÇÃO E CLÁUSULA RESOLUTIVA ao(s) possuidor(es) de imóvel(eis) não edificado(s) com área inferior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados), que não comprovarem domicílio no município e não enquadrado(s) nos Incisos I a III, de acordo com o Inc. II, do § 4º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

§ 1º - As Condições Resolutivas e Cláusula de Reversão definidas no Inc. IV, consistirão nas obrigações constantes das alíneas deste parágrafo:

a) Obrigação do(a) OUTORGADO(A) edificar, sobre o imóvel, no prazo de até 03 (três) anos a contar data da emissão da CDRU, construção residencial e/ou comercial, nos padrões admitidos pela legislação municipal, destituindo-o da condição de baldio, em consonância com o que dispõe os Artigos 2º e 5º da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade.

b) Obrigação do(a) OUTORGADO(A) promover a limpeza com recolhimento e destinação dos monturos no mínimo 2 (duas) vezes por ano, para manter imóvel livre de macegas, resíduos, dejetos e águas estagnadas que possam propiciar a proliferação de insetos, ratos e outros animais nocivos à população, durante o período em que o imóvel permanecer sem construção, conforme preconiza o Art. 89, da Lei Municipal Complementar nº 007/2007, Código de Meio Ambiente e de Postura do Município;

c) Obrigação do(a) OUTORGADO(A) construir passeio e, muro ou gradil, em toda a extensão de testada, nos terrenos edificados ou não, com frente para via ou logradouro público pavimentado que apresente meio-fio e sarjeta, nos termos e especificações dos Artigos 91, 167 e 173, da Lei Municipal Complementar nº 007/2007, Código de Meio Ambiente e de Postura do Município.

§ 1º - O muro ou gradil de que trata a alínea "c" poderá ser substituído por mureta de no mínimo 30 (trinta) centímetros de altura.

§ 2º - As obrigações da alínea "c" deverão ser cumpridas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da emissão do Título de Propriedade ou da construção do meio-fio e sarjeta.

§ 3º - O descumprimento de uma das obrigações tornará nula a alienação e rescindirá o título, de pleno direito, independentemente de ato especial ou de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, bem como reverterá o imóvel à posse e domínio do Município e sua regularização dar-se-á somente por meio de licitação na modalidade Concorrência.

§ 4º - A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, transfere ao adquirente as obrigações previstas neste Artigo, sem alteração de prazos.

Art. 36 - Implementadas todas as providências determinadas até o Art. 35, o Chefe do Departamento de Tributação encaminhará ao Prefeito Municipal o Titulo de Propriedade ou Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, acompanhado do respectivo Processo Administrativo.

Art. 37 - O Prefeito Municipal, concluindo pela escorreição e lisura do procedimento assinará o Titulo de Propriedade ou Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, homologando e encerrando, destarte, o Processo Administrativo.

Art. 38 - O Prefeito Municipal, concluindo que o procedimento não atendeu os requisitos legais e/ou administrativos, encaminhará o processo à Assessoria Jurídica instruído com as respectivas determinações de providências ou o retornará ao titular do Departamento de Tributação, da mesma forma, com as respectivas determinações de providências.

Art. 39 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito,

Itanhangá-MT, 11 de abril de 2016

JOÃO ANTONIO VIEIRAPrefeito MunicipalPAULO Henrique GodóySecretário Municipal de AdministraçãoDANIEL RODRIGUES MAGALHÃESSecretário Municipal de FinançasALDO LOUREIRO DA SILVAAssessor Jurídico – OAB/MT 11.162-BCARMEM CRISTINA GARBOSSAAssessora Jurídica – OAB

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

ANEXO I – MINUTA DE REQUERIMENTO DE EMISSÃO DE TÍTULO

AO EXMO. SENHOR ..... PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO

Nome do Cidadão Itanhangaense, brasileiro, casado/solteiro/divorciado/viúvo/convivente em união estável (ou o que for), portador da Carteira de Identidade-RG nº ..... UF e do CPF nº .....-...., residente e domiciliado na Avenida/Rua ....., ..., na condição de ocupante/possuidor de imóvel na Cidade de Itanhangá-MT, com base no que dispões a Lei Municipal nº 376/2015, de 07 de outubro de 2015, vem pelo presente requerer a emissão do Título de Propriedade referente ao Lote Urbano nº .. .., localizado na Quadra ....., com matrícula no Cadastro Imobiliário do Município sob nº .....

Para instruir o processo de emissão do Título de Propriedade anexo a documentação constante do Art. 26, do Decreto Municipal nº 038/2016, de 11 de abril de 2016.

Nesses Termos

P. Deferimento

Itanhangá - MT, ... de ..... de 2016

_____

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À EMISSÃO DE TÍTULO

I - Cópia da carteira de identidade - RG ou equivalente com foto e do Cadastro de Pessoa Física-CPF;

II - Cópia de documento que comprove o estado civil (registro de nascimento ou certidão de casamento), bem como o regime do casamento, se for o caso;

III - Cópia do RG ou equivalente com foto, e do CPF do cônjuge, se for o caso;

IV - Cópia de documento que comprove o estado civil (registro de nascimento ou certidão de casamento), do RG e do CPF para os casos de União Estável em que haja interesse de que o outro(a) convivente passe a figurar como co-proprietário do imóvel a ser titulado;

V - Cópia da documentação constante do Inc. IV, de todos os co-proprietários para os casos de imóveis em sociedade;

VI - Procuração pública habilitando o requerente a representar terceiros.

VII – Certidão de Regularidade de Cadastro Imobiliário.

VIII - Comprovação de inexistência de débitos junto á Prefeitura Municipal de Itanhangá;

IX - Comprovante de domicílio e residência legalmente admissível tais como conta de luz, água ou telefone emitido nos últimos 3 (três) meses ou, ainda, comprovante de vínculo empregatício, de empreendedor individual ou empresarial que comprove atividade laboral no município de Itanhangá.

ANEXO III – MODELO DE CARIMBOS

Recebido em ___/_____/2016 _____ Servidor

A U T U A Ç Ã O
PROCESSO ADMINISTRATIVO
____._____-_____/2016
_____ Servidor

ANEXO IV – MODELO DE TÍTULO DE PROPRIEDADE

ANEXO V – VERSO DO TÍTULO - CLÁUSULAS DE ALIENAÇÃO GRATUITA SEM CONDIÇÃO RESOLUTIVA E CLÁUSULA DE REVERSÃO

DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O OUTORGANTE, qualificado no Quadro 01, com fundamento na legislação de regência, tendo em vista o que consta do pertinente Processo Administrativo DD.MM.AAA-XXXX/AAAA, TRANSFERE ao(a)(s) OUTORGADO(A)(S), qualificado(s) no Quadro 02, pelo presente TITULO DE PROPRIEDADE, o imóvel urbano nele descrito no Quadro 04.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O OUTORGANTE, nos termos dos incisos I e II, do § 3º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015, transfere ao(a)(s) OUTORGADO(A)(S) a propriedade e a posse do imóvel por alienação gratuita, ou seja, sem custo incidente sobre o Valor da Terra Nua-VTN.

CLÁUSULA SEGUNDA: A transferência se opera sob a condição "AD CORPUS", ou seja, o imóvel objeto deste título está sendo alienado como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões e metragem, e a existência ou surgimento de eventuais divergências deverão ser resolvidas entre os confrontantes pela via que lhes aprouver.

CLÁUSULA TERCEIRA: O(A) OUTORGADO(A)(S) obriga-se a averbar no Registro de Imóvel as benfeitorias edificadas no imóvel objeto deste título.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente TÍTULO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do Inc. V, do Art. 221, da Lei nº 6.015/1973, de 31 de dezembro de 1973.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito, Itanhangá-MT, ... de ..... de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

_____

_____

OUTORGADO OUTORGADA

Testemunhas:

_____
_____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

ANEXO VI – VERSO DO TÍTULO - CLÁUSULAS DE ALIENAÇÃO ONEROSA SEM CONDIÇÃO RESOLUTIVA E CLÁUSULA DE REVERSÃO

DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O OUTORGANTE, qualificado no Quadro 01, com fundamento na legislação de regência, tendo em vista o que consta do pertinente Processo Administrativo DD.MM.AAA-XXXX/AAAA, TRANSFERE ao(a)(s) OUTORGADO(A)(S), qualificado(s) no Quadro 02, pelo presente TITULO DE PROPRIEDADE, o imóvel urbano nele descrito no Quadro 04.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O OUTORGANTE, nos termos dos incisos do § 2º, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 376/2015, transfere ao(a)(s) OUTORGADO(A)(S) a propriedade e a posse do imóvel por alienação onerosa, no percentual de 2% (dois por cento), calculado sobre o Valor da Terra Nua-VTN, constante da Planta Genérica a que se refere o Art. 42, da Lei Complementar Municipal nº 005/2005, Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: A transferência se opera sob a condição "AD CORPUS", ou seja, o imóvel objeto deste título está sendo alienado como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões e metragem, e a existência ou surgimento de eventuais divergências deverão ser resolvidas entre os confrontantes pela via que lhes aprouver.

CLÁUSULA TERCEIRA: O(A) OUTORGADO(A)(S) obriga-se a averbar no Registro de Imóvel as benfeitorias edificadas no imóvel objeto deste título.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente TÍTULO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do Inc. V, do Art. 221, da Lei nº 6.015/1973, de 31 de dezembro de 1973.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito, Itanhangá-MT, ... de ..... de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

_____
_____

OUTORGADO OUTORGADA

Testemunhas:

_____
_____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

ANEXO VII – VERSO DO TÍTULO - CONDIÇÕES E CLÁSULA DE REVERSÃO

DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O OUTORGANTE, qualificado no Quadro 01, com fundamento na legislação de regência, tendo em vista o que consta do pertinente Processo Administrativo DD.MM.AAA-XXXX/AAAA, TRANSFERE ao(a)(s) OUTORGADO(A)(S), qualificado no Quadro 02, pelo presente TITULO DE PROPRIEDADE SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA E CLÁUSULA DE REVERSÃO, o imóvel urbano nele descrito no Quadro 04, pelo preço, condições e forma de pagamento especificados no anverso, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O OUTORGANTE e o(a) OUTORGADO(A)(S) têm, justos e avindos que a presente outorga é levada a efeito sob a condição "AD CORPUS", ou seja, o imóvel objeto deste título está sendo transferido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões e metragem, e a existência ou surgimento de eventuais divergências deverão ser resolvidas entre os confrontantes pela via que lhes aprouver.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência da presente ALIENAÇÃO, o OUTORGANTE transmite ao(a)(s) OUTORGADO(A)(S) a propriedade e a posse do imóvel, conforme a características e condicionalidades descritas neste título.

CLÁUSULA TERCEIRA: O(A) OUTORGADO(A)(S) obriga(m)-se a averbar no Registro de Imóvel as benfeitorias edificadas no imóvel objeto deste título.

CLÁUSULA QUARTA: DA REVERSÃO - Resolver-se-á a presente ALIENAÇÃO, tornando-a nula e rescindindo-se este TÍTULO, de pleno direito, independentemente de ato especial ou de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial:

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES – Por este instrumento, e na melhor forma de direito, o(a)(s) OUTORGADO(A)(S) aceita(m) e obriga(m)-se a cumprir as seguintes condições:

a) edificar, sobre o imóvel, no prazo de até 05 (cinco) anos a contar da data da assinatura deste título, construção residencial e/ou comercial, nos padrões admitidos pela legislação, destituindo-o, destarte, da condição de baldio;

b) manter o imóvel no limpo, livre de macegas, resíduos, dejetos e águas estagnadas que possam propiciar a proliferação de insetos, ratos e outros animais nocivos à população, durante o período em que o imóvel permanecer sem construção; e

c) construir passeio e, muro ou gradil, em toda a extensão de testada, nos terrenos edificados ou não, com frente para via ou logradouro público pavimentado que apresente meio-fio e sarjeta.

Parágrafo Primeiro: As obrigações da alínea “c” deverão ser cumpridas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da emissão do Título de Propriedade ou da construção do meio-fio e sarjeta.

Parágrafo segundo: Nos terrenos não edificados o muro ou gradil poderá ser substituído por mureta de no mínimo 30 (trinta) centímetros de altura.

Parágrafo terceiro: A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis transfere as obrigações constantes desta Cláusula sem alteração dos prazos fixados.

CLÁUSULA SEXTA: CLÁUSULA REVERSÃO - Ocorrendo o descumprimento de qualquer das condições obrigacionais previstas na Cláusula Quinta, o domínio e a posse do imóvel(eis) reverterão ao OUTORGANTE, sem direito a indenizações, anulando-se a ALIENAÇÃO, a consequente rescisão este TÍTULO e o cancelamento do Registro Imobiliário, instruindo-se o requerimento de reversão junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente com laudo técnico e/ou outros documentos que justifiquem a medida, nos termos do Inc. III, do Art. 250, da Lei nº 6.015/1973, de 31 de dezembro de 1973.

CLÁUSULA SÉTIMA: O requerimento e comprovação de que o(a)(s) OUTORGADO(A)(S) cumpriu(ram) as disposições da alíneas “*a*” da Cláusula Quinta, extinguem as obrigações e impõe ao OUTORGANTE autorizar a baixa das Cláusulas Quinta e Sexta junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

CLÁUSULA OITAVA: Na vigência das Clausulas Quinta e Sexta, é permitido ao(a) OUTORGADO(A)(S) transferir, sob qualquer forma, a propriedade do imóvel, desde que transferidos e mantidos, tanto os prazos quanto às condições obrigacionais estipulados nas Cláusulas Quinta.

CLÁUSULA NONA: O OUTORGANTE autoriza expressamente a constituição de hipoteca sobre o imóvel, em garantia de financiamentos concedidos por instituições de créditos quando exclusivamente destinados à viabilização do cumprimento das Cláusulas Quinta e Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA: Contra os credores hipotecários, nas condições referidas na cláusula anterior, mantêm-se, integralmente, as disposições da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente TÍTULO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do Inc. V, do Art. 221, da Lei nº 6.015/1973, de 31 de dezembro de 1973.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito, Itanhangá-MT, ... de ..... de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

OUTORGANTE

_____

_____

OUTORGADO OUTORGADA

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

ANEXO VIII – MODELO DE CDRU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07-DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2016** realizado em 14 de Fevereiro de 2016 CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 02(dois) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

CLASSIF.	NOME	CARGO
5º	ADENISIA LISBOA SOARES BENITES	ZELADORA
04	JULIANA FERREIRA CARDIA	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;

b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;

c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;

e) 01 fotos 3x4 recente;

f) Título eleitoral (original) e cópia;

g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;

h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;

i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);

j) CPF (original) e cópia;

k) Documento de identidade (original) e cópia;

l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;

m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;

o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;

p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;

q) Conta Salário Banco do Brasil;

r) Comprovante de residência;

s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 28 de Abril de 2016.

RAIMUNDO ZANON

PREFEITO MUNICIPAL

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: Registro de Preço com Menor Preço por Item Global

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Itaúba-MT

AUTORA: Comissão de Apoio

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos para a Secretaria de Saúde do Município de Itaúba-MT.

RAIMUNDO ZANON, Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO:

I - O certame, aberto pela Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, quanto aos atos praticados, verifica-se que foram realizados de conformidade com a Lei, reconhecendo-os como legais, legítimos e válidos;

II - Quanto à convivência do processo licitatório, constata-se que os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município.

Diante do exposto, observando-se as formalidades, para efeito de homologação de licitação, considero os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse da Administração e HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICONº **004/2016**", que tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos para a Secretaria de Saúde do Município de Itaúba-MT, para que a Ata nela proferida produza os efeitos jurídicos e legais, e HOMOLOGO o seu objeto ao legítimo vencedor.

Empresas vencedoras:

§ **PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARM E COSM EIRELI - ME 05.159.591/0001-68**

§ **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 08.835.955/0001-70**

§ **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 03.652.030/0001-70**

§ **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 02.520. 829/0001-40**

§ **ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME 07. 095.969/0001-32**

§ **PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PROD. PARA SAUDE – LTDA 10. 749.915/0001-58**

§ **ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 04.217.590/ 0001-60**

§ **EXEMPLARMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME 23.312.871/0001-46**

§ **DMC DISTRIBUIDORAS, COM. D' MEDICAMENTOS LTDA- EPP 16. 970.999/0001-31**

§ **DIMACI/PR MATERIAL CIRURGICO LTDA 00.656.468/0001-39**

Dê-se ciência aos interessados, observadas as prescrições legais.

ITAÚBA – MT, 28 de abril de 2016.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal de Itaúba - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

REQUERENTE/RECORRENTE: ENIKEN TCHELLES PEREIRA SOUZA

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT – PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO:

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE PERÍODO PROBATÓRIO.

SERVIDORA ENIKEN TCHELLES PEREIRA SOUZA - MATRÍCULA Nº 864 - ENFERMEIRA.CONSIDERADA INAPTA.

RECURSO - ART. 16 DO DECRETO MUNICIPAL 74/2015.

DESPACHO:

Trata-se de procedimento destinado a apurar a aptidão e capacidade para o desempenho do cargo de ENFERMEIRA ocupado pela Servidora em período probatório ENIKEN TCHELLES PEREIRA SOUZA.

A Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional do Plano de Cargos e Carreiras após conclusão dos trabalhos, exarou relatório final que considerou INAPTA a servidora em estágio probatório acima citada.

Em sede de recurso previsto no art. 16 do Decreto Municipal 74/2015 apresentado pela Servidora em estágio probatório, foi emitido parecer que ao final concluiu o seguinte:

"Diante do exposto, atendidos os objetivos, esta Assessoria Jurídica recomenda pela IMPROCEDÊNCIA do Recurso e consequentemente o acatamento da conclusão final do relatório elaborado pela Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional do Plano de Cargos e Carreiras, e sua consequente homologação para que seja efetivada a exoneração da Servidora em estágio probatório ENIKEN TCHELLES PEREIRA SOUZA por ser considerada INAPTA para o desempenho do cargo de ENFERMEIRA."

Assim, a vista constante em todo o procedimento destinado a apurar a aptidão e capacidade para o desempenho **da Servidora em estágio probatório, em especial o Parecer Jurídico o qual acolho por seus próprios fundamentos, DECIDO conhecer do recurso e negar-lhe provimento.**

Assim sendo, HOMOLOGO o parecer conclusivo elaborado pela Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional do Plano de Cargos e Carreiras, que considerou INAPTA a servidora em estágio probatório.

DETERMINO, em atendimento ao disposto no artigo 20, § 2º da Lei nº 379/99 e art. 12 do Decreto Municipal 74/2015, a exoneração da servidora ENIKEN TCHELLES PEREIRA SOUZA**, enfermeira, matrícula nº 864.**

Elabore-se portaria, publicando-se na Imprensa Oficial Municipal. Oficie-se a servidora dando ciência desta decisão. E por fim, registre-se que exauriram-se as fases recursais no âmbito administrativo.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira, 28 de abril de 2016.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2016

Fica ratificada pela Prefeita Municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru – MT, 28 de abril de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 017/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resolução Nº 017/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contasreferente ao mês de **Fevereiro do ano de 2016**, referente ao Concurso de Projetos N.º 001/ 2014 Termo de Parceria N.º 001/2014 e Plano de Trabalho N.º 001/2014 da Empresa ADESCO (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro- Oeste).

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar a Prestação de Contas referente ao Concurso de Projetos N.º 001/2014 Termo de Parceria N.º 001/2014 e Plano de Trabalho N.º 001/2014 referente ao mês de **Fevereiro de 2016**, da Empresa ADESCO (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro- Oeste).

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru.

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 016/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resolução Nº 016/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a Aprovação dos **BALANCETES**referentes aos meses de **Janeiro** e **Fevereiro** do ano de 2016, do município de Jauru-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar os Balancetes referentes aos meses de **JANEIRO e FEVEREIRO** de 2016 da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru/MT.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru.

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 015/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 015/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a **aprovação do "AdReferendum nº 004/2016" que trata da aprovação do Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jauru-MT referente ao exercício 2015,** e da outras providências.

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - *Aprovar* o "AdReferendum nº 004/2016" de 30 de Março de 2016 quetrata da aprovação do Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jauru-MT referente ao exercício 2015.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru.

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 014/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 014/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a Aprovação da **Proposta de Aquisição de Veículo para a Secretaria Municipal de Saúde de Jauru-MT (CNES nº 6595995), recurso de emenda parlamentar Estadual, na ordem de R$30.000,00 (trinta mil reais) de autoria do Deputado José Carlos Junqueira de Araújo (Zé do Pátio),** da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru-MT no ano de 2016.

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar a **Proposta de Aquisição de Veículo para a Secretaria Municipal de Saúde de Jauru-MT (CNES nº 6595995), recurso de emenda parlamentar Estadual, na ordem de R$30.000,00 (trinta mil reais) de autoria do Deputado José Carlos Junqueira de Araújo (Zé do Pátio)**, para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Jauru-MT no ano de 2016.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru.

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 013/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 013/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a **aprovação do "AdReferendum nº 005/2016" que trata da aprovação da Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jauru-MT referente ao exercício 2016, e da outras providências.**

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - *Aprovar* o "AdReferendum nº 005/2016" de 15 de Abril de 2016 que dispõe sobre a aprovação da Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jauru-MT referente ao exercício 2016.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru.

CÂMARA MUNICIPAL
LEI ORDINÁRIA DE Nº 683/2016

MAURO ANTÔNIO DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do Artigo 30, Inc. V, da Lei Orgânica do Município, **PROMULGO** a seguinte Lei:

Lei Ordinária nº 683/2016 que "Institui o "Programa de Alimentação Diferenciada" para Crianças portadoras de Diabetes e intolerantes a Lactose, nas escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências".

Art. 1º - Fica instituído no município de Jauru o "Programa de Alimentação Diferenciada" para Crianças portadoras de diabetes e intolerantes a Lactose, nas escolas da Rede Municipal de Ensino, para inclusão no cardápio de merenda escolar.

Art. 2º - O programa será elaborado e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, que seguirá orientação por meio de receituário médico e de nutricionistas, aos quais caberá a supervisão do uso dos alimentos, em todas as escolas municipais.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar uma relação completa de todas as crianças portadoras de diabetes e intolerantes a lactose matriculadas, e as que venham a matricular-se no decorrer do ano letivo, na rede municipal de ensino.

§ 2º - De posse da relação dos alunos diabéticos e intolerantes a lactose, esses serão inseridos no Programa de Alimentação Diferenciada.

Art. 3º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde fornecer à Secretaria Municipal de Educação a relação de alimentação adequada e compatível para crianças portadoras de diabetes e intolerantes a lactose, para que o programa possa ser integralmente implantado.

Art. 4º - Caso a merenda escolar seja terceirizada, fica a Secretaria Municipal de Educação responsável em implantar e adequar o programa de alimentação diferenciada aos alunos diabéticos e intolerantes a lactose, junto às empresas fornecedoras de alimentação.

Art. 5º - A responsabilidade de fiscalizar o cumprimento desta lei cabe aos profissionais da Secretaria de Educação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Jauru-MT, 26 de Abril de 2016.

Mauro Antônio de Lima

Presidente do Legislativo Municipal

TERMO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 032/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: MANANCIAL CONSULTORIA, INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA – ME

OBJETO: Constitui objeto deste termo a supressão com base na planilha de medição única, cujo objeto a contratação de empresa especializada em construção civil, para serviços de construção, ampliação e reforma parcial da UBS no PA Mirassolzinho, comunidade Córrego do Ouro.

Valor da Supressão: R$ 4.340,23 (quatro mil trezentos e quarenta reais e vinte e três centavos)

TERMO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 057/2015

CONTRANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **NADIA F. M. ESSI – CONSTRUÇÕES.**

OBJETO: Constitui objeto deste termo a supressão com base na planilha de medição, cujo objeto a Construção Civil, para serviços de Construção de Banheiros e Almoxarifado no Cemitério municipal, conforme justificativa em anexo e planilha de supressão.

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 501,81 (quinhentos e um real e oitenta e um centavos).

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 019/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resolução Nº 019/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a Aprovação da **eleição do novo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jauru/MT o Sr. Rainério Espíndola para o biênio 2015/2017 substituindo o Senhor Sidney Ferreira da Silva representante segmento usuários Rotary Club de Jauru**, para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Jauru-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Eleição do novo Vice - Presidente do Conselho Municipal de Saúde para o Biênio 2015/2017, o senhor **Rainério Espíndola**, segmento usuários representante da Loja Maçônica de Jauru/MT substituindo o Senhor Sidney Ferreira da Silva representante segmento usuários Rotary Club de Jauru.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru.

SMS JAURU MT
RESOLUÇÃO 018/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resolução Nº 018/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Extraordinária de 27 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a Aprovação das **Folhas de Pagamento** referentes aos meses de **FEVEREIRO** e **MARÇO** de 2016 da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar as **Folhas de Pagamento** referentes aos meses de **FEVEREIRO** e **MARÇO** de 2016, da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru-MT.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jauru – MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Simone do Pilar Barros

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Enércia Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal de Jauru

CÂMARA MUNICIPAL
LEI ORDINÁRIA DE Nº 682/2016

MAURO ANTÔNIO DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do Artigo 30, Inc. V, da Lei Orgânica do Município, **PROMULGO** a seguinte Lei:

Lei Ordinária nº 682/2016 que **"Dispõe sobre a identificação dos rios, córregos, ribeirões e nascentes existentes no Município de Jauru e dá outras providências".**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, obrigado a sinalizar, por meio de placas de identificação os locais onde existir um rio, ribeirão, córrego ou nascentes no Município de Jauru, com seu respectivo nome.

Parágrafo Único – As placas de identificação deverão ser colocadas em locais de fácil visibilidade.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter convênios com outras esferas de governos, universidades, escolas, entidades não governamentais, bem como com a iniciativa privada, parceiros proprietários, de modo a realizar a revitalização das nascentes através de projetos, desde que aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Jauru-MT, 26 de Abril de 2016.

Mauro Antônio de Lima

Presidente do Legislativo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 051/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão, do tipo Presencial nº. 051/2016, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 11/05/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de EPI em Atendimento as Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Serviços Rurais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site www.cidadecompras.com.br, www.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400.

Juara-MT, 28 de Abril de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 052/2016/SECAD/SRPP TIPO: PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 052/2016/SECAD/SRPP

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para a Futura e Eventual Aquisição de Tintas, Rolos para Pintura, Arruelas, Parafusos e Madeira para Sinalização Viária em Atendimento a Secretaria Municipal de Urbanismo.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 29/04/2016, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.cidadecompras.combr

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou ainda e preferencialmente através do Site: www.cidadecompras.com.br e/ou e-mail: licitacao.pregao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 11 de Maio de 2016 a partir das 13h00 – horário local.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 051/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão, do tipo Presencial nº. 051/2016, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 11/05/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de EPI em Atendimento as Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Serviços Rurais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site www.cidadecompras.com.br, www.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400.

Juara-MT, 28 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal em exercício, RAIMUNDO MANSKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nr.: 45 / 2016 b) Modalidade: Pregão Presencial c) Data da Homologação: 27/04/2016 d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUSIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESSA MUNICIPALIDADE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 MESES. e) Fornecedores e Itens Vencedores:

Código	Razão Social	CNPJ	Valor
32548 -	DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME	37.227.550/0001-58	R$ 62.552,00
29583 -	COXIPO MATER. ELETRICOS LTDA	26.579.029/0001-63	R$ 59.947,50
32547 -	3M COMERCIO DE MAT. ELETRICOS CONST.EQUIP.LTDA	04.347.124/0001-07	R$ 87.284,40
			R$ 209.783,90

Juruena-MT, quarta-feira, 27 de abril de 2016.

RAIMUNDO MANSKEPREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 003-2016

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Ivaldo Rocha de Freitas & Cia Ltda

OBJETO: "Execução de Serviços em Reforma De Unidades Escolares, No Município De Juscimeira - Mt"

VALOR: R$ 6.461,23 (Seis Mil, Quatrocentos Sessenta Hum Reais, Vinte Três Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Valdecir Luiz Colle e Ivaldo Rocha de Freitas & Cia Ltda – CNPJ: 11.034.100/0001-55

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE PSICOLOGIA PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAMBARI D'OESTE – MT, (Conforme Anexo Do Edital).

O Pregoeiro Oficial, regido pela portaria n. 004/2016 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2016, cujo certame se deu às 09 hs do dia 26/04/2016; objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE PSICOLOGIA PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAMBARI D'OESTE – MT, (Conforme Anexo Do Edital), fica **HOMOLOGADO** o objeto em favor das empresas: RENATO FERNANDES DA SILVA CNPJ: 24. 378.029/0001-70 sagrou-se vencedora no iten 01, totalizando o valor mensal do iten em R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), preço final.

Lambari D'Oeste – MT, 28 de Abril de 2016.

Duilho Rabelo Boascivis

Pregoeiro Oficial

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA Nº 036/2016,

DE 06 DE ABRIL DE 2016

"Constitui Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a necessidade de se dar maior dinâmica na apuração de atos administrativos que se façam necessitar de apuração em seus envolvimentos;

CONSIDERANDO, que o preceito constitucional é determinante quanto a formalização de processos competentes e destinados a determinar situações, procedimentos e medidas sobre os atos administrativos que requeiram apontamentos de responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os Servidores, **LADISLAU GARCIA GOMES, LUIZA MARTINS DA CRUZ e NILZA ALAIDES DE OLIVEIRA,** sob a presidência do primeiro, para constituírem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo e Disciplinar, podendo para tanto exercerem as atividades e tomarem as medidas necessárias à formalização dos competentes processos que venham a ter solicitação de instauração por parte do Executivo Municipal, podendo convocar servidores da municipalidade para audiências cujo objetivo esteja vinculado as causas do processo, tudo em conformidade com os preceitos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 2º. A presente Portaria, terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA 035/2016

PORTARIA 035/2016

De 27 de abril de 2016.

"NOMEIA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE LUCIARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** o senhor **FIDÉLIS GEOVALDO PIRES DE SOUSA,** portador do RG n.° 049.552 SSP/MT e do CPF n.° 181.110.091-00, para ocupar o Cargo Comissionado DAS-II de PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE LUCIARA, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.° de abril de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 27 de abril de 2016.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 037/2016

PORTARIA 037/2016

De 28 de abril de 2016.

"NOMEIA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL PARA A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL A FIM DE GARANTIR O ATENDIMENTO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL".

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** os servidores **JOSÉLIA SILVA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal, portadora do RG n.° 895.723 SSP/MT e do CPF n.º 581.969.781-20, **VINÍCIUS SANTOS SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor público, portador do RG n.° 15708055 SSP/MT e do CPF n.° 011.753.501-09 e **JOSÉ NÉLIO AIRES COSTA**, brasileiro, divorciado, servidor público, portador do RG n.° 0662940-7 SSP/MT e do CPF n.° 459.877.261-15, como integrantes da COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA ACESSUAS/TRABALHO, POR TEMPO DETERMINADO.

Artigo 2° - Fica nomeada Presidente da Comissão a integrante **JOSÉLIA SILVA DE OLIVEIRA**.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, 28 de abril de 2016.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 036/2016

PORTARIA 036/2016]

De 27 de abril de 2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a partir desta data,o senhor **EDIMILSON SOUZA NUNES,** portador do RG nº 2094335-0–SSP/MT e do CPF nº 060.355. 951-46, do Cargo em Comissão de **Chefe do Setor de Posturas e Limpeza Urbana do município de Luciara-MT.**

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 27 de abril de 2016.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº 034/2016

DATA: 27 de abril de 2016

Decreta Situação de Emergência nas áreas do território do Município de Marcelândia - MT afetadas por ESTIAGEM – 1.4.1.1.0 e dá outras providências.

Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais:

Considerando a constatação de situação anormal decorrente da irregularidade significativa de quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Município;

Considerando que uma das bases da economia do Município é o setor agropecuário, particularmente a agricultura e que a falta de chuvas provocou perdas significativas nas lavouras, implicando seriamente em perca e redução da receita do Município;

Considerando que a economia do Município de Marcelândia afetada surtirá impactos sobre a área social e econômica da população;

Considerando que a produção de grãos em parte do Município ficou abaixo da produção média dos últimos anos;

Considerando que o parecer da Comissão de Defesa Civil do Município de Marcelândia, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência;**

Considerando as informações da Secretaria Municipal de Agricultura e do Sindicato Rural do Município de Marcelândia que atestam a situação anormal;

Considerando a necessidade do restabelecimento da normalidade e preservação do bem-estar da população e as peculiaridades da região e, nesse sentido, adotar as medidas que se fizerem necessárias,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do território do Município de Marcelândia – MT, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – 1.4.1.1.0.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5° da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, 27 de abril de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº. 057/2015

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **REBEQUI & CIA LTDA- ME**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS VIAS: ENTRONCAMENTO AV. B OESTE COM A RUA 08I BAIRRO INDUSTRIAL I NO TOTAL DE 1300 m2, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES. Contidas nos anexos do Edital 096/2015, TOMADA DE PREÇO 020/2015.**

OBJETIVO: O novo prazo de **vigência e execução** do contrato é aditado em 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **27 DE AGOSTO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO – MT,

DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2016

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2016, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital nº 001/2016, para melhor atender às finalidades da Administração,

RESOLVE:

I – Retificar o anexo I – Dos Cargos e das Vagas – Ensino Médio e Fundamental Incompleto:

Onde se lê na página 12 do Edital nº 001/2016,

NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
					Semanal	Normal	PNE	CR	Total	
04	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva + **Prova Prática Digitação**	971,43	40h	03	-	-	03	Sede
05	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva + **Prova Prática**	971,43	40h	24	01	-	25	Sede

Leia-se:

NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
					Semanal	Normal	PNE	CR	Total	
04	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	971,43	40h	03	-	-	03	Sede
05	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	971,43	40h	24	01	-	25	Sede

Onde se lê na página 13 do Edital nº 001/2016,

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
					Semanal	Normal	PNE	CR	Total	
09	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Prova Objetiva + **Aptidão Física**	880,00	40h	14	01	-	15	Sede

Leia-se:

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
					Semanal	Normal	PNE	CR	Total	
09	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Prova Objetiva	880,00	40h	14	01	-	15	Sede

Peixoto de Azevedo – MT, 28 de Abril de 2016.

ILTON LUIS FEREIRA SANCHES

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO – MT

DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2016

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2016, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital nº 001/2016, para melhor atender às finalidades da Administração,

RESOLVE:

I – Retificar o anexo I – Dos Cargos e das Vagas – Ensino Médio:

Onde se lê:

NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
					Semanal	Normal	PNE	CR	Total	
05	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	971,43	40h	24	01	-	25	Sede
06	Técnico em Patologia Clínica	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	971,43	40h	04	-	-	04	Sede

07	Técnico em Imobilização Ortopédica	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	971,43	40h	02	-	-	02	Sede
08	Técnico em Radiologia	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	971,43	24h	07	-	-	07	Sede

Leia-se:

NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho			
					Semanal	Normal	PNE	CR	Total	
05	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área com Registro no Conselho de Classe	Prova Objetiva	971,43	40h	24	01	-	25	Sede
06	Técnico em Patologia Clínica	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área com Registro no Conselho de Classe	Prova Objetiva	971,43	40h	04	-	-	04	Sede
07	Técnico em Imobilização Ortopédica	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área com Registro no Conselho de Classe	Prova Objetiva	971,43	40h	02	-	-	02	Sede
08	Técnico em Radiologia	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área com Registro no Conselho de Classe	Prova Objetiva	971,43	24h	07	-	-	07	Sede

Peixoto de Azevedo – MT, 28 de Abril de 2016.

ILTON LUIS FERREIRA SANCHES

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA N.º 178 DE 26 DE ABRIL DE 2016

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 490/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando afastamento por aposentadoria da servidora Maria José Correia Carneiro;

RESOLVE

Artigo 1º - A Comissão para realização e acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 490/2014, passa a ser composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Alcilena Castilho Queiroz Botelho – Matrícula nº 338

Cargo: Agente Administrativo

RG: 375.911 SSP/MT CPF: 303.820.681-49

Endereço: Rua Leonório Lourenção nº 1151 – Bairro: Jardim Planalto

Membros: Edirlei Alves Borges Costa – Matrícula nº 49

Cargo: Professora

RG nº 386.443-SSP MT CPF: 303.787.701-44

End: Rua Maria dos Anjos Braga, 760 - Bairro: Centro

Jeane de Souza Cintra Guedes – Matrícula nº 74

Cargo: Professora

RG: 580 369 SSP/MT CPF: 415 443.311-34

End: Rua Antonio Edson Galves nº 426 - Bairro: Jardim Planalto

Juscelino da Silva Almeida – Matrícula nº 41

Cargo: Escriturário

RG: 511.025 SSP/MT CPF: 361.898.981-49

End: Rua Sebastião Felício Ferreira nº 126 – Bairro: Cohab

Luzia Antonia Fazolo Fernandes nº 044

Cargo: Técnica em Contabilidades

RG: 0104556-3 SSP/MT **CPF:** 090.610.291-04

End: Rua Antonio Tavares nº 2536 Bairro: Centro

Artigo 2º - À Comissão compete promover a realização de Teste Seletivo, emitindo julgamentos e deliberando sobre os casos omissos, podendo para tanto, com anuência do Chefe do Poder Executivo, contratar empresa especializada para elaboração, aplicação e correção de provas.

Artigo 3º - Compete à Presidente da Comissão:

I - Tomar todas as providências para a realização do Teste Seletivo, obedecendo fielmente os ordenamentos legais, e as exigências do Tribunal de Contas do Estado, instaurando os procedimentos administrativos relativos às fases do Processo Seletivo.

II – Caso seja necessário, solicitar assessoria de órgão especializado para o bom desempenho de suas atribuições e, solicitar junto ao Executivo Municipal, recursos necessários para dar cobertura às despesas oriundas de suas atividades.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 26 de abril de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº 179 DE 27 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA FISCAL DE OBRAS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2016, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear conforme abaixo, **FISCAL DE OBRA** para responder pela fiscalização da execução de ampliação e instalação de rede de iluminação pública, de acordo com a Tomada de Preços nº 06/2016/PMMO, a saber:

KLEYTON ANTONIO BESSA - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PORTARIA N.º 180 DE 27 DE ABRIL DE 2016

ALTERA A PORTARIA 037/2016 QUE DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DE DIÁRIAS CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 1659/2006.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 2997 de 27 de abril de 2016 que altera o anexo único do Decreto nº 1659/2016,

R E S O L V E

Art. 1º - Reeditar a portaria 037/2016 que atualiza os valores constantes do Anexo Único do Decreto 1659/2006, com a inclusão do cargo de Procurador Geral, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I – PARA FORA DO ESTADO

Prefeito	**R$**	**608,25**
Secretários, Vice-Prefeito, Diretor de Autarquias, Auditor Chefe do Controle Interno e Procurador Geral	**R$**	**515,38**
Coordenadores com Função Gratificada e Assessores	**R$**	**369,53**
Demais funcionários	**R$**	**280,87**

II – NO ESTADO COM PERNOITE

Prefeito	**R$**	**303,35**
Secretários, Vice-Prefeito, Diretor de Autarquias, Auditor Chefe do Controle Interno e Procurador Geral	**R$**	**257,00**
Coordenadores com Função Gratificada e Assessores	**R$**	**184,18**
Demais funcionários	**R$**	**140,31**

II – NO ESTADO SEM PERNOITE

Prefeito	**R$**	**153,56**
Secretários, Vice-Prefeito, Diretor de Autarquias, Auditor Chefe do Controle Interno e Procurador Geral	**R$**	**125,78**
Coordenadores com Função Gratificada e Assessores	**R$**	**94,10**
Demais funcionários	**R$**	**70,10**
Diária Especial	**R$**	**37,00**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL DE PREGÃO N° 005/2016 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI.

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO N°**005/2016** "registro de preços" **Tipo de Licitação**: Menor Preço ITEM. MODALIDADE: "REGISTRO DE PREÇOS" **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE DOSAGEM DE CLORO GÁS. No dia 11/05/2016 ATE AS 09:30** HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO). **LOCAL AUDIENCIA PÚBLICA**: NA SALA DE LICITAÇÕES NA SEDE DO SAEMI. **SOLICITAÇÃO DO EDITAL**: saemi_mirassol@hotmail.com Ou WWW.SAEMI.COM.BR **INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **PREGOEIRA**: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**. Portaria 006/2016. MOACYR DA MATTA**– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 28 de Abril de 2016.**

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO N.º 2995 DE 27 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO-IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO 2016.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas legais atribuições;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo constante do Artigo 1º do Decreto nº. 2983, de 23 de março de 2016, que dispõe sobre a data de vencimento do IPTU/2016.

Art. 2º – O vencimento do IPTU referente ao exercício de 2016 dar-se-á no prazo estabelecido a seguir e, para pagamento em cota única ou, em 03 (três) parcelas conforme abaixo:

I – Cota Única até o ultimo dia útil do mês de junho;

II - Primeira parcela até o ultimo dia útil do mês de junho;

III - Segunda parcela até o ultimo dia útil do mês de julho;

IV - Terceira parcela até o ultimo dia útil do mês de agosto;

Parágrafo Único: O contribuinte poderá optar pelas seguintes formas de pagamento:

a) Cota Única, com desconto de 20% (vinte por cento);

b) Três parcelas com desconto de 10% (dez por cento);

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

DECRETO Nº 2966 DE 27 DE ABRIL DE 2016

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições, mediante justificativas apresentadas pela Secretaria de Educação e Cultura e, em conformidade com o disposto no Inciso VII do Artigo 152 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 087/2009 e suas alterações posteriores, combinado com as Leis nºs 1.266/2014 e 1.358/2016;

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizada a realização de Processo Seletivo Simplificado para os cargos abaixo especificados, objetivando a contratação de pessoal em caráter temporário para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos da Lei Municipal nº 1.266/2014 e 1.358/2016.

CARGOS PARA SUBSTITUIÇÃO
Professor 40h
Professor 25h
Monitor de Creche
Motorista

Artigo 2º - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Decreto será coordenado, acompanhado e fiscalizado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 490/2014.

Artigo 3º - Fica o Secretário de Administração Planejamento e Coordenação Geral, bem como a Comissão nomeada, autorizada à baixar os atos normativos necessários ao bom andamento do Processo Seletivo.

Artigo. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.399/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 1.399/2016 de 06 de ABRIL de 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016".

SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, **Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato** Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei 1.382/2015 (Lei Orçamentária Anual para 2016), no orçamento do exercício financeiro de 2016, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), a ser consignado nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01001 – Gabinete da Câmara Municipal de Nobres

Função: 01 – Legislativa

Sub. função: 031 – Ação Legislativa

Projeto: 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Dotação Orçamentária:33.90.93.00-Indenizações e Restituições - R$ 80.000,00

31.90.11.00-Vencimentose Vantagens Fixas R$ 80.000,00

31.90.13-00Obrigações Patronais /INSS R$ 20.000,00

31.91.13.00-ObrigaçõesPatronais/Prev-Nobres R$ 20.000,00

Artigo 2º - Para servir de cobertura para o Crédito Adicional Suplementar do artigo anterior serão remanejados do orçamento da despesa da Prefeitura Municipal, conforme dispõe o artigo 43 item III, da Lei Federal nº 4.320/64, junto aos seguintes elementos:

Órgão: 04 – Sec.Municipal de Finanças

Unidade: 001 – Sec. Municipal de Finanças

Função: 04 – Administração

Sub. função: 123 – Administração Finançeira

Programa: 0005– Desenv.e Gerenc. Da Sec. De Finanças

Projeto Atividade: 2011 – Manut. De Sec. Municipal de Finanças

D. Orçamentária: 33.90.11– Vencimento e Vant. Fixas - R$ 100.000 ,00

Órgão: 10 – Sec. Municipal de Fiscalização Tributária

Unidade: 001 – Sec. Mun. De Fiscalização Tributária

Função: 04 – Administração

Sub. Função: 129 – Administração de Receitas

Programa: 007 – Gestão da Fiscalização Tributária

Projeto Atividade: 1102 –Estruturação da Área Tributária

Dotação. Orçamentária: 44.90.51.00 - R$ 100.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres - MT, em 06 de Abril de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.395/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 1.395/2016 de 06 de ABRIL de 2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL – LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizada abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei nº. 1.382/2015. – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, para abertura de Elemento de Despesa.

Funcional Programática: 07.006.08.244.0027.2098

Órgão – 07- Secretaria Municipal de Assistência Social

Und. Orçamentária- 006 – Conselho Tutelar

Projeto/Atividade: 2.098 - Manutenção do Conselho Tutelar

Natureza da Despesa:33.90.39.00.00 – Outros Serv. de Terc. P. Jurídica **R$ 21.000,00**

Fonte: *100 – Recursos Ordinários*

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 2°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso III, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Funcional Programática: 07.006.08.244.0027.2098

Órgão – 07- Secretaria Municipal de Assistência Social

Und. Orçamentária- 006 – Conselho Tutelar

Projeto/Atividade: 2.098- Manutenção do Conselho Tutelar

Natureza da Despesa:33.90.41.00.00 –Contribuições **R$ 21.000,00**

Fonte*: 100 – Recursos ordinários*

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres - MT, em 06 de Abril de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.396/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 1.396/2016 de 06 de ABRIL de 2016

"ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL 1155 DE 05 DE MAIO DE 2010".

O Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – MT, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º - O Parágrafo Único do artigo 1º da Lei Municipal 1155 de 05 de Maio de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação.

"**Parágrafo Único –** Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações de até **R$ 6.000,00** (seis mil reais)."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres - MT, em 06 de Abril de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.397/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 1.397/2016 de 06 de ABRIL de 2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL – LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016" .

SEBASTIÃO GILMAR, Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei:

Art. 1. Fica autorizada abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei nº. 1. 382/2.015 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.016, para abertura de elementos de despesa.

Funcional Programática: 05.001.12.365.0008.1117

Órgão – 05- Secretaria Municipal de Educação

Und. Orçamentária- 001 – Gabinete da secretaria municipal de educação

Projeto/Atividade: 1.117 – Aquis. De Equip. Recursos "Brasil Carinhoso"

Natureza da Despesa: 44.90.52.00.00 – Aquis. Equip. e Mat. Perman. R$ 10.000,00

***Fonte**: 115 – Transf. De rec. Fundo nac. Des. educação - FNDE* ... R$ 10. 000,00

Funcional Programática: 05.001.12.365.0008.2216

Órgão – 05- Secretaria Municipal de Educação

Und. Orçamentária- 001 – Gabinete da secretaria municipal de educação

Projeto/Atividade: 2.216 – Manut. De atividades do programa "Brasil Carinhoso"

Natureza da Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 50. 000,00

33.90.36.00.00 – Outros S. Terc. Física R$ 10.000,00

33.90.39.00.00 – Outros S. Terc. Jurídica R$ 30.000,00

***Fonte:** 115 – Transf. De rec. Fundo nac. Des. educação - FNDE* ... R$ 90. 000,00

Funcional Programática: 05.001.12.365.0008.2217

Órgão – 05- Secretaria Municipal de Educação

Und. Orçamentária- 001 – Gabinete da secretaria municipal de educação

Projeto/Atividade: 2.217 – Desenv. Da Educação Ensino Infantil - QSE

Natureza da Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 30. 000,00

33.90.36.00.00 – Outros S. Terc. Física R$ 10.000,00

33.90.39.00.00 – Outros S. Terc. Jurídica R$60.000,00

***Fonte:** 115 – Transf. De rec. Fundo nac. Des. educação - FNDE* ... R$ 100. 000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 2°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso III, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Funcional Programática: 05.001.12.361.0006.1028

Órgão – 05- Secretaria Municipal de Educação

Und. Orçamentária- 001 – Gabinete da secretaria municipal de educação

Projeto/Atividade: 1.028 – Construção e Ampliação das escolas Municipais

Natureza da Despesa: 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 200. 000,00

***Fonte**: 115 – Transf. De rec.fundo nac. Des. educação - FNDE* ... R$ 200. 000,00

Art. 3. Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres - MT, em 06 de Abril de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.398/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 1.398/2016 de 06 de ABRIL de 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO MENSAL AO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) E AO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo financeiro mensal ao Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate as Endemias (ACE), desde que em exercício pleno de suas atividades.

Parágrafo Único- O incentivo que trata o caput deste artigo está vinculado a **PORTARIA Nº 008/2016/GBSES** que instituiu o incentivo financeiro estadual, a título de bonificação, para o Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate às Endemias (ACE), implantados nos municípios do Estado de Mato Grosso, visando estimular e intensificar o desenvolvimento das ações voltadas para o enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus.

Art. 2º.- O valor do incentivo é de R$ 200,00 (duzentos reais) mensais, e será concedido pelo período de 04 (quatro) meses consecutivos, mediante recursos financeiros que serão transferidos do Fundo Estadual de saúde aos Fundos Municipais de saúde, nas competências de fevereiro, março, abril e maio de 2016, conforme preconiza o §1º do art. 1º da PORTARIA Nº 008/2016/GBSES.

Parágrafo único – Eventual prorrogação do incentivo implementado fica condicionada a edição de nova Portaria pela Secretaria de Estado de Saú-

de do Estado de Mato Grosso, não havendo hipótese de prorrogação automática.

Art. 3º- O incentivo será utilizado exclusivamente para fins de repasse aos ACS e ACE, como forma de bonificação pela intensificação das ações de controle do vetor transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika vírus.

Parágrafo Único – os recursos orçamentários de que trata esta Lei correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, e para fins de indicadores e metas fica estabelecida:

Realização de visitas em 100% dos imóveis;

Redução do índice de infestação predial igual ou menor a 1%.

Art. 5º- O pagamento será feito tomando por base relatório emitido pela Secretaria Municipal de Saúde que fiscalizará o cumprimento dos critérios que trata o artigo anterior.

Art. 6º.- Os valores dos incentivos pagos com base nesta Lei, não se incorporarão à remuneração dos Servidores contemplados, e nem poderá ser utilizado como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 7º.- O incentivo a que se refere o artigo 1º desta Lei, não contemplará os servidores em gozo de férias ou em licença de qualquer natureza ou remanejado da função.

Art. 8º. - O incentivo de que trata o artigo 1º desta Lei, cessará de imediato, em caso de interrupção do repasse dos incentivos financeiros pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Art. 9º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à partir de 01 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres - MT, em 06 de Abril de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja abertura ocorreu as 08:00 h do dia 28/04/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM REFEITORIO E UMA FARMACIA NA ALDEIA INDIGENA NO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT,** foi declarada DESERTA.

Nobres, 28 de Abril de 2016.

LUCIENE MARIA NONATO

Presidente Da CPL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 077/2016

PORTARIA Nº. 077/2016

"Dispõe sobre a concessão de meritocracia, de acordo com o artigo 29 da Lei Municipal nº. 1190/2011 e Decreto Municipal nº 025/2013, ao ServidorEfetivoSr. ***Luiz Claudio Godoy,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Considerando a avaliação de mérito do servidor no atingimento de metas individuais e coletivas dentro do plano de desenvolvimento de ações do Município realizado através da respectiva Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

Considerando a informação da Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão acerca do atingimento da meta do servidor para fins de deferimento de implantação do percentual de mérito de cada servidor no atingimento de metas individuais e coletivas dentro do plano de desenvolvimento de ações do Município, pelo sistema de meritocracia.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, de acordo com o artigo 29 da Lei Municipal nº. 1190/2011 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 025/2013, implantação de Meritocracia no percentual de 20% (vinte por cento) ao subsidio do Servidor Efetivo, Sr. ***Luiz Claudio Godoy***, portador do RG nº. 704.623 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 777.020.501-87

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 28 de Abril de 2016.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva **Prefeito Municipal de Nobres**

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

Modalidade: Inexigibilidade Nº 02/2016**. Interessada:** Prefeitura Municipal de Nobres/MT**. Objeto: CONTRATACAO DE SHOW ARTISTICO DO CANTOR DUDU LIMA PARA O EVENTO EM COMEMORACAO AO 51° ANIVERSARIO DE NOBRES MT**, no dia 29, 30 de Abril e 01 de Maio de 2016**. Favorecido:** jb eventos, comunicaçoes, produçoes artisticas ltda me**. Valor:** R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)**. Fundamento:** Artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93. Ratificamos a Inexigibilidade de licitação Nº 05/2013.

Nobres, 28 de Abril de2016**.**

LUCIENE MARIA NONATO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO

Pregão Presencial SRP Nº 15/2016

Publicado em 26 de Abril de 2016, AMM, Ano XI, n° 2.463, Pág. 292

Onde se lê:

sagrou-se VENCEDORA a empresa Combustíveis e Lubrificantes bussolaro, totalizando o valor de **R$ 8.154,172,00** (oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais).

Leia-se:

sagrou-se VENCEDORA a empresa Combustíveis e Lubrificantes bussolaro, totalizando o valor de **R$ 8.152.126,00** (oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e vinte e seis reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 111/2016

PORTARIA Nº 111/2016

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde, Srª. **VALERIA AIKO MYASHITA**, brasileira, RG: 270751002 SSP/MT, CPF: 260.488.608. 11,residente na Rua São Judas Tadeu, Bairro: Santa Marta**,** Cuiabá - MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 038/2016, PESSOA FISICA - MAURO JOSE DA SILVA**, para contratação de carpinteiro para recuperação de escadas e rampas danificadas pelo tempo e utilizadas nas terapias com pacientes da Unidade de Reabilitação situado a Rua Carlos Antunes de Almeida da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT, a partir de 25/04/2016.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2016.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2016.

Processo: 643/2016.

Assunto: - "Contratação de empresa para fornecimento de alimentação e locação de sala de Reunião para a equipe de gestores da Prefeitura Municipal que irão participar de "Avaliação das Metas Trimestrais do Planejamento Estratégico 2016 das Secretarias Municipais"

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a - Contratação de empresa para fornecimento de alimentação e locação de sala de Reunião para a equipe de gestores da Prefeitura Municipal que irão participar de "Avaliação das Metas Trimestrais do Planejamento Estratégico 2016 das Secretarias Municipais"

Nas respectivas datas deverão ser prestados serviços de alimentação e sala de reunião.

a) 1º trimestre de 2016 – 29.04.2016

b) 2º trimestre de 2016 – 15.07.2016

c) 3º trimestre de 2016 – 21.10.2016

14- Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA/PROGRAMA	RECURSO	PROJETO/ATIVIDADE	REDUZIDO DOTAÇÃO	NATUREZA DE DESPEZA	FONTE	VALOR R$
Manutenção e encargos da sec. educação	Próprio	2045	050018	33.90.39	0100	4.200,00
Gestão saúde	Próprio	1261	070004	33.90.39	0100	2.100,00
Gestão administração	Próprio	2089	040021	33.90.39	0100	1.500,00
		TOTAL ESTIMADO			R$ 7.800,00	

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 7.800,00** (sete mil e oitocentos reais), em favor da EMPRESA **- BANDEIRANTE PANTANAL HOTEL LTDA - ME CNPJ: 32.953.739/0001 -04,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2016.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2016.

Processo: 595/2016.

Assunto: - "Aquisição de protetor de caçamba para 3 (três) pick-up TRITON e 1(uma) capota de fibra de vidro.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a - Aquisição de protetor de caçamba para 3 (três) pick-up TRITON e 1(uma) capota de fibra de vidro.

14- Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA	PROGRAMA	NATUREZA DE DESPEZA	FONTE	REDUZ.DOT	VALOR R$
Saúde	01305	33.90.30	114	070015	650,00
Saúde	01305	44.90.52	114	070022	4.500,00
Educação	2045	33.90.30	100	050015	650,00
Administração planj.Finanças	2004	33.90.30	100	040006	650,00
		R$6.450,00			

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 6.450,00** (seis mil e quatrocentos e cinqüenta reais), em favor da EMPRESA **- POLO INDÚSTRIA E COMERCIO DE FIBRA DE VIDRO LTDA-ME CNPJ: 00.326.362/0001-77,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

ERRATA CONVÊNIO N° 03/2016

ERRATA CONVÊNIO N° 03/2016

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA NOVA DE VÁRZEA GRANDE E O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT.

Por este instrumento, neste e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT**, pessoa jurídica de direito publico interno, escrita no CNPJ sob o n°03.507.514/0001-26, com sede na Av.Coronel Botelho, n. 458, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CARLOS ROBERTO DA COSTA**, brasileiro casado, RG: N°0075420-0 SSP/MT, CPF N°072.295.691-68, e de outro lado a **Associação Beneficente Vida Nova de Várzea Grande**, entidade de civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 06.254.660/0001-85, com sede na cidade de Várzea Grande – MT, neste ato representado pelo Sr**. João Carlos Hauer**, portador do RG nº 3.672.451-0 SSP/MT e CPF 522. 655.369-20, ajustam entre si o presente convênio, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O presente convênio tem por finalidade a cooperação das entidades envolvidas, visando o amparo de até 03 (três) crianças de 0 à 09 anos do Município de Nossa Senhora do Livramento, vítimas de abandono, maus tratos e abuso sexual que não possuem mais condições de permanência em sua família natural, necessitando de abrigamento até que seja possível a reintegração em sua família natural, ou ampliada, ou em família substituta, na modalidade de guarda ou adoção. As crianças que se refere este termo serão encaminhadas à instituição através de Guia de Acolhimento Judicial expedida pelo Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande/MT, que lhes garantirá abrigo seguro na defesa de seu bem estar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

O presente convênio terá vigência com início na data de 11 de Abril de 2016, terminando em 31 de Dezembro de 2016 podendo ser aditado.

Parágrafo único: O prazo acima estipulado poderá ser renovado por acordo das partes,

Mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

I – São obrigações da **Associação Beneficente Vida Nova de Várzea Grande:**

1. Acolher até o limite de 03 (três) crianças do sexo masculino e feminino de idade entre 0 a 9 anos vítimas de abandono, maus tratos e abuso sexual encaminhados pelo Poder Judiciário e residente no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, para descanso, abrigo internamento e moradia, lhes dispensando cuidados especiais, garantindo-lhes a dignidade, e seu direito a vida, abrigo seguro e tratamento humanitário, no período integral de 24 horas por dia;

2. Garantir instalações adequadas para a proteção da criança, refeições e demais alimentações necessárias a sua subsistência e tratamento condizente com o respeito e a dignidade humana;

3. Efetuar programas de educação, cultura, esportes e lazer para o preenchimento do tempo de aproveitamento na manutenção da saúde e do bem estar dos idosos;

4. Desenvolver demais atividades próprias e necessárias dentro da política de atendimento à criança.

5. Apresentação dos relatórios mensais das despesas e atividades, e conseqüente prestações de contas, para que se possa atender as determinações dos órgãos de controle externo, condicionada ao recebimento dos recursos discriminados neste Convênio.

II – São obrigações da **Prefeitura:**

1. Disponibilizar por sua conta dirigidas aos serviços gerais e de cuidados às crianças desenvolvida pela **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE Vida Nova de Várzea Grande,** até o limite de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) mensais;

2. Encaminhar até limite de 03 (três) crianças de 0 a 9 anos do Município de Nossa Senhora do Livramento que tenham necessidade de cuidados especiais, internamento e proteção;

3. Encaminhadas para a Instituição através do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande – MT, com Guia de Acolhimento Judicial;

4. Praticar demais atos para obtenção satisfatoriamente dos fins desejados neste convênio.

5. Realizar o depósito de cada parcela até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria constante no orçamento anual da PREFEITURA, no valor total de até R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)**,** a serem pagos em 08 parcelas mensais de R$ 3.375,00 a começar em Abril de 2016 que serão depositados no Banco do Brasil, Ag. 2764-2 C/C 32.962-2, utilizando-se a seguinte discriminação:

Descrição: Proj/Ativ: 2022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social.

Reduzido: 06008

Dotação n° 3.3.9.0.39.00.0 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)

Valor: R$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais)

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO.

I. Fica facultado ao Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, o direito de rescindir unilateralmente o presente convênio caso não haja o respectivo cumprimento das obrigações pela **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE Vida Nova de Várzea Grande,** ou se o mesmo se apresentar irregular, ou quando houver interesse publico devidamente justificado.

II – O não cumprimento de qualquer das cláusulas deste, implicará na sua dissolução onde qualquer uma das partes poderá pedir a rescisão do presente, notificando as partes com prazo de 30 dias de antecedência.

Parágrafo único – A denuncia de rescisão deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO COMPETENTE:

Para dirimir questões surgidas acerca do presente feito, fica eleito o foro a que está subordinado o Município de Nossa Senhora do Livramento, com renúncia expressa de qualquer outro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOSOS.

Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, pelos princípios gerais de direito e pelos usos e costumes.

E por estarem assim juntos e conveniados, após lerem, as partes assinam o presente instrumento, que foi redigido em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal.

_____

João Carlos Hauer

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE Vida Nova de Várzea Grande

Testemunhas:

RG:
CPF:

RG:
CPF:

PORTARIA Nº. 087/2016

PORTARIA Nº. 087/2016

Otarci Nunes da Rosa, Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1o Conceder a progressão de nível dos servidores municipais com a data base do mês de abril de 2016 conforme determina o Decreto nº. 81/2015 de 01 de outubro de 2015, a ser inserida na ficha funcional do servidor conforme cada caso, e com as respectivas alterações na remuneração conforme tabelas salariais de cada categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 12 de abril de 2016.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 088/2016

PORTARIA Nº. 088/2016

Otarci Nunes da Rosa, Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Conceder Elevação da Classe **A** para Classe **B** a Marcieli Paulino Martins de Mello em ambos os cargos de Assistente de Saúde/Técnica de Enfermagem e Auxiliar de Consultório Odontológico, com base no processo administrativo de nº. 120/2016.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 12 de abril de 2016.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2015

4º TERMO ADITIVO DE VALOR de 25% CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL **Nº 040/2015** QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A EMPRESA COMERCIAL COCAIS DE COMBUSTIVEL LTDA**, **CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 862/2015, MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE Nº 005/2015:**

DO OBJETO

1.O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 25% no valor **R$ 352.147,89 (Trezentos e Cinqüenta e Dois Mil Cento e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e nove Centavos)** ao valor do contrato firmado entre as partes, em 13/05/2015, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Terceira do contrato nº 040/2015.

DO ACRÉSCIMO

1.O valor global do contrato, após acrescido, é R$ R$ 1.760.739,45 (Hum Milhão Setecentos e Sessenta Mil Setecentos e Trinta e Novel Mil e Quarenta e Cinco Centavos)

1.1 - A importância ora estabelecida corresponde ao valor global do contrato vigente com acréscimo de 25% **R$ 352.147,89 (Trezentos e Cinqüenta e Dois Mil Cento e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e nove Centavos**);

1.2 - os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 29/04/2016.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato, pelo período de vigência do contrato nº 040/2015 até 13/05/2016 é **R$ 352.147,89 (Trezentos e Cinqüenta e Dois Mil Cento e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e nove Centavos).**

DA DESPESA

1.A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício, no montante de **R$ 352.147,89 (Trezentos e Cinqüenta e Dois Mil Cento e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e nove Centavos**, correrá à conta da vigente Lei Orçamentária Anual 2016.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Cod. Red.	Valor (R$)
2102	Manut. do Transporte Escolar/FUNDEB 40%	33.90.30.00	119	050028	R$ 41.000,00
2264	Manut. do Transporte Escolar/Salário Educação	33.90.30.00	122	050031	R$ 20.500,00
2265	Manut. do Transporte Escolar/PNATE	33.90.30.00	122	050033	R$ 20.500,00
2216	Manut. do Transporte Escolar/Gestão	33.90.30.00	100	050029	R$ 20.336,00
2045	Manut. Encargos da Educação	33.90.30.00	100	050042	R$ 6.242,50
2067	Manut. das Ativ. Hosp/Ambulatorial-MAC	33.90.30.00	100	070042	R$ 7.161,25
2030	Manut. Encargos da Saúde	33.90.30.00	100	070010	R$ 1.776,25
1305	Manut. da Atenção Básica	33.90.30.00	100	070018	R$ 3.768,76
2089	Manut. das Ativ. De Adm e Planejamento	33.90.30.00	100	040017	R$ 3.045,00
2036	Manut. e Encargos da Sec. Des. Rural	33.90.30.00	100	100005	R$ 9.722,50
2022	Manut. da Sec. de Assistência Social	33.90.30.00	100	060006	R$ 5.075,00
2278	Rec. e Manut. e Construção de Estradas Vicinais	33.90.30.00	130	080031	R$ 207.020,63
2074	Manut. e Encargos e Salário Sec. Obras	33.90.30.00	100	080005	R$ 6.000,00
Valor: **R$ 352.147,89**					

2. A despesa para o exercício subseqüente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

DO FUNDAMENTO LEGAL

1.O presente termo aditivo decorre de autorização do gestor municipal de Nossa Senhora do Livramento o contratante, exarada no no processo administrativo nº 712/2016 e parecer jurídico nº093/2016 e encontra amparo legal no artigo 65, alínea “b” do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1.Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

2.E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só

efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Abril de 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

Contratante

Empresa **COMERCIAL COCAIS DE COMBUSTIVEL LTDA**

CNPJ n.º 37.467.735/0001-30

representando pelo Senhor **RAIMUNDO CAMPOS DINIZ**

Contratada

PORTARIA Nº. 089/2016

PORTARIA Nº. 089/2016

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder prorrogação de Licença por interesse particular sem ônus a servidora Milca Ferraz de Campos, Agente Municipal, por mais 01 (um) ano a partir de 08/04/2016, com base no processo nº. 512/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 12 de abril de 2016.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 108/2016

PORTARIA Nº 108/2016

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Sr. **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248. 761-72,residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro**,** Nossa Senhora do Livramento - MT**, como fiscal do Contrato nº 035/2016, EMPRESA WILSON PEREIRA DO NASCIMENTO – ME**, aquisição de brinquedos para parque infantil, a serem instalados na Praça da Bandeira na cidade de Nossa Senhora do Livramento – MT, a partir de 25/04/2016.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº 109/2016

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Sr. **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248. 761-72,residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro**,** Nossa Senhora do Livramento - MT**, como fiscal do Contrato nº 036/2016, EMPRESA KVG DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA - ME**, Aquisição de BATERIAS de 45,60, 100 e 150 AMPERES para máquinas leves e pesadas da frota oficial da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT, a partir de 25/04/2016.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2016.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2016.

Processo: 584/2016.

Assunto: - "O presente procedimento licitatório, modalidade DISPENSA, baseada na Lei Municipal nº 782/2015, artigo 1º item II, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO PRODUTOS DE LIMPEZA para atender a Secretaria de Obras e Infra-Estrutura, conforme especificação e quantidades no item 4 – Termo de Referencia

"Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a - "O presente procedimento licitatório, modalidade DISPENSA, baseada na Lei Municipal nº 782/2015, artigo 1º item II, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO PRODUTOS DE LIMPEZA para atender a Secretaria de Obras e Infra-Estrutura, conforme especificação e quantidades no item 4 – Termo de Referencia**"**. No valor total contratado de R$ **2.167,50** (dois mil cento e sessenta e sete reais e cinqüenta centavos),a **EMPRESA – NOVOS TEMPOS COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA –EPP CNPJ: 10.971.702/0001-76**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO	PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R$
080005	Obras e Infra estrutura	2074- Manutenção encargos e salarios	33.90.30.00 Material de consumo	100	R$ 2.167,50
		TOTAL		R$ 2.167,50	

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 2.167,50** (dois mil cento e sessenta e sete reais e cinqüenta centavos), em favor da **EMPRESA – NOVOS TEMPOS COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA –EPP CNPJ: 10.971.702/0001-76,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº. 042/2016, da Secretaria de Obras e Infra estrutura.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº 110/2016

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação, Sr. **Adeirton Antonio Guimarães**, brasileiro, RG: 893843 SJ/MT, CPF: 581.938.801. 10,residente na Avenida Gov. Julio Campos, Bairro: Centro**,** Nossa Senhora do Livramento - MT**, como fiscal do Contrato nº 037/2016, EMPRESA PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME**, Aquisição de 01 Brinquedoteca, 02 Babyteca, 01 Inclusoteca, 04 Dvdteca, 03 KIT Livros, 19 KIT Meio Ambiente, 19 KIT Dengue, 19 KIT Drogas, 19 KIT Transito, 04 KIT DE 03 Livros conhecendo a Cultura, conforme processo Administrativo nº 550/2016, inexigibilidade nº 002/2016, a partir de 25/04/2016**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/2016

PORTARIA Nº 112/2016

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Srª. **ROSA MARIA DO PRADO**, brasileira, RG: 08383774 SJ/MT, CPF: 632.457.871.20,residente na Rua Vicente pereira leite, Bairro: Centro, Nossa Senhora do Livramento - MT**,** como **fiscal do Contrato nº 039/2016, PESSOA FISICA - SALVADOR PINTO DA GUIA** na Contratação de mão de obra para Organização de Serviços e Manipulação de arquivos ativos e inativos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT, a partir de 25/04/2016**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de abril de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 213/2016

Contratado: JOSIEL CAETANO DOS SANTOS

Objetivo da presente contratação: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: OBRAS

Valor: **R$ 990,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
1°TERMO ADITIVO

Contrato n.º **074/2016**

Contratado: **ANDREIA MEDEIROS RIBEIRO**

O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar **IV - OS PRAZOS:**

VALOR: 641,00, passara a ser 801,50, conforme a Lei Municipal nº 946/2016.

ADMINISTRAÇÃO/RH
1°TERMO ADITIVO

Contrato n.º **071/2016**

Contratado: **MARLI APARECIDA DA SILVA**

O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar **IV - OS PRAZOS:**

VALOR: 801,50, passara a ser 1.362,55, conforme a Lei Municipal nº 946/2016.

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 215/2016

Contratado: SUELLEN MOREIRA DA SILVA

Objetivo da presente contratação: AG ADM

Secretaria: SAUDE

Valor: **R$ 925,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
1°TERMO ADITIVO

Contrato n.º **070/2016**

Contratado: **LUCINEIA RODRIGUES ROSA**

O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar **IV - OS PRAZOS:**

VALOR: 1603,24, passara a ser 2.003,75, conforme a Lei Municipal nº 946/2016.

ADMINISTRAÇÃO/RH
1°TERMO ADITIVO

Contrato n.º **091/2016**

Contratado: **SUZEMAR ARCANJO DE SOUZA**

O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar **IV - OS PRAZOS:**

VALOR: 1.603,24, passara a ser 1.122,10, conforme a Lei Municipal nº 946/2016.

ADMINISTRAÇÃO/RH
1°TERMO ADITIVO

Contrato n.º **089/2016**

Contratado: **SILVANA DE LURDES MARTINS SALAPATA**

O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar **IV - OS PRAZOS:**

VALOR: 1.603,24, passara a ser 2.083,90, conforme a Lei Municipal nº 946/2016.

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 202/2016

Contratado: ELISANGELA PEREIRA

Objetivo da presente contratação: PROFESSOR B 10 H

Secretaria: FUNDEB 60 % ENSINO FUNDAMENTAL

Valor: **R$ 801,50** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 16.12.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 203/2016

Contratado: LEONILDA ALVES PIRES SEVERINO

Objetivo da presente contratação: PROFESSOR B 20 H

Secretaria: FUNDEB 60 % ENSINO FUNDAMENTAL

Valor: **R$ 1.603,24** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 16.12.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 204/2016

Contratado: DEGMAR MOURA SANTOS

Objetivo da presente contratação: PROFESSOR B 20 H

Secretaria: FUNDEB 60 % ENSINO FUNDAMENTAL

Valor: **R$ 1.603,24** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 16.12.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 205/2016

Contratado: DAIANA PRISCILA DE SOUZA

Objetivo da presente contratação: PSICOLOGA

Secretaria: SAÚDE

Valor: **R$ 3.105,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 206/2016

Contratado: CAMILA DO NASCIMENTO

Objetivo da presente contratação: PSICOLOGA

Secretaria: FUNDEB 40 %

Valor: **R$ 3.105,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 214/2016

Contratado: NEUZA DOS SANTOS RIBEIRO

Objetivo da presente contratação: AGENTE SERV PUBLICO

Secretaria: OBRAS

Valor: **R$ 880,00** mensais

Vigência: 01.03.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 207/2016

Contratado: LUZIA RIBEIRO DA SILVA

Objetivo da presente contratação: AGENTE SERV PUBLICO

Secretaria: SOCIAL

Valor: **R$ 880,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 208/2016

Contratado: SANTINA DAMIAN BIZIO

Objetivo da presente contratação: ASSISTENTE SOCIAL

Secretaria:SOCIAL

Valor: **R$ 2.500,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 209/2016

Contratado: ELAINE MARCELINO RAMALHO

Objetivo da presente contratação: PROF B20 H

Secretaria: FUNDEB 60% ENSINO INFANTIL

Valor: **R$ 1.603,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 210/2016

Contratado: ALEXANDRA SMITH

Objetivo da presente contratação: AGENTE SERV PUBLICOL

Secretaria: FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

Valor: **R$ 880,00** mensais

Vigência: 15.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 211/2016

Contratado: MARILENE DA SILVA OLIVEIRA

Objetivo da presente contratação: AGENT SERV PUBLICO

Secretaria: FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

Valor: **R$ 880,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 212/2016

Contratado: ROSANGELA PAULA

Objetivo da presente contratação: AGENTE SERV PUBLICO

Secretaria: SOCIAL

Valor: **R$ 880,00** mensais

Vigência: 01.04.2016 a 31.07.2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes Estado de Mato Grosso localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – torna público para conhecimento dos interessados que no dia **28/04/2016**, foi publicado no Jornal Oficial dos Municípios – AMM o **RESULTADO** e a **HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Presencial nº. 014/2016, cujo objeto trata-se de **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR, MATERIAL ODONTOLÓGICO, MATERIAL LABORATORIAL, MATERIAL PARA RAIO X, E MATERIAL PERMANENTE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Retifica-se em ambas as publicações o valor vencido e homologado para a empresa **FARMACIA SUPER POPULAR LTDA EPP**, que é de **R$303. 750,00 (** trezentos e três mil setecentos e cinqüenta reais), e não o valor de **R$304.750,00 (** trezentos e quatro mil setecentos e cinqüenta reais)como publicado.Conserva-se o restante da publicação.

Sendo que, o valor do Item 155, Registrado na Ata de Registro de Preços nº. 009/2016, com a Retificação supra declinada passará de R$ 2,00 para R$ 1,50.

Por fim, anui-se com a Retificação aqui formalizada a empresa vencedora do Item 155, assinando-a, juntamente com essa Pregoeira.

Nova Bandeirantes, 28 de Abril de 2016.

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA

Pregoeira Oficial do Município

FARMACIA SUPER POPULAR LTDA EPP

Empresa vencedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇAO CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PUBLICA N° 001/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Concorrência Pública **n° 001/2016** do tipo **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, **,** de acordo com as leis 8.666/1993 e as alterações posteriores, para execução de **OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, conforme especificações descritas no **MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, PLANILHAS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** e anexos deste Edital, com abertura dia 02 de Junho de 2016 ás 09:00 (nove horas) horário do Estado de Mato Grosso Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada localizada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 267, Centro, Nova Brasilândia – MT. O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Compras, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, através de solicitação pelo endereço eletrônico: **licitacao@novabrasilandia.mt.gov.br** ou pelo Site da Prefeitura **www.novabrasilandia.mt.gov.br,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 28 de Abril de 2016.

MARCELO LEMES DE OLIVEIRA

Presidente CPL

Portaria: nº.118/2016

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 025/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 025/2016

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADO: **CLEMIDES SOARES DE SALES- EPP**

OBJETO: O objeto do presente contrato é aquisição parcelada de combustível para atender as Secretarias Municipais.

VALOR GLOBAL: R$ 155.630,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Seiscentos e Trinta Reais)

VIGENCIA: 25/04/2016 a 18/05/2016

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 026/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 026/2016

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADO: **ANDREIS COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP**

OBJETO: O objeto do presente contrato é aquisição parcelada de combustível para atender as Secretarias Municipais.

VALOR GLOBAL: R$ 51.460,00 (Cinquenta e Um Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

VIGENCIA: 25/04/2016 a 18/05/2016.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONSÓRSIO DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N 007/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 007/2016/CISRNM

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE; CNPJ/MF N.º 02.056.667/0001-31. CONTRATADA: HOSPITAL CANDIDO PORTINARI LTDA; CNPJ: 08.860. 004/0001-51.VALOR GLOBAL: R$360.940,00 (Trezentos e sessenta mil, novecentos e quarenta reais).OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE CARDIOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, OFTALMOLOGIA, DERMATOLOGIA, NEUROLOGIA E ORTOPEDIA.VINCULAÇÃO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015 E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2016.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.VIGÊNCIA: 12 MESES.

Colíder/MT, 15 de abril de 2016.

Nathaly Emmanuelly Silva Nahum PereiraPortaria n.º 019/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

PORTARIA

PORTARIA DE Nº 04/2016

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRª “**EDILEUZA ALVES DA SILVA”.**

VALMIR SILVA LEITE

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA , ESTADO DE MATO GROSSO , USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI DE Nº 02/2014 de 06 de Maio de 2014.EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a Funcionaria Público Srª EDILEUZA ALVES DA SILVA , ocupante do cargo de SECRETARIA GERAL , lotado nesta secretaria do Legislativo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade da lei de nº 02/2014, de 06 de Maio de 2014.

Art. 2º - O período concedido terá inicio de em 02/05/2016 a 31/05/2016, retornando suas atividades no dia 31/05/2016.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar ás atividades concernentes ao seu cargo junto á secretaria da administrativa da câmara municipal de Nova Marilândia-MT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO 01 DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2016- 01/04/2016.

VALMIR SILVA LEITE

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada pela Secretaria Administrativa, na data supra e na forma da lei.

PORTARIA

PORTARIA DE Nº 03/2016

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SRº “**NEUCIRENO FRANCISCO GOMES”.**

VALMIR SILVA LEITE

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA , ESTADO DE MATO GROSSO , USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI DE Nº 02/2014 de 06 de Maio de 2014.EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público SrºNEUCIRENO FRANCISCO GOMES , ocupante do cargo de MOTORISTA , lotado nesta secretaria do Legislativo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade da lei de nº 02/2014, de 06 de Maio de 2014.

Art. 2º - O período concedido terá inicio de em 02/05/2016 a 31/05/2016, retornando suas atividades no dia 31/05/2016.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar ás atividades concernentes ao seu cargo junto á secretaria da administrativa da câmara municipal de Nova Marilândia-MT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO 01 DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2016- 01/04/2016.

VALMIR SILVA LEITE

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada pela Secretaria Administrativa, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016. ADESÃO

OBJETO: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 314636/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT E PISO TETO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá - MT, 28 de Abril de 2016.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 008/2016. ADESÃO

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 020/2016/GAPRE de 20 de Janeiro de 2016, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 008/2016, ADESÃO, cujo Objeto é ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 314636/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT E PISO TETO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.,a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações.

VENCEDOR(A): D. A ARAGÃO COMERCIO - ME inscrito no **CNPJ 19. 127.086/0001-46.**

Valor Total para os itens R$ 118.066,00 (cento e dezoito mil e sessenta e seis reais).

Nova Maringá - MT, 28 de Abril de 2016.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA/ CONVITE- 02/2016

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº. 02/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONVOCAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 45/2016 de 21/03/2016 comunica que estará realizando Procedimento Licitatório conforme descrição abaixo:

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA A APLICAÇÃO DO CODIGO TRIBUTARIO, IPM (índice preliminar dos municípios), ICM E ITR PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE.

ABERTURA: As propostas serão recebidas pela Comissão Permanente de Licitação até o dia **10/05/2016 às 08:30 horas.** A sessão de abertura e julgamento terá início no mesmo dia às 9:00 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, onde os interessados poderão obter o Edital Completo e maiores informações no horário de expediente ou pelo telefone: (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 28 de abril de 2016.

TÂNIA DA SILVA JUSTO

Presidente da CPL

Publique-se

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 02/2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº. 02/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONVOCAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 45/2016 de 21/03/2016 comunica que estará realizando Procedimento Licitatório conforme descrição abaixo:

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA A APLICAÇÃO DO CODIGO TRIBUTARIO, IPM (índice preliminar dos municípios), ICM E ITR PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE.

ABERTURA: As propostas serão recebidas pela Comissão Permanente de Licitação até o dia **29/03/2016 às 08:30 horas.** A sessão de abertura e julgamento terá início no mesmo dia às 9:00 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, onde os interessados poderão obter o Edital Completo e maiores informações no horário de expediente ou pelo telefone: (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 28 de abril de 2016.

TÂNIA DA SILVA JUSTO

Presidente da CPL

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
SICONFI DECLARAÇÃO 3º QUADRIMESTRE-2015 (1)

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.632.578,18	0,00
Pessoal Ativo	10.317.948,70	
Pessoal Inativo e Pensionistas	314.629,48	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	132.288,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	132.288,64	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.500.289,54	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	19.764.446,72	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	10.500.289,54	53,07
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.870.668,03	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.277.134,63	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.683.601,23	54,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1,3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		Despesas Liquidadas Nos Últimos 12 meses	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados nos Últimos 12 meses	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III) = (I - II)				

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	113.726,28	113.726,28	63.498,54	0,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna				
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	113.726,28	113.726,28	63.498,54	0,00
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	4.969.461,71	6.628.107,53	7.134.340,55	5.736.863,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.560.677,93	7.037.136,77	7.520.162,87	8.057.237,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.591.216,22	409.029,24	385.822,32	2.320.373,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.855.735,43	-6.514.381,25	-7.070.842,01	-5.736.863,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.193.314,36	17.598.954,67	18.476.271,73	19.784.446,72
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,66	0,65	0,34	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-28,24	-37,02	-38,27	-29,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	20.631.977,23	21.118.745,60	22.171.526,08	23.741.336,06
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	18.568.779,51	19.006.871,04	19.954.373,47	21.367.202,46
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.374.936,00	1.281.402,22	1.151.140,76	1.038.016,88
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	124.936,01	107.230,54	94.359,44	101.407,96
De Tributos				
De Contribuições Sociais	124.936,01	107.230,54	94.359,44	101.407,96
Previdenciárias	124.936,01	107.230,54	94.359,44	101.407,96
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	1.249.999,99	1.174.171,68	1.056.781,32	936.608,92
Interna	1.249.999,99	1.174.171,68	1.056.781,32	936.608,92
Externa				
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)				
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	32.363,15	34.552,94	34.822,65	95.000,00
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	583.473,91	536.327,22	143.560,89	143.560,89
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	8.527.813,09	8.527.813,09	8.527.813,09	9.226.824,11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Passivo Atuarial	8.527.813,09	8.527.813,09	8.527.813,09	9.226.824,11
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (X)	4.546.563,68	4.891.012,74	5.288.808,36	8.477.194,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.254,47	37.941,48	7.924,68	419.957,08
Investimentos	4.533.309,21	4.853.071,26	5.280.883,68	8.057.237,36
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	3.981.249,41	3.636.800,35	3.239.004,73	749.629,67

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	% da DCL sobre a RCL
2011 - 3º Quadrimestre	-
DCL	
Excedente	
Redutor	
% Limite de Endividamento	
2012 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2013 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2014 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2015 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2016 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2017 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2018 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2019 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2020 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2021 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2022 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2023 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	% da DCL sobre a RCL
2014 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2015 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2016 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (e)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.764.446,72	
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	3.165.511,48	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.848.960,33	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	1.384.911,27	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa							
	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa							
	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício					
Total dos Recursos Vinculados	2.327.883,83	358.118,95		143.560,89		1.826.203,99		
Total dos Recursos Não Vinculados	406.702,61					406.702,61		
Total dos Recursos	2.734.586,44	358.118,95		143.560,89		2.232.906,60		

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TCTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (IV)	2.327.883,83							
TCTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (V)	406.702,61							
INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO (VI) = (IV + V)	0,00							
TCTAL DO ENTE MAIS CONSÓRCIO PÚBLICO (VII) = (III + IV)	2.734.586,44							
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	5.742.608,00							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	19.784.446,72

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Resumo dos Limites	Valor Relativo ao Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.500.289,54	53,07
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	11.870.668,03	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	10.683.601,23	54,00
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	5.736.863,78	29,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.741.336,06	120,00
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	364.680,60	406.702,61

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by GILSON LUIZ VERISSIMO:97551406115 Date: 2016.01.30 21:56:28 AMST Perfil: Contador Responsável Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT
Assinatura: 2
Digitally signed by DOMINGOS CARLOS PERONDI:28542371020 Date: 2016.01.30 21:59:18 AMST Perfil: Responsável pela Administração Financeira Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT
Assinatura: 3
Digitally signed by ARION SILVEIRA:51501872915 Date: 2016.01.31 09:57:07 AMST Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

GABINETE DO PREFEITO
SICONFI-RECIBO- 3º QUADRIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	
Declaração:	
Periodicidade:	
Período:	
Exercício:	
Assinatura(s):	• Nome: ARION SILVEIRA *Titular do Poder Executivo* CPF: 515.018.729-15 Data: 31/01/2016 10:57:33 • Nome: Domingos Carlos Perondi *Responsável pela Administração Financeira* CPF: 285.423.710-20 Data: 30/01/2016 22:59:43 • Nome: GILSON LUIZ VERISSIMO *Contador Responsável* CPF: 975.514.061-15 Data: 30/01/2016 22:56:51

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **31/01/2016, às 09:58:30** , é:

00.CN.1G-5

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 31/01/2016 09:58:30 Página 1 de 1

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.100.000,00	21.100.000,00	4.024.368,89	19,07	20.854.389,31	98,84	245.610,69
RECEITAS CORRENTES	18.904.000,00	18.904.000,00	3.608.083,29	19,09	19.248.662,46	101,82	-344.662,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	889.500,00	889.500,00	281.333,30	31,63	1.514.169,87	170,23	-624.669,87
Impostos	683.000,00	683.000,00	275.504,04	40,34	1.289.333,91	188,78	-606.333,91
Taxas	206.500,00	206.500,00	5.829,26	2,82	224.835,96	108,88	-18.335,96
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	26.007,03	32,51	230.312,07	287,89	-150.312,07
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	80.000,00	80.000,00	26.007,03	32,51	230.312,07	287,89	-150.312,07
RECEITA PATRIMONIAL	79.600,00	79.600,00	39.383,87	49,48	206.950,53	259,99	-127.350,53
Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	550,00	27,50	3.860,00	193,00	-1.860,00
Receitas de Valores Mobiliários	70.500,00	70.500,00	38.141,17	54,10	202.397,83	287,09	-131.897,83
Receita de Concessões e Permissões	2.100,00	2.100,00		0,00		0,00	2.100,00
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	692,70	13,85	692,70	13,85	4.307,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	26.000,00	26.000,00		0,00	34.986,01	134,56	-8.986,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.677.800,00	17.677.800,00	3.209.581,10	18,16	16.769.521,61	94,86	908.278,39
Transferências Intergovernamentais	16.964.800,00	16.964.800,00	3.151.783,49	18,58	16.239.958,12	95,73	724.841,88
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	708.000,00	708.000,00	57.797,61	8,16	529.563,49	74,80	178.436,51
Transferências para o Combate à Fome	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	151.100,00	151.100,00	51.777,99	34,27	492.722,37	326,09	-341.622,37
Multas e Juros de Mora	45.000,00	45.000,00	19.521,71	43,38	148.705,94	330,46	-103.705,94
Indenizações e Restituições	4.100,00	4.100,00	6.763,20	164,96	64.605,13	1.575,73	-60.505,13
Receita da Dívida Ativa	97.000,00	97.000,00	25.493,08	26,28	279.171,30	287,81	-182.171,30
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	5.000,00	5.000,00		0,00	240,00	4,80	4.760,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.196.000,00	2.196.000,00	416.285,60	18,96	1.605.726,85	73,12	590.273,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	50.000,00	50.000,00		0,00		0,00	50.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	74.000,00	164,44	-29.000,00
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	25.000,00		0,00		0,00	25.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00		0,00	74.000,00	370,00	-54.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.100.000,00	2.100.000,00	416.285,60	19,82	1.531.726,85	72,94	568.273,15
Transferências Intergovernamentais	135.000,00	135.000,00	239.510,00	177,41	580.000,00	429,63	-445.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.965.000,00	1.965.000,00	176.775,60	9,00	951.726,85	48,43	1.013.273,15
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prcv. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	548.000,00	548.000,00	163.570,08	29,85	759.355,73	138,57	-211.355,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.648.000,00	21.648.000,00	4.187.938,97	19,35	21.613.745,04	99,84	34.254,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.648.000,00	21.648.000,00	4.187.938,97	19,35	21.613.745,04	99,84	34.254,96
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.648.000,00	21.648.000,00	4.187.938,97	19,35	21.613.745,04	99,84	34.254,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.153.900,00	23.431.563,40	1.465.916,00	19.792.540,11	3.639.023,29	3.381.065,18	19.752.334,35	3.679.229,05	17.852.456,72	40.205,76
DESPESAS CORRENTES	17.199.492,15	19.090.662,38	2.268.520,66	17.731.350,14	1.359.342,24	3.070.888,65	17.721.384,38	1.369.308,00	16.136.285,61	9.965,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.563.012,79	9.998.163,61	1.675.677,97	9.565.916,50	432.237,11	1.677.523,97	9.565.916,50	432.237,11	9.217.802,69	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	127.200,00	-3.777,72	123.039,75	4.160,25	17.306,19	123.039,75	4.160,25	123.039,75	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.631.479,36	8.965.338,77	586.620,41	8.042.393,89	922.944,88	1.376.058,49	8.032.428,13	932.910,64	6.795.443,17	9.965,76
DESPESAS DE CAPITAL	2.990.407,85	3.376.871,02	-792.604,66	2.061.189,97	1.315.681,05	310.176,53	2.030.949,57	1.345.921,05	1.716.171,11	30.240,00
INVESTIMENTOS	2.915.407,85	3.039.818,81	-790.756,94	1.730.782,82	1.309.035,99	234.224,23	1.700.542,82	1.339.275,99	1.389.847,98	30.240,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	337.052,21	-1.847,72	330.407,15	6.645,06	75.952,30	330.407,15	6.645,06	326.323,13	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00			400.000,00			400.000,00		
RESERVA DO RPPS	564.000,00	564.000,00			564.000,00			564.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	510.100,00	771.038,81	146.850,35	739.391,57	31.647,24	146.850,35	739.391,57	31.647,24	739.391,57	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.664.000,00	24.202.602,21	1.612.766,35	20.531.531,68	3.670.670,53	3.527.915,53	20.491.725,52	3.710.876,29	18.591.848,29	40.205,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.664.000,00	24.202.602,21	1.612.766,35	20.531.531,68	3.670.670,53	3.527.915,53	20.491.725,52	3.710.876,29	18.591.848,29	40.205,76
SUPERÁVIT (XIII)				1.081.813,36			1.122.019,12		3.079.962,10	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.664.000,00	24.202.602,21	1.612.766,35	21.613.745,04		3.527.915,53	21.613.745,04		21.671.810,39	40.205,76

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	548.000,00	548.000,00	163.570,08	29,85	759.355,73	138,57	-211.355,73
RECEITAS CORRENTES	548.000,00	548.000,00	163.570,08	29,85	759.355,73	138,57	-211.355,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	543.000,00	543.000,00	163.265,09	30,06	748.528,43	137,85	-205.528,43
Contribuições Sociais	543.000,00	543.000,00	163.265,09	30,06	748.528,43	137,85	-205.528,43
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	304,99		10.827,30		-10.827,30
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais			304,99		10.827,30		-10.827,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00		0,00		5.000,00
Multas e Juros de Mora	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prcv. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	510.100,00	771.038,81	146.850,35	739.391,57	31.647,24	146.850,35	739.391,57	31.647,24	739.391,57	0,00
DESPESAS CORRENTES	510.100,00	771.038,81	146.850,35	739.391,57	31.647,24	146.850,35	739.391,57	31.647,24	739.391,57	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	510.100,00	771.038,81	146.850,35	739.391,57	31.647,24	146.850,35	739.391,57	31.647,24	739.391,57	0,00

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

202

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 6º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.589.900,00	22.467.563,40	1.465.916,00	19.752.540,11	56,40	2.675.023,29	3.381.065,18	19.752.334,35	96,39	2.715.229,05	40.205,76
Legislativa	855.900,00	887.161,19	159.755,37	887.161,19	4,32	0,00	204.328,32	887.161,19	4,33	0,00	0,00
Ação Legislativa	855.900,00	887.161,19	159.755,37	887.161,19	4,32	0,00	204.328,32	887.161,19	4,33	0,00	
Controle Externo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	206.400,00	259.500,00	30.002,16	258.008,39	1,26	1.491,61	30.002,16	258.008,39	1,26	1.491,61	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	206.400,00	259.500,00	30.002,16	258.008,39	1,26	1.491,61	30.002,16	258.008,39	1,26	1.491,61	0,00
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	2.187.300,00	2.552.330,26	259.779,51	2.502.828,46	12,19	89.501,80	465.406,89	2.502.178,70	12,21	90.151,56	649,76
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
Administração Geral	2.039.800,00	2.517.195,46	245.763,51	2.433.424,92	11,85	83.770,54	451.390,89	2.432.775,16	11,87	84.420,30	649,76
Administração Financeira	55.000,00				0,00				0,00		
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização	80.000,00	69.134,80	14.016,00	64.053,54	0,31	5.041,26	14.016,00	64.053,54	0,31	5.041,26	0,00
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos	12.500,00	6.000,00		5.310,00	0,03	690,00		5.310,00	0,03	690,00	0,00
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	1.242.500,00	1.206.553,25	194.174,17	989.287,90	4,82	217.265,35	225.470,17	989.287,50	4,83	217.265,75	0,00
Assistência ao Idoso	16.000,00				0,00				0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	104.500,00	35.699,25	1.353,71	19.748,96	0,10	15.950,29	2.529,71	19.748,66	0,10	15.950,29	0,00
Assistência Comunitária	913.000,00	377.327,00	52.562,56	209.355,13	1,02	167.971,87	60.109,04	209.355,13	1,02	167.971,87	0,00
Administração Geral	132.000,00	784.527,00	139.243,26	758.498,65	3,69	26.028,35	161.417,18	758.498,65	3,70	26.028,35	0,00
Demais Subfunções	77.000,00	9.000,00	1.014,24	1.685,16	0,01	7.314,84	1.014,24	1.685,16	0,01	7.314,84	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário					0,00				0,00		
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (c/Total c)		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	4.347.100,00	5.453.134,35	525.670,43	4.891.010,25	23,82	602.124,10	833.353,12	4.850.721,45	23,87	602.412,90	288,80
Atenção Básica	2.533.200,00	2.815.806,80	314.641,52	2.431.249,29	11,84	384.557,51	524.634,30	2.431.249,29	11,96	384.557,51	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.620.000,00	2.453.595,80	187.663,13	2.264.326,95	11,03	189.268,85	285.173,04	2.264.038,15	11,05	189.557,65	288,80
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00				0,00		
Vigilância Sanitária					0,00				0,00		
Vigilância Epidemiológica	184.000,00	222.831,75	23.345,78	195.434,01	0,95	27.397,74	23.345,78	195.434,01	0,95	27.397,74	0,00
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	9.900,00	900,00			0,00	900,00			0,00	900,00	0,00
Trabalho	51.000,00	47.000,00	0,00	46.778,50	0,23	221,50	0,00	46.778,50	0,23	221,50	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade	51.000,00	47.000,00		46.778,50	0,23	221,50		46.778,50	0,23	221,50	0,00
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	5.505.800,00	5.230.439,00	655.403,54	4.850.329,67	23,82	340.109,33	817.601,98	4.851.757,47	23,68	378.681,53	38.572,20
Ensino Fundamental	4.680.800,00	4.722.164,00	599.091,24	4.406.247,97	21,46	315.916,03	737.693,26	4.375.857,57	21,35	346.286,03	30.350,00
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	144.000,00				0,00				0,00		
Educação Infantil	575.000,00	446.755,00	66.312,70	424.081,70	2,07	22.673,30	58.090,50	415.859,50	2,03	30.895,50	8.222,20
Educação de Jovens e Adultos	33.500,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	0,00
Educação Especial	60.000,00	60.500,00		60.000,00	0,29	500,00	21.818,22	60.000,00	0,29	500,00	0,00
Educação Básica					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	12.500,00				0,00				0,00		
Cultura	276.530,00	157.448,19	19.429,70	139.847,62	0,68	17.600,57	25.239,70	139.847,62	0,68	17.600,57	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	227.830,00	152.148,19	19.429,70	139.847,62	0,68	12.300,57	25.239,70	139.847,62	0,68	12.300,57	0,00
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	49.100,00	5.300,00			0,00	5.300,00			0,00	5.300,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	514.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	462.900,00				0,00				0,00		
Serviços Urbanos	52.000,00				0,00				0,00		
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	5.000,00				0,00				0,00		
Habitação Urbana	11.000,00				0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	136.500,00	766.000,00	190.656,71	765.264,04	3,73	735,96	190.656,71	765.264,04	3,73	735,96	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	136.500,00	766.000,00	190.656,71	765.264,04	3,73	735,96	190.656,71	765.264,04	3,73	735,96	0,00
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	124.520,00	136.575,00	14.823,06	130.190,56	0,63	6.384,44	14.823,06	130.190,56	0,64	6.384,44	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	101.800,00	136.220,00	14.823,06	130.135,56	0,63	6.084,44	14.823,06	130.135,56	0,64	6.084,44	0,00
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas	5.300,00	55,00		55,00	0,00	0,00		55,00	0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	17.420,00	300,00			0,00	300,00			0,00	300,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	575.550,00	395.453,33	37.173,69	370.678,60	1,81	24.774,73	49.676,90	370.678,60	1,81	24.774,73	0,00
Promoção da Produção Vegetal	58.000,00				0,00				0,00		
Promoção da Produção Animal	37.000,00	964,25		964,25	0,00	0,00		964,25	0,00		0,00
Defesa Sanitária Vegetal					0,00				0,00		
Defesa Sanitária Animal					0,00				0,00		
Abastecimento	10.600,00	4.407,15		3.284,00	0,02	1.123,15		3.284,00	0,02	1.123,15	0,00
Extensão Rural	430.200,00	390.081,83	37.173,69	366.430,35	1,78	23.651,58	49.676,90	366.430,35	1,79	23.651,58	0,00
Irrigação					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	39.750,00				0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	30.000,00	8.513,80	0,00	8.513,80	0,04	0,00	1.800,00	8.513,80	0,04	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	30.000,00	8.513,80		8.513,80	0,04		1.800,00	8.513,80	0,04		0,00
Energia	90.000,00	35.300,00	0,00	34.477,92	0,17	822,08	0,00	34.477,52	0,17	822,08	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica	90.000,00	35.300,00		34.477,92	0,17	822,08		34.477,52	0,17	822,08	0,00
Petróleo					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	3.541.000,00	3.981.900,00	672.302,17	2.666.822,36	12,99	1.315.077,64	352.622,19	2.666.127,36	13,01	1.315.772,64	695,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	3.506.000,00	3.976.900,00	672.302,17	2.666.822,36	12,99	1.310.077,64	352.622,19	2.666.127,36	13,01	1.310.772,64	695,00
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	35.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	0,00
Desporto e Lazer	198.500,00	578.002,82	19.679,53	551.599,01	2,69	26.403,81	40.399,07	551.599,01	2,69	26.403,81	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	36.000,00	247.630,00		246.362,92	1,20	1.267,08		246.362,92	1,20	1.267,08	0,00
Lazer	162.500,00	330.372,82	19.679,53	305.236,09	1,49	25.136,73	40.399,07	305.236,09	1,49	25.136,73	0,00
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	290.000,00	652.252,21	21.669,50	659.741,84	3,21	32.510,37	129.684,91	659.741,84	3,22	32.510,37	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna	80.000,00	464.252,21	-5.625,44	453.446,90	2,21	10.805,31	93.258,49	453.446,80	2,21	10.805,31	0,00
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
Demais Subfunções	210.000,00	228.000,00	27.254,94	206.294,54	1,00	21.705,06	36.426,42	205.254,54	1,01	21.705,06	0,00
Reserva de Contingência	400.000,00				0,00				0,00		
Reserva do RPPS					0,00				0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	510.100,00	771.038,81	146.850,35	739.391,57	3,60	31.647,24	146.850,35	739.391,57	3,61	31.647,24	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.100.000,00	23.238.602,21	1.612.766,35	20.531.931,68	100,00	2.706.670,53	3.527.915,53	20.491.725,52	100,00	2.746.876,29	40.205,76

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1.873.291,65	1.539.353,76	1.671.491,33	1.758.455,74	1.588.437,55	2.045.639,12	1.842.821,10	1.786.220,65	1.610.651,09	2.231.543,57	1.837.566,73	2.418.033,95	22.603.906,44	22.106.600,00
Receita Tributária	139.580,72	81.211,10	169.331,80	77.602,57	87.540,05	48.353,66	164.256,65	216.553,89	89.865,73	124.706,58	88.081,18	183.221,43	1.482.365,56	914.800,00
IPTU	745,29	116,44	0,00	0,00	89,86	15.527,47	19.632,03	68.431,59	6.462,39	3.844,31	12.069,79	2.502,61	129.422,18	125.300,00
ISS	34.086,27	30.195,57	26.946,42	34.562,53	33.105,48	68.820,19	93.470,31	81.241,14	61.255,00	62.472,41	32.757,36	137.920,07	697.233,15	409.000,00
ITBI	42.946,42	4.048,40	56.924,62	7.462,35	6.597,33	24.065,43	16.214,82	3.244,00	2.723,75	30.543,89	16.272,74	38.116,43	249.590,18	90.000,00
IRRF	17.465,76	13.081,49	13.461,51	13.541,86	16.776,37	17.855,01	13.515,40	17.663,62	11.342,91	20.543,07	23.263,80	12.577,55	191.548,55	74.000,00
Outras Receitas Tributárias	44.336,58	33.769,20	71.999,25	21.245,43	30.971,01	-77.914,44	21.464,29	47.952,54	8.081,68	6.502,90	3.657,49	2.104,77	214.211,50	216.500,00
Receita de Contribuições	31.835,47	34.011,40	33.909,52	32.775,36	35.261,02	154.623,55	68.109,10	63.213,07	19.400,71	106.350,78	71.764,56	57.859,19	709.134,13	465.000,00
Receita Patrimonial	62.378,22	42.753,26	39.089,41	69.228,36	68.572,21	58.178,48	80.652,06	41.056,19	34.736,35	84.260,62	69.915,53	79.725,32	730.586,41	435.600,00
Receita Agropecuária													0,00	
Receita Industrial													0,00	
Receita de Serviços	6,01	34.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						34.986,01	26.000,00
Transferências Correntes	1.635.627,56	1.332.915,75	1.399.935,51	1.515.544,04	1.765.212,38	1.572.766,69	1.517.464,61	1.459.274,62	1.462.675,89	1.909.049,86	1.574.710,91	2.063.957,17	19.229.535,39	20.093.100,00
Cota-Parte do FPM	571.401,61	625.326,04	424.841,24	458.516,39	563.647,26	450.604,28	429.753,13	424.877,56	354.223,40	403.164,53	455.204,85	769.721,39	5.971.482,58	6.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	412.239,53	300.664,84	446.090,55	389.605,40	409.020,50	421.762,34	423.387,30	401.462,76	487.822,52	444.750,01	394.338,62	554.397,35	5.085.542,52	5.300.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.653,18	54.777,76	49.159,09	53.677,59	68.330,67	34.784,33	46.976,79	24.420,71	19.759,33	9.038,81	13.113,54	10.573,39	388.265,59	265.000,00
Cota-Parte do ITR	26.582,65	1.055,86	6.437,58	2.571,89	31.487,52	5.867,59	57,66	2.549,56	18.604,91	259.905,50	58.042,95	118.916,51	532.081,18	270.000,00
Transferências da LC 87/1996				8.608,80	2.152,20	2.152,20	2.152,20	2.152,20	2.152,20	2.152,20	2.152,20	2.152,20	25.826,40	32.000,00
Transferências da LC 61/1989													0,00	
Transferências do FUNDEB	226.651,38	222.359,58	228.064,03	213.654,81	258.362,33	232.684,65	211.237,30	217.975,75	219.204,03	248.927,99	211.699,52	274.558,73	2.765.430,15	2.950.000,00
Outras Transferências Correntes	395.099,41	128.731,67	245.342,67	389.268,76	452.011,10	384.910,90	403.900,23	385.835,68	360.909,10	541.110,42	440.189,23	333.637,60	4.460.916,97	5.176.100,00
Outras Receitas Correntes	3.863,37	13.482,25	29.225,09	62.905,41	11.851,89	211.676,34	12.298,48	4.082,88	3.972,41	7.575,43	33.054,55	23.270,84	417.258,94	172.100,00
DEDUÇÕES (II)	234.610,85	230.376,21	219.215,13	215.371,36	250.228,71	231.888,10	208.754,74	211.608,80	155.469,98	289.282,34	232.899,89	299.753,61	2.819.459,72	2.765.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	31.835,47	34.011,40	33.909,52	32.775,36	35.261,02	40.863,99	41.564,61	40.516,27	18.957,56	65.480,14	45.777,53	57.859,19	478.822,06	385.000,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdênca													0,00	
Dedução ce Receita para Formação do FUNDEB	202.775,38	196.364,81	185.305,61	182.596,00	214.967,69	191.034,11	167.190,13	171.092,53	136.512,42	223.802,20	187.122,36	241.894,42	2.340.637,66	2.380.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.638.681,00	1.308.977,55	1.452.276,20	1.543.084,38	1.738.208,84	1.813.751,02	1.634.066,36	1.574.611,85	1.415.181,11	1.942.661,23	1.604.666,84	2.118.280,34	19.784.446,72	19.341.600,00

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	752.000,00	752.000,00	1.009.054,74	791.566,65
RECEITAS CORRENTES	752.000,00	752.000,00	1.009.054,74	791.566,65
Receita de Contribuições dos Segurados	385.000,00	385.000,00	478.822,06	393.808,43
Pesscal Civil	385.000,00	385.000,00	478.822,06	393.808,43
Ativo	385.000,00	385.000,00	478.822,06	393.808,43
Inativo				
Pensionista				
Pesscal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	356.000,00	356.000,00	518.084,32	388.811,07
Receitas Imobiliárias	356.000,00	356.000,00	577.642,38	439.084,34
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais			-59.558,06	-50.273,27
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00	12.148,36	8.947,15
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00	12.148,36	8.947,15
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.768.410,47	1.422.434,48

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	726.000,00	726.000,00	553.437,07	439.705,96	553.437,07	439.705,96	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	200.000,00	200.000,00	91.048,28	83.742,30	91.048,28	83.742,30	0,00	0,00
Despesas Correntes	190.000,00	190.000,00	91.048,28	83.262,30	91.048,28	83.262,30		
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00		480,00		480,00		
PREVIDÊNCIA	526.000,00	526.000,00	462.388,79	355.963,66	462.388,79	355.963,66	0,00	0,00
Pesscal Civil	526.000,00	526.000,00	462.388,79	355.963,66	462.388,79	355.963,66	0,00	0,00
Aposentadorias	267.000,00	267.000,00	265.742,67	165.120,24	265.742,67	165.120,24		
Pensões	49.000,00	49.000,00	48.886,81	22.913,77	48.886,81	22.913,77		

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 6º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Outros Benefícios Previdenciários	210.000,00	210.000,00	147.759,31	167.529,65	147.759,31	167.529,65		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	10.000,00	10.000,00	3.084,15	2.647,78	3.084,15	2.647,78		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	736.000,00	736.000,00	556.521,22	442.353,74	556.521,22	442.353,74	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	564.000,00	564.000,00	1.211.889,25	980.080,74	1.211.889,25	980.080,74		

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	564.000,00

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	32.352,48	13.254,47
INVESTIMENTOS	4.533.309,21	5.729.353,53
OUTROS BENS E DIREITOS		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83
Receita de Contribuições	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83
Patronal	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83
Pesscal Civil	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83
Ativo	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83
Inativo				
Pensionista				
Pesscal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	548.000,00	548.000,00	759.355,73	630.867,83

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	10.000,00	10.000,00	3.084,15	2.647,78	3.084,15	2.647,78	0,00	0,00
Despesas Correntes	10.000,00	10.000,00	3.084,15	2.647,78	3.084,15	2.647,78		
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	10.000,00	10.000,00	3.084,15	2.647,78	3.084,15	2.647,78		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (I)	1.488.662,28	1.240.539,94	1.176.325,14
DEDUÇÕES (II)	4.969.461,71	7.809.099,63	6.767.322,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.560.677,93	8.182.452,24	7.132.003,39
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.591.216,22	373.352,61	364.680,60
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-3.480.799,43	-6.568.559,69	-5.590.997,65
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	124.936,01	88.737,23	85.861,71
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-3.605.735,44	-6.657.296,92	-5.676.859,36

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	980.437,56	-2.071.123,92

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	-414.457,14

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (VII)	8.527.813,09	8.527.813,09	8.527.813,09
Passivo Atuarial	8.527.813,09	8.527.813,09	8.527.813,09
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.560.677,93	8.182.452,24	7.132.003,39
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados	1.591.216,22	373.352,61	364.680,60
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	8.527.813,09	8.527.813,09	8.527.813,09
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	8.527.813,09	8.527.813,09	8.527.813,09

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.841.400,00	20.439.032,26	17.795.192,02
Receitas Tributárias	889.500,00	1.514.169,87	1.299.918,72
IPTU	110.000,00	150.577,46	110.894,44
ISS	409.000,00	697.257,74	548.223,07
ITBI	90.000,00	249.550,16	293.680,44

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
IRRF	74.000,00	191.948,55	131.212,78
Outras Receitas Tributárias	206.500,00	224.835,96	215.907,99
Receitas de Contribuições	465.000,00	709.134,13	555.346,52
Receitas Previdenciárias	385.000,00	478.822,06	393.808,43
Outras Receitas de Contribuições	80.000,00	230.312,07	161.538,09
Receita Patrimonial Líquida	356.000,00	518.064,32	388.811,07
Receita Patrimonial	356.000,00	577.642,38	439.084,34
(-) Aplicações Financeiras		59.558,06	50.273,27
Transferências Correntes	17.942.800,00	17.157.787,20	15.126.250,85
Cota-Parte do FPM	6.100.000,00	5.971.482,58	5.624.230,10
Cota-Parte do ICMS	5.300.000,00	5.085.542,52	4.882.611,01
Cota-Parte do IPVA	265.000,00	388.265,59	314.416,03
Convênios	713.000,00	529.563,49	537.364,32
Outras Transferências Correntes	5.564.800,00	5.182.933,02	3.767.629,39
Demais Receitas Correntes	188.100,00	539.856,74	424.864,86
Dívida Ativa	97.000,00	279.171,30	203.309,28
Diversas Receitas Correntes	91.100,00	260.685,44	221.555,58
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.196.000,00	1.605.726,85	2.791.400,96
Operações de Crédito (III)	50.000,00	0,00	1.250.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	45.000,00	74.000,00	45.000,00
Transferências de Capital	2.100.000,00	1.531.726,85	1.496.400,96
Convênios	1.965.000,00	951.726,85	1.231.864,96
Outras Transferências de Capital	135.000,00	580.000,00	264.536,00
Outras Receitas de Capital	1.000,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.101.000,00	1.531.726,85	1.496.400,96
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.942.400,00	21.970.759,11	19.291.592,98

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.861.731,19	18.470.741,71	16.557.869,10	18.460.775,95	16.177.679,45	9.965,76	380.189,65
Pessoal e Encargos Sociais	10.769.192,42	10.305.308,07	8.969.914,83	10.305.308,07	8.969.914,83		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	127.200,00	123.039,75	6.049,10	123.039,75	6.049,10		
Outras Despesas Correntes	8.965.338,77	8.042.393,89	7.581.905,17	8.032.428,13	7.201.715,52	9.965,76	380.189,65
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.734.531,19	18.347.701,96	16.551.820,00	18.337.736,20	16.171.630,35	9.965,76	380.189,65
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.376.871,02	2.061.189,97	2.340.378,07	2.030.949,97	2.231.478,46	30.240,00	108.899,61
Investimentos	3.039.818,81	1.730.782,82	2.303.264,50	1.700.542,82	2.194.364,89	30.240,00	108.899,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	337.052,21	330.407,15	37.113,57	330.407,15	37.113,57		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.039.818,81	1.730.782,82	2.303.264,50	1.700.542,82	2.194.364,89	30.240,00	108.899,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	22.774.350,00	20.078.484,78	18.855.084,50	20.038.279,02	18.365.995,24	40.205,76	489.089,26
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-831.950,00	1.852.274,33	436.508,48	1.932.480,09	925.597,74		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-459.300,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	243.465,56	1.298.883,04	1.184.229,65	0,00	358.118,55	82.026,65	501.447,26	439.913,02	439.913,02	0,00	143.560,89	501.679,84
PODER EXECUTIVO	243.465,56	1.298.883,04	1.184.229,65		358.118,55	82.026,65	419.089,26	427.555,02	427.555,02		143.560,89	501.679,84
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.358,00	12.358,00	12.358,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal							12.358,00	12.358,00	12.358,00			0,00
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	1.763,99	45.543,36	40.745,70		6.561,65							6.561,65
TOTAL (III) = (I + II)	245.229,55	1.344.426,40	1.224.975,35	0,00	364.680,20	82.026,65	501.447,26	439.913,02	439.913,02	0,00	143.560,89	508.241,49

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Despesas	Despesas de Capital				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	3.376.871,02	2.061.189,97	2.030.949,97	30.240,00	1.315.681,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.376.871,02	2.061.189,97	2.030.949,97	30.240,00	1.315.681,05

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(a - c)	(b - e)	(c - f)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.376.871,02	-2.061.189,97	-1.315.681,05

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Padrao

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2014				4.796.668,73
2015	1.470.860,93	432.600,78	1.038.260,15	5.834.928,88
2016	1.528.363,63	452.548,01	1.075.815,62	6.910.744,51
2017	1.573.798,94	560.830,03	1.012.968,90	7.923.713,41
2018	1.646.250,14	578.834,50	1.067.415,64	8.991.129,05
2019	1.748.646,23	611.345,41	1.137.300,82	10.128.429,87
2020	1.835.357,48	703.394,74	1.131.962,74	11.260.392,61
2021	1.934.268,09	770.579,74	1.163.688,35	12.424.080,96
2022	1.991.526,74	962.347,91	1.029.178,83	13.453.259,79
2023	2.099.398,04	989.228,28	1.110.169,76	14.563.429,55
2024	2.155.594,49	1.180.433,58	975.160,91	15.538.590,46
2025	2.214.606,86	1.337.857,10	876.749,76	16.415.340,22
2026	2.292.619,28	1.422.016,22	870.603,06	17.285.943,28
2027	2.402.830,52	1.549.418,73	853.411,79	18.139.355,07
2028	2.501.456,11	1.712.671,52	788.784,59	18.928.139,66
2029	2.578.287,07	1.913.167,23	665.119,83	19.593.259,49
2030	2.619.977,74	2.104.304,63	515.673,11	20.108.932,60
2031	2.575.073,77	2.366.982,64	208.091,13	20.317.023,74
2032	2.565.647,60	2.471.974,72	93.672,87	20.410.696,61
2033	2.464.793,86	2.819.765,49	-354.971,63	20.055.724,98
2034	2.408.979,21	2.957.790,44	-548.811,23	19.506.913,75
2035	2.301.147,68	3.207.077,80	-905.930,12	18.600.983,63
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Prcjeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	45.000,00	74.000,00	-29.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	20.000,00	0,00	20.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis	25.000,00	74.000,00	-49.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2014 (h)	2015 (i) = (Ib - (Ie + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIi)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (III)	0,00	74.000,00	74.000,00

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2014	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre	
Especificação de PPP	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	22.400.000,00
Previsão Atualizada	22.400.000,00
Receitas Realizadas	21.970.759,11
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	22.400.000,00
Créditos Adicionais	2.538.602,21
Dotação Atualizada	24.938.602,21
Despesas Empenhadas	20.078.484,78
Despesas Liquidadas	20.038.279,02
Despesas Pagas	19.998.073,26
Superávit Orçamentário	1.892.274,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	20.078.484,78
Despesas Liquidadas	20.038.279,02

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/12/2015
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	19.784.446,72

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	661.536,33
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	1.214.973,40
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	553.437,07
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	661.536,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	-414.457,14	-2.071.123,92	499,72
Resultado Primário	-459.300,00	1.892.274,33	411,99

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.589.655,95	0,00	1.224.975,35	364.680,60
Poder Executivo	1.589.655,95		1.224.975,35	364.680,60
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	583.473,91	0,00	439.913,02	143.560,89
Poder Executivo	571.115,91		427.555,02	143.560,89
Poder Legislativo	12.358,00		12.358,00	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	2.173.129,86	0,00	1.664.888,37	508.241,49

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.527.170,61	25,00	25,52
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.739.838,54	60,00	63,74
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	50.000,00
Despesa de Capital Líquida	2.061.189,97	1.315.681,05

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	1.214.973,40	854.000,42	-817.953,16	-3.036.946,17
Receitas Previdenciárias (IV)	1.768.410,47	1.911.170,65	1.736.548,06	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	553.437,07	1.077.170,23	2.554.501,22	3.036.946,17
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.214.973,40	854.000,42	-817.953,16	-3.036.946,17

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	74.000,00	-49.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	74.000,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.647.515,18	15,00	19,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de FPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de FPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by GILSON LUIZ VERISSIMO:97551406115 Date: 2016.01.30 19:11:36 AMST Perfil: Contador Responsável Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT
Assinatura: 2
Digitally signed by ARION SILVEIRA:51501872915 Date: 2016.01.30 19:15:07 AMST Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

GABINETE DO PREFEITO
RECIBO ENTREGA 6º RREO-2015

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Periodicidade:	Bimestral
Período:	6º bimestre
Exercício:	2015
Assinatura(s):	• Nome: ARION SILVEIRA *Titular do Poder Executivo* CPF: 515.018.729-15 Data: 30/01/2016 20:15:48 • Nome: GILSON LUIZ VERISSIMO *Contador Responsável* CPF: 975.514.061-15 Data: 30/01/2016 20:12:12

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **30/01/2016, às 19:16:13** , é:

00.CM.LS-L

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 30/01/2016 19:16:13

Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO Nº. 1491 DE 28 DE ABRIL DE 2.016.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidatos Classificados Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 002/2015 e da outras providências."

A Srª. **Raílda de Fátima Alves Carvalho**, Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº. 1457 de 03 de fevereiro de 2.016 e o Edital de n° 002/2015.

DECRETA

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos a seguir relacionados com respectivos cargos.

Nº DA INSCRIÇÃO	PROFESSOR - PEDAGOGIA	Prova Objetiva	Títulos	Nota Final	Classificação Final
002	LUCILENE AVILA DE OLIVEIRA	7,0	1,0	8,0	10º

Art. 2º. O não comparecimento do candidato ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto implicará na nulidade do ato que o convocou, abrindo vaga para o candidato subsequente na ordem de classificação.

Art. 3º - O candidato convocado deverá apresentar no prazo máximo estabelecido no artigo 2º, os seguintes documentos:

a) cópia da cédula de identidade;

b) cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF;

c) cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) cópia do reservista ou documento equivalente (quando sexo masculino);

e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) certificado de Comprovação para as especialidades, pós-graduação e cursos de qualificação, conforme os casos apresentados no ato da inscrição;

j) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) cópia do comprovante de residência;

m) número de conta corrente para pagamento

n)apresentar exames atualizados de no máximo 20 dias de: Hepatites virais, Hemograma, Glicemia, Tipagem Sanguínea, VDRL e DST;

o) atestado médico atestado de aptidão física e mental;

p) declaração de não acúmulo de cargo.

q) declaração de bens atualizada.

Art. 4º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Especialmente Administrativo, nos termos deste Edital, e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Nazaré - MT em 28 de abril de 2.016.

Railda de Fátima Alves CARVALHO

Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PP 023-2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2.016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRITA E EMULSÃO ASFÁLTICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 12 de maio de 2.016, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 29 de abril de 2.016.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO CONCORRÊNCIA 005-2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2.016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA - objeto: **CONCESSÃO DE USO DE UM ESPAÇO PARA EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE DA PRAIA DO SOL**. Data de abertura dos envelopes: 31/05/2.016, às 9h00-min (Horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.

Nova Xavantina – MT, 29 de abril de 2.016.

Walmir Arruda Costa **Presidente da CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 25/2016

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o parágrafo 4º do art. 41 da Constituição Federal e os artigos 29 e 30 da Lei Municipal nº 429/98 (Estatuto dos Servidores) e após análise da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores Públicos do município de Novo Horizonte do Norte, designada pela Portaria nº 230 de 16 de dezembro de 2015.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica **HOMOLOGADA** a avaliação de desempenho conforme o Parecer Conclusivo da Comissão de Avaliação de Desempenho Portaria nº 230/2015 que os servidores avaliados conforme consta no anexo I deste decreto foram aprovados no estágio probatório e tornaram-se **ESTÁVEIS** no Serviço Público Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Novo Horizonte do Norte-MT, 28 de abril de 2016.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016 CONVITE Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que a Sessão Pública para recebimento e abertura da licitação "**CONVITE nº002/2016"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 28 de Abril de 2016, objetivando a **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Mecânicos Especializados com Fornecimento de Peças para recuperação da maquina Motoniveladora FIAT ALLIS FG 170 da Secretária de Obras deste município de Novo Mundo, do Estado de Mato Grosso**, foi declarada **DESERTA**, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

Comunica aos interessados que a NOVA SESSÃO de abertura do CONVITE n°002-2016, Processo Licitatório nº 020/2016, para recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação será no dia 16 de maio de 2016, às 08:00 horas.

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 13H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT, 28 de Abril de 2016.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira Oficial

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 013/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 013/2016

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**empresa COSTA E PALHARI ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.272.452/0001-28, com sede na Av. Miguel Serror, Lotes 15/16, Qd. 03, Sala 06, Bairro Santa Rosa, cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.040-160, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio proprietário SR. Edwin de Almeida Costa, brasileiro, solteiro, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 1168490-9, CPF 862.621.221-68OAB/MT 14621.**
Objeto	**Contratação de Pessoa Jurídica, regularmente constituída, para prestação de serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica, complementar e suplementar na: a) orientação, acompanhamento, consultoria e assessoria jurídica, às diversas Secretarias e Departamentos na Prefeitura Municipal de Novo Mundo, com a emissão de pareceres, quando solicitado; b) representando e defendendo os direitos e interesses do município, em juízo em todas as instâncias, inclusive perante os Tribunais Superiores, nas demandas em curso ou que surgirem, notadamente perante o TCE/MT – Tribunal de Constas do Estado de Mato Grosso. Deverá a empresa contratada, através de profissional devidamente qualificado, se fazer presente na sede da Prefeitura no mínimo um dia por semana, em até 24 horas, nos casos de urgência e emergência, pelo período de 09 (meses).**
Valor	O valor global para a execução do contrato é de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais) divididos em 9(nove) parcelas iguais e mensais de R$ 7.500,00(sete mil e quinhentos reais) cada.
Vigência do Contrato	De 12/04/2016 a 31/12/2016.
Dotação Orçamentária	025-02.004.04.122.0002.2008.33.90.39.00.00 Orgão: Gabinete do Prefeito
Origem	**Pregão Presencial 010/2016**

Novo Mundo/MT, 12 de Abril 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2016

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade "**Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08:00 horas do dia 28 de abril de 2016, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Passagens Rodoviárias**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte empresa: **NILSON L. RODRIGUES TURISMO-ME** com valor de R$ 36.400,00 (Trinta e Seis Mil e Quatrocentos Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 28 de abril de 2016.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2016

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2016

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº. 21/2016, com o objeto **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**. Obteve o seguinte resultadoa empresa**: A.G SILVA- MERCADO-ME 37.447.349/0001-86** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 2.179,20; ITEM 02: R$ 12.777,60; ITEM 05: R$ 1.224,00; ITEM 06: R$ 1.708,80, ITEM 07: R$ 2.088,00, ITEM 14: R$ 360,00 e ITEM 15: R$ 643,20, Com o valor total de **R$ 19.848,00; (Dezenove mil Oitocentos e Quarenta e Oito Reais)**; a empresa**: VILMAR A DE OLIVEIRA MERCADO – ME 15.872.501/0001-35** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 03: R$ 3.840,00; ITEM 04: R$ 2.227,20; ITEM 08: R$ 6.499,20; e ITEM 09: R$ 1.728,00, ITEM 10: R$ 3.244,80, ITEM 11: R$ 2.049,60, ITEM 12: R$ 1.488,00, e ITEM 13: R$ 384,00 Com o valor total de **R$ 19.612,80; (Dezenove Mil Seiscentos e Doze Reais e Oitenta Centavos).** Foram recebidos os documentos de Habilitação das empresas vencedora onde foram julgadas e consideradas devidamente **HABILITADAS** as empresa **A.G SILVA-MERCADO-ME 37.447.349/0001-86 e VILMAR A DE OLIVEIRA MERCADO – ME 15.872.501/0001-35.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim das Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 28 de Abril de 2016.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 1/2016

(PROCESSO Nº 33/2016)

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, no Exercício das Atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 001/2016 de 04 de Janeiro de 2.016, e em consonância pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Torna-se Público para conhecimento dos Interessados, que fará realizar-se no dia **30 de Maio de 2.016, às 08h30 horas (horário de Brasília)** no Endereço, Rua Cachoeira da Fumaça, nº.77 – Jardim das Palmeiras - Novo São Joaquim – MT - Sede da Prefeitura Municipal, reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, conforme especificado no **Edital de Licitação nº. 1/2016 – Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia.** O Edital completo estará a disposição dos interessados a partir do dia **04/05/2016** na Sala de Licitações no endereço acima citadoe no site oficial da prefeitura: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br . **OBJETO LICITAÇÃO: SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO JARDIM AMÉRICA NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.** A comissão permanente de licitação estará à disposição dos interessados para a prestação de informações no horário de expediente da prefeitura municipal de Novo São Joaquim, pelo telefone (66) 3479-1158, site www.prefeituranovosaojoaquim.com.br .

Novo São Joaquim – MT, 28 de Abril de 2.016.

ANDEBURGO FRANKLIN DA SILVA

Presidente Comissão de Licitação

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT Nº 102/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo nº. 102/2015

Processo de Licitação nº. 65/2015

Modalidade Pregão Presencial nº. 49/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a necessidade de acréscimo de 12% no preço da Emulsão Asfáltica, conforme reajustes autorizados pela Petrobras.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: EMAM EMULSÕES E TRANSPORTE LTDA.

Valor: Emulsão Asfáltica de R$ 1.771,64 (Hum mil, setecentos e setenta e um reais, e sessenta e quatro centavos) para R$ 1.984,23 (Hum mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos).

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 26 de Abril de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 37/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: O Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Combustível (Óleo Diesel Comum), para utilização das Vigilâncias no combate e controle do Mosquito Aedes Aegypti,** conforme Termo de Compromisso da Secretaria de Estado de Saúde e Diretriz SNCC n° 01**,** atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referencia do respectivo Edital. Data de abertura **10/05/2016**, Terça - feira ás 08:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 28 de Abril de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 30/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para

conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Hospedagem da Equipe de Arbitragem do Estado, que estarão trabalhando durante os Jogos Escolares da Juventude (Categoria A e B), Fase Regional Sul/Sudeste,** atendendo a Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Paranatinga – MT. Empresa vencedora **PREMOLI & CIA LTDA - ME - R$ 37.800,00.** Em 28 de Abril de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 24/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga - MT, sendo com recursos do **FETHAB.** Empresa vencedora **ALVERI DA SILVA NETO & CIA - R$ 1.908.000,00.** Em 26 de Abril de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO - CONCORRÊNCIA 001/2014

Contrato de Concessão – Concedente: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Concessionária: **AGUAS DE PARANATINGA LTDA**, Objeto: A **CONCESSÃO**, pela **CONCEDENTE** à CONCESSIONÁRIA, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na cidade de PARANATINGA, incluindo a captação de água bruta, o bombeamento, adução, tratamento, reservação, distribuição da água tratada e comercialização, conforme previsto no Edital. Valor: Estimado de **R$ 179.108.848,00**.Período: **12/03/2015 A 12/03/2045**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2016

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, ***convoca*****,** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Nº 001/2016, homologado em 14 de Março de 2016, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação desse edital, na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, para apresentarem documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e firmarem contratos em seus respectivos cargos.

FOTOCÓPIA LEGÍVEL AUTENTICADA:

1 - Cédula de Identidade;

2 - CPF – Cartão de Pessoa Física;

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (se for o caso);

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

6 - Título de Eleitor;

7 - Comprovante de votação da última eleição que antecede a convocação;

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 - Carteira de Trabalho;

10 - Carteira Nacional de Habilitação categoria “D” para o cargo de motorista;

11 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12- Documento de Escolaridade, através de certificado, diploma ou histórico escolar, emitidos por instituições reconhecidas pelo MEC, (conforme o cargo para qual foi aprovado);

13 - Comprovante residencial através de fatura de água, energia elétrica em que conste o nome do candidato ou declaração constando endereço residencial;

14 - Conta bancaria;

DECLARAÇÕES RECONHECIDO FIRMA EM CARTÓARIO:

15 - Declaração de não acúmulo de cargo público;

16 - Declaração de bens;

17 -Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

18 - Declaração de não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar no serviço público;

DOCUMENTOS ORIGINAIS:

19 - Comprovante de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos;

20 - 01 (uma) foto 3x4 recente;

21 - Atestado de Saúde Física e Mental emitido pela junta médica oficial do Município, considerando o candidato “apto” ou “inapto”, sendo que os custos com os exames que se fizerem necessários correrão por conta do candidato.

CODIGO 005 - PROFESSOR DE I A IV - ZONA URBANA

Nº	NOME
9º	ROSILEIA MARIA DA COSTA
10º	LETICIA APARECIDA DA SILVA INACIO
11º	ROSANGELA FATIMA DE LIMA

CODIGO 009 – TDI TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA

Nº	NOME
14º	MILENA DOS SANTOS GONÇALVES
15º	ERIKA JODELLES PEREIRA MACHADO
16º	JOELMA DE MOURA SANTOS ARAUJO
17º	MARILENE PEREIRA SILVA
18º	ADRIANA DE BARROS
19º	VANISCLEA SILVA ARAUJO
20º	REMIRIAM BORNHOLDT DOS SANTOS
21º	MARIA CRISTINA SANTANA MACHADO
22º	MONICA PINTO DE SOUSA DA SILVA

CODIGO 016 – PROFESSOR DE I A IV – ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA – ZONA RURAL

Nº	NOME
9º	MARIA HELENA DA CRUZ FERNANDES

CODIGO 023 – PROFESSOR DE I A IV – ESCOLA VIDA NOVA I – ZONA RURAL

Nº	NOME
1º	TATIANA DA CONCEIÇÃO GUIMARÃES

CODIGO 034 – AAE TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA LIMPEZA – ESCOLA VIDA NOVA II – ZONA RURAL

Nº	NOME
2º	RITA DE CASSIA GOMES DOS SANTOS

Os acima convocados que não comparecer no prazo determinado, ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, podendo a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, convocar imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar necessários para firmar contrato.

Peixoto de Azevedo - MT, 28 de Abril de 2016.

SINVALDO SANTOS BRITO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 585, DE 27 DE ABRIL DE 2016

"DESIGNA A PROFESSORA NELCI TEREZINHA MARIA PARA RESPONDER INTERINAMENTE E CUMULATIVAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E

Art.1º - **Designar**, a Professora **NELCI TEREZINHA MARIA,** Assessora Pedagógica**,** matrícula funcional nº 2993, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.001.966-0 SSP/PR e do CPF nº 426.883.969-00, para, responder interinamente e cumulativamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude do afastamento da titular por motivo de Licença para tratamento de saúde.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de abril de 2016.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONVOCAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 012/2016

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARÍAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT, QUE SERÁ ADQUIRIDO COM RECURSOS ORIUNDOS DO PNAE –PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, OUTROS PROGRAMAS/CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E RECURSOS PRÓPRIOS,

CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, na pessoa de **ANGELINA BENEDITA PEREIRA**, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 009/2016, retro mencionada, realizada na data de 22 de Março de 2016, na sede do Poder Executivo Municipal.

CONVOCA a empresa licitante classifica em primeiro lugar nos **ITENS relacionados na ata de julgamento de propostas de preços** do **Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 009/2016, ADEMILSON FRANÇA DE QUEIROZ-ME,** inscrita no **C.N.P.J/MF sob nº 07.591.301/0001-86** estabelecida na Rua Serra Azul, s/nº, centro, Planalto da Serra-MT, CEP: 78.855-000, através de seu representante legal, para comparecer junto a Secretaría Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra –MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de até 03 (TRES) dias contados da data de comunicação desta **CONVOCAÇÃO**, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE. GABINETE DA PREFEITA DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA- MT, EM 28 DE ABRIL DE 2016. ANEGELINA BENEDITA PEREIRA PREFEITA MUNICIPAL –

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 012/2016

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARÍAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT, QUE SERÁ ADQUIRIDO COM RECURSOS ORIUNDOS DO PNAE –PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, OUTROS PROGRAMAS/CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E RECURSOS PRÓPRIOS,

CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, na pessoa de **ANGELINA BENEDITA PEREIRA**, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 009/2016, retro mencionada, realizada na data de 22 de Março de 2016, na sede do Poder Executivo Municipal.

CONVOCA a empresa licitante classifica em primeiro lugar nos **ITENS relacionados na ata de julgamento de propostas de preços** do **Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 009/2016, J.H. STOCCO COMÉRCIO-ME,** inscrita no **C.N.P.J/MF sob nº 14.678.027/0001-42** estabelecida na Rua dos Bandeirantes, nº 750, Centro-Planalto da Serra-MT, CEP: 78.855-000, através de seu representante legal, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra –MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de até 03 (TRES) dias contados da data de comunicação desta **CONVOCAÇÃO**, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE. GABINETE DA PREFEITA DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA- MT, EM 28 DE ABRIL DE 2016. ANEGELINA BENEDITA PEREIRA PREFEITA MUNICIPAL –

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 012/2016

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARÍAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT, QUE SERÁ ADQUIRIDO COM RECURSOS ORIUNDOS DO PNAE –PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, OUTROS PROGRAMAS/CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E RECURSOS PRÓPRIOS,

CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, na pessoa de **ANGELINA BENEDITA PEREIRA**, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 009/2016, retro mencionada, realizada na data de 22 de Março de 2016, na sede do Poder Executivo Municipal.

CONVOCA a empresa licitante classifica em primeiro lugar nos **ITENS relacionados na ata de julgamento de propostas de preços** do **Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 010/2015, VANTUIR BENEDITO PEREIRA62794043153**, inscrita no **CNPJ sob nº** 11.685.008/0001-55**,** estabelecida na estabelecida na Rua Sebastião Cerqueira Xavier, s/nº, centro, Planalto da Serra-MT, através de seu representante legal, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra –MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de até 03 (TRES) dias contados da data de comunicação desta **CONVOCAÇÃO**, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE. GABINETE DA PREFEITA DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA- MT, EM 28 DE ABRIL DE 2016. ANEGELINA BENEDITA PEREIRA PREFEITA MUNICIPAL –

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOTELARIA (DIÁRIAS COM CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, LANCHE DA TARDE E JANTAR), VISANDO ATENDER 80 (OITENTA) IDOSOS DA TERCEIRA IDADE NA EXCURSÃO PROGRAMADA PARA OS DIAS 13 Á 15/05 DO CORRENTE ANO, DEVENDO SER NA CIDADE DE CUIABÁ OU ATÉ 200 km DE DISTÂNCIA DA CAPITAL DE MATO GROSSO, QUE DEVERÁ SER PAGO COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA CONFINANCIAMENTO ESTADUAL, PROGRAMA FEDERAL "SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO" E RECURSOS PRÓPRIOS. FAVORECIDO**: **MARCELO WIROSKI EIRELI-ME, CNPJ nº 20.960.751/0001-67,** representada pelo Sr. **Marcelo Wiroski CPF: n° 999.808.600-06. VALOR**: **R$ 44.800,00. PRAZO DE EXECUÇÃO**: 03 DIAS. **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 24, Inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8. 666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos. Gabinete da Prefeita Municipal, em 29 de Abril de 2016.ANGELINA BENEDITA PEREIRA - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015- SOB GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE-MT.

OBJETO: *FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO PARA DAR SUPORTE AOS PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM CUIABÁ (TFD), CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT***. ADERENTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT. **Data do aviso de intenção: 28/08/2016**. **Data da autorização do gestor da ata**: 03/02/2016**. Data de solicitação enviada à empresa fornecedora, 15/02/2016**. **Aceite da empresa em: 18/02/2016**. Empresa promitente fornecedora: **MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO-ME, CNPJ nº 11.276.497/0001-91**, **Homologação: 29/04/2015, valor total da ata R$ 210.000,00. ITEM ADERIDO: 01. TOTAL GERAL ADERIDO:** R$ 70.000,00. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES- Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

LEI MUNICIPAL Nº 565/2016

Lei Municipal n°. 565/2016

Ponte Branca-MT, 28 de Abril de 2016.

*"*Dispõe sobre a Assistência Técnica Pública e Gratuita e institui o Programa Municipal de Assistência Técnica para o projeto de reforma, construção ou ampliação e a construção de habitação de interesse social bem como para o projeto de regularização fundiária de assentamentos informais, de maneira individual ou em grupo."

O Prefeito Municipal de Ponte Branca-MT, Estado de Mato Grosso, ***Sr. HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES***, FAZ SABER a toda a população do Município e aos Vereadores desta casa aprovam e o senhor Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei;

Art. 1°. Consoante com a Lei Federal Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, fica assegurado o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto de reforma, construção ou ampliação e para a própria construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto de reforma, construção ou ampliação e para a própria construção de habitação de interesse social para a sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I – otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II – incluir no escopo do programa de necessidades dos projetos de assistência técnica, o atendimento à política de acessibilidade como parte integrante do direito social à moradia;

III – formalizar todo o processo de regularização do Projeto de execução, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal com a obtenção de Alvará de Licença e Habite-se da construção promovendo tanto a regularização fundiária quanto a edilícia de áreas precariamente ocupadas;

IV – qualificar a ocupação do sítio urbano de forma a evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental ou mitigar os impactos resultantes dessa ocupação;

V – propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no artigo 2º desta Lei, deve ser efetivada mediante o apoio financeiro do Poder Público Municipal de forma autônoma ou conveniada com a Secretaria de Estado das Cidades do Governo do Estado de Mato Grosso e executado por profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia da própria Prefeitura, autônomos ou de empresas credenciadas junto à esta Prefeitura, previamente credenciados, selecionados e contratados através de Edital de Chamada Pública.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, sindicatos, associações ou entidades que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I – sob regime de auto-construção ou mutirão;

II – em zonas habitacionais definidas, nos Planos Diretores dos municípios ou na legislação de uso e ocupação do solo, como Zonas Especiais de Interesse Social.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles deve ocorrer através da interveniência da Secretaria de Ação Social do município, tendo como responsável um(a) assistente social, e ser aprovada pelo Conselho Municipal de Cidades ou equivalente, homologado pelo Conselho Estadual de Cidades.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica para habitação de interesse social, previstos por esta Lei, devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I – Servidores públicos dos município;

II – Integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos, cooperativas, sindicatos, associações ou entidades ligadas ao setor habitacional;

III – Profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura e urbanismo, engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelo ou escritórios públicos com atuação na área objeto de convênio ou termo de parceria com o Município;

IV – Profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pelo Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do caput deste artigo, deve ser garantida a participação de entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no caput deste artigo dever ser assegurada o devido registro ou anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no caput deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei podem ser custeados pelas seguintes fontes de recursos:

I – Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

II – Recursos do Fundo Estadual de Habitação – FETHAB direcionado ao Município e ao Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado das Cidades – SECID.

III – Recursos de Emendas parlamentares ao Orçamento Estadual.

IV – Recursos da Prefeitura Municipal.

Art. 7º Todas as propostas protocolados nesta Prefeitura, no âmbito das ações de Assistência Técnica definida por esta Lei, terão a sua prioridade sobre os demais, em sua tramitação administrativa e serem objeto da definição de critérios céleres e simplificados para sua conclusão.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezesseis.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 066/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa Individual **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS 16477871149**

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção de Trator agrícola Yamar 1175, pertencente à Secretaria Municipal de Fomento à Agropecuária, cujas especificações e quantitativos estão discriminadas no Termo de Referência nº. 10/011/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 053/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 053/2016,

Valor:R$ 4.600,00

Data: 07/04/2016

Vigência: 31/12/2016

AVISO PREGÃO N.039/2016 – PMPL

PROCESSO N.122/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 039/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXLIAR ADMINISTRATIVO EM ESCRITORIO E SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE.**

CREDENCIAMENTO: das 07h30 às 08h do dia 11 de maio 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 11 de maio de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 28 de abril de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 065/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada:Empresa ANANIAS SILVA - ME

Objeto:A **CONTRATADA** executará para o **CONTRATANTE** serviço de transporte escolar, visando o atendimento dos alunos das Escolas da Zona Rural e Urbana neste Município, totalizando 01 (uma) linha, cujo trajeto, localidades e quilometragens, são os constantes da relação abaixo, resultante da rodagem diária multiplicada por 200 dias letivos

Disp. Gerais: Pregão/Registro de Preços nº. 008/2016

Valor:R$ 64.960,00

Data: 01/04/2016

Vigência: 31/012/2016

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016

Decreto nº 093/2016

Institui a equipe técnica de apoio à comissão executiva de acompanhamento e avaliação do plano municipal de educação de Pontes e Lacerda, e dá outras providências.

Data: 26/04/2016

AVISO PREGÃO N.040/2016 – PMPL

PROCESSO N.123/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 040/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE VEICULO 0K PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE.**

CREDENCIAMENTO: das 09h30 às 10h do dia 11 de maio 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 10h do dia 11 de maio de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 28 de abril de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 072/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Srª. **CLEIDE FLORENCIO DE LIMA**

Objeto:A LOCADORA locará ao **LOCATÁRIO**, imóvel urbano, localizado na Av. José Martins Monteiro, nº. 2.639, Jardim Santa Fé, para atender as necessidades da senhora Eliane Aparecida da Silva, em situação de vulnerabilidade, amparado pelo art. 22 da LOAS/8742 de 07 de dezembro de 1993. Conforme especificado no Termo de Referência nº. 07/459/2015, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 203/2015, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 065/2016,

Valor:R$ 2.928,26

Data: 20/04/2016

Vigência: 31/12/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 070/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada:empresa **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP**

Objeto:A **CONTRATADA executará**para o **CONTRATANTE**, serviços administrativos continuados de conversão, treinamento e implantação de softwares, propostos com suporte, manutenção mensal no âmbito da educação municipal, de acordo com as necessidades do órgão, cujo objeto está discriminado no objeto do Pregão nº. 024/2016, que fazem parte integrante do presente contrato.

Disp. Gerais: Pregão nº. 024/2016,

Valor:R$ 76.800,00

Data: 18/04/2016

Vigência: 18/04/2017

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 069/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa **TENDA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-EPP**

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção, correção e adaptação em imóvel na Vila Olímpica, consistente na reforma do vestiário da pista de atletismo, localizada na MT 473, no Município de Pontes e Lacerda, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 08/033/2016 e demais documentos pertinentes à licitação na modalidade Convite nº. 003/2016 que passam a integrar do presente contrato, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Convite n.º. 003/2016,

Valor:R$ 68.002,98

Data: 18/04/2016

Vigência: 18/07/2016

RESULTADO PREGÃO N.º 032/2016-PMPL

PROCESSO N.º099/2016

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.**

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 006/2016 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2016, cujo certame se deu às 08h do dia 28/04/2016; sagrou vencedora as empresas CIRURGICA GONÇALVES LTDA, vencedora do item 03, com valor total de R$12. 925,00 (doze mil e novecentos e vinte e cinco reais), A T I COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA, vencedora dos itens 01 e 04, com valor total de R$2.738,25 (dois mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos) e a MEM TECNOLOGIIA EIRELI-EPP, vencedora do item 02, com valor total de R$1.925,00 (um mil e novecentos e vinte e cinco reais. Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, Leandro Narciso da Costa ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 28 **de abril de 2016.**

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 071/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa **SOS-MEDICINA CLÍNICA E OCUPACIONAL LTDA-ME**

Objeto:A **CONTRATADA** executará para o **CONTRATANTE,** serviços em administração continuada para exame ocupacional para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme discriminado no item 01 do Pregão/Registro de Preços nº. 023/2016, nas condições constantes da proposta da **CONTRATADA,** queintegra o presente instrumento, independente de sua transcrição..

Disp. Gerais:Pregão/Registro de Preços nº. 023/2016,

Valor:R$ 9.300,00

Data: 18/04/2016

Vigência: 31/12/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 073/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa **MOTOPAM-METALURGICA DA AMAZONIA LTDA - EPP**

Objeto:A **CONTRATADA** fornecerá para o **CONTRATANTE**, 50 (cinquenta) lixeiras em fibra de vidro, para atender a gincana cultural de 2013 dos bairros Cristo Rei e Parque Santa Cruz no Município, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência nº. 13/014/2016, Processo de Adesão nº. 034/2016 a Ata de Registro de Preços advinda do Pregão Presencial nº. 0213/OG/SRP/CPL/2015, da Prefeitura Municipal de Ouro Preto D'Oeste-RO, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de sua transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Adesão nº. 034/2016 a Ata de Registro de Preços advinda do Pregão Presencial nº. 0213/OG/SRP/CPL/2015

Valor:R$ 38.893,00

Data: 27/04/2016

Vigência: 31/05/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 062/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa STAMP DISTRIBUIDORA DE MALHAS LTDA

Objeto:A **CONTRATADA** fornecerá **para o CONTRATANTE, uniforme para os agentes de combate endemias, conforme** especificações contidas no Termo de Referência nº. 06/072/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 046/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 046/2016

Valor:R$ 15.017,44

Data: 01/04/2016

Vigência: 30/04/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 063/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa **RM DAS NEVES & CIA LTDA-ME**

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços na confecção de faixas, locação de outdoor e adesivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no desenvolvimento das ações pertinentes ao Plano de Combate ao Aedes Aegypti, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 06/074/2016 e demais documentos pertinentes ao Processo de Dispensa nº. 047/2016, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 047/2016

Valor:R$ 4.595,00

Data: 01/04/2016

Vigência: 30/04/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 068/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa **SOCIEDADE LACERDENSE DE BENEFICÊNCIA**

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços médicos hospitalares de baixa e média complexidade nas clínicas médicas (adulto/pediátrica), Cirurgia Geral, Cirurgia Ortopédica e atendimento de urgência e emergência, conforme Plano Operativo, a ser prestado no Município de Pontes e Lacerda/MT, abrangendo a Regional de Saúde Sudoeste Mato-Grossense, cujas especificações e quantitativos estão discriminadas no Termo de Referência nº. 06/085/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 061/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 061/2016,

Valor: R$ 692.041,11

Data: 18/04/2016

Vigência: 18/05/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 064/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada:Empresa F MOREIRA TRANSPORTES - ME

Objeto: A CONTRATADA executará para o CONTRATANTE serviço de transporte escolar, visando o atendimento dos alunos das Escolas da Zona Rural e Urbana neste Município, totalizando 01 (uma) linha, cujo trajeto, localidades e quilometragens, são os constantes da relação abaixo, resultante da rodagem diária multiplicada por 200 dias letivos.

Disp. Gerais: Pregão/Registro de Preços nº. 008/2016

Valor:R$ 71.200,00

Data: 01/04/2016

Vigência: 31/012/2016

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO ABRIL/ 2016

Contrato n.º 067/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes** e Lacerda

Contratada: Empresa **S J ART'S GRÁFICA LTDA-ME**

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços na confecção de materiais gráficos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no desenvolvimento das ações pertinentes ao Plano de Combate ao Aedes Aegypti, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 06/077/2016 e demais documentos pertinentes ao Processo de Dispensa nº. 056/2016, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 056/2016,

Valor:R$ 6.500,00

Data: 18/04/2016

Vigência: 30/05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 021/2016**, cujo objeto **é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA ELETRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ELETRICAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 28 de Abril de 2016 ocasionou uma Licitação Deserta.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em **11/05/2016 às 09h00min.**

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, situada à Rua Tocantins, S/N – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Porto Alegre do Norte/MT, 28 de Abril de 2016.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CANTORES REGIONAL PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTISTICO QUE OCORRERÁ NO DIA 08 DE MAIO CONFORME PROGRAMAÇÃO DA OITAVA DINÂMICA DE EMPREENDIMENTOS E EMPREENDEDORES PORTO ALEGRE DO NORTE/MT.

CONTRATADA: MARIO E THIZIL

VALOR: R$ 12.947,00 (doze mil novecentos e quarenta e sete reais)

PRAZO: 08 de Abril 2016

ENTREGA: Realização Imediata

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.

Porto Alegre do Norte-MT, 29 de Abril de 2016.

Emival Gomes de Freitas

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA GOSPEL PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO QUE OCORRERÁ NO DIA 08 DE MAIO CONFORME PROGRAMAÇÃO DA OITAVA DINÂMICA DE EMPREENDIMENTOS E EMPREENDEDORES PORTO ALEGRE DO NORTE/MT.

CONTRATADA: CLAUDIA VOLTOLINE

VALOR: R$ 5.857,00 (cinco mil oitocentos e cinqüenta e sete reais)

PRAZO: 08 de Maio 2016

ENTREGA: Realização Imediata

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.

Porto Alegre do Norte-MT, 29 de Abril de 2016.

Emival Gomes de Freitas

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Tomada de Preço nº 01/2016**, cujo objeto **é** a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E GALERIAS NAS ESTRADAS QUE LIGAM O MUNICIPIO DO PORTO ALEGRE DO NORTE/MT A GLEBA AZULÃO (MILTON ALEMÃO),** por execução indireta, em regime de empreitada por preço Unitário, tudo conforme projeto básico, contendo memorial descritivo, planilha orçamentária, resumo do orçamento, cronograma físico-financeiro e projeto arquitetônico e complementares (elétrico e estrutural)**,** cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 28 de Abril de 2016 ocasionou uma Licitação Deserta**.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em **20/05/2016 às 09h00min.**

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, situada à Rua Tocantins, S/N – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Porto Alegre do Norte/MT, 28 de Abril de 2016.

Thais Ferreira dos Santos

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, respeitando os princípios gerais de direito e nos termos da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), torna público aos interessados quando a Dispensa de licitação de nº 005/2016, conforme o art. 24. Inciso X da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, cujo objeto trata-se de Aquisição de Combustíveis (Diesel S10 e Gasolina Comum), da Empresa **CARRÃO AUTO POSTO LTDA - ME**, portadora do CNPJ nº 08.944. 782/0001-29, no valor estimado de R$ 162.000,00 (Cento e Sessenta e Dois Mil Reais).

Porto Estrela/MT, 28 de Abril de 2016.

Elaine Cristina Magalhães Cardoso

Presidente Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº 004/2016, regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 004/2016, cujo objeto é contratação de empresa do ramo para o fornecimento de Cartuchos e a prestação de serviços de recarga de cartuchos, para atender a demanda de todos os departamentos da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT. Foi declarado VENCEDORA, a Empresa **Tectoner do Brasil Ltda - Me**, portadora do CNPJ n° 03.209.573/0001-18, com o valor estimado em R$ 71.017,30 (Setenta e um mil e dezessete reais e trinta centavos), mais informações poderá ser adquirida na Sede da Prefeitura.

Porto Estrela/MT, 28 de abril de 2016.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO EXTRATO DE ADESÃO Nº 007/2016

AVISO ADESÃO Nº 006/2016 - PMPE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - A Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, através do Pregoeiro Oficial Sr. Roosevelt da Guia Ortega, comunica a adesão à Ata de Registro de Preços nº 014/2015, referente ao Pregão Presencial nº 012/2015, cujo objeto é aquisição Micro Computadores e Periféricos para atender as demandas das secretarias municipais, conforme descrição do termo de referência do Edital de Pregão, realizado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, com a empresa **GOMES COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA,** portadora do CNPJ nº: 11.607.429/0001-68, no valor estimado em **R$ 66.262,00** (Sessenta e Seis Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais).

Porto Estrela – MT, 28 de Abril de 2016.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECRETO Nº. 032/2016

De: 28 de Abril de 2016

"Estabelece novo horário de funcionamento e atendimento ao público, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido novo horário de funcionamento e atendimento ao público, que será de 06 (seis) horas ininterruptas, com início do expediente às 07h00min e seu término às 13h00min, nas Secretarias e repartições instaladas no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT e nas Secretarias abaixo relacionadas, conforme segue:

I – Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – Secretaria Municipal de Agricultura;

III – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura.

Parágrafo único: As demais Secretarias e setores de serviços essenciais permanecerão com o seu horário de expediente normal.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir do dia 01 de Maio de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito, em 28 de Abril de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 033/2016

De: 28 de Abril de 2016.

"Fica determinado que todo e qualquer servidor concursado, contratado ou comissionado, só poderá ausentar-se do serviço com autorização do Prefeito Municipal e da outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, **Senhor Moacir Pinheiro Piovesan**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

DECRETA

Art. 1º Fica determinado que todo e qualquer servidor concursado, contratado ou comissionado, só poderá ausentar-se do seu serviço, com autorização por escrito do Prefeito Municipal, em todas e quaisquer situações apresentadas na Lei Municipal nº 018/1991 de 18 de junho de 1991, inclusive participação em cursos e reuniões relacionadas as suas funções.

Parágrafo único. As ausências que por ventura se fizerem necessárias e que não estejam amparadas em Lei, e devidamente autorizadas pelo Prefeito Municipal, deverão ser registradas com documento e descontadas nas férias anuais do servidor.

Art. 2º No caso do servidor se ausentar de suas atividades, sem a devida autorização, o mesmo será advertido por escrito, e em caso de reincidência da falta, será aplicada a suspensão e após a terceira reincidência será aberto processo administrativo, contra o respectivo servidor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito, em 28 de Abril de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

EDITAL DE RESULTADO FINAL

Relação de Candidatos (as) Aprovados (as) e Classificados (as)

Na Prova Objetiva de Múltipla Escolha

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o anexo II – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, torna publico a relação de candidatos (as) APROVADOS (as) e CLASSIFICADOS (as), conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PCCS EDUCAÇÃO

CARGO: PROFESSOR – ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA/COM CREF.

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO WILKE

Insc.	Nome Do Candidato	Classificação	Mat.	Port.	C. Esp.	Total
001	Erica Dos Santos Contreiras.	Aprovado	12	08	30	50

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 29 de Abril de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SILVÁ RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente da Comissão

DECRETO Nº. 031/2016.

De: 28 de Abril de 2016.

"Cria o Conselho Municipal do FETHAB".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, **Senhor Moacir Pinheiro Piovesan**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO o disposto na lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 3º da referida Lei, os repasses aos municípios começarão a ocorrer a partir de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por decreto do Governador do Estado e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB**, que será vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e cujo será constituído conforme segue:

a) 02 (dois) representantes do Município a serem indicados pelo Prefeito, e um deles será o Secretário Municipal de Infraestrutura que o presidirá;

b) 02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

c) 02 (dois) representantes de Entidades Religiosas;

d) 02 (dois) representantes da Associação dos Produtores Rurais.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará através de Portaria os representantes das respectivas entidades e seus mandatos terão duração de dois anos, podendo o representante ser reconduzido de acordo com a indicação de seu respectivo segmento, por iguais períodos consecutivos.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, e ainda fará reuniões trimestrais registradas em ata, divulgando todas as atividades no endereço eletrônico (http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/).

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito, em 28 de Abril de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n° 019/2016

Registro de Preços nº 016/2016

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de POXORÉU-MT, torna-se publico aos interessados que no PREGÃO PRESENCIAL 019/2016, cujo o objeto Aquisição Futura de Combustíveis, direto na bomba de combustível da proponente na cidade de Cuiabá, para atender a frota Municipal, cuja a abertura ocorreu as nove horas, do dia 28 de abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim “DESERTA”.

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 28 de abril de 2016.

MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2013.

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 057/2013 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa DESTESA TERRA CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 057/2013 de 24/09/2013, referente ao processo licitatório nº 103/2013.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Originário n. 057/2013.

CLAUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias corridos contados a partir de 26 de abril de 2016, vencendo no dia 25 de julho de 2016.

Querência – MT, 25 de abril de 2016.

_____

Município de Querência - MT

GILMAR REINOLDO WENTZ

Prefeitura Municipal

_____

DESTESA TERRA CONSTRUÇÕES LTDA

Gervásio Becker

CONTRATADA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 056/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 056/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 056/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 045/2016

OBJETO: Registro de preços para contratação para futura e fracionada aquisição de Emulsão Asfáltica RL-1C e RM-1C para uso da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Urbanos do Município de Querência – MT.

Vencedoras:

ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA, CNPJ: 07.489.111/0001-52, foi a vencedora dos itens com os seguintes códigos: 53071 e 8932, com um valor total de R$ 897.500,00 (oitocentos e noventa e sete mil e quinhentos reais);

Querência - MT, 28 de abril de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 078/2016 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

"NOMEIA A SENHORA VANUZA BASILIO DE ALMEIDA AO CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DO RIO BRANCO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a Senhora VANUZA BASILIO DE ALMEIDA ao Cargo de Diretora da Escola Municipal Barão do Rio Branco desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 25 de Abril de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 001/2016

PROCESSO Nº 40/2015 – TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2015

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA- EPP**, CNPJ n.º 15.984.883/0001-99

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E VIGENCIA

Pelo presente Termo Aditivo de contrato, o prazo para execução dos serviços será prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, passando a expirar em 13/07/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo presente Termo Aditivo, este contrato sofre um acréscimo de R$ 64.228,46 (sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos), passando ao valor global de R$ 414.443,49 (quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos).

DA ASSINATURA: 14/04/2016

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA- EPP**

GABINETE
DECRETO N. 1600/2016

DATA: 26 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI A BRIGADA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIOS E PÂNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica instituído a BRIGADA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO A COMBATE A INCENDIOS E PANICOS com a seguinte composição:

Paragrafo Único- A brigada de prevenção e combate a incêndios e pânico de que trata o caput deste artigo, terá por objetivo atuar em eventos promovidos pelo Poder publico municipal e/ou que tenham a participação do ente público municipal na realização do evento.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 26 DE ABRIL DE 2016

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT torna público, para conhecimento dos interessados, que abrirá licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo Técnica e Preço, com critério de julgamento de Menor Preço Global, tendo como objeto: **Contratação de empresa especializada para realizar Concurso Público para o preenchimento de cargos, estabelecidos no anexo I e anexo II, conforme Lei Municipal nº 356 de 07 de Dezembro de 2015**, com data abertura prevista **para o dia 14 de Junho de 2016, às 09h00min**. Cópias deste edital poderão ser obtidas, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, Cep:78.338-000 -Tel: 0xx (66) 3542-1177 ou pelo email cplrondolandia@hotmail.com.

Rondolandia/MT, 28 de Abril de 2016.

Liliane Guedes SantoS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

PROCESSO N° 071/2016

PREGÃO PRESENCIAL - N° 027/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Consultas Oftalmológicas para atender as necessidades de Pacientes da Unidade Básica de Saúde do Município de Rondolândia/Mt**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3.555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1. 067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.179/2016, de 30 de Março de 2016.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 12/05/2016

Horário: 09h00min horas.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 28 de Abril de 2016.

_____

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

Decreto n° 1.179/2016

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PREGAO Nº 017/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS DIVERSOS FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA – EPP.

Pregão Presencial Nº 017/2016

Validade: 12(doze) meses.

O município **ROSÁRIO OESTE**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.180.924. 001-05 com sede á Av. Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antonio, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Srº. João Antônio da Silva Balbino,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** resolve registrar o preço da empresa **OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ nº **04.858.637/0001-74**, domiciliado na Av. Miguel Sutil, nº 4402, Bairro: Jardim Leblon, CEP: 78.060-000, Cuiabá/MT, representada neste ato por seu procurador o Sr. JONY MARCELO PEREIRA DE CAMARGO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 830104 SSP/MT, CPF: 571.444.191-53, residente e domiciliado na Rua Rio Piriguara, nº 19, Grande Terceiro, na cidade de Cuiabá/MT, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 017/2016, nas condições em que segue:

OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS DIVERSOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO nº 017/2016.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	V.U	V. TOTAL
13	BLOCO DE RECEITURARIO CONTROLE ESPECIAL 50X2 PAPEL SIM CARBOM F/18.	30	R$ 8,90	R$ 267,00
14	BLOCO FORMULARIO DE ATENDIMENTO ODONTOLOGICO FORMATO A4 21X29.7. C/ 100	60	R$ 4,99	R$ 299,40
16	BLOCO PA RA ATESTADO MEDICO NA COR BRANCA 50X1	20	R$ 7,00	R$ 140,00
20	BLOCOS EXAME DE FEZES 50X1 F/18	50	R$ 3,40	R$ 170,00
24	BLOCOS EXAMES DE URINA 15X20 C/ 50	60	R$ 2,65	R$ 159,00
30	CARDENETA VACINACAO M/F COM 98 FOLHAS 15X21	1500	R$ 10,24	R$ 15. 360,00
34	CARTÃO DE VISITA. TAMANHO 9CMX5,5CM. PAPEL COUCHÉ 300G/M2 FOSCO 4X1 COR. COM SERVIÇO DE ARTE, SUJEITA A APROVAÇÃO DA CONTRATANTE. DIVERSAS MATRIZES, COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES CADA UMA. EMPENHO MÍNIMO DE 100 UNIDADES.	1600	R$ 0,28	R$ 448,00
36	CARTAZ AUTO-COLANTE, MATERIAL PLÁSTICO LAVÁVEL PARA SER COLADO NA PAREDE MEDINDO 1 METRO DE LARGURA POR 0,80 DE ALTURA, DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.	200	R$ 46,00	R$ 9. 200,00
37	CARTAZES UNID. COLCHE 115GR-4X0-F/4	500	R$ 2,73	R$ 1. 365,00
39	CERTIFICADOS F/9-COLCHE150GR 4X0-COR, TAMANHO A4 (21X29,7CM), 4X1 CORES	800	R$ 0,74	R$ 592,00
40	CONVITE COLCHE 180GR-4/4-F/9	3000	R$ 1,20	R$ 3. 600,00

1.3 O valor global da ata é de **31.600,40** (Trinta e um mil seiscentos reais e quarenta centavos)

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 5(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.6**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.7. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSARIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no forne-

cimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a aquisição do veículo, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de entrega do veiculo inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas

neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:

9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Rosário Oeste/MT, 26 de Abril de 2016.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

_____

OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA – EPP

CNPJ nº **04.858.637/0001-74**

JONY MARCELO PEREIRA DE CAMARGO

RG nº 830104 SSP/MT E CPF: 571.444.191-53

Representante Legal

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

Eziele R. B. de Santana

Equipe de Apoio

Michele Fernandes da Silva

Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PREGAO Nº 017/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS DIVERSOS FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E DEITORA LTDA – ME (AGILIZA).

Pregão Presencial Nº 017/2016

Validade: 12(doze) meses.

O município **ROSÁRIO OESTE**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.180.924. 001-05 com sede á Av. Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antonio, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Srº. João Antônio da Silva Balbino,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** resolve registrar o preço da empresa **ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E DEITORA LTDA – ME (AGILIZA)**, inscrita no CNPJ nº **08.866.744/0001-03**, domiciliado na Rua 04 de Janeiro, nº 167, Bairro: Jardim Leblon, CEP: 78.060-084, Cuiabá/MT, representada neste ato por seu procurador o Sr. ROBSON ARRUDA LEITE, brasileiro, solteiro, gerente/contador, portador da cédula de identidade nº 00041977122 SSP/MT, CPF: 667.831.271-68, residente e domiciliado na Rua São Mateus, nº 197, Jardim Paulista, na cidade de Cuiabá/MT, **nos** termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 017/2016, nas condições em que segue:

OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS DIVERSOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO nº 017/2016.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	V.U	V. TOTAL
2	ALVARÁ SIMPLES COLCHE 180GR-4X0-F/9	3000	R$ 0,23	R$ 690,00
9	BLOCO DE FORMULARIO DE ATENDIMENTO COLETIVO FORMATO A4 21X29.7. C/ 100	150	R$ 4,99	R$ 748,50
15	BLOCO NOTIFICAÇÃO OBRAS 50X2 F/18	5	R$ 18,00	R$ 90,00
18	BLOCO PARA FICHA DE GESTANTE TAMAHO A4 50X1 COR BRANCA	100	R$ 2,83	R$ 283,00
21	BLOCOS ATESTADO MEDICO 15X22 C/50	100	R$ 2,66	R$ 266,00
22	BLOCOS DE PEDIDO DE EXAME 10X20 C/ 50	100	R$ 2,66	R$ 266,00
23	BLOCOS DE RECEITUARIO 14,5X20,5. C/ 50	100	R$ 2,66	R$ 266,00
25	BLOCOS HEMOGRAMA COMPLETO15X20 C/ 50	40	R$ 3,30	R$ 132,00
28	BLOCOS RECEI. CONT. ESP. 14.5X20.5. C/ 50	430	R$ 2,66	R$ 1. 143,80
33	CARTAO DE AGENDAMENTO DUAS FACES ESCRITA A4	400	R$ 0,38	R$ 152,00
35	CARTÃO HIPERDIA, PAPEL CARTOLINA BRANCO 20CM X 10CM COM 1 DOBRA ESCRITO EM 03 FACES.	500	R$ 0,64	R$ 320,00
45	FOLDERS 0,12CM 0,18CM FRENTE E VERSO	8.000	R$ 0,23	R$ 1. 840,00
46	INFORMATIVO: 8 (OITO) PÁGINAS (SENDO 2 FOLHAS A3 COM UMA DOBRA CENTRAL DOBRADA). PAPEL COUCHÉ BRILHO 115G/M2, 4X4 CORES. COM SERVIÇO DE ARTE, SUJEITO A APROVAÇÃO DA CONTRATANTE. IMPRESSÃO DE DIVERSAS MATRIZES COM O MÍNIMO DE 500 UNIDADES CADA.	1500	R$ 0,96	R$ 1. 440,00
47	PANFLETO COLCHE 115GR-4X4COR –F/16	2000	R$ 0,41	R$ 820,00

1.3 O valor global da ata é de **8.457,30** (Oito mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e trinta centavos)

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 5(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.6**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.7. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa

responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSARIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a aquisição do veículo, deverá ser encaminhada ao Município, até o venci-

mento do prazo de entrega do veiculo inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:

9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Rosário Oeste/MT, 26 de Abril de 2016.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

_____

ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E DEITORA LTDA – ME

(AGILIZA)

CNPJ nº **08.866.744/0001-03**

ROBSON ARRUDA LEITE

RG nº 00041977122 SSP/MT

Representante Legal

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

Eziele R. B. de Santana

Equipe de Apoio

Michele Fernandes da Silva

Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PREGAO Nº 017/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS DIVERSOS FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA A. S SAMTOS E CIA LTDA (TECH PRINT).

Pregão Presencial Nº 017/2016

Validade: 12(doze) meses.

O município **ROSÁRIO OESTE**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.180.924. 001-05 com sede á Av. Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antonio, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Srº. João Antônio da Silva Balbino,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** resolve registrar o preço da empresa **A. S SAMTOS E CIA LTDA (TECH PRINT)**, inscrita no CNPJ nº **00.113.059/0001-96**, domiciliado na Av. Afonso Pena, nº 1100, Bairro: Santa Helena, CEP: 78.049-323, Cuiabá/MT, representada neste ato por seu procurador o Sr. NORBERTO GOMES GONÇALVES, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, portador da carteira nacional de habilitação nº 01694454425 DETRAN/MT expedida em 27/04/2011 e CPF: 830.326. 061-87, residente e domiciliado na Rua Frederico Kunze, nº 241, Bairro Jardim Primavera, na cidade de Cuiabá/MT, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 017/2016, nas condições em que segue:

OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS DIVERSOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO nº 017/2016.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	V.U	V. TOTAL
1	ADESIVAGEM DE VEICULOS 8,5 M2	30	R$ 748,00	R$ 22. 440,00
3	BANNER 1,20 L X 1,80 ALT	90	R$ 117,00	R$ 10. 530,00
4	BANNER 1,20X 0,70 cm	20	R$ 30,00	R$ 600,00
5	BANNER DE IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS TAMANHO 120x400 cm, EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL, 4X0 CORES, ACABAMENTO EM ILHÓS E FIOS PARA AMARRAÇÃO.	100	R$ 262,00	R$ 26. 200,00
6	BANNER DE LONA 2,00X1,40 IMPRESSO	80	R$ 139,00	R$ 11. 120,00
7	BANNER DE LONA, TAMANHO 140x140 cm0 CM	160	R$ 94,00	R$ 15. 040,00
43	FAIXA. EM LONA, FORMATO 2MX1M, COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 CORES 720 DPI. ACABAMENTO COM BASTÃO E PONTEIRAS. ENTREGA NO ENDEREÇO DA CONTRATANTE. DIVERSAS MATRIZES, EMPENHO MÍNIMO DE UMA UNIDADE	130	R$ 87,00	R$ 11. 310,00
44	FAIXA. EM LONA, FORMATO 3MX2M, COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 CORES 720 DPI. ACABAMENTO COM ILHOSES (ESPAÇAMENTO MÁXIMO DE 20CM ENTRE ELES). ENTREGA NO ENDEREÇO DA CONTRATANTE. DIVERSAS MATRIZES, EMPENHO MÍNIMO DE UMA UNIDADE.	130	R$ 119,00	R$ 15. 470,00

1.3 O valor global da ata é de **112.710,00** (Cento e doze mil setecentos e dez reais)

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 5(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.6**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.7. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO

OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSARIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a aquisição do veículo, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de entrega do veiculo inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:

9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Rosário Oeste/MT, 26 de Abril de 2016.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

_____

A. S SAMTOS E CIA LTDA (TECH PRINT)

CNPJ nº **00.113.059/0001-96**

NORBERTO GOMES GONÇALVES

CNH nº 01694454425 DETRAN/MT e CPF: 830.326.061-87

Representante Legal

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

Eziele R. B. de Santana

Equipe de Apoio

Michele Fernandes da Silva

Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PREGAO Nº 017/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS DIVERSOS FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA.

Pregão Presencial Nº 017/2016

Validade: 12(doze) meses.

O município **ROSÁRIO OESTE**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.180.924. 001-05 com sede á Av. Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antonio, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Srº. João Antônio da Silva Balbino,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** resolve registrar o preço da empresa **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **13. 278.238/0001-25**, domiciliado na Trav. Brasília, nº 30, Bairro: Areão, CEP: 78.010-245, Cuiabá/MT, representada neste ato pelo seu Proprietário o Sr. ECIR ROLIM BACANI, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1995900-1 SSP/MT e CPF: 035.679.181-50, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, **nos** termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 017/2016, nas condições em que segue:

OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS DIVERSOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO nº 017/2016.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	V.U	V. TOTAL
8	BLOCO DE DEZENHO PARA COLORIR COM TEMA DE ODOTOLOGIA. FOLHA A4 100X1	60	R$ 5,00	R$ 300,00
10	BLOCO DE FORMULARIO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL FORMATO A4 21X29.7. C/ 100	150	R$ 4,98	R$ 747,00
11	BLOCO DE PROTUARIO COR BRANCA 100X1 FRENTE E VERSO	50	R$ 5,00	R$ 250,00
17	BLOCO PARA FICHA DE ACOMPANHAMENTO 50X1 02 FACES	300	R$ 5,00	R$ 1. 500,00
26	BLOCOS PRONTUARIO MEDICO (100X1) F/V NA COR AZUL	100	R$ 4,98	R$ 498,00
27	BLOCOS PROTOCOLO DE AGENDAMENTO CENTRAL DE VAGAS 21X29.5. C/FOLHAS 100	100	R$ 4,96	R$ 496,00

1.3 O valor global da ata é de **3.791,00** (Três mil setecentos e noventa e um reais)

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

1.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 5(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.7**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.8. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSARIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a aquisição do veículo, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de entrega do veiculo inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:

9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Rosário Oeste/MT, 26 de Abril de 2016.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

_____

4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA

CNPJ nº 13.278.238/0001-25

ECIR ROLIM BACANI

CPF nº 035.679.181-50

RG nº 1995900-1 SSP/MT

Representante Legal

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

Eziele R. B. de Santana

Equipe de Apoio

Michele Fernandes da Silva

Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PREGAO Nº 017/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS DIVERSOS FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA SIMONE MARIA SOUZA LOPES.

Pregão Presencial Nº 017/2016

Validade: 12(doze) meses.

O município **ROSÁRIO OESTE**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.180.924. 001-05 com sede á Av. Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antonio, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Srº. João Antônio da Silva Balbino,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** resolve registrar o preço da empresa **SIMONE MARIA SOUZA LOPES**, inscrita no CNPJ nº **18.417.536/0001-72**, domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 91, Bairro: Centro, CEP: 78.470-000, Rosário Oeste/MT, representada neste ato por seu procurador o Sr. JOACI NILO DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 797.940 SSP/MT, CPF: 544.574.401-91, residente e domiciliado na cidade de Rosário Oeste/MT, nos termos da Lei Federal nº 8. 666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 017/2016, nas condições em que segue:

OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS DIVERSOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO nº 017/2016.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	V.U	V. TOTAL
12	BLOCO DE RECEITA AZUL –B 14.5X 20.5 C/ 50	40	R$ 18,00	R$ 720,00
19	BLOCO VALE REFEIÇÃO: PAPEL SUPER BOND 75G/M², TAMANHO:7X10 CM; VIAS 20X1, VALES NUMERADOS; COR:1/0; ACABAMENTO:REFILE, COLA, CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL KRAFT 120G/M² OU GRAMATURA SUPERIOR, SUJEITO A APROVAÇÃO DA CONTRATANTE. BLOCO COM 100 (CEM) FOLHAS	10	R$ 9,99	R$ 99,90
29	CADERNETA DE VACINA PARA OS PSFs 9X13	1500	R$ 0,30	R$ 450,00
31	CARIMBO AUTOMATICO NUMERADOR DE 06 DIGITOS DE 0 A 12 REPETIÇÕES.	11	R$ 105,00	R$ 1. 155,00
32	CARIMBOS AUTOMATICO AUTO ENTINTADO TAMANHOS 10	90	R$ 34,00	R$ 3. 060,00
38	CARTEIRA DE CONTROLE DE PRESSAO ARTERIAL 12.5X18	600	R$ 0,37	R$ 222,00
41	CRACHA PLASTICO COM CORDÃO	500	R$ 10,00	R$ 5. 000,00
42	FAIXA. EM LONA, ALTA DURABILIDADE, FORMATO 3MX8M, COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 CORES 720 DPI. ACABAMENTO REFORÇADO, COM ILHOSES (ESPAÇAMENTO MÁXIMO DE 20CM ENTRE ELES). ENTREGA NO ENDEREÇO DA CONTRATANTE. DIVERSAS MATRIZES, EMPENHO MÍNIMO DE UMA UNIDADE	130	R$ 260,00	R$ 33. 800,00
48	PASTAS P/PROCESSO FORMATO 23X32CM ABERTO, EM PAPEL CARTÃO 250G, 4X0 BRANCA COM TIMBRE	4000	R$ 0,55	R$ 2. 200,00

1.3 O valor global da ata é de 46.706,90 (Quarenta e seis mil setecentos e seis reais e noventa centavos)

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 5(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.7**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.8. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSARIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a aquisição do veículo, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de entrega do veiculo inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:

9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Rosário Oeste/MT, 26 de Abril de 2016.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

_____

SIMONE MARIA SOUZA LOPES

CNPJ nº 18.417.536/0001-72

JOACI NILO DA SILVA

RG nº 797.940 SSP/MT

Representante Legal

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

Eziele R. B. de Santana

Equipe de Apoio

Michele Fernandes da Silva

Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Wemerson Adão Prata – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente Termo de Adesão nº 002/2016, à Ata de Registro de Preços nº 17/2015, proveniente do Pregão Presencial nº 31/2015, realizado pela Prefeitura de Campos de Júlio – MT, que teve como vencedora a empresa ***V.L MORETTO& CIA LTDA CNPJ: 04.746.603/0001-98,*** cujo objeto destina-se ao ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.*** *Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.* Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT**.** Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT, aderiu aos itens 1, 2 e 8 da Ata supramencionada, Com o valor total de R$ 184.500,00 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

Salto do Céu - MT, 28 de Abril de 2016.

WEMERSON ADÃO PRATA

-Prefeito -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

OBJETO: "**Contratação De Empresa Especializada Para Prestação de Serviços de Recapagem, Duplagem e Vulcanização de Pneus Para Os Veículos Automotores e Maquinários da Frota Municipal de Salto do Céu – MT",**conforme condições e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participaram do certame licitatório supramencionado as empresas: **FISCHER & CIA LTDA CNPJ: 00.788.075/0001-89,** vencedoras de itens deste certame com o valor total de todos os itens em R$ 703.055,00 (setecentos e

três mil e cinquenta e cinco reais); **HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI-EPP CNPJ: 10.638.136/0001-85,** vencedoras de itens deste certame com o valor total de todos os itens em R$ 268.880,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais), os preços unitários das empresas estão registrados no Relatório emitido pelo Sistema Mediador e na Ata de Registro de Preços.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 26 de Abril de 2016.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

CONTRATO Nº 013/2016

OBJETO: *"*Seleção de melhor proposta objetivando a contratação de Empresa Especializada para prestação de serviço: Reforma do Posto de Saúde na Comunidade/Distrito de São Jorge na Zona Rural do Município de Salto do Céu-MT", conforme especificação do Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projeto Básico, Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro e BDI, anexos do **Convite 004/2016**.

PERÍODO: 11/04/2016 à **11/08/2016**

VALOR: R$ 38.307,87 (trinta e oito mil e trezentos e sete reais e oitenta e sete centavos).

CONTRATADA: NS CONSTRUTORA LTDA-ME CNPJ: 14.039.081/0001-48.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 009/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preços n° 009/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais de pessoa jurídica de assessoria, consultoria e suporte contábil, administrativa, planejamento, gestão pública, elaboração de justificativas, defesa e recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado, assessoria contábil para o setor de licitações e contratos administrativos, apoio técnico na elaboração de projetos de lei, elaboração da LDO, LOA e PPA, audiências públicas, assessoria contábil na organização de dados para envio de informações aos órgãos estaduais e federal (SIOPS, SIOPE, SISTN, SINCONFI e outros), quando solicitado para reorganização de estruturas, leis e procedimentos administrativos da Prefeitura de Santa Cruz do Xingu - MT, junto à Secretaria Municipal de Administração de Santa Cruz do Xingu. VENCEDOR: E V SOARES ASSESSORIA E INFORMATICA ME, CNPJ Nº 20.162.315/0001-42. Valor Global de R$ 68.800,00.

Astor Albrecht – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

SECRETARIA EXECUTIVA
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

RESOLUÇÃO Nº. 001/ 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a lei municipal nº 068 de 29 de Outubro de 2001 e de acordo com a **PRIMEIRA REUNIÃO ORDINARIA DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a Eleição do Presidente e Vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, onde ficou composta da seguinte forma: **Presidente – Marcio Adriano da Silveira portador do RG nº 1120422-2, CPF nº 825.614.271-53, Vice-presidente Eber Garcia Borer portador do RG nº 4379569-4, CPF nº 652.081. 029-00** em Santa Rita do Trivelato –MT.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação; registra-se e cumpre-se.

Santa Rita do Trivelato - MT, 28 de Abril de 2016.

Marcio Adriano da Silveira

Pres. Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 095/2016 DE 27 DE ABRIL DE 2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO Sr. ROBSON SÉRGIO GERIMIRIANO *FISCAL DA OBRA DE REDE DE ENERGIA DO ASSENTAMENTO PONTE DE BARRO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".*

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal:

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia ROBSON SÉRGIO GERIMINIANO, inscrito no RG nº 17043204 SSP-MT, CPF nº 013.228.511-82, Engenheiro Eletricista, registro no CREA/MT nº 030379, Fiscal da Obra de REDE DE ENERGIA ASSENTAMENTO PONTE DE BARRO, referente à Tomada de Preço nº 001/2016; Contrato nº 001/2016; Prazo de execução 120 dias, início da obra 25 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2016.

_____

Hugo Garcia Sobrinho

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO 012/2016

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO N.13/2016

PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 012/2016

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro Srº ALESSANDRO BORGES DOS SANTOS designado pela Portaria nº 17/2016 de 01 de abril de 2016, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA A CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS E PONTES DE MADEIRAS EM ESTRADAS VICINAIS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.** O Pregoeiro decide declarar vencedora do objeto do certame para o item 01 totalizando o valor de R$,

270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) a empresa **FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA-MEI-CONSTRUTORA SOUSA inscrita no CNPJ Nº 20,489,401/0001-64**, Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação fica adjudicado ao classificado conforme acima mencionado. Santa Terezinha–MT, 28 de abril de 2016. ALESSANDRO BORGES DOS SANTOS- Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DE CONTRATO-PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2015

ADESÃO N° 03/2015

CONTRATO N° 014/2015.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA – SE PÚBLICO O PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 14/2015 PACTUANDO MAIS 90 DIAS DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

2. VIGÊNCIA: **29/07/2016.**

3. CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER.**

4. CONTRATADA:**MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO – ME.**

Santo Antonio de Leverger - MT, 28 de Abril de 2016.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO- PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO N° 15/2015 - PRIMEIRO O TERMO ADITIVO.

1.A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA – SE PÚBLICO O PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 15/2015 PARA O SEGUINTE OBJETO:*O acréscimo de 25% vinte e cinco por cento do valor do contrato nº 15/2015, pactuando o valor global de R$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais) fica prorrogada a vigência do Contrato até 31/12/2016.*

2.CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.

3.CONTRATADA: DUDA RESTAURANTE (Caudene Gomes da Silva).

4. VALOR DO ADITIVO: R$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais).

Santo Antonio de Leverger - MT, 28 de Abril de 2016.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO/CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da Comissão Permanente de Licitação, REVOGA a publicação da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 034/2016, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 2463, em 26 de abril de 2016.

Santo Antônio de Leverger – MT, 28 de abril de 2016

Lidiane Batista de Rezende

Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO-PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2015

ADESÃO N° 02/2015

CONTRATO N° 013/2015.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA – SE PÚBLICO O PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 13/2015 PACTUANDO MAIS 90 DIAS DA VIGENCIA DO CONTRATO.

2. VIGÊNCIA: 29/07/2016.

3. CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER. 4.** CONTRATADA:**VERA CRUZ COMERCIO DE ELETRÔNICOS E MÓVEIS EIRELI – ME.**

Santo Antonio de Leverger - MT, 28 de Abril de 2016.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE DECRETO N.º 022/2016

DECRETO N.º 022/2016

DE: 29 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado de Santo Antônio do Leste-MT, e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal;

Considerando a realização das provas no dia 10 de Abril de 2016, com base nas exigências estabelecidas no Regulamento e Editais;

D E C R E T A:

= = = = = = = =

Art. 1.º - Fica homologado o Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2016.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 29 DE ABRIL DE 2016

MIGUEL JOSE BRUNETTAPREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA N.º 179/2.016.

DE: 28 DE ABRIL DE 2.016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2016 DE 28 DE ABRIL DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. Getonio Dias Guirra, Engenheiro Civil, CREA RN120457943-1, como representante da administração para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo nº 029/2016 celebrado entre o Município de Santo Antônio do Leste/MT e a empresa **STALO CONSTRUTORA LTDA.**

Parágrafo Único – O contrato descrito no caput deste artigo trata-se da execução de obra na **"Contratação de Empresa Qualificada na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Drenagem Profunda, Sem Fornecimento de Materiais, Em Vias Urbanas do Município de Santo Antônio do Leste",**, cujo prazo de vigência será de 28/04/2016 até 27/10. /2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 28 DE ABRIL DE 2.016

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO N.º 023/2016

DECRETO N.º 023/2016

DE: 29 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre homologação do resultado do Processo Seletivo Público de Santo Antônio do Leste-MT, e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal;

Considerando a realização das provas no dia 10 de Abril de 2016, com base nas exigências estabelecidas no Regulamento e Editais;

D E C R E T A:

= = = = = = = =

Art. 1.º - Fica homologado o Resultado do Processo Seletivo Público n.º 001/2016.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 29 DE ABRIL DE 2016

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 180/2016.

DE: 28 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA ALESSANDRA LEONIA DIOGO LIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 26/04/2016 em que atesta que a referida servidora encontra apta para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilita a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde da servidora que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidora pública efetiva ALESSANDRA LEONIA DIOGO LIRA nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 26/04/2016, por prazo de 01 (hum) ano a partir da data do Laudo Médico Pericial.

Art. 2º - Fica a servidora readaptada, sem prejuízo de vencimento da servidora do cargo de Professora Classe C, devendo exercer sua função na Escola Municipal de Ensino Fundamental Domingos Azzolini.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, a servidora deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 28 DE ABRIL DE 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016 – RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016 – RESULTADO FINAL

Art. 1º - A Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo público, nomeada pela Portaria nº. 139/2016, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final (prova escrita objetiva + curso introdutório), referente ao Processo Seletivo Público, aberto através do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, conforme abaixo discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME CANDIDATO	NASC.	NOTA FINAL	CLASSIF.
KELMA THAMARA CORRÊA DA SILVA	15/06/1994	7,25	CLASSIFICADO
FERNANDA DE SOUZA CONCEIÇÃO	20/12/1988	7,15	CLASSIFICADO
ERICA COSTA DE CASTRO	23/05/1991	7,10	CLASSIFICADO
TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	29/12/1989	7,10	CLASSIFICADO
JAKELINE RAYELE GOMES SILVA DE MORAES	02/12/1994	7,05	CLASSIFICADO
ROSANA DOS SANTOS	24/06/1994	6,65	CLASSIFICADO
ROSE MARIA GONÇALVES FERREIRA JANOSKI	14/08/1965	6,60	CLASSIFICADO

LIDIA SOUZA DE ARAUJO	22/09/1971	6,35	CLASSIFICADO
SANDRA ROSA JACOB	02/03/1978	5,95	CLASSIFICADO
JHENEFE LIMA RODRIGUES	16/12/1993	-	DESCLASS
GRASIELLA MARIA DE JESUS	11/09/1979	-	DESCLASS
HAYRA GEISCILANE LUZ DE OLIVEIRA DE MORAES	27/06/1992	-	DESCLASS
ELIMARA OLIVEIRA DA SILVA	17/05/1992	-	DESCLASS
IVANIA DE JESUS SANTOS	18/01/1996	-	DESCLASS
RAIMUNDA FERREIRA DA CRUZ	10/08/1960	-	DESCLASS
GILSON SOUZA DE OLIVEIRA NETO	10/01/1998	-	DESCLASS
RIVALDO BORGES DE ABREU	20/04/1998	-	DESCLASS
VANILSON DIAS REZENDE	15/04/1996	-	DESCLASS
ELVINA RAMOS GOMES	21/10/1970	-	DESCLASS
MARIA ZITA MENDES DA SILVA	07/09/1967	-	DESCLASS
ALDALICE PERES DE SOUZA	21/09/1962	-	DESCLASS
ANTONIA LEONICE DA SILVA SOUSA	24/07/1994	-	DESCLASS
JOSELITA RAMOS ALVES	05/06/1981	-	DESCLASS
PEDRINHO SEREDJADI SEREDI SARA RAINHA	10/10/1994	-	DESCLASS
DEUZELY ALVES DE SOUSA	29/06/1977	-	DESCLASS
LUCIANA DOS ANJOS SILVA	12/09/1983	-	DESCLASS
ADRIANA DO NASCIMENTO	14/12/1978	-	AUSENTE
CEZAR ESPINDOLA LEMES	20/04/1995	-	AUSENTE
EDAIANE FRANCISCA DE SOUZA	08/10/1988	-	AUSENTE
LAUDICEIA ARECO DA SILVA ESPINDOLA	25/05/1984	-	AUSENTE
LORRAN FELIPE DA SILVA RAMOS FERREIRA	21/02/1998	-	AUSENTE
LOURDES APARECIDA ROSA	30/05/1978	-	AUSENTE
SIRLENE MESSIAS DE JESUS	16/12/1987	-	AUSENTE
THAINARA ALVES VILELA	18/01/1998	-	AUSENTE
VANIA RODRIGUES ROSA	02/06/1983	-	AUSENTE

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Antônio do Leste - MT, 29 de abril de 2016.

Elaine de Fátima Mors

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Ronaldo Martins de Amorim

Membro

Ita Roberta Soares

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – RESULTADO FINAL

Art. 1º - A Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo pSimplificado, nomeada pela Portaria nº. 138/2016, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final (prova escrita objetiva + prova prática), referente ao Processo Seletivo Simplificado, aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, conforme abaixo discriminado:

AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL				
Insc.	**Candidato**	**D. Nasc.**	**Pontuação**	**Situação**
118	Valdenice Oliveira Nascimento	29/05/1988	6,50	Aprovado
112	Luiz Guilherme Ferreira Bertolino	23/02/1998	5,00	Classificado
115	Jaqueline Hilda Franquim	09/08/1990	4,50	Classificado
114	Geisielly Vieira de Moraes	06/08/1995	4,50	Classificado
111	Paulo Augusto Senna Rodrigues	22/03/1976	4,50	Classificado
110	Vivileide Scarsate de Lima	05/11/1993	4,00	Classificado
109	Maria Aparecida Coser dos Santos	04/09/1966	3,50	Classificado
108	Zilma Moura dos Santos	17/12/1976	3,50	Classificado
117	Euneydes Gonçalves da Silva	16/02/1978	3,00	Classificado
121	Gineton Jesse de Almeida Campos	05/03/1998	3,00	Classificado
119	Lucione Tavares da Costa	26/07/1967	2,00	Classificado
113	Lusine Gomes Ferreira Mendonça	11/04/1975	2,00	Classificado
107	Alexsandro Varela de Jesus			Ausente
120	Bruna de Souza Oliveira		-	Ausente
116	Flávio Emiliano de Souza			Ausente

AGENTE DE SAÚDE				
Insc.	**Candidato**	**D. Nascimento**	**Pontuação**	**Situação**
58	Helena Rodrigues da Silva	23.10.1985	5,50	Aprovado
56	Ruth Berthiely de Araújo Reges	25.05.1996	5,00	Classificado
54	Paula Layslany Oliveira Delmon	06.01.1994	5,00	Classificado
55	Naiara Gomes da Silva	19.09.1991	5,00	Classificado
36	Kallyta Samara Oliveira Souza	22.07.1994	5,00	Classificado
53	Idila Silva da Silva	29.08.1997	5,00	Classificado
60	Selma Flávia de Morais	14.04.1971	5,00	Classificado
41	Enekeles Mendes da Silva	14.12.1991	5,00	Classificado
51	Guedriane Ferreira Farias	19.01.1996	4,50	Classificado
38	Rosana da Silva	18.11.1973	4,50	Classificado
46	Eunice Silva de Morais	19.11.1975	4,00	Classificado
48	Micheli Fonseca Mendes	13.10.1991	4,00	Classificado
45	Ana Amalia dos Santos Fonseca	21.03.1973	3,00	Classificado
42	Ana Maria Pereira de Abreu	24.08.1991	2,50	Classificado
50	Valéria Regina de Almeida Emeliano	09.06.1984	2,50	Classificado
40	Jéssica Ramos Gomes	12.08.1991	2,00	Classificado
43	Simone Cândida da Cruz	21.07.1990	2,00	Classificado
39	Juliana do Amaral Pereira	12.12.1978	1,50	Classificado
12	Cassia Morais da Silva		-	Ausente
17	Fernanda Francisca Dourado Bernardes		-	Ausente
9	Jhenifer Louize Silva Almeida		-	Ausente
14	Kauanni Dias Araújo		-	Ausente
26	Lucimara Maria de Jesus Lima		-	Ausente
24	Lucineia Alves Luciano de Sá		-	Ausente
22	Maria Luziana da Silva		-	Ausente

37	Mayara Espigari da Silva Zaccaro			Ausente
FISCAL SANITÁRIO				
Insc.	**Candidato**	**D. Nascimento**	**Pontuação**	**Situação**
69	Renata Silvério Calhão	15/05/1979	5,00	Aprovado
68	Everton Souza Silva	07/11/1997	4,50	Classificado
65	Marcos Aurelio Lucena	24/04/1972	3,50	Classificado
67	Adriana Pereira de Abreu	19/04/1987	3,50	Classificado
70	Silberto Lucena Rabelo		-	Ausente
66	Thays Goncalves de Almeida		-	Ausente
71	Eduardo Rodrigues dos Santos		-	Ausente
LUBRIFICADOR				
Insc.	**Candidato**	**D. Nascimento**	**Pontuação**	**Situação**
63	Atayde Dowi	15/11/1975	3,00	Classificado
64	Eraldo Serewatwe	20/02/1992	2,00	Classificado
62	Cristiane dos Santos Silva			Ausente
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS				
Insc.	**Candidato**	**D. Nascimento**	**Pontuação**	**Situação**
85	Florindo Gomes Machado	12/03/1984	5,50	Aprovado
75	Evando Facco	12/11/1980	5,00	Classificado
73	Márcio Bernardes Silvano	16/08/1972	4,50	Classificado
130	Gedson Pereira Queiroz	11/08/1995	4,50	Classificado
76	Wellington de Souza Torres	14/03/1992	4,00	Classificado
72	Edcarlos Vilela de Oliveira	15/06/1978	4,00	Classificado
78	Carlos André Vilela Oliveira	24/05/1975	3,50	Classificado
77	João Eydes Gomes de Campos	19/08/1062	3,00	Classificado
80	Nerilson Fortunato Rezende	01/01/1967	3,00	Classificado
74	Jair Ferreira Firmino da Silva	21/07/1971	2,00	Classificado
82	Carlos Antônio da Silva Souza	11/04/1964	1,50	Classificado
89	Almir Prowari		-	Ausente
84	Genilton Moura Silva		-	Ausente
79	Geovane Teles		-	Ausente
81	Jesse Gineton de Almeida		-	Ausente
88	Jhonattan Fernandes Dourado		-	Ausente
87	Leandro Rodrigues Caversan		-	Ausente
86	Maicon Washington Rodrigues Moreira		-	Ausente
83	Pedro de Morais		-	Ausente
PROFESSOR CLASSE B				
Insc.	**Candidato**	**D. Nascimento**	**Pontuação**	**Situação**
92	Elita de Jesus Nascimento	17/06/1968	7,50	Classificado
95	Selda Adelini Fachiano	27/11/1975	7,00	Classificado
96	Maria de Jesus Goveia da Silva	20/12/1982	6,00	Classificado
106	Irineia da Rosa Araujo	14/07/1982	6,00	Classificado
98	Rosilene Vieira Braga de Souza	22/03/1969	5,50	Classificado
104	Marli Aparecida Nascimento da Silva	18/08/1981	5,50	Classificado
93	Edilaine Cristina da Silva	02/11/1983	5,50	Classificado
105	Marcilene Bernardes Tafarel	12/06/2002	5,50	Classificado
100	Soneide dos Reis Barbosa	21/05/1980	5,00	Classificado
101	Micele Vilela da Costa	19/07/1993	4,50	Classificado
94	Cleiamar Maria Tafarel	03/05/1965	4,50	Classificado
103	Elenir Aparecida Rosa Marques	22/03/1966	3,50	Classificado
97	Nolma Nogueira da Silva Braga	22/07/1975	3,00	Classificado
99	Delmir Emiliano de Morais		-	Ausente
102	Valquiria Ramos Soares		-	Ausente
TÉCNICO EM ENFERMAGEM				
Insc.	**Candidato**	**D. Nascimento**	**Pontuação**	**Situação**
91	Maria Cardoso dos Santos	07/09/1959	5,00	Classificado
90	Anita Benedita da Costa	02/09/1977	4,50	Classificado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Antônio do Leste - MT, 29 de abril de 2016.

Elaine de Fátima Mors

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Ronaldo Martins de Amorim

Membro

Ita Roberta Soares

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 181/2016.

DE: 28 DE ABRIL DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEIA Comissão para adequação e/ou elaboração do Plano de Carreira e Remuneração – PCR dos profissionais da educação.

Art. 2º - A Comissão citada no artigo anterior será composta dos seguintes servidores:

-Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Claudilene Oliveira Santos

-Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Elaine de Fátima Mors

-Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Lailton Paulo Soares

-Representante da Assessoria Jurídica:

Ronaldo Martins de Amorim

-Representante dos Profissionais:

Cleiamar Maria Tafarel

-Representante do Sindicato:

Elizabeth Alves de Oliveira

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 28 DE ABRIL DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATOS DE CONTRATOS 2016

EXTRATO CONTRATO Nº 023/2016

Objeto: Este contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios para suprir as necessidades das unidades escolares deste município, consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 004/2016.

Período: 22/04/2016 a 21/04/2017

Valor Global: R$ 851.005,40 (oitocentos e cinquenta e um mil, cinco reais e quarenta centavos).

Data de Assinatura: 22/04/2016

Contratado: **NELSO FAVARETTO & CIA LTDA - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

EXTRATO CONTRATO Nº 024/2016

Objeto: Este contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios para suprir as necessidades das unidades escolares deste município, consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 005/2016.

Período: 22/04/2016 a 21/04/2017

Valor Global: R$ 313.123,75 (trezentos e treze mil, cento e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).

Data de Assinatura: 22/04/2016

Contratado: **NELSO FAVARETTO & CIA LTDA - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

EXTRATO CONTRATO Nº 025/2016

Objeto: Constitui objeto deste Contrato, a entrega pela CONTRATADA, do veículo descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital de licitação Pregão Presencial nº 010/2016.

Período: 22/04/2016 a 21/04/2017

Valor Global: R$ 101.900,00 (cento e um mil e novecentos reais)

Data de Assinatura: 22/04/2016

Contratado: **TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

EXTRATO CONTRATO Nº 026/2016

Objeto: Este contrato tem por objeto a Aquisição de Materiais para Construção, para fabricação de tubos de concreto armado, conforme especificações detalhadas contidas no termo de referência em anexo ao Edital de licitação Pregão Presencial nº 015/2016.

Período: 22/04/2016 a 31/12/2016

Valor Global: R$ 262.500,20 (duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos reais e vinte centavos).

Data de Assinatura: 22/04/2016

Contratado: **BAGETTI & ZANETTE LTDA - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

EXTRATO CONTRATO Nº 027/2016

Objeto: Este contrato tem por objeto a Aquisição de Materiais para Construção, para fabricação de tubos de concreto armado, conforme especificações detalhadas contidas no termo de referência em anexo ao Edital de licitação Pregão Presencial nº 015/2016.

Período: 22/04/2016 a 31/12/2016

Valor Global: R$ 125.360,00 (cento e vinte e cinco mil e trezentos reais).

Data de Assinatura: 22/04/2016

Contratado: **FATIMA CRISTINA OLIVEIRA DE ALMEIDA - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

EXTRATO CONTRATO Nº 028/2016

Objeto: Constitui objeto deste Contrato, a entrega pela CONTRATADA, do veículo descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital de licitação Pregão Presencial nº 010/2016.

Período: 26/04/2016 a 25/04/2017

Valor Global: R$ 101.900,00 (cento e um mil e novecentos reais)

Data de Assinatura: 26/04/2016

Contratado: **TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATOS DE CONTRATOS 2016

EXTRATO CONTRATO Nº 029/2016

Objeto: **Contratação de Empresa Qualificada na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Drenagem Profunda, Sem Fornecimento de Materiais, Em Vias Urbanas do Município de Santo Antônio do Leste,** constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO N.°002/2016;

Período: 28/04/2016 a 27/10/2016

Valor Global: R$ 319.367,23 (trezentos e dezenove mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos).

Data de Assinatura: 28/04/2016

Contratado: **STALO CONSTRUTORA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

EXTRATO CONTRATO Nº 030/2016

Objeto: Locação de imóvel urbano, localizado na sede do Município de Santo Antonio do Leste/MT, sito a Rua Primavera, nº 160, Bairro Jardim Bem Viver, que deverá ser utilizado como sede do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ligado a Secretaria Municipal de Assistência Social de Santo Antonio do Leste/MT.

Período: 28/04/2016 a 31/12/2016

Valor Global: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Data de Assinatura: 28/04/2016

Contratado: **DEUZELY ALVES DE SOUZA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 006/2014

"CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA SER UTILIZADO COMO SEDE DO SCVF – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS".

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, 367, Jardim

Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, brasileiro, casado, portador de cédula de identidade 1.427.577 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 326.034.369-53, a seguir denominado **LOCATÁRIO** e de outro lado a Sra. Rosana dos Santos, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 2297505-5 SSP/MT e do CPF n.º 044.301.471-08, domiciliado e residente no Município de Santo Antonio do Leste-MT, doravante denominado de **LOCADOR**, acordam:

1. DO OBJETO DA LOCAÇÃO:

O LOCADOR e o LOCATÁRIO, em 02 de janeiro de 2014, firmaram "CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA SER UTILIZADO COMO SEDE DO SCVF – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS".

2. DAS RAZÕES DA RESCISÃO:

O LOCADOR comunicou ao LOCATÁRIO, que venderam o imóvel para outros proprietários.

3. DO VALOR REMANESCENTE:

O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR a quantia de R$ 600,00 (Seiscentos Reais), referente ao mês de abril de 2016.

4. DO DISPOSITIVO FINAL DA RESCISÃO:

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 28 de abril de 2016.

_____ _____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA ROSANA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL CPF n.º 044.301.471-08

Testemunhas:

1ª)

Nome:

RG:

2ª)

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 123/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **SILVIA KELLY COSTA SANTOS**, Brasileira, Convivente, Auxiliar Administrativo, residente e domiciliada na Rua Três, nº 46 - Próximo do Aeroporto - CEP 78.670-000 - Setor Aeroporto, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 022.784.371-19 e Identidade nº 1.956.367-1 - SSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.032.920.598-0, nascida no dia 08/01/1993

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 123/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01 de abril de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.098,57** (mil e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos)

FUNÇÃO: **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS)**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **PSF I - VILA SANTO ANTÔNIO (Micro-Área 10**)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 116/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **ERONDINA FERREIRA COELHO,** Brasileira, Solteira, Professora, residente e domiciliada na SDE, s/nº - CEP 78.670-000 - Distrito de Espigão do Leste, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 550.685.451-04 e Identidade nº 2.248.649-6 - SSP MT , inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.687.067.682-9, nascida no dia 24/03/1972

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 116/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01 de abril de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL**: R$ 880,00** (oitocentos e oitenta reais)

FUNÇÃO: **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS)**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **POSTO DE SAÚDE DO ESPIGÃO DO LESTE (Baianos)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO LICITATÓRIO Número 030/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Número 008/2016

OBJETO: Trata-se de **LOCAÇÃO de IMÓVEL** construído em alvenaria, contendo diversos cômodo (2 quartos, sala, cozinha, banheiro, área na frente e nos fundos, sala comercial com banheiro e dispensa), com utilização destinada para **INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SALA DE AULA ANEXA À ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA, PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, MATUTINO, VESPERTINO E MAIS EDUCAÇÃO.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/1991

FAVORECIDA: **LEIDIANE BEZERRA LOPES FRANÇA**, CPF nº 980.257.591-72

VALOR ESTIMADO GLOBAL: **R$ 11.760,00** (onze mil setecentos e sessenta reais)

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e o Parecer da Assessoria Jurídica, por se tratar de execução dos serviços públicos, nos termos do Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com o disposto na Lei 8.245/1991.

São Félix do Araguaia (MT), em 27 de abril de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2016

Portaria nº 006/2016

São Félix do Araguaia – MT.

Em 29 de abril de 2016.

Dispõe sobre a nomeação da senhora TATIANE GOMES DOS SANTOS, no Cargo de Agente de Administração Pública.

O Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia – MT, em cumprimento a Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **TATIANE GOMES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora do documento de identidade RG nº 2402005-2 SSP/MT e CPF nº 040.990.681-61, com o fim de TOMAR POSSE DE **Agente de Administração Pública.**

Art. 2º A Servidora irá ocupar o cargo Efetivo de Agente de Administração Pública, conforme aprovação no Concurso Público nº 001/2012, conforme Edital nº 001/2012.

Art. 3º A posse fará através do Termo de Posse expedido pela Secretária da Câmara Municipal, que é parte integrante desta Portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Silvio Bento Leal

Presidente 2015/2016

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Aos vigésimo nono (29) dias do mês de abril de 2016; compareceu na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, na sala da Secretaria de Administração a Senhora TATIANE GOMES DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora do documento de identidade RG nº 2402005-2 SSP/MT e CPF nº 040.990.681-61, com o fim de TOMAR POSSE DE Agente de Administração Pública, para o qual foi aprovado no Concurso Público nº 001/2012, realizado conforme Edital nº 001/2012 e Portaria nº 006/2016, aceita as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao Cargo para o qual foi aprovada; se comprometendo a bem servir e defender os interesses do Municipio de São Félix do Araguaia, Estado de mato Grosso. São Félix do Araguaia – MT, 29 de abril de 2016. Silvio Bento Leal Presidente 2015/2016 Tatiane Gomes dos Santos Empossada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **SUYANNE RODRIGUES SEVERIANO**, Brasileira, Técnica em Enfermagem, residente e domiciliada no Distrito de Pontinópolis - Trevo do Macado , s/nº - CEP 78.670-000, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 942.641.121-68 e Identidade nº 4.008.426 (2ª Via) - , inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.292.955.231-1, nascida no dia 18/08/1982

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 121/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01 de abril de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.095,06** (mil e noventa e cinco reais e seis centavos)

FUNÇÃO: **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **POSTO DE SAÚDE DO TREVO DO MACACO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO - CONCURSO PÚBLICO 01/2012

TERMO DE POSSE

Cargo Efetivo

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, compareceu na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, na sala do Departamento de Recursos Humanos, a senhora **JESSYCA DIAS DE BRITO**, portadora da carteira de identidade nº 2.039.801-8 – SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 018.865.671-58, com o fim de tomar posse no cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS)**, a qual foi aprovada no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2012, devidamente homologado pelo Decreto nº 49, de 17 de dezembro de 2012, e prorrogado pelo Decreto nº 105 de 24 de outubro de 2014, convocada para **POSSE** pelo Edital de Convocação nº 18, de 4 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial do Município em 6 de abril de 2016. Neste ato, a empossada declara expressamente que aceita as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo para o qual foi aprovada e empossada, comprometendo-se a bem servir e defender os interesses do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. A candidata ora empossada terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício, contados da data da posse, sendo exonerada se não entrar em exercício no prazo previsto, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 49 da Lei Complementar Municipal n º 36, de 30 de outubro de 2003.

São Félix do Araguaia-MT, em 25 de abril de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

JESSYCA DIAS DE BRITO

EMPOSSADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **MARLENE FERREIRA DE ASSIS**, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, residente e domiciliada na Rua Manoel Ferreira Rocha, nº 418 - Próximo do Correio - CEP 78.670-000 - Centro, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 217.875.571-20 e Identidade nº 2.576.624-4 - SEJUSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.901.277.879-7, nascida no dia 21/09/1960

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 119/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01 de abril de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 880,00** (oitocentos e oitenta reais)

FUNÇÃO: **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS)**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: **PSF II** OU OUTRA LOTAÇÃO, A CRITÉRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **ELINEUZA PEREIRA BARBOSA,** Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, residente e domiciliada na Rua 13 de Maio, s/nº - Em frente à Assembleia de Deus - CEP 78.670-000 - Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 020.283.141-84 e Identidade nº 1. 807.372-7 - SEJUSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.106.357.710-3, nascida no dia 06/09/1986

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 120/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01 de abril de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 880,00** (oitocentos e oitenta reais)

FUNÇÃO: **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS)**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 122/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **DORCAS ROSA BRAGA DE MORAIS**, Brasileira, Casada, Técnica em Enfermagem, residente e domiciliada no Distrito de Pontinópolis, s/nº - CEP 78.670-000, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 568.994.911-68 e Identidade nº 706.500 - SSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.704.267.542-6, nascida no dia 23/07/1957

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 122/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01 de abril de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.095,06** (mil e noventa e cinco reais e seis centavos)

FUNÇÃO: **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE PONTINÓPOLIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Em cumprimento aos preceitos constitucionais e em face da aprovação em concurso público n° 001/2015, realizado no dia 11 (onze) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), de conformidade com o resultado constante no Edital Complementar nº 020/2015, e demais atos baixados e arquivados na Secretaria de Administração, perante o Prefeito Municipal, senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA** e a Secretária de Administração, senhora Sidneia Caetano dos Santos, no dia **15 de fevereiro de 2016**, verificou-se a posse da servidora **ROSEMAR MARINHO,** no cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA,** classificação **4º lugar**, que apresentou-se atendendo as normas de convocação, no ato da assinatura do termo de posse, presente todos os documentos pessoais e qualificação específica para a função de tomada de posse.

A empossada, que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

São José do Povo – MT, 26 de abril de 2016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

_____

ROSEMAR MARINHO

EMPOSSADA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2016

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº 29/2016, por ordem do Senhor ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es)Pessoa Jurídica 1ª classificada: ?CLODOALDO BATISTA CABRAL - ME, CNPJ nº 22.918.553/0001-60, no valor POR ITEM de R$ 112.000,00 (Cento e Doze Mil Reais.),

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT,27 de abril de 2016.

_____

_____

MARIA IRANDI DUARTE ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Presidente da Comissão de Licitação PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

AVISO REABERTURA - PREGÃO SPR Nº 010/2016

O Município de Sapezal, através de seu Pregoeiro Oficial, torna publico aos interessados que o Processo Licitatório do Pregão Presencial nº 010/2016, aberto e consecutivamente suspenso, será reaberto com data prevista para a realização da Sessão Pública para o dia de **16 de maio de 2016, as 08:00 horas da manhã** (horário local). A sessão publica acontecerá na Sala de Licitações, na Av. Antonio Andre Maggi, nº 1.400, *centro – Sapezal/MT*. O edital retificado completo estará a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT – Site www.sapezal.mt.gov.br. Maiores informações 65 – 3383-4500 ou na sede da Prefeitura Municipal de Sapezal.

Valdiney Gomes Paulino

Pregoeiro

AVISO DE ABERTURA DE TOMADA DE PREÇO – EDITAL Nº 001/2016

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna Público para conhecimento dos interessados que fará na modalidade de Tomada de Preço nº 001/2016, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para Contratação de Empresa de Engenharia Civil para **CONSTRUÇÃO (AMPLIAÇÃO) OBRA INSTITUCIONAL INTITULADA "CASA DE PASSAGEM" NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL - MT.** Com data Prevista para o dia **17 de maio de 2016, as 08:00 (oito)** horas da manhã (Horário Local) – O edital completo estará a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT – Site www.sapezal.mt.gov.br. Maiores informações 65 – 3383-4500 ou na sede do Município de Sapezal situada na Av. Antonio Andre Maggi, nº 1.400, *centro*.

Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade da notificação pessoal ou via postal, no Processo Administrativo 0160/2014 que apura o **Auto de Infração nº 2148/2014**, vem notificar o autuado (a) abaixo relacionado, por infringir o Art. 72, inciso IV da Lei nº 072/2012, que dispõe ***"não realizar a substituição (plantio) da árvore cortada com autorização: Multa de 200 UR/árvore não plantada",*** **para oferecer DEFESA OU IMPUGNAÇÃO** ao Auto de Infração, no prazo de 20 dias, a contar desta publicação. Se o infrator abdicar do direito de defesa ou recurso, poderá recolher o valor da multa aplicada com redução de 20% (vinte por cento) no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do auto de infração, conforme dispõe os Artigos 174, IV e 178 da Lei Complementar 075/2012 – Código Municipal de Meio Ambiente de Sinop.

PROCESSO Nº	AUTUADO	CNPJ /CPF nº	AUTO DE INFRAÇÃO nº	MULTA VALOR R$
216/2015	ANTÔNIO CARLOS MACHADO	415.974. 271-87	2428/2015	872,00

Sinop, abril de 2016.

JAQUELINE JUELG

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

GABINETE
DECRETO Nº. 089/2016

DATA: 27 de abril de 2016

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 241.246,00 (duzentos e quarenta e um mil e duzentos e quarenta e seis reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 2245/2015 e a Lei nº 2143/2015;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 241.246,00 (duzentos e quarenta e um mil e duzentos e quarenta e seis reais), para atender as seguintes dotações:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.06.122.0003.2008 - AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.50.00.00.00 - 0300000000- Transf. a Instit.Priv.s/Fins Lucrat. R$ 21.246,00

- (vinte e um mil e duzentos e quarenta e seis reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.2029 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 31.024,00

- (trinta e um mil e vinte e quatro reais)

06.010.0.0.27.812.0013.2030 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 88.976,00

- (oitenta e oito mil e novecentos e setenta e seis reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.15.451.0016.1025 - EXECUÇÃO DE REDES DE DERNAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS E MEIO FIO.

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

T O T A L R$ 241.246,00

Art. 2º. Servirão de cobertura para o Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º, em conformidade com os artigos 14 e 15 da Lei nº 2143/2015, os recursos no montante de R$ 241.246,00 (duzentos e quarenta e um mil e duzentos e quarenta e seis reais), provenientes de superávit financeiro, Recursos da Fonte de Livre Aplicação, apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento – Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 27 de abril de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

ALCIONE PAULA DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO								
A N E X O V – SUPERÁVIT FINANCEIRO (Dec. nº 005/2016)								
EXERCÍCIO: DE 2015 SUPLEMENTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016								
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO								
DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM CONTA SALDO 2015 PARA SUPLEMENTAÇÃO 2016								
RECURSO/CONTA (A)	**RESTOS LIQUIDADOS (B)**	**RESTOS A LIQUIDAR (C)**	**DEP. TERC./ SERV. DA DIV. A PAGAR (D)**	**TOTAL RP EXERCICIO 2015 (E) = (B+C+D)**	**RECURSOS EM CONTA - BDT 31/12/2015 (F)**	**TOTAL A SER SUPLEMENT./ SUPERÁVIT FINANCEIRO (G) = (F - E)**	**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER SUPLEMENTADA/ FONTE**	**VALOR R$**
FONTE: 0.1.00.000000 e 0.3.00.000000								
Saldo em Caixa	**2.592.511,96**	**1.221.579,97**	**58.705,40**	**3.872.797,33**	0,00	**11.231.934,73**	Montante suplementado pelo Decreto nº 016/16	9.980.776,00
FPM - Bco Brasil C/C 11.431-6	580.414,62	Montante suplementado pelo Decreto nº 069/16	870.000,00					
ICMS Exp.-Bco Brasil C/C 283142-2	17.733,57	2008-3.3.50.43.0000-0.3.00.000000	21.246,00					
Cta. Movto.-Bco Brasil C/C 11.770-6	47.832,74	2029-3.3.90.32.0000-0.3.00.000000	14.944,00					
Cta. Salário.-CEF C/C 000028-3	11.537,27	2029-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	16.080,00					

FOLHA - CEF C/C 67-4	2.287.109,65	2030-3.3.90.30.0000-0.3.00.000000	57.000,00					
Cta. Mov.- CEF C/C 6-2	384.028,37	2030-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	31.976,00					
PMS Execução Fiscal - CEF C/C 79-8	36.167,47	1025-4.4.90.51.0000-0.3.00.000000	100.000,00					
IPVA - Bco Brasil C/C 43.111-7	86.081,42							
ICMS - Bco Brasil C/C 25.013-9	860.376,30							
IPTU - CEF C/C 61-5	5.823.080,59							
Cta. Movto.-CEF C/C 4-6	135.061,19							
FEX - Bco. Brasil C/C 25.665-X	646.212,25							
CFM - Bco. Brasil C/C 28.866-7	6.275,97							
CEF - ISSQN 468-8	1.802.488,98							
Cta. Movto. -Bco Brasil C/C 9.554-0	289.107,84							
ISSQN Central - Bco Brasil C/C 36.555-6	23.407,50							
CEF - Arrecadação 296-0	1.077.684,70							
Correios Arrecad.c/c 1695-0	14.202,90							
PMS ARRECADAÇÃO -Bco Brasil C/C 16.439-9	250.033,54							
IPI - Bco Brasil C/C 19.664-9	14.403,75							
CEF - Concurso Público C/C - 462-9	478.560,35							
Ressarc.Ced.Func.-Bco Brasil C/C 53502-8	50.628,39							
PMS Simples Nacional - Bco Brasil C/C 37.716-3	182.302,70							
AFM - Bco Brasil C/C 56.711-6	0,00							
	2.592.511,96	**1.221.579,97**	**58.705,40**	**3.872.797,33**	**15.104.732,06**	**11.231.934,73**		**11.092.022,00**
Saldo Superávit Financeiro = (G - I)	**139.912,73**							
Nota: Dados Extraídos do BDT de 31/12/2015 e Relação de Empenhos em Aberto no Exercício de 2015.	**Diretoria Adjunta de Orçamento - 27/04/2016**							
ALCIONE PAULA DA SILVA								
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento								
JUAREZ COSTA								
Prefeito Municipal								

	Resumo das suplementações efetuadas em 2016							
	Superávit Apurado em 31/12/2015 Fonte 0.1.00.00000 e 0.3.00.000000	**11.231.934,73**						
	Dotações Suplementadas em 2015	**Dec. Nº**	**Valor R$**					
	9002-3.2.90.21.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	581.200,00					
	9002-3.2.90.22.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	301.800,00					
	1018-4.4.90.39.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	42.000,00					
	1080-4.4.90.51.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	92.000,00					
	1080-4.4.90.51.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	450.000,00					
	2123-4.4.90.52.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	18.458,00					
	2033-3.390.39.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	137.100,00					
	2033-3.390.39.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	270.000,00					
	1025-4.4.90.51.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	3.409.802,00					
	1025-4.4.90.51.0000 - 6.3.00.000000	016/2016	826.527,00					

	2034-3.3.30.39.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	320.000,00					
	2034-3.3.30.39.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	2.025.000,00					
	2039-3.3.90.39.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	300.000,00					
	2039-3.3.90.30.0000 - 0.3.00.000000	016/2016	1.206.889,00					
	1012-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	069/2016	870.000,00					
	2008-3.3.50.43.0000-0.3.00.000000	089/2016	21.246,00					
	2029-3.3.90.32.0000-0.3.00.000000	089/2016	14.944,00					
	2029-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	089/2016	16.080,00					
	2030-3.3.90.30.0000-0.3.00.000000	089/2016	57.000,00					
	2030-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	089/2016	31.976,00					
	1025-4.4.90.510000-0.3.00.000000	089/2016	100.000,00					
	Saldo Superávit Financeiro	**139.912,73**						

GABINETE
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO Nº. 002/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

Os candidatos aos cargos de **PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs,**nomeados no Edital n° 003/2016, e que solicitaram, mediante requerimento próprio, passar para o final da lista dos aprovados, e concorrer um novo chamamento uma só vez, que poderá ou não se efetivar no período de validade deste Concurso Público, (entendendo-se que conforme item 8. 2 deste mesmo edital de abertura que a classificação final do Concurso será publicada por edital e **apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo,** em ordem decrescente de pontos) conforme a reclassificação que segue:

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs		
Class.	Nome do Candidato	**Reclassificação**
128	GISELE CRISTINA KRAESKI	**372**

Sinop-MT, 28 de abril de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO Nº. 004/2016

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Nomeação nº **003/2016**, do Concurso Publico n° **001/2014,** válido no período compreendido entre **17 de Março a 16 de abril de 2016**, não compareceram para assumir sua vaga, e ou, não entraram em exercício os seguintes candidatos:

CLASS	NOME	**CARGO**
20	MARCELO PEREIRA LIMA	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE MANUTENÇAO DE INFRA ESTRUTURA- 40 hs**
22	FERNANDA ROCHA SCHONBERGER	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE MANUTENÇAO DE INFRA ESTRUTURA- 40 hs**
25	SIMEI VIEIRA DOS SANTOS	**MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 hs**
127	SUSI ROSI DE SOUZA AZEVEDO	**PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs**
133	MARILZA TEREZINHA BRANDIELLI DUARTE	**PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs**
22	MARCIELE MARCHESAN	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADMINISTRADOR ESCOLAR – 40hs**

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Sinop-MT, 28 de abril de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 SRP 044/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT** torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 032/2016 SRP 044/2016. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo, na modalidade proteção da aviação civil no Aeroporto João Batista Figueiredo, em Sinop – MT,** Secretaria Municipal de Planejamento Finanças e Orçamento ABERT**URA da SESSÃO: 11/05**/2016 às 14h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272. Sinop/MT, 28 de abril de 2016.

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016 SRP 026/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº

021/2016, SRP 026/2016, referente: **Contratação de empresa para fornecimento, execução e instalação de materiais de visualização, para atender as ações das Secretarias Municipais.** Empresa Vencedora: **A S DOS SANTOS E CIA LTDA - EPP. CNPJ/MF:** 00.113.059/0001-96. Item:01, 03, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 16. **EMPLACA SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME. CNPJ/MF:** 17.786.657/0001-29. Item:19, 20, 21. **ROSALINO MELO DOS SANTOS LTDA - ME. CNPJ/MF:** 14.414.382/0001-04. Item:05, 15, 17. **VISUART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. CNPJ/MF:** 08.890.052/0001-92. Item:02, 14. Homologado em 28 de Abril de 2016.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 168/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 038/2016

Exonera a Sra. Bruna Gilioli Dall Astra do cargo em comissão de Ouvidor Parlamentar, referência CC-07.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, nesta data, a Sra. Bruna Gilioli Dall Astra do cargo em comissão de Ouvidor Parlamentar, referência CC-07.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 27de abril de 2016.

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade da notificação pessoal ou via postal, vem **NOTIFICAR** os autuados abaixo relacionados do auto de infração, lavrado por, o terreno (lote) abaixo relacionado, "*encontrar-se com vegetação acima da altura máxima permitida (50 cm) e não estar em perfeito estado de limpeza"*, **para oferecer DEFESA OU IMPUGNAÇÃO** ao Auto de Infração, **NO PRAZO DE 20 DIAS**, a contar desta publicação. Se o infrator abdicar do direito de defesa ou recurso, poderá recolher o valor da multa aplicada com redução de 20% (vinte por cento) no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do auto de infração, conforme dispõe os Artigos 69, I, 110, IV e 116 da Lei Complementar 116/2015 – Código Municipal de Meio Ambiente de Sinop. **Telefone para contato: (66) 35313499**

E para que chegue ao conhecimento de todos, passa-se o presente edital, que será afixado no átrio da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Sinop e publicado pela imprensa oficial.

PROCESSO Nº	AUTUADO	CPF/CNPJ nº	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO nº	VALOR R$
025/2016	**CLAUDIA CRISTINA QUIRINO DOS SANTOS**	981.062.281-34	029	020	0075	433,80
005/2016	**GISLAINE TESSARO DA SILVA**	018.022.259-78	022	016	0017	433,80
011/2016	**REGIONAL GRÁFICA E EDITORA LTDA**	03.830.697/0001-16	006	007	0007	723,00

Sinop, abril de 2016.

_____

JAQUELINE JUELG

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade da notificação pessoal ou via postal, vem notificar o autuado abaixo relacionado, por infringir o Art. 73,II que dispõe "É proibida a queima em qualquer local de quaisquer materiais, seja lixo, vegetação ou outros em geral, que cause poluição atmosférica ou perda da biodiversidade, bem como o uso do de fogo em área agropastoril, de floresta ou regeneração natural sem licença da autoridade competente...*",* **para oferecer defesa ou impugnação** ao Auto de Infração abaixo mencionado, no prazo de 20 dias, a contar desta publicação. Se o infrator abdicar do direito de defesa ou recurso, poderá recolher o valor da multa aplicada com redução de 20% (vinte por cento) no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do auto de infração, conforme dispõe os Artigos 73, II, 110, IV e 116 da Lei Complementar 116/2015 – Código Municipal de Meio Ambiente de Sinop.

PROCESSO Nº	AUTUADO	CPF	AUTO DE INFRAÇÃO nº	VALOR R$
003/2016	**JOÃO DINIZ ARAÚJO**	**116.922. 602-78**	**2444/2016**	**948,93**

Sinop, abril de 2016.

_____

JAQUELINE JUELG

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL Nº 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL Nº 21/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã-(MT)

Contratado: M. A. Comercio e Serviços Ltda, CNPJ nº 04.398.282/0001-88

OBJETO: Prestação de serviços de execução de obras de sinalização horizontal e vertical em ruas e avenidas da Cidade de Tabaporã-MT. Decorrente da licitação na modalidade de Tomada de Preço nº. 01/2016, valor do contrato R$103.091,05 -Assinatura do contrato em 25/04/2016, vigência prevista em até 25/08/2016.

LEI MUNICIPAL N.º 1.019, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO À ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NA LEI MUNICIPAL N.º 1.008, DE 08/12/2015, QUE DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO-PROGRAMA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e, ainda no que dispõe o Art. 40, 41 da Lei 4.320/64, faz saber que a Camara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica aberto na Lei Orçamentária que Estimou a Receita e Fixou a Despesa do Município de Tabaporã - MT, para o Exercício Financeiro de 2016, um ***CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,*** no valor de R$ 133.500,00 (cento e trinta e três mil e quinhentos reais), conforme especificado abaixo:

05	Secretaria Municipal de Saúde
001	Manutenção com o Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
305	Vigilância Epidemiológica
0023	Vigilância em Saúde
1137	Aquisição de 01 veiculo utilitário
44.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente R$ 120.000,00
1138	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente R$ 13.500,00

Art. 2.º - Servira como recurso para dar cobertura ao Credito Adicional Especial, aberto no artigo anterior, suplementada se necessário, pelo excesso da arrecadação de recursos proveniente das Transferência de Convenio Firmado com o Órgão da Esfera Estadual, devidamente consignado no Orçamento do Estado.

Art. 3.º - O presente Crédito só será incorporado ao orçamento vigente a partir do momento em que se verificar a liberação e disponibilidade financeira do referido recurso, consignado no Artigo anterior, vedada a hipótese de qualquer mudança de sua destinação.

Art. 4º - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA), suplementada se necessário.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 032/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ JOSIAS BATISTA DE SOUZA/ O **CONTRATADO**, através do Processo Administrativo nº026/SAD/2016 que tem como objeto ***"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DOS DISTRITOS E ASSENTAMENTO DA ZONA RURAL, ATÉ A UNIDADE MISTA DE SAÚDE"*** /R$45.000,00/DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00010000056/2015/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ CONSTRUTORA HABITA-NORTE LTDA /Este Termo Aditivo tem por objeto acrescentar o valor de **R$ 216.290,56 (Duzentos e dezesseis mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos)** ao **Contrato Administrativo nº056/ADM/2015** (Objeto: Contratação de empresa Especializada para executar serviço de execução de obras de Construção na Unidade Pró- Infância no bairro Vale do Sol **)** nos valores o que corresponde há aproximadamente **16,098% (Dezesseis vírgula zero noventa e oito por cento/** DATADE ASSINATURA: 11/04/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00060000042/2013/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ **VITALAB CENTRO DE DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS LTDA – ME/ MANTOVANI & SERMANOWICZ LTDA – ME/ BIOCLÍNICA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA/ MATHIAS & CIA LTDA** / Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar, por **mais 90 (noventa) dias**, a **Cláusula Quarta – Da Vigência**, em seu **Item 4.1,** do Contrato nº 042/ADM/2013 (Objeto:*prestar serviços de exames de Análises Clínicas Laboratoriais para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme rotina adota pela Secretaria)*, passando a vigência para **17/04/2013 a 17/07/2016/** DATADE ASSINATURA: 14/04/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 031/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ FRANCISCO JOAQUIM DE SANTANA/ O **CONTRATADO**, através do Processo Administrativo nº026/SAD/2016 que tem como objeto ***"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DOS DISTRITOS E ASSENTAMENTO DA ZONA RURAL, ATÉ A UNIDADE MISTA DE SAÚDE"*** /R$45.000,00/DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 030/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ ERMESON BORDIN MATOS/ O **CONTRATADO**, através do Processo Administrativo nº026/SAD/2016 que tem como objeto ***"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DOS DISTRITOS E ASSENTAMENTO DA ZONA RURAL, ATÉ A UNIDADE MISTA DE SAÚDE"***/R$75.000,00/DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 029/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ SOLISMAR ALVES DE OLIVEIRA/ O **CONTRATADO**, através do Processo Administrativo nº026/SAD/2016 que tem como objeto ***"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DOS DISTRITOS E ASSENTAMENTO DA ZONA RURAL, ATÉ A UNIDADE MISTA DE SAÚDE"*** /R$75.000,00/DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO LIQUIDADO - MARÇO - SERRAPERV

ESTADO DO MATO GROSSO Data: 31/03/2016

PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA
Página: 1 de 1
SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado
Período: MARÇO/2016

INGRESSOS	**DISPÊNDIOS**				
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	5.574.014,57	4.414.488,57	DESPASA ORÇAMENTÁRIA(VI)	1.806.464,54	1.448.707,25
VINCULADA	5.574.014,57	4.414.488,57	VINCULADA	1.806.464,54	1.448.707,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.574.014,57	4.414.488,57	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.806.464,54	1.448.707,25
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(III)	276.637,91	214.480,38	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS(VIII)	282.574,40	283.225,86
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCICIO	4.354,80	0,00	(-) AJUSTES DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APL	4.307,16	61.194,90
PIS/PASEP A RECOLHER	17.391,07	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCICIO ANT	0,00	550.72
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	0,00	14.375,95	PIS/PASEP A RECOLHER	0,00	21.072,63
CONSIGNAÇÕES	254.892,04	200.892,04	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	28.033,67	0,00
			CONSIGNAÇÕES	250.233,57	200.407,61
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IV)	38.443.758,02	28.886.821,46	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	42.205.371,56	31.783.857,30
BANCO CONTA MOVIMENTO	159.669,27	13.827,40	BANCO CONTA MOVIMENTO	166.513,24	31.147,71
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	38.284.088,75	28.872.994,06	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	42.038.858,32	31.752.709,59
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	**44.294.410,50**	**33.515.790,41**	**TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)**	**44.294.410,50**	**33.515.790,41**
Tangará da Serra, 31 de MARÇO de 2016					
HELITON LUIZ DE OLIVEIRA DIRETOR EXECUTIVO	**MÔNICA REGINA DE ARAÚJO** CRC-MT 13.864/O-1				

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO LIQUIDADO - FEVEREIRO - SERRAPERV

ESTADO DO MATO GROSSO Data: 29/02/2016
PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA
Página: 1 de 1
SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado
Período: FEVEREIRO/2016

INGRESSOS	**DISPÊNDIOS**				
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	3.834.907,23	2.987.991,40	DESPASA ORÇAMENTÁRIA(VI)	1.173.878,20	946.727,57
VINCULADA	3.834.907,23	2.987.991,40	VINCULADA	1.173.878,20	946.727,57
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.834.907,23	2.987.991,40	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.173.878,20	946.727,57
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(III)	185.735,86	144.685,86	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS(VIII)	190.337,30	153.036,41
PIS/PASEP A RECOLHER	19.128,37	0,00	(-) AJUSTES DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APL	1.965,69	0,00
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	0,00	14.236,33	PIS/PASEP A RECOLHER	0,00	21.072,63
CONSIGNAÇÕES	166.607,49	130.449,53	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	28.033,67	0,00
			CONSIGNAÇÕES	160.337,94	131.963,78
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IV)	38.443.758,02	28.886.821,46	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	41.100.185,61	30.919.734,74
BANCO CONTA MOVIMENTO	159.669,27	13.827,40	BANCO CONTA MOVIMENTO	164.948,55	149.079,61
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	38.284.088,75	28.872.994,06	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	40.935.237,06	30.770.655,13
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	**42.464.401,11**	**32.019.498,72**	**TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)**	**42.464.401,11**	**32.019.498,72**
Tangará da Serra, 29 de FEVEREIRO de 2016					
HELITON LUIZ DE OLIVEIRA DIRETOR EXECUTIVO	**MÔNICA REGINA DE ARAÚJO** CRC-MT 13.864/O-1				

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00070000110/2014/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ **CONSTRUTORA HABITA-NORTE LTDA** / Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência de **17/07/2014 a 17/04/2016** para **17/07/2014** a **16/07/2016**, a Cláusula Quinta– Da Vigência, item 5.1, no prazo de vigência do **Contrato nº110/ ADM/2014** (*objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUTAR OBRAS DE CONCLUSÃO NA CONSTRUÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÕES E REVITALIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE CICHETTI DE BRITO)*/ DATADE ASSINATURA: 14/04/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 033/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ NIVALDO FERREIRA DA SILVA/ O **CONTRATADO**, através do Processo Administrativo nº026/ SAD/2016 que tem como objeto ***"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DOS DISTRITOS E ASSENTAMENTO DA ZONA RURAL, ATÉ A UNIDADE MISTA DE SAÚDE"*** /R$75.000,00/DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 561/GP/ 2015 de 08.09.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **13 DE MAIO DE 2016, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto:**AQUISIÇÃO DE ITs MÉDICOS, preconizado pela NBR 13.534 e RDC 50 para atendimento da UTI e do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal de Tangará da Serra**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 02 de Maio de 2016**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 28 de Abril de 2016. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 058/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 058/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 29/04/2016 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
119	197731	DAYANNE POLYANNA MORANTI	18/07/1984	8,00	32	40,00	CLASSIFICADO
120	865	FRANCINETE ALVES DE SOUZA	07/08/1976	12,00	28	40,00	CLASSIFICADO
790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
36	198522	SIMONE VIANA CAETANO	13/10/1978	0,00	64	64,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **02/05/2016 e 03/05/2016** das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH "D" para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 28 de Abril de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 059/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL COMPLEMENTAR 059/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de atividades e local de trabalho:

I - Dia 29/04/2016 às 13:00min para atribuição de local de trabalho:

879 -ENTREVISTADOR SOCIAL							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
1	1051	JUNIOR PAULO DA SILVA	21/03/1973	7,00	60	67,00	CLASSIFICADO
2	197395	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	27/04/1992	6,00	60	66,00	CLASSIFICADO
3	255	MAYCON JUNIOR OLIVEIRA	08/03/1991	5,42	56	61,42	CLASSIFICADO
4	198007	VINICIUS RODRIGUES OLIVEIRA DOS SANTOS	18/04/1995	5,90	44	49,90	CLASSIFICADO

5	197699	JULIO CESAR DA SILVA	21/01/1989	0,00	44	44,00	CLASSIFICADO
775 -PEDAGOGA - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
4	1327	RITA DE CASSIA DEIJANI GOMES	25/03/1966	11,00	56	67,00	CLASSIFICADO
770 -ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
1	197350	VALQUIRIA DA SILVA	19/05/1987	7,70	60	67,70	CLASSIFICADO
2	197579	MARIZETE DE OLIVEIRA SOARES	02/04/1980	6,05	56	62,05	CLASSIFICADO
3	305	KEIDY KATTIUSCA WIEDERKEHR	14/03/1978	0,00	60	60,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 29/04/2016 e 02/05/2016 das 08:00 ás 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com **cópia e original:**

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 28 de abril de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social - Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 033/2016 - P S 001/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 033/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 001/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal Administração no Departamento De Pessoal, situada na Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 29/04/2016 às 13h00min para atribuição e atividades e local de trabalho:

1053-INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL - ASSIST. SOCIAL				
Nº	**INSCRIÇÃO Nº**	**NOME**	**PROVA OBJETIVA**	**SITUAÇÃO**
4	402	RAFAELLA MENDES MAGNONI SISMER	50	CLASSIFICADO
1055-INSTRUTOR DE ARTES PLASTICAS, DESENHO E PINTURA - ASSIST. SOCIAL				
Nº	**INSCRIÇÃO Nº**	**NOME**	**PROVA OBJETIVA**	**SITUAÇÃO**
3	181	ANDRE LUIZ GENESIO DOS SANTOS	50	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 29/04/2016 e 02/05/2016 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com **cópia e original**:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 28 de Abril de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social - Interino

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 034/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ NIVALDO FERREIRA DA SILVA / O **CONTRATADO**, através do Processo Administrativo nº026/SAD/2016 que tem como objeto ***"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DOS DISTRITOS E ASSENTAMENTO DA ZONA RURAL, ATÉ A UNIDADE MISTA DE SAÚDE"*** /R$78.000,00/DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
RREO ANEXO 01 1º BIMESTRE DE 2016

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	1.073.000,00	1.073.000,00	211.513,41	211.513,41	861.486,59	149.967,79	149.967,79	923.032,21	149.100,79	
DESPESAS CORRENTES	1.060.000,00	1.060.000,00	207.454,41	207.454,41	852.545,59	145.908,79	145.908,79	914.091,21	145.908,79	
Pessoal e Encargos Sociais	677.000,00	677.000,00	105.980,94	105.980,94	571.019,06	105.980,94	105.980,94	571.019,06	105.980,94	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	383.000,00	383.000,00	101.473,47	101.473,47	281.526,53	39.927,85	39.927,85	343.072,15	39.927,85	
DESPESAS DE CAPITAL	13.000,00	13.000,00	4.059,00	4.059,00	8.941,00	4.059,00	4.059,00	8.941,00	3.192,00	
Investimentos	13.000,00	13.000,00	4.059,00	4.059,00	8.941,00	4.059,00	4.059,00	8.941,00	3.192,00	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	25.000,00	25.000,00	6.145,05	6.145,05	18.854,95	6.145,05	6.145,05	18.854,95	5.657,65	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	1.098.000,00	1.098.000,00	217.658,46	217.658,46	880.341,54	156.112,84	156.112,84	941.887,16	154.758,44	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.098.000,00	1.098.000,00	217.658,46	217.658,46	880.341,54	156.112,84	156.112,84	941.887,16	154.758,44	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.098.000,00	1.098.000,00	217.658,46	217.658,46	880.341,54	156.112,84	156.112,84	941.887,16	154.758,44	

Emissão: 28/04/2016 14:27:38 — Page 1 de 2
Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	25.000,00								5.657,65	
DESPESAS CORRENTES	25.000,00								5.657,65	
Pessoal e Encargos Sociais	25.000,00								5.657,65	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

VALDIR ROSA DOS SANTOS
Presidente

SAMOEL RIBEIRO PALHANO
Secretario(a)

ELIZANDRO ROSSI
Contador(a)

Emissão: 28/04/2016 14:27:38

Page 2 de 2

Homologado

EDITAL DE RESULTADO PROCESSO Nº. 14/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PROCESSO Nº. 14/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, nomeada pela portaria nº. 35/2015 torna publico o resultado do processo de licitação, regido pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores, sendo **Processo 14/2016** na Modalidade **Pregão Presencial 14/2016**, tendo como objeto Contratação de empresa para fornecimento de combustível, destinados ao abastecimento de máquinas e veículos da frota municipal, com abastecimento em bomba**,** que a mesmo foi considerado **DESERTO**, por não haver interessadosem participar do certame Licitatório.

Terra Nova do Norte - MT, 25 de abril de 2016.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
RREO ANEXO 14 1º BIMESTRE DE 2016

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2016

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	
Previsão Atualizada	
Receitas Realizadas	
Déficit Orçamentário	156.112,84
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	1.098.000,00
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	1.098.000,00
Despesas Empenhadas	217.658,46
Despesas Liquidadas	156.112,84
Despesas Pagas	154.758,44
Superávit Orçamentário	

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	217.658,46
Despesas Liquidadas	156.112,84

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	91.500,00

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-28.241,56	-156%
Resultado Primário		-217.658,46	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**0,00**		**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	8.118,00	8.941,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos		0,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: Camara Municipal de Terra Nova do Norte

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

VALDIR ROSA DOS SANTOS
Presidente

SAMOEL RIBEIRO PALHANO
Secretario(a)

ELIZANDRO ROSSI
Contador(a)

Emissão: 28/04/2016 14:29:57 — Page 1 de 1

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
BALANCETE FINANCEIRO 03-2016

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 3.130.309/0001.94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 0000206 - CENTRO
Telefone (066)3534-1108
legislativo@camaraterranovadonorte.mt.gov.br

Data : 28/04/2016
Hora : 14:21:30

Balancete Financeiro (Mod. Anexo Nº 13) Exercício 2016

(Ate Marco /2016)

Receita				Despesa			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
ORCAMENTARIA				ORCAMENTARIA			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES				LEGISLATIVA	316.038,05		
				TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA		316.038,05	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL							
				INTERFERENCIAS FINANCEIRAS			
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS				Egressos Realizados			
				TOTAL DE INTERF. FINANCEIRAS			
INTERFERENCIAS FINANCEIRAS							
Ingressos Realizados	274.500,00			EXTRA-ORCAMENTARIA			
TOTAL DE INTERF. FINANCEIRAS		274.500,00		DEPOSITOS - I.N.S.S	9.048,00		
				DEPOSITOS - I.R.R.F	3.498,49		
EXTRA-ORCAMENTARIA				CONTRIBUICAO SINDICAL	561,44		
DESPESA ORCAM.DO EXERCICIO A PAGAR	60.452,46			DEPOSITOS - I.R.R.F TERCEIROS	65,30		
DEPOSITOS - I.N.S.S	9.048,00			DEPOSITOS - I.N.S.S TERCEIROS	90,20		
DEPOSITOS - I.R.R.F	3.498,49			DEPOSITOS - PREVITER	4.786,82		
CONTRIBUICAO SINDICAL	561,44			DEPOSITOS - PENSAO ALIMENTICIA	3.138,89		
DEPOSITOS - I.R.R.F TERCEIROS	65,30			ISSQN	158,61		
DEPOSITOS - I.N.S.S TERCEIROS	90,20			CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA	18.959,95		
DEPOSITOS - PREVITER	4.786,82			TOTAL DA DESPESA EXTRA-ORCAM.		40.307,70	
DEPOSITOS - PENSAO ALIMENTICIA	3.138,89						
ISSQN	158,61			SALDO P/O EXERCICIO SEGUINTE			
CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA	18.959,95			CAIXA			
TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO		100.760,16		BANCOS - CONTAS MOVIMENTO	18.914,41		
				BANCOS - CONTAS VINCULADAS			
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR				APLICACOES FINANCEIRAS			
CAIXA				TOTAL DISPONIVEL		18.914,41	
BANCOS - CONTAS MOVIMENTO							
BANCOS - CONTAS VINCULADAS							
APLICACOES FINANCEIRAS							

Emissão: 28/04/2016 14:21:35

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 3.130.309/0001.94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 0000206 - CENTRO
Telefone (066)3534-1108
legislativo@camaraterranovadonorte.mt.gov.br

Data : 28/04/2016
Hora : 14:21:30

Balancete Financeiro (Mod. Anexo Nº 13) Exercício 2016

(Ate Marco /2016)

TOTAL DISPONIVEL							
Total			**375.260,16**	**Total**			**375.260,16**

VALDIR ROSA DOS SANTOS
PRESIDENTE

SAMOEL RIBEIRO PALHANO
1 SECRETARIO

ELIZANDRO ROSSI
CONTADOR CRC - MT013076/O-9

Emissão: 28/04/2016 14:21:35 Página 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PORTARIA Nº 43/2016

Portaria n° 43/GP/16

Em,18 de abril de 2016.

“O Prefeito Municipal de Torixoréu - Estado de Mato Grosso, no uso de Suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

RESOLVE:

Art°. 1 Designar como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FMDCA do Município de Torixoréu/MT a Secretaria Municipal de Assistência Social a Senhora ANDREA ARRAZ PESSOA.

Art°. 2 – Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoreú– Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

RAFAEL BARILLI SÁ

Prefeito Municipal – Em Exercício

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PORTARIA Nº 44/2016

Portaria n° 44/GP/16

Em, 18 de abril de 2016.

“O Prefeito Municipal de Torixoréu - Estado de Mato Grosso, no uso de Suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

RESOLVE:

Art°. 1 Designar como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI do Município de Torixoréu/MT a Secretaria Municipal de Assistência Social a Senhora ANDREA ARRAZ PESSOA.

Art°. 2 – Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoreú– Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

RAFAEL BARILLI SÁ

Prefeito Municipal – Em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 021/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2016, de 04/01/2016, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos do Decreto nº. 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 021/2016, cujo objeto trata de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de peças para manutenção de ar condicionado e execuções de serviços de instalação, manutenção e limpeza de aparelhos de ar condicionado de uso dos órgãos participantes (Secretarias Municipais), durante a vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital completo do Pregão.

Data de Expedição do Edital: 28/ABRIL/2016.

Data de abertura/julgamento: 12/MAIO/2016.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: (66) 9292-4781 ou 0xx (66) 3540-1283.

União do Sul – MT, 28 de abril de 2016.

ANTONIO SERGIO FIORILLIO

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016Processo Nº 002/2016

A Câmara Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitações - CPL, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS (EDITAL Nº 002/2016), referente ao Processo Licitatório nº 002/2016, emitida em 11/04/2016, devidamente publicada, aberta e julgada na data de 28/04/2016, cujo objeto refere-se à Aquisição de 01 (um) veículo zero quilometro, tipo veículo passeio, de conformidade com as características e a descrição detalhada no Anexo I do edital da Licitação, sagrou-se vencedora do certame a proponente CATATAU COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.156.865/0001-65, estabelecida à Rua João Pedro Moreira de Carvalho, nº 205, Setor Industrial, na Cidade de Sinop/MT, com o valor global de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), sob o critério de menor preço global.União do Sul, MT, 28 de abril de 2016.JOSELI MARIA SCAPINI BULLAPresidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 73/2016

“Dispõe sobre a concessão do benefício”

“AUXÍLIO-DOENÇA”

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2.719/04, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença, com base no Art. 15 da Lei 2.719/04, aos seguintes servidores:

1. ANA ROSA DOS SANTOS MEDEIROS, efetiva no cargo de Merendeira, lotado na Sec. de Educação, de 24/03/2016 até 21/07/2016.

2. ANAELISE PAES DA COSTA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sub Prefeitura, de 17/03/2016 até 15/04/2016.

3. ALESSANDRA APARECIDA BRUSTOLON, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de educação, de 11/04/2016 até 25/05/2016.

4. APARECIDA RITA DO NASCIMENTO SOUSA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, 23/04/2016 até 02/08/2016.

5. ADRIANA ROBERTA FERREIRA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, 06/04/2016 até 04/06/2016.

6. ADALZIZIO VIEIRA DE ARAÚJO FILHO, efetivo no cargo de Médico, lotada na Sec. de Saúde de 24/03/2016 até 22/04/2016.

7. BENE GONÇALVES DE CAMPOS, efetivo no cargo de Fiscal de Obras, lotada na Sec. de Desenvolvimento Urbano de 29/03/2016 até 27/04/2016.

8. BERENICE DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, de 29/03/2016 até 12/05/2016.

9. CLAUDETE MACIEL DUTRA PEREIRA, efetiva no cargo de T.D.I, lotada na Sec. de Educação, de 30/03/2016 até 25/06/2016.

10. CIDIA FEREIRA DE FRANÇA COSTA, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Sec. Saúde, de 05/04/2016 até 04/05/2016.

11. CATARINA LINDINALVA DE S. AMARAL, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 15/03/2016 até 12/06/2016.

12. CASSIBENE PEREIRA LEITE, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 30/03/2016 até 18/04/2016.

13. DIRCEU BATISTA, efetivo no Agente De Segurança e Manutenção, lotada na Sec. de Saúde de 13/03/2016 até 10/04/2016.

14. DIRCEU BATISTA, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Sec. De Saúde, de 11/04/2016 até 09/06/2016.

15. DELMA LETÍCIA SILVA MORAIS, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. Educação, 06/04/2016 até 04/06/2016.

16. DEBORA LUZIA DAL PONTE CARVALHO, efetiva no cargo de Médica, lotada na Sec. Saúde, 06/04/2016 até 04/07/2016.

17. ELVINA CAETANA DE PAULA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Promoção Social, de 06/04/2016 até 05/05/2016.

18. ELIZANGELA SILVA DE OLIVEIRA, efetiva no cargo Professora, lotado na Sec. de Educação, de 12/04/2016 até 11/05/2016.

19. ELIZANDRA FATIMA DA CRUZ, efetiva no cargo de Bioquímico, lotada na Sec. Saúde, de 04/04/2016 até 03/05/2016.

20. ELY GRACI DE OLIVEIRA NAZARIO, efetiva no cargo de Odontólogo, lotada na Sec. Saúde, de 18/03/2016 até 16/05/2016.

21. EVALDO MENDES DA COSTA, efetiva no cargo de Professora lotada na Sec. Educação, de 11/04/2016 até 10/05/2016.

22. EDIVALDO LUCIO DE AGUIAR, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. Assistência Social, de 12/04/2016 até 10/07/2016.

23. ELAYNE HELEN DE ARRUDA, efetiva no cargo de Guarda municipal, lotada na Sec. Guarda Municipal de, de 18/03/2016 até 26/04/2016.

24. ELIANE ALBUES BISPO, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação de 12/04/2016 até 08/10/2016.

25. EMANUELLY RAMOS M. MARQUES, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, de 28/03/2016 até 26/05/2016.

26. EUNICE FERREIRA DE CAMPOS MORAES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 24/03/2016 até 19/09/2016.

27. GISLAINE MARTINS VIANA DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de educação, de 09/04/2016 até 23/05/2016.

28. IVANY SOUSA NASCIMENTO ALMEIDA, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. da Educação, de 06/04/2016 até 05/05/2016.

29. JUCELINO DIAS DE MOURA, efetivo no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 14/03/2016 até 12/05/2016.

30. JOSE CARLOS NERI, efetivo no cargo de Técnico Legislativo, lotado na Sec. da câmara de Muni. De Várzea Grande, de 31/03/2016. Até 29/05/2016.

31. JACQUELINE GOMES LINS, efetiva no cargo de Fisioterapeuta, lotado na Sec. de Saúde, de 20/03/2016 até 13/06/2016.

32. JOANA DA SILVA CAMPOS, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 16/03/2016 até 14/05/2016.

33. JOSE RIBEIRO DA SILVA FILHO, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotada na Sec. da Administração, de 21/03/2016 até 13/06/2016.

34. JULIO CESAR LEITE DOS REIS, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotada na Sec. de Saúde, de 24/03/2016 até 20/04/2016.

35. JULINHA MARTINS DA SILVA, efetiva no cargo de auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, de 28/03/2016 até 26/05/2016.

Data de sua publicação, com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA Nº. 001/2016.

"Designa servidores da Secretaria Municipal de Viação e Obras, para realizarem atividades de Trabalho Social com moradores dos bairros Nova Era, Jardim Ikaraí e Frutal de Minas, relativos à ocupação de Área de Risco e de Preservação Permanente, para efeito de reassentamento dessa população".

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a responsabilidade e coordenação das duas primeiras e apoio dos demais, desenvolverem as atividades de Trabalho Técnico Social, sob a égide do Programa Prioritário de Investimentos – Urbanização de Assentamentos Precários – PAC I, que visa melhorar as condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários em centros urbanos, com obras de infraestrutura como construção de moradias, drenagem, de águas pluviais e esgotamento sanitário.

Nesta primeira etapa, serão reassentadas 36 (trinta e seis) famílias beneficiadas com unidades habitacionais que se encontram em área de risco ou de preservação permanente, conforme critérios estabelecidos na Portaria nº. 21 de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades e Portaria nº. 317 de 18 de Julho de 2013.

Essas são as ações iniciais do Trabalho Social e reassentamento das famílias beneficiárias, observando-se o atual estágio do andamento das obras, cuja entrega deve ocorrer ainda no corrente semestre.

SERVIDOR	FUNÇÃO	MATRÍCULA
WANIA CAMPOS OLIVEIRA	Coord. de Assist. Social	111017
ANDRELINA NUNES DA SILVA	Coord. de Assist. Social	111066
ODENIR CARLOS FERREIRA	Topógrafo	111027
PATRICIA MENDES. F. OLIVEIRA	Assistente Técnico	113480
JOAO PAULO LANA PASINATO	Ass. Espec. Eng. Sanitária	111015
LEONARDO PINHEIRO DA SILVA	Assistente Técnico	113478

Art. 2°. Na realização dos trabalhos previstos nesta Portaria são atribuições e responsabilidade dos servidores designados:

I – Promover reunião com os moradores da área de intervenção para divulgação de informações acerca do Programa, das obras, ações a serem realizadas, as especificações das unidades habitacionais, direitos e deveres, regularização fundiária entre outros. O acompanhamento dos beneficiários nesta primeira fase será até o recebimento das moradias;

II – Convocar os moradores que se enquadram nos critérios estabelecidos no programa, a comparecer à Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a fim de realizar cadastros socioeconômicos básicos para conhecer o perfil das famílias, e a partir deles, mediante prévias visitas às respectivas moradias, formular lista dos beneficiários a serem contemplados com as unidades a serem entregues nesta etapa;

III - Apresentar a lista de beneficiários selecionados para apreciação e aprovação do Conselho Municipal da Cidade de Várzea Grande;

IV - Após aprovação do Conselho municipal da Cidade de Várzea Grande apresentar a lista dos selecionados à Secretaria Municipal de Habitação de Várzea Grande, para consulta e inclusão dos beneficiários aprovados no Cadastro Único;

V - Divulgar a data e proceder o sorteio e entrega das unidades habitacionais;

VI - Deverá ser elaborado para cada atividade instrumento de registro correspondente, a fim de comprovação da realização das ações, quais sejam: convite, termo de recebimento dos convites, ata das reuniões realizadas, lista de presenças às reuniões, registros fotográficos, termos de adesão ao programa e termo de recebimento das unidades habitacionais;

VII - Deverá produzir relatório, conforme orientações e exigências da Portaria nº. 21/2014, contemplando os 04 (quatro) eixos temáticos do Trabalho Social além da descrição das atividades, metodologia, registros de mobilização, espacialização das famílias e parecer da RT;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT, 01 de fevereiro de 2016.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras

PORTARIA Nº. 002/2016.

"Designa servidores da Secretarias Municipais de Viação e Obras,do Gabinete da Prefeita, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável,da Secretaria de Comunicação Social e do Departamento de Água e Esgoto para compor o Comitê Executivo que terá a responsabilidade pela operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Várzea Grande, em consonância com as disposições dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 18, de 28/03/2016".

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA,Secretário Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a Coordenação Geral do Coordenador da Unidade Executora Local, promover a operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

SERVIDOR	SECRETARIA	MATRÍCULA
MANOEL TEREZA P. SANTOS – COORD. UEL	SEC. VIAÇÃO E OBRAS	111013
BERNARDETE DA SILVA SIQUEIRA	SEC.VIAÇÃO E OBRAS	111014
OLINDO PASINATO NETO	ASSESOR ESPEC. GABINETE	37759
HELEN FARIAS FERREIRA	SEC.MUN.MEIO AMB. E DES. RURAL SUSTENTÁVEL	109334
Titular: MARIA APARECIDA CAPELASSI LIMA – Suplente: JANE CÁSSIA DUARTE LIMA BARROS	SEC. MUN. COMN. SOCIAL	109004 109066
Titular: PAULO ROBERTO FERREIRA Suplente: TAINAH DA SILVA FERREIRA	DEP. DE ÁGUA E ESGOTO	109006 2001

Art. 2°. O Comitê Executivo constitui instância responsável pela operacionalização de todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB e tem a responsabilidade pela operacionalização e produção técnica em todas as etapas do processo de elaboração.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 01 de fevereiro de 2016.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras

ATO Nº. 263/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº. 370753/16;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Ana Maria Pereira dos Santos do cargo de concurso de Professor de Nível Superior, 25 horas semanais, matrícula 82068, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte Lazer, a partir de 12 de abril de 2016.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal

ATO Nº. 163/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº. 359626/16;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Wellington Similli Souza do cargo de concurso de Guarda Municipal 3ª Classe, matrícula 100427, da Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 301/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Conceição Maria de Deus Silva, no cargo em comissão de Gerente de Assistência Social - DNS 6, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de abril de 2016.

Luiz Antonio Vitorio Soares

Secretario Municipal de Saúde

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Várzea Grande – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial n.º 01/2016, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja abertura ocorreu no dia 27/04/2016 às 09:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, sagrou-se vencedora a empresa:

1) ACPI – INFORMÁTICA LTDA-ME, com valor total de R$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).

Sendo que a Empresa vencedora apresentou todos os documentos exigidos no Edital.

SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES

Pregoeira Oficial

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

PORTARIA N° 283/2016

Dispõe sobre a convocação de Suplente para atuar em substituição na Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares.

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto n° 32/2010 e;

Considerando que a servidora Gisele Aparecida Reis Betoli, Secretária da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada pela Portaria nº 102/2016 entrará em gozo de férias;

RESOLVE:

Art. 1° - Convocar a suplente Jucilene Santana da Silva, nomeada pela Portaria nº 102/2016, a entrar em exercício na Comissão Permanente de

Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, pelo período de 20 (vinte dias), em substituição à titular Gisele Aparecida Reis Betoli, pelo período de 25/04/2016 a 14/05/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cumpra-se.

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 28 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA GAB/PREF/PMVG N° 22/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande – MT, Lucimar Sacre de Campos, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI n° 07/2016 da Comissão Especial de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, mediante o qual o Sr. IRAN DA SILVA FERNANDES, matrícula n° 19893, Presidente da referida comissão, solicita a prorrogação dos trabalhos da comissão de sindicância,

Considerando o disposto no artigo 161, da Lei 1.164/91, que permite a prorrogação do prazo para conclusão da sindicância por apenas trinta dias, a critério da autoridade superior;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por trinta dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão especial sindicante designada pela Portaria n° 020/2016, de 24 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 28 de março de 2016, referente ao Processo de Dispensa de Licitação n° 25/2015 (processo n° 339382/2015), Sindicância nº 01/2016.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se, Cumpra–se:

Várzea Grande–MT, 27 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 162/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº. 360437/16;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Rafael Arnaldo junior do cargo de concurso de **Tec. Desenvolvimento Educacional Infantil,** 30 horas semanais, matrícula 82170, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte Lazer, a partir de 18 de fevereiro de 2016.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal

ATO Nº. 161/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº. 370495/16;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Julio Aramito Leal do cargo de concurso de Professor de V a VIII, 25 horas semanais, matrícula 25508, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte Lazer, a partir de 08 de abril de 2016.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 160/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº. 360538/16;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Laércio dos Santos do cargo de concurso de Guarda Municipal 3ª Classe, matrícula 26387, da Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 19 de fevereiro de 2016.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

AVISO DE RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2016 - REGISTRO DE PREÇOS.

Processo n. 343708/2015 O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelas portarias n. 227/2015**,** torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico n. 01/2016 que tem por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada para Prestação de serviço para execução de Manutenção (corretiva e preventiva) e melhoria do sistema de vias Urbanas Pavimentadas, conforme Termo de Referencia anexo I, como as planilhas de detalhamento e especificações e as demais condições do edital e anexo., foi ADJUDICADO e HOMOLOGADO PARCIALMENTE em 08/03/2016, sagrando-se vencedoras as empresa: CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA., inscrita no CNPJ n. 03.076.083/0001-90, vencedora do Lote 2, empresa AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n. . 07.095.509/0001-04, vencedora do Lote 3, e **ADJUDICADO e HOMOLOGADO EM 28/04/2016** o **LOTE 01**, para a empresa CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA, CNPJ sob n. 03.076.083/0001-90, totalizando o Valor do lote R$ 6.729.055,60 (Seis milhões setecentos e vinte e nove mil cinquenta e cinco reais e sessenta centavos). Obs.: o lote n. 04 foi declarado fracassado.

Várzea Grande-MT, 28 de abril de 2016.

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário de Municipal de Viação e Obras.

.

PORTARIA Nº. 72/2016.

"***Retifica a Portaria nº 63/2013**, que dispõe sobre a concessão do beneficio de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **ANTÔNIA TEREZINHA DE SOUZA** ".*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº 2012.04.0003P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 63/2013, que dispõe sobre a concessão do beneficio de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da Sra. **ANTÔ-**

NIA TEREZINHA DE SOUZA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2012.04.0003P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6º, I, II, III e IV da EC 41/2003; art. 12, inciso III, aliena "a", §3º da Lei 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal; Lei Complementar nº 3.505/2010, que dispõe sobre a carreira dos trabalhadores da educação básica do Município de Várzea Grande - MT e Lei Complementar nº 3.606/2011; Lei Complementar nº 3.759/2012, anexo IV, que fixa o piso salarial dos profissionais da educação básica de Várzea Grande; e ainda

Considerando o Mandado de Segurança nº 49/2009, código 223187, que tramitou perante a Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, cuja sentença ordenou a Incorporação, nos proventos da impetrante, da gratificação de 1/5 (um quinto) pelo exercício da função de Diretor de Escola, nos termos do art. 72, §2º da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. ***ANTONIA TEREZINHA DE SOUZA****, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 478265 SSP/MT e inscrita no CPF nº 395.324.371-34, matriculada sob o nº 0302, estável no cargo de Professora I a IV, nível 10, Classe A, 25 horas, lotada n Secretaria Municipal de Educação/EMEB/ Ana Barbosa Martins, com proventos integrais.*

Art. 2º - Esta Portaria retifica a Portaria nº 506/2012 e entra em vigor a partir da Dara da publicação, revogadas as disposições em contrário."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PORTARIA Nº 78/2016

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora **Maria da Conceição Oliveira** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande - PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **férias** regulamentares à servidora **Maria da Conceição Oliveira,** Assistente Social do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, **a partir de 01/04/2016**, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 28 de abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N. 068/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a EMPRESA JOÃO DIAS RAMOS - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 03.805.679/0001-84. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL encontra fundamentação legal no inciso XII, do Artigo 78 e inciso II, do Artigo 79, ambos da Lei Federal n.º 8. 666/93, e na Cláusula Décima Segunda – Da Rescisão Contratual do Termo de Contrato n.º 068/2015 originalmente celebrado, bem como aos documentos acostados ao Processo GESPRO N.º 371220/2016. OBJETO: Considerando que o MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, juntamente com a EMPRESA JOÃO DIAS RAMOS - EPP, não tem interesse na continuidade do Contrato n.º 068/2015 celebrado entre os partícipes, resolvem celebrar este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO cujo objeto é a contratação da empresa para prestação de serviço de publicação de matérias no Oficial do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial da União e em Jornal de Circulação Diária do Estado, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por ausência de interesse de ambos em seu prosseguimento. RESCISÃO: Por força da presente RESCISÃO AMIGÁVEL, as partes dão por terminado o Termo de Contrato n.º 068/2015 de que trata a Cláusula Primeira – Do Objeto, nada mais tendo que reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas, dando por encerrados os termos da avença a partir desta data. VIGÊNCIA: Este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL surtirá os efeitos legais a partir do dia 20 de Abril de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 20.04.2016.

VIVIAN D. DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretária Municipal de Administração– PMVG/MT

JOÃO DIAS RAMOS - EPP

CONTRATADA

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 016/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO, inscrita no CNPJ sob nº. 08.826.948/0001-02. OBJETO: Tem por objeto atendimento de forma suplementar a demanda de 133 (cento e trinta e três) alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, através da CONCEDENTE, o repasse de Recursos Financeiros diretamente à CONVENENTE, visando o custeio exclusivamente de contratação de recursos humanos. VALOR GLOBAL: O valor total de R$ 106.401,33 (cento e seis mil quatrocentos e um reais trinta e três centavos), em 09 (nove) parcelas, no valor de R$ 11. 822,37 (onze mil oitocentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos) nos meses de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. O valor repassado será calculado com base no número de alunos efetivamente matriculados, informado pela instituição com confirmação através de supervisão in loco pelos servidores do Setor de Legislação e Normas da SMECEL, e os meses subsequentes serão pagos conforme constatação mês a mês da quantidade de alunos que permanecerem efetivamente matriculados na convenente. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.03. 12.361.0103 – P/A: 2.088. ND: 3.3.50.43.00.00.00. SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE 0001.** VIGÊNCIA: Tem a vigência partir da data da sua assinatura até 31/12/2016. FISCAL DO CONTRATO: A fiscalização do presente termo ficará a cargo da Convenente, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa a servidora SOELY APARECIDA DIAS PAES, Matrícula 438.58, portadora do RG nº. 0757319-7 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 503.422.231-00, especialmente para este fim, nos termos do artigo 67 a Lei 8.666/93; e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 31.03.2016.

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO

Convenente

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 011/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA E CENTRO DE EQUOTERAPIA NATIVO, inscrita no CNPJ sob nº. 36.924.942/0001-03. OBJETO: Tem por objeto atendimento de forma suplementar a demanda de 200 (duzentos) alunos da Educação Especial, através da CONCEDENTE, o repasse de Recursos Financeiros diretamente à CONVENENTE, visando o custeio de contratação de recursos humanos, despesas diversas. VALOR GLOBAL: O valor total de R$ 160.002,00 (cento e sessenta mil dois reais), em 09 (nove) parcelas, no valor de R$ 17.778,00 (dezessete mil setecentos e setenta e oito reais) nos meses de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. O valor repassado será calculado com base no número de alunos efetivamente matriculados, informado pela instituição com confirmação através de supervisão in loco pelos servidores do Setor de Legislação e Normas da SMECEL, e os meses subsequentes serão pagos conforme constatação mês a mês da quantidade de alunos que permanecerem efetivamente matriculados na convenente. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 08.03.12.365.0104 – P/A: 2.089. ND: 3.3.50.43.00.00.00. SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE 0001.** VIGÊNCIA: Tem a vigência partir da data da sua assinatura até 31/12/2016. FISCAL DO CONTRATO: A fiscalização do presente termo ficará a cargo da Convenente, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa a servidora GONÇALINA AUXILIADORA LEITE RONDON, Matrícula 18277, portadora do RG nº. 275961 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 229. 856.701-87, especialmente para este fim, nos termos do artigo 67 a Lei 8. 666/93; e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 31.03.2016.

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA E CENTRO DE EQUOTERAPIA NATIVO

Convenente

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 010/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a CENTRO RECANTO FELIZ BEM AVENTURADA ÚRSULA, inscrita no CNPJ sob nº. 05.211.403/0001-01. OBJETO: Tem por objeto atendimento de forma suplementar a demanda de 60 (sessenta) alunos da Educação Básica, através da CONCEDENTE, o repasse de Recursos Financeiros diretamente à CONVENENTE, visando o custeio de contratação de recursos humanos, despesas com materiais didáticos, materiais de limpeza e despesas contábeis. VALOR GLOBAL: O valor total de R$ 80.546,40 (oitenta mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), em 09 (nove) parcelas, no valor de R$ 8.949,60 (oito mil novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) nos meses de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. O valor repassado será calculado com base no número de alunos efetivamente matriculados, informado pela instituição com confirmação através de supervisão in loco pelos servidores do Setor de Legislação e Normas da SMECEL, e os meses subsequentes serão pagos conforme constatação mês a mês da quantidade de alunos que permanecerem efetivamente matriculados na convenente. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 08.03.12.365.0104 – P/A: 2.089. ND: 3.3.50.43. 00.00.00. SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE 0001.** VIGÊNCIA: Tem a vigência partir da data da sua assinatura até 31/12/2016. FISCAL DO CONTRATO: A fiscalização do presente termo ficará a cargo da Convenente, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa a servidora SOELY APARECIDA DIAS PAES, Matrícula 438.58, portadora do RG nº. 0757319-7 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 503.422.231-00, especialmente para este fim, nos termos do artigo 67 a Lei 8.666/93; e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 31.03.2016.

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

CENTRO RECANTO FELIZ BEM AVENTURADA ÚRSULA

Convenente

PORTARIA N.º 77/2016.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO FAMÍLIA".

A Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n° 2.719/04 que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder Salário Família às servidoras abaixo citadas, por motivo do nascimento de filho, em conformidade com o art. 7º XII da Constituição Federal e art. 16 da Lei nº. 2.719/2004, com efeitos a partir desta data, conforme processo administrativo do PREVIVAG.

- GENILSON ROBERTO DA GUIA, efetivo, no cargo de Agente Técnico do SUS, lotada na Sec. Mun. de Saúde, Salário Família do menor MURILO MARTINOTTO GUIA, Nascido no dia 31/10/2014 a partir desta data.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente Do PREVIVAG

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL Nº. 05/2016

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT e o IBFC - Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação, COMUNICAM que foram efetuadas as seguintes alterações no **Edital nº 05/2016** para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS:

1. Alterar o Anexo I – Quadro de Vagas para:

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE – ACS		
LOCALIDADE DA VAGA	**VAGAS**	
AC	**PCD**	
CENTRO DE SAÚDE JARDIM IMPERIAL (PACS)	5	0
POLICLINICA DO PARQUE DO LAGO (PACS)	5	0
CENTRO DE SAÚDE COHAB DO CRISTO REI (PACS)	13	1
POLICLINICA DO MARAJOARA (PACS)	1	0
POLICLINICA DO MARAJOARA (PACS) (SADIA III)	1	0
CENTRO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA GUIA (PACS)	3	0
POLICLINICA DO CRISTO REI (PACS)	3	0
PSF DA MANGA	2	0
PSF ÁGUA VERMELHA	4	0
PSF SÃO MATHEUS	4	0
PSF UNIPARK	1	0
PSF VILA ARTHUR	3	0
PSF CAPÃO GRANDE	1	0
PSF MANAIRA	1	0
PSF JARDIM UNIÃO	3	0
PSF OURO VERDE	12	1
CENTRO DE SAÚDE ÁGUA LIMPA (PACS)	18	1
POLICLINICA DO 24 DE DEZEMBRO (PACS)	12	1

2. Incluir no Anexo II a Localidade da Vaga/Área de Abrangência Policlínica do Marajoara (PACS) (SADIA III), conforme a seguir:

LOCALIDADE DA VAGA/ÁREA DE ABRANGÊNCIA
POLICLÍNICA DO MARAJOARA (PACS) (SADIA III) Comunidade de Sadia III.

3. Permanecem inalterados os demais itens do Edital de Abertura em Epígrafe.

4. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Várzea Grande, 19 de abril de 2016.

LUIZ ANTÔNIO VITÓRIO SOARES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 76/2016.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO MATERNIDADE".

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 2.719/04, que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário Maternidade às servidoras abaixo citadas, com base no Art. 22 da Lei nº 2.719/2004.

JOCILENE BENEDITA DE BARROS, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. de Educação, de 01/03/2016 até 27/08/2016.

MARILENE MARIA DE SOUZA, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Sec. de Saúde, de 04/04/2016 até 30/09/2016.

SIUVANI CONCEIÇÃO ROGERIO DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar desen. Eco. Social, lotada na Sec. Mun. de Assistência Social, de 20/03/2016 até 15/09/2016.

UIARA INITI DE ALMEIDA SANTOS, efetiva no cargo de T.D.I, lotada na Sec. Mun. de Educação, de 04/04/2016 até 30/09/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

ATO Nº 159/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na CI n° 121/2016 e CI n° 054/2016/CDJSAD, e

Considerando o Mandado de Intimação com pedido de liminar expedida por ordem do (a) MM. Juiz de Direito Alexandre Elias Filho através do processo n° 9842-64.2013.8110002, código n° 313649 da Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública Poder Judiciário do estado de Mato Grosso,

RESOLVE:

Tornar Suspenso o Termo de Posse

e o Ato n° 758/2014 que nomeou a servidora **CLAUDIA JUREMA GUAZINA DE SIQUEIRA MATEUS**, CPF n° 923.995.681-68, no cargo de Odontólogo, classificado (a) em 3° lugar, tendo em vista a realização do Concurso público Municipal, conforme Edital n° 001/2011/PMVG, com efeitos financeiros a partir de 20/04/2016.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de abril de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 75/ 2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício"

"AUXÍLIO-DOENÇA"

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2.719/04, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença, com base no Art. 15 da Lei 2.719/04, aos seguintes servidores:

1. MARCO TULIO MONTEIRO DA SILVA, efetivo no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 25/03/2016 até 23/05/2016.

2. MARIA LOURDES FERREIRA DA CONCEIÇÃO, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde, de 15/03/2016 até 29/03/2016.

3. MARIA JOSE DE CAMPOS OLIVEIRA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 11/04/2016 até 04/06/2016.

4. NADIA BENEDITA CURADO DOS SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços gerais, lotada na Sec. de Educação, de 09/03/2016 até 07/04/2016.

5. NEYNE GUARIM STROBEL FRANSOSI, efetiva no cargo de Supervisora Escolar, lotada na Sec. de Educação, 11/04/2016 até 08/08/2016.

6. NAIDE APARECIDA DE CAMPOS, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, 16/03/2016 até 01/04/2016.

7. NILO PERSIO ARTAL, efetivo no cargo de Médico, lotada na Sec. de Saúde, de 04/04/2016 até 02/06/2016.

8. RAIMUNDO CAETANO DA SILVA, efetivo no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação de 21/03/2016 até 18/06/2016.

9. ROSELIO DA SILVA NUNES, efetivo no cargo de Agente Administrativo, lotada na Sec. de Educação, de 10/03/2016, até 07/06/2016.

10. ROSEANE MARIA COSTA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação de 30/03/2016 até 12/05/2016.

11. ROBERTO HILARIO DA CRUZ, efetiva no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Sec. de Educação, de 11/03/2016 até 02/04/2016.

12. ROBERTO HILARIO DA CRUZ, efetiva no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Sec. de Educação, de 14/04/2016 até 27/06/2016.

13. ROSEMARY SILVEIRA BARBOSA , efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 21/03/2016 até 19/05/2016.

14. ROSYLENE APARECIDA MORAES FERRI, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 01/04/2016 até 30/04/2016, matricula da 1ª cadeira 041884

15. ROSYLENE APARECIDA MORAES FERRI, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 01/04/2016 até 30/04/2016, matricula da 2ª cadeira 041885

16. SONIA REGINA DE SOUZA NEVES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação de 01/03/2016 até 30/03/2016.

17. ROGÉRIA FATIMA DE ARRUDA E SILVA SOUZA, efetiva no cargo de Merendeira, lotado na Sec. de educação, de 31/03/2016 até 19/04/2016.

18. SONIA REGINA DE SOUZA NEVES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação de 11/04/2016 até 09/06/2016.

19. SIDNEY SILVA MORAES, efetiva no cargo de Técnico em Estradas, lotada na Sec. Administração, de 12/04/2016 até 10/06/2016.

20. SONIA DE ARAÚJO DIAS, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 17/04/2016 até 13/07/2016.

21. SOELI PEREIRA DA SILVA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde, de 14/04/2016 até 12/06/2016.

22. SHEILA DIAS DA SILVA, efetiva no cargo Agente de segurança e manutenção, lotada na Sec. de Educação, de 15/03/2016 até 13/05/2016.

23. SELMA SILVA MORAES, efetiva no cargo Auxiliar de serviços Gerais, lotado na Sec. de Educação, de 01/04/2016 até 15/04/2016.

24. SANDRA JESUS DE ARAÚJO, efetiva no cargo Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Sec. de Saúde, de 01/04/2016 até 29/06/2016.

25. SABRINA HELENA DE ARRUDA, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. de Educação, de 16/03/2016 até 14/05/2016.

26. SOELY MENDES MARTINS DE BARROS, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação de 10/03/2016 até 07/06/2016.

27. TANIA APARECIDA MOLINA, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. Educação, de 17/04/2016 até 25/04/2016.

28. VANIA MARIA PECORI BIANCO, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 21/03/2016 até 19/04/2016.

29. VASTI DOS ANJOS VERA , efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde, de 16/03/2016 até 13/06/2016.

30. VALDENEY FRASSETO, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Sec. de Saúde, de 21/03/2016 até 18/06/2016.

31. WALDEMIRES BENEDITA FONSECA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Guarda Municipal, lotada na Sec. da Guarda Municipal, de 14/03/2016 até 12/04/2016.

32. WALDEMIRES BENEDITA FONSECA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Guarda Municipal, lotada na Sec. da Guarda Municipal, de 14/04/2016 até 10/10/2016.

33. WALDEMAR ROBERTO DE TOLEDO, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Sec. de Saúde, de 01/04/2016 até 28/04/2016.

34. ZILDA APARECIDA MARIA RODRIGUES, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Serviços Públicos, de 20/03/2016 até 14/04/2016.

Data de sua publicação, com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 28 de Abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA Nº 74/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício"

"AUXÍLIO-DOENÇA"

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2.719/04, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença, com base no Art. 15 da Lei 2.719/04, aos seguintes servidores:

1. JOERSON MARIO DA SILVA, efetivo no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 25/03/2016 até 21/04/2016.

2. JERONIMA DE SOUSA LOPES, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Sec. De Saúde, de 16/04/2016 até 14/07/2016.

3. KATIA DE AMORIM SOARES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 19/03/2016 até 16/04/2016, matricula da 1ª cadeira 025991.

4. KATIA DE AMORIM SOARES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 19/03/2016 até 16/04/2016, matricula da 2ª cadeira 025992.

5. KATIA DE AMORIM SOARES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 17/04/2016 até 01/05/2016, matricula da 1ª cadeira 025991.

6. KATIA DE AMORIM SOARES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 17/04/2016 até 01/05/2016, matricula da 2ª cadeira 025992.

7. LUCIENE DA SILVA TAVARES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 06/04/2016 até 28/07/2016.

8. LOACIR MARIA DE MORAES, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Sec. de Saúde, 11/04/2016 até 09/07/2016.

9. LUIS CARLOS CICERO DOMINGOS, efetiva no cargo de Professor, lotada na Sec. de Educação, 05/04/2016 até 03/06/2016.

10. LEONARDO JOSE MULLRE LEAL, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, de 17/03/2016 até 14/06/2016. .

11. LUSINETE MARIA DA SILVA, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. de Educação de 18/03/2016 até 16/05/2016.

12. LEONCIO DA COSTA CAMPOS, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, de 23/03/2016, até 20/05/2016.

13. LENICIA JASPER DE CAMPOS, efetiva no cargo de T.D.I, lotada na Sec. de Educação de 28/03/2016 até 25/06/2016.

14. JORCENI FERREIRA DUTRA, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 21/03/2016 até 19/05/2016.

15. LEONARDO DOTTA, efetivo no cargo de Médico, lotada na Sec. de Saúde, de 10/03/2016 até 07/04/2016.

16. LIZIA JULIO DE ANDRADE, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 14/03/2016 até 11/06/2016.

17. LOURDES APARECIDA GOMES DA COSTA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação de 04/04/2016 até 03/05/2016.

18. LUCE MAIRE ALVES DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Sec. Educação, 12/03/2016 até 10/04/2016.

19. MAILZA MARTINHA DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 17/03/2016 até 30/04/2016.

20. MARIA HELLENA PINHEIRO, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde, de 28/03/2016 até 25/06/2016.

21. MANOEL LUCILO DOS SANTOS, efetiva no cargo Artífice De Obras, lotada na Sec. de Educação, de 11/03/2016 até 24/04/2016.

22. MIRIAN RAMALHO, efetiva no cargo Professora, lotado na Sec. de Educação, de 06/04/2016 até 25/06/2016, matricula da 1ª cadeira 035856

23. MIRIAN RAMALHO, efetiva no cargo Professora, lotado na Sec. de Educação, de 06/04/2016 até 25/06/2016 matriculada 2ª cadeira 035857.

24. MAXIMINIANA COSTA ALVES DA SILVA, efetiva no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotada na Sec. de Educação, de 31/03/2016 até 28/04/2016.

25. MARINALVA FERREIRA MARINHO, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. de Educação de 21/03/2016 até 19/04/2016.

26. MARAGARIDA LOPES TESOURA, efetiva no cargo de T.D.I, lotada na Sec. Educação, de 12/04/2016 até 10/06/2016.

27. MARIA AUGUSTA MARINHO GALIZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec.de Saúde, de 13/04/2016 até 12/05/2016.

28. MARIA CONCEIÇÃO SOUZA SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde, de12/04/2016 até 09/08/2016.

29. MARGARETH COSTA FEREIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, de 28/03/2016 até 11/04/2016.

30. MARIA DA GUIA RAMOS DA SILVA, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. da Educação, de 04/04/2016 até 03/05/2016.

31. MARCONDES AUGUSTO REIS, efetivo no cargo de Fiscal de Corte, lotada na Sec. do DAE, de 14/03/2016 até 09/09/2016.

32. MARIA AUXILIADORA DA SILVA FIGUEIREDO, efetiva no cargo de auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde, de 31/03/2016 até 28/06/2016.

33. MARCIO JOSÉ DA SILVA, efetivo no cargo de Guarda Municipal, lotada na Sec. da Guarda Municipal, de 04/04/2016 até 03/05/2016.

34. MARTA DE ANDRADE E SILVA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Sec. De Educação, de 14/03/2016 até 12/05/2016.

Data de sua publicação, com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 30 de Abril de 2016.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2016

O Município de Vera – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 11 de Maio de 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016**, do tipo **Menor Preço por ITEM**, para **AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA PREMIAÇÃO DO IPTU/2016**.

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min, através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 28 de Abril de 2016.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 027/2016**, tendo por objeto a aquisição de bomba e filtro completo para piscina semi-olímpica**,** resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **GILBERTO MORALES INFORMATICA EIRELI – EPP** com proposta no valor global de **R$ 23.320,96** (vinte e três mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos), **J. R. ALVES MARQUES - ME** com proposta no valor global de **R$ 8.970,25** (oito mil, novecentos e setenta reais e vinte e cinco centavos), **SUPREMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME** com proposta no valor global de R$ **108.739,43** (cento e oito mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), **D A ARAGAO COMERCIO – ME** com proposta no valor global de **R$ 23.449,20** (vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), **COMERCIAL PRIME DE MOVEIS - EIRELLI** com proposta no valor global de **R$ 28.269,20** (vinte e oito0 mil duzentos e sessenta e nove reais e vinte centavos) e **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INF. EIRELI EPP** com proposta no valor global de **R$ 47.751,73** (quarenta e sete mil setecentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 28 de abril de 2016.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016.

Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 025/2016**, que tem como objeto a aquisição de Medicamentos de “A” a “Z” da Tabela **ABC FARMA** para a Secretaria de Saúde do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT**,** resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **DROGARIA + SAUDE SOLIS EIRELI - ME,** com desconto de **11,1 %** sobre a tabela ABC FARMA de A a Z.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 28 de abril de 2016.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº04/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT
Dispõe sobre a criação de cargos em comissão no Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:
Artigo 1º – Fica criado 01 (um) cargo de Assessor Especial I de provimento em Comissão da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade na seguinte conformidade:
§ 1º: O vencimento do cargo previsto neste artigo correspondente a **R$ 2.364,17(dois mil e trezentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos).**
§ 2º: Ao Assessor Especial compete prestar assessoramento à Justiça Eleitoral, bem como aos assuntos que lhe forem designados pelo Cartório Eleitoral do Juízo da 25ª Zona Eleitoral de Mato Grosso instalado nesta cidade de Vila Bela da Ss. Trindade.
§ 3º: O Cargo de Assessor Especial previsto nesta Resolução será reservado exclusivamente, nos termos do inciso V do art. 37 da Constituição Federal, a servidor (a) ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade.
Art. 2º - As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – Mato Grosso, aos 28 de abril de 2016.
ELIAS CONCEIÇÃO DA SILVA
Presidente do Poder Legislativo
Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT., Rua Lino Bispo de Oliveira nº 258 - Centro
78.245-000 Fone: (65) 3259-1200/1000 e-mail: administrativo@camaravilabela.mt.gov.br

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 026/2016**, tendo por objeto a aquisição de tecido para confecção de lençóis para as unidades de saúde do município**,** resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **COMERCIAL PRIME DE MOVEIS – EIRELLI** com proposta no valor global de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 28 de abril de 2016.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 106/2016. DE 27 DE ABRIL DE 2016

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**(requisito da classe A mais título de especialista ou equivalente), para a **Classe "C"**(requisito da classe B mais outro título de especialista ou 360 (trezentos e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;) a servidora **ARISTEIA DE ARAUJO NOBREGA** matricula nº 62, de acordo com o a**rtigo 12 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008**, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 013/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 04/01/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA 110 E 111/2016

PORTARIA N.º 110/2016.

DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**(formação incompleta do ensino fundamental), para a **Classe "B"**(requisito da Classe A mais 80 (oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional na área de atuação) a servidora **LANEIDE ALMEIDA DA SILVA TABOSA**matricula nº 2299, de acordo com o a*rtigo 09 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008*,em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 17/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/03/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 111/2016.

DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**(requisito da Classe A mais 80 (oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional na área de atuação), para a **Classe "C"**(Classe C, requisito da Classe B mais 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional na área de atuação ou conclusão do ensino fundamental) a servidora **ILMA AVELAR MINELI**matricula nº 118, de acordo com o a*rtigo 09 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008*,em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 18/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/04/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 105/2016. DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**(habilitação em nível superior na área de saúde), para a **Classe "B"**(requisito da classe A mais título de especialista ou equivalente) o servidor **MARCIO SULEK** matricula nº 2335, de acordo com o a*rtigo 12 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 012/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/04/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 107-108-109

PORTARIA N.º 107/2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**(requisito da classe A, mais habilitação profissionalizante de nível auxiliar ou 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação), para a **Classe "C"**(requisito da classe B, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação ou capacitação profissional ou habilitação em ensino médio profissionalizante de nível técnico na área de saúde) a servidora **MARGARETE CASSIMIRO GARCES SOARES** matricula nº 751, de acordo com o a*rtigo 12 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 015/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/03/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 108/2016 . DE 27 DE ABRIL DE 2016

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"** (habilitação em ensino médio), para a **Classe "B"**(requisito da classe A, mais habilitação profissionalizante de nível auxiliar ou 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ ou capacitação profissional) a servidora **GEISA CARLA DE SANTANA ARRUDA ROSENDO** matricula nº 2312, de acordo com o artigo 12 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 014/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/03/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 109/2016. DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"** (habilitação em ensino médio), para a **Classe "B"**(requisito da classe A, mais habilitação profissionalizante de nível auxiliar ou 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ ou capacitação profissional) a servidora **LEONILSE DE FATIMA ROSSONI DE BARROS** matricula nº 1619, de acordo com o artigo 12 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 016/2016 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/03/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

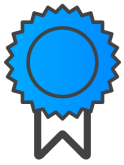
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Apr 28 22:33:02 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)